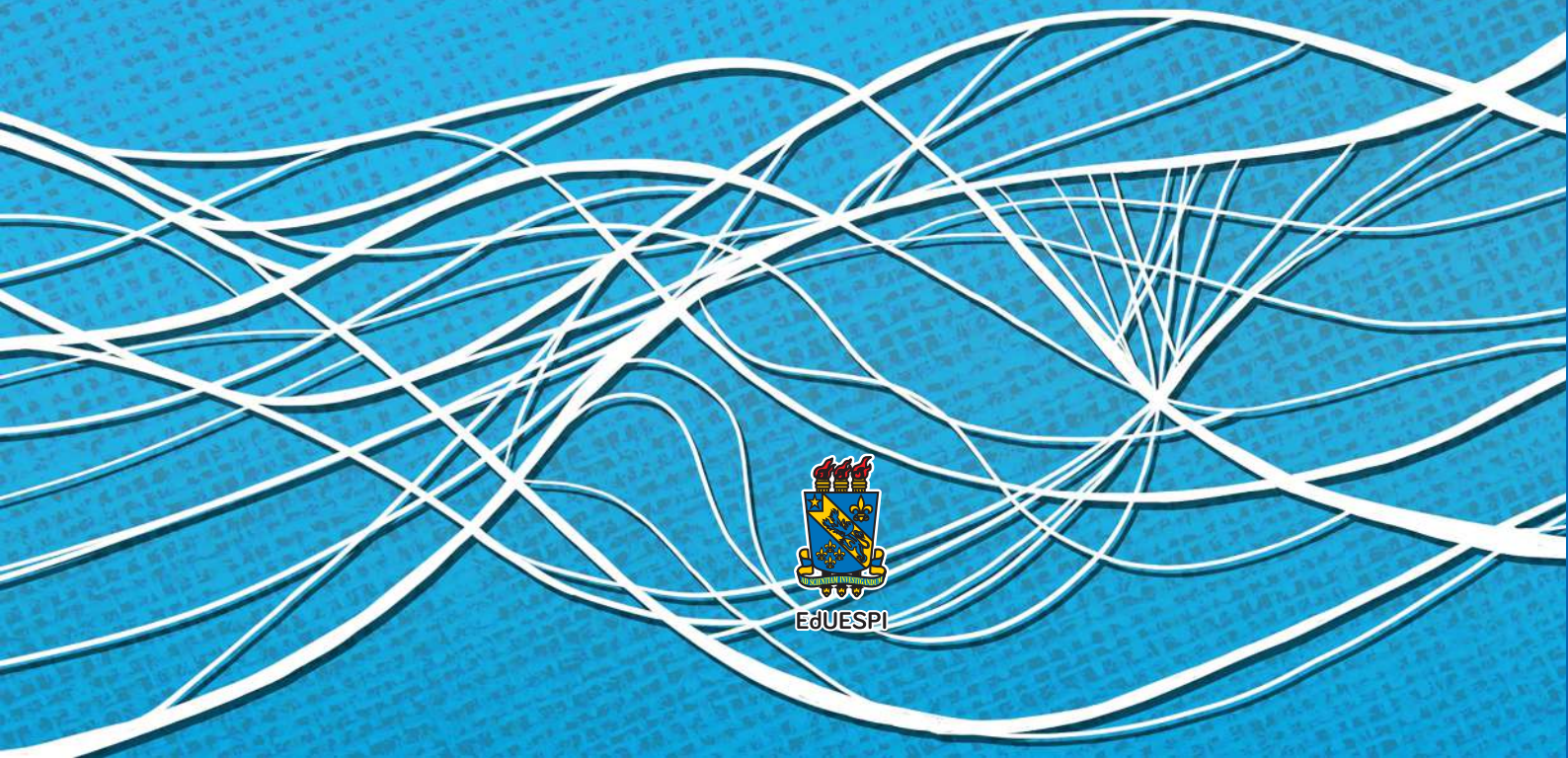
Cláudia Cristina da Silva Fontineles
Marcelo de Sousa Neto
Alessandra Lima dos Santos
Allan Ricelli Rodrigues de Pinho
Organizadores

TECITURAS DA HISTÓRIA



EdUESPI

TECITURAS DA HISTÓRIA

Cláudia Cristina da Silva Fontineles
Marcelo de Sousa Neto
Alessandra Lima dos Santos
Allan Ricelli Rodrigues de Pinho
Organizadores

TECITURAS DA HISTÓRIA

EdUESPI
2021

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI

Evandro Alberto de Sousa
Reitor

Jesus Antônio de Carvalho Abreu
Vice-Reitor

Mônica Maria Feitosa Braga Gentil
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Josiane Silva Araújo
Pró-Reitora Adj. de Ensino de Graduação

Rauirys Alencar de Oliveira
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Fábia de Kássia Mendes Viana Buenos Aires
Pró-Reitora de Administração

Rosineide Candeia de Araújo
Pró-Reitora Adj. de Administração

Lucídio Beserra Primo
Pró-Reitor de Planejamento e Finanças

Joseane de Carvalho Leão
Pró-Reitora Adj. de Planejamento e Finanças

Ivoneide Pereira de Alencar
Pró-Reitora de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários

Marcelo de Sousa Neto
Editor da Universidade Estadual do Piauí

Universidade Estadual do Piauí
Rua João Cabral • n. 2231 • Bairro Pirajá• Teresina-PI
Todos os Direitos Reservados

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DOPIAUÍ - UESPI

Rafael Tajra Fonteles **Governador do Estado**
Themístocles de Sampaio Pereira Filho **Vice-Governador do Estado**
Evandro Alberto de Sousa **Reitor**
Jesus Antônio de Carvalho Abreu **Vice-Reitor**

Conselho Editorial EdUESPI

Marcelo de Sousa Neto **Presidente**
Algemira de Macedo Mendes **Universidade Estadual do Piauí**
Ana de Lourdes Sá de Lira **Universidade Estadual do Piauí**
Antonia Valtéria Melo Alvarenga **Academia de Ciências do Piauí**
Cláudia Cristina da Silva Fontineles **Universidade Federal do Piauí**
Fábio José Vieira **Universidade Estadual do Piauí**
Sammy Sidney Rocha Matias **Universidade Estadual do Piauí**
Gladstone de Alencar Alves **Universidade Estadual do Piauí**
Maria do Socorro Rios Magalhães **Academia Piauiense de Letras**
Nelson Nery Costa **Conselho Estadual de Cultura do Piauí**
Orlando Maurício de Carvalho Berti **Universidade Estadual do Piauí**
Paula Guerra Tavares **Universidade do Porto - Portugal**
Pedro Pio Fontineles Filho **Universidade Estadual do Piauí**

Marcelo de Sousa Neto **Editor**
Autores **Revisão e**
Wellington Silva **Diagramação**
Victoria Montalvan **Capa**
Editora e Gráfica UESPI **E-book**

Endereço eletrônico da publicação: https://editora.uespi.br/index.php/editora/catalog/book/283

T255 Tecituras da história Organização Cláudia Cristina da Silva Fontineles ... et al. 2 ed. Teresina: EdUESPI , 2025
408 p : il.

ISBN Digital: 978-65-81376-84-0

1. História do Brasil. 2. História do Piauí. 3. Memória. I. Fontineles, Cláudia Cristina da Silva. II. Título.

CDD: 981.22

Ficha elaborada pelo Serviço de Catalogação da Biblioteca da UESPI
Nayla Kedma de Carvalho Santos (Bibliotecária) CRB 3ª Região/1188

Editora da Universidade Estadual do Piauí - EdUESPI
Rua João Cabral • n. 2231 • Bairro Pirajá • Teresina-PI
Todos os Direitos Reservados

SUMÁRIO

Apresentação..... 11
As Tecituras da História e o combate à atonia de nosso tempo
Cláudia Cristina da Silva Fontineles

E a cultura, serve para quê? Breve reflexão à luz da história social..... 25
Denilson Botelho

Da cabeça aos pés: uma história do corpo na formação das visualidades afrobrasileiras..... 39
Túlio Henrique Pereira

Nas rotas da escrita: Memórias e representações de cidades piauienses na obra "Caatingas e Chapadões", de Francisco de Assis Iglésias 63
Pedro Pio Fontineles Filho

O violonista e a Guerra: artistas do rádio, cultura e sociedade em Sergipe no Estado Novo 81
Dilton Cândido Santos Maynard

Os editoriais d'O Liberal e o cenário social e político dos anos de 1960 e 1970..... 101
Alessandra Lima dos Santos
Cláudia Cristina da Silva Fontineles

A Bula de criação da Diocese do Piauí: fragmentos da participação Nortista (1898-1907) 125
João Vitor Araújo Sales
Marcelo de Sousa Neto

“O amor da patria, adhesao ao systema monarchico constitucional”: Manuel de Sousa Martins e a Construção do Estado Imperial no Piauí, 1823-1826 143
Francisco de Assis Oliveira Silva
Johny Santana de Araújo

Família, Poder e Posse na Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios dos Picos – Província do Piauí (1854-1860) 163
Cássio de Sousa Borges
Francisco Gleison da Costa Monteiro

“Tudo conspirava para aumentar o medo”: a modernidade entre conflitos e tensões na vila de Amarração no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX 181
Marcus Pierre de Carvalho Baptista
Francisco de Assis de Sousa Nascimento

Contracepção e aborto na primeira metade do século XX em Teresina 207
Elizangela Barbosa Cardoso

O Parto Institucionalizado No Piauí 227
Francisco Soares Cardoso Neto
Marylu Alves de Oliveira

Memória e vida: as memórias da emancipação política de Água Branca sob diferentes perspectivas (Piauí, 1954) 247
Ábdon Eres da Silva Neto

Os espaços (mal) ditos e os lugares proibidos: As zonas de prostituição no espaço urbano de Floriano- PI 265
Irisneide Máximo

Entre o “doce progresso” e o “amargo transporte”: os desafios do transporte coletivo em Teresina na década de 1970..... 283
Allan Ricelli Rodrigues de Pinho
Cláudia Cristina da Silva Fontineles

Quando nasce a Vila da Paz: Uma história de Luta e Resistência 303
Karina Viana da Silva
Marcelo de Sousa Neto

Dupla de ataque: futebol e política na história do Brasil 321
Joaquim Kayk Breno Conrado
Cláudia Cristina da Silva Fontineles

Planejamento urbano-regional no Brasil: trajetória e perspectivas..... 341
Rodrigo da Silva Rodrigues

Geografia em som e imagens: experiências de práticas na Educação de Jovens e Adultos (EJA)..... 361
Aline Camilo Barbosa
Ângela Oliveira Vieira

"Tecido faz o bom caimento": a importância das lojas de tecido e das boutiques para o mercado de moda em Teresina..... 381
Nathércia Vasconcelos Santos
Nilsângela Cardoso Lima

Sobre os autores 401

AS TECITURAS DA HISTÓRIA E O COMBATE À ATONIA DE NOSSO TEMPO

Cláudia Cristina da Silva Fontineles[1]

Aquilo que em um ser humano é o mais fugidio e, ao mesmo tempo, mais grandioso, a palavra falada e os gestos singulares, morrem com ele, e dependem da nossa recordação e homenagem. A recordação realiza-se pela convivência com os mortos, da qual emerge um diálogo, que os faz ressoar de novo no mundo. A convivência com os mortos precisa ser aprendida e é o que estamos começando hoje, na comunhão de nossa tristeza.

Hannah Arendt

[...]
Se números frios não tocam a gente
Espero que nomes consigam tocar
Iramar Carneiro, herói da estrada
foi caminhoneiro, ajudou o Brasil
Joana Maria, bisavó gentil.
E Katia Cilene uma mãe dedicada
Lenita Maria, era muito animada
baiana de escola de samba a sambar
Margarida Veras amava ensinar
era professora bondosa e presente.
Se números frios não tocam a gente
Espero que nomes consigam tocar
[...]

1 Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora Associada da Universidade Federal do Piauí-UFPI (Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política). E-mail: claudiafontineles@ufpi.edu.com.br.

Zulmira de Sousa, esposa leal
falava com Deus, vivia a rezar.
O X da questão talvez seja amar
por isso não seja tão indiferente
Se números frios não tocam a gente
Espero que nomes consigam tocar

Chico César/Bráulio Lessa

A canção de Chico César e Bráulio Lessa poderiam ser acrescidos milhares de outros nomes de brasileiros mortos, vitimados pelo contágio do vírus da SARS-CoV-2, mais de seiscentos mil nomes, mais de seiscentas mil vidas interrompidas abruptamente, mais de seiscentas mil famílias fragmentadas, mais de seiscentos mil amores silenciados, mais de seiscentas mil histórias abreviadas... Mães, pais, irmãs, irmãos, avós, avôs, tios, tias, filhos, filhas, amigos, amores, tantas vidas asfixiadas...

Muitos brasileiros vitimados durante o contexto pandêmico, que representam tantas outras vidas para as quais suas existências são indispensáveis; para quem seus sorrisos e afetos são singulares e insubstituíveis. A tradução de uma história de perdas em massa: mais de seiscentas mil histórias silenciadas – e tantas para quem a dor da ausência tornou-se impositiva - neste contexto de terror que assola o Brasil desde o ano de 2020. Perdas marcadas pelas dimensões supralunares, mas também sublunares[2], em que mais que o natural e imanente, as decisões humanas foram e têm sido decisivas, posto que continuamos todos sob ameaça do vírus e de todos que potencializaram sua força pelas várias formas de negacionismo diante do agravamento das contaminações.

Um vírus virou nossas vidas, mas é preciso ter coragem de dizer que as escolhas e decisões humanas contribuíram de forma indelével para que a inscrição deste quadro de dor fosse intensificada e abalasse a todos nós com tamanha intensidade.

2 VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4. ed. Brasília: Editora da UNB, 1998.

Cultura e natureza mais uma vez imbricaram-se uma na outra e teceram esse enredo tenebroso que afetou (e continua a afetar) a todos nós. Se é verdade, como propõe Hannah Arendt[3], que em tudo que o humano olha vê a si mesmo, pelo traço do que ele constrói culturalmente, a marca desse horror contemporâneo que nos atormenta tem as marcas das decisões que tomamos em algum momento de nossa história ou das omissões que nos trouxeram até aqui como sociedade, às quais não podemos ignorar quando tornamos pública uma coletânea de textos históricos elaborados neste contexto de tanta dor, como o que nos envolve no presente. Apresentamos aqui uma coletânea de textos produzidos antes da pandemia, mas afetada em sua publicação pelos temores e dores causadas por este tempo de tantas e irreversíveis perdas, além do medo que atormenta a todos quanto ao risco do desaparecimento definitivo.

Diante desse terrível contexto de perdas, milhares são os nomes que poderiam ser enunciados: quantas Marias, Dos Anjos, Anas, Zélias, Glendas, Leias, Vitórias, Osmarinas, Noélias, Silvanes, Nilmas, Patrícias, Nicetes... Quantos Paulos, Gustavos, Humbertos, Coelhos, Lucianos, Sérgios, Josafás, Josés, Arimateias, Joões, Batistas, Pedros, Aldirs, Antônios, Franciscos, Carlos, Tarcísios... poderíamos enunciar e prestar homenagens.

Tantos outros milhares são também os que sofrem com a ausência antecipada; tantos são os que precisam conviver com as sequelas no corpo e na alma provocadas por esta doença. Um país em luto, um país amedrontado, um país atônito, um país dividido, um país dilacerado com tantas vidas silenciadas...

Não!!! Silenciadas, não!!! Pois a nós - amantes da história - cabe resistir a este silenciamento físico e simbólico; a nós é delegada a responsabilidade moral e de ofício de realçar a presença dessas pessoas e suas marcas em nossas vidas, em nossa configuração histórica; a nós é atribuído o mérito e o desafio de não deixar que essas vidas e suas contribuições desapareçam, tampouco deixar cair no esquecimento os agentes, as ações e as omissões que contribuíram para que tantos de nós estivéssemos neste triste rol de pessoas que partiram ou de pessoas que continuam a "sangrar" e a sofrer com sua partida prematura. Nossas rotas também foram alteradas. É preciso ter coragem de dizer isso e de reagir contra seus danos.

---

3 ARENDT, Hannah, *Entre o passado e o futuro.* 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

A dor não pode significar silêncio, tampouco conformação. É preciso transformar o sofrimento em (re)ação, em reflexão: o que nos trouxe até aqui? E qual nosso papel diante disso? O que faremos com o que fizeram de nós?[4]

Se é verdade que entre as funções da história está a capacidade de estabelecer a mediação entre os "vivos" e os "vivos ainda"[5] – eternizados por meio da escrita historiográfica – está entre um de nossos desafios como historiadores não deixarmos que esta tragédia humanitária que nos afeta na contemporaneidade seja esquecida, pois, assim como defende Hannah Arendt, é nesse diálogo e recordação com os mortos, que os mantemos vivos entre nós. E nós, intérpretes privilegiados da história, somos os principais responsáveis por promover esse diálogo entre os tempos, bem como também nos é solicitado que não deixemos que suas vozes e suas existências sejam emudecidas, menos ainda que as diferentes ações/decisões que contribuíram para seu desaparecimento físico caiam no esquecimento.

Reconhecemos ser a recordação o caminho que faz emergir o diálogo entre nós e os que nos recusamos a esquecer. Então, é imperioso reconhecer que a convivência com os mortos é também uma aprendizagem e um diálogo entre os tempos, assim como uma necessidade de não deixar que as perdas sejam silenciadas, nem tampouco as tristezas que as envolvem. E não nos tem faltado motivos para tristeza. A nosso tempo é exigido o compromisso em não silenciar sobre as várias dimensões que contribuíram para que tantos outros contemporâneos nossos tivessem suas trajetórias de vida abreviadas por decisões político-administrativas consideradas equivocadas, muitas vezes em franca contraposição às orientações propostas por autoridades sanitárias – que colidiam frontalmente com as advertências feitas em diferentes campos científicos - sobretudo porque o número de mortos em nosso país – terrível e desolador por

4 SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

5 Cf.: KOSELLECK, *Estratos do tempo*: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014; HARTOG, François. A arte da narrativa. In: BOUTIER, Jean; JÚLIA, Dominique (Org.). *Passados recompostos*: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: EDUFRJ/FGV, 1998; HARTOG, François. *Regimes de Historicidade:* presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

si só – não é capaz de traduzir a tragédia humana que se abateu sobre nosso país e continua a envolver e a desafiar a todos nós – mesmo os incautos que se recusam a admiti-la e a enfrentá-la.

Os números "frios" tampouco conseguem expressar a dor de milhares/milhões de familiares e amigos que tiveram que aprender a conviver com a ausência definitiva do convívio com seus entes queridos; menos ainda a crise de racionalidade que ameaça arrastar para o abismo as conquistas do Humanismo e do Pensamento Iluminista, sob as quais ancoraram-se muitas dos principais os pilares de nossa sociedade. Não que defendamos um racionalismo meramente instrumental ou que ignoremos que as decisões científicas estejam relacionadas a interesses predominantes existentes no cenário histórico de sua elaboração e difusão; menos ainda que ignoremos as violências e violações cometidas contra a humanidade em nome de um discurso de neutralidade científica e de um tempo de crença em um suposto progresso redentor, pois há muito estas questões já foram questionadas[6].

A devastação da vida humana que presenciamos atualmente vai muito além da aparente frieza informada nos números das estatísticas. Eles são incapazes de "contabilizar" a tragédia que acometeu nossa população, uma vez que o número de atingidos pelo caos que tomou conta do Brasil entre 2020 e 2021 (quando este texto está sendo escrito) vai muito além do número de óbitos diagnosticados oficialmente, seja pela suspeita de subnotificações; seja pelos conflitos na condução da pandemia pelas diferentes autoridades públicas[7]; seja pelo número de vítimas de outras patologias não tratadas no período devido à sobrecarga do sistema de saúde no período; seja pelas muitas outras patologias geradas ou agravadas no período – decorrentes de problemas de ordem física e emocional; ou seja ainda pelo agravamento no quadro de desempregos (na ordem de 14,8 milhões de pessoas, no primeiro trimestre de 2021, segundo a

6 BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política:* ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo, Brasiliense (Obras escolhidas), vol. I, 1996.

7 BRASIL. SENADO FEDERAL. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia*. (Instituída pelos Requerimentos nos 1.371 e 1.372, de 2021). Brasília: DF, 20 out. 2021, 1180 p. Disponível em https://www.cnnbrasil.com.br/politica/leia-a-integra-do-relatorio-final-da-cpi-da-pandemia/ Consulta: 20 out. 2021.

Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – PNAD, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE[8]).

Não fossem estes dados desoladores por si mesmos, eles vêm acompanhados de outros tão perturbadores quanto: em abril de 2021, o país apresentava 14,5 (quatorze milhões e quinhentas mil) famílias vivendo em extrema pobreza, conforme registros oficiais do Cadastro Único do Governo Federal (CADÚNICO). Essas são famílias que têm uma renda per capita de até R$ 89,00 (oitenta e nove reais) mensais. Isso representa mais de 40 milhões de brasileiros vivendo em condições de extrema pobreza.

Além disso, o país tem ainda 2,8 (dois milhões e oitocentos mil) famílias vivendo na pobreza, o que significa que vivem com uma renda per capita mensal entre R$ 90,00 (noventa reais) e R$ 178 (centro e setenta e oito reais), conforme os registros do próprio Governo Federal[9].

Esses dados estão diretamente relacionados a outros índices que indicam forte vulnerabilidade social de parcela expressiva de nossa população, como informa a pesquisa que estimava "que 55,2% dos lares brasileiros, ou o correspondente a 116,8 milhões de pessoas, conviveram com algum grau de *insegurança alimentar* no final de 2020"[10]

Eufemismos para designar a fome ou termos técnicos à parte, a pesquisa põe em evidência um quadro gravíssimo: a fome atingindo mais da metade dos lares brasileiros no ano de 2020. E o mais preocupante: se a pandemia agravou o quadro de pobreza no país, ela

---

8 SILVEIRA, Daniel; CARVALHO, Laura. Desemprego fica em 14,6% e atinge 14,8 milhões no trimestre encerrado em maio, aponta IBGE. *G1*, 30 jul. 2021. Disponível em https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/07/30/desemprego-fica-em-146percent-no-trimestre-encerrado-em-maio-aponta-ibge.ghtml Consulta: 7 set. 2021.

9 MADEIRO, Carlos. País tem recorde de extrema pobreza com 14,5 milhões de famílias na miséria ... *Uol*. 23 maio. 2021. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/05/23/com-145-mi-de-familias-na-miseria-brasil-bate-recorde-de-extrema-pobreza.htm#:~:text=Pa%C3%ADs%20tem%20recorde%20de%20extrema,%2F05%2F2021%20%2D%20UOL%20Not%C3%ADcias. Consulta: 7 set. 2021.

10 GANDRA, Alana. Pesquisa revela que 19 milhões passaram fome no Brasil no fim de 2020. *Agência de Notícias ECB*. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-04/pesquisa-revela-que-19-milhoes-passaram-fome-no-brasil-no-fim-de-2020. Consulta: 7 set. 2021 (grifo nosso).

não foi sua exclusiva promotora, pois em fevereiro de 2020 - antes da notificação dos primeiros casos de COVID-19 em território nacional -, o Brasil já contava com 13, 4 (treze milhões e quatrocentos mil) pessoas vivendo em extrema pobreza – em grande medida resultado da adesão do país às políticas neoliberais e às Reformas Trabalhista e Previdenciária, que ampliaram os já alarmantes problemas socioeconômicos enfrentados por brasileiros, sobremodo a partir da crise política que boicotou o segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, desde 2015, e promoveu sua destituição, em 2016, após um controverso processo de golpe parlamentar-midiático-empresarial[11], travestido de *impeachment*, cujas alegações não encontraram amparo na Constituição Federal de 1988[12].

Nesse processo de agravamento dos problemas socioeconômicos enfrentados a partir de então, teve papel decisivo a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que foi nomeada, na Câmara Federal, de PEC n. 241 e, no Senado, de PEC n. 55/2016, sendo promulgada como Emenda Constitucional 95, em 16 de dezembro de

11 FONTINELES, Cláudia Cristina. A vitalidade da história em um tempo em ebulição. *História Unisinos*, v. 23, n. 2, p. 317-321, 2019. Disponível em http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/hist.2019.232.15/60747034. Consulta 17 abr; MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. (org.). *Historiadores pela democracia*: o Golpe de 2016 e a força do passado. São Paulo: Alameda Editorial, 2016; 2020; DIAS, Luiz Antonio; SEGURADO, Rosemary. *O golpe de 2016*: razões, atores e consequências. São Paulo: Intermeios, 2018; SCHWARCZ, Lilia M. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia da Letras, 2019; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano*: o tempo da Nova República: a transição democrática à crise política de 2016, v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

12 Adotamos a expressão "golpe" fundamentados nas várias pesquisas sobre o tema e nas declarações feitas pelos principais agentes envolvidos no processo de afastamento da presidenta Dilma Rousseff, divulgadas na imprensa brasileira. Cf.: TEMER ADMITE QUE IMPEACHMENT DE DILMA FOI GOLPE NO RODA VIVA. *Revista Fórum. 16 set. 2019*. Disponível em https://revistaforum.com.br/politica/temer-admite-que-impeachment-de-dilma-foi-golpe-no-roda-viva/ Consulta em 7 set. 2020; LIVRO-BOMBA DE CUNHA RECONHECE GOLPE CONTRA DILMA E DETONA TEMER, PSDB, MAIA E ATÉ BALEIA ROSSI. Brasil247. 26 jan. 2021. Disponível em https://www.brasil247.com/poder/livro-bomba-de-cunha-reconhece-golpe-contra-dilma-e-detona-temer-psdb-maia-e-ate-baleia-rossi-leia-a-introducao. Consulta em 26 jan. 2021.

2016. Com esta EC, as despesas primárias da União passariam a ter um teto, pelo prazo de vinte anos, reajustadas ano a ano pela inflação. Assim, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual da União utilizariam o orçamento daquele ano, para estabelecer o teto de gastos públicos da União, reajustado conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)[13].

Isso comprometeu o crescimento econômico e social do país, desde os investimentos em infraestrutura, em prestação de serviços (como com saúde, educação e segurança públicas, dentre tantos outros setores da vida social) e com as políticas públicas de redistribuição de renda no país, o que agravou os problemas sociais, como os mencionados, e tornou mais vulnerável ainda a sociedade brasileira diante da pandemia que impactou todo o planeta, mas que teve/tem suas repercussões agravadas em território brasileiro por esse contexto de avanço do neoliberalismo, que, entre suas propostas estava a redução de recursos públicos investidos em setores sociais, entre os quais, no Sistema Único de Saúde (SUS) – ironicamente, o principal responsável pelo tratamento de nossa população durante a pandemia e também o principal responsável por salvar milhões de vidas de brasileiros, seja pelo tratamento aos contaminados ou pela vacinação em massa – direta responsável pela redução do número de óbitos entre os contaminados e pela redução da circulação do vírus letal.

Como exposto, o quadro de miséria enfrentado no Brasil em tempos pandêmicos já vinha se agravando desde o afastamento inconstitucional da presidenta Dilma Rousseff, no ano de 2016 - que se desenvolveu e se efetuou no esteio da tradição de "golpe atávico" existente no Brasil[14]. Ao afirmar isso, não pretendemos eximir de responsabilidades as autoridades que gerem o país no presente, mas reconhecer que os problemas ora enfrentados estão imbrincados

13 VIEIRA, Fabíola Sulpino; SÁ E BENEVIDES, Rodrigo Pucci de (Org.). IPEA: Nota Técnica - 2016 - setembro - Número 28 – Disoc. Os impactos do Novo Regime Fiscal para o financiamento do Sistema Único de Saúde e para a efetivação do direito à saúde no Brasil. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=28589. Acesso 13 mar. 2021.

14 NAPOLITANO, Marcos. Golpe de Estado: entre o nome e a coisa. *Estudos Avançados*, v. 33, p. 397-420, 2019. Disponível em https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/161302/155270. Consulta: 17 maio 2020.

com outras temporalidades de nossa história – mais recentes ou mais longínquas[15] – e com isso defender a imprescindível importância da análise historiográfica para o entendimento do que vivemos; quiçá, para o enfrentamento e a superação do que ainda é insatisfatório, para que os que partiram e deixaram "partidas" tantas outras existências passem a constar em nossa história com seus significados, muito além de frias estatísticas (muitas vezes subestimadas ou torcidas), que não os humanizam, tampouco a nós que procuramos resistir a esta configuração de "apagamento de rastros" individuais e coletivos[16].

Toda essa comiseração que enfrentamos nos remete às questões seminais de nosso ofício, ao nos mobilizarem a pensar e a escrever sobre o conhecimento que produzimos e sua relação com a sociedade: O que fazemos nós historiadores quando escrevemos história? A quem falamos? O que pretendemos? Quais as nossas responsabilidades diante das provocações do tempo vivido?[17]. Muitas são as respostas formuladas ao longo da história humana para essas perguntas. Desde explicações racionais e racionalizadas sobre a importância do passado para o presente ou mesmo explicações que incluem a força da subjetividade do presente sobre o que se decide estudar no passado

15 FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano*: o tempo da Nova República: a transição democrática à crise política de 2016, v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018; DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de M. (org.). *História do tempo presente*. FGV Editora, 2014. GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In.: SCHWARCZ, Lilia. (Org.). *História da Vida Privada no Brasil:* contrastes da intimidade contemporânea. V. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2004; FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74, jan/abr. 2017; FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela Maria de (org.). *1964:* o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

16 FONTINELES, Cláudia C da S. O cenário esportivo como arena de disputas políticas: entre a memória recitada e o apagamento de rastros. *Estudos Ibero-americanos*, v. 43, p. 428-441, n. 2017. Disponível em https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/24744/15650 Acesso em 8 jul. 2021; RICŒUR, Paul. *A história, a memória, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

17 BOUTIER, Jean; JÚLIA, Dominique (Org.). *Passados recompostos*: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: EDUFRJ/FGV, 1998; BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

e quais os interesses e entendimentos permeiam essas escolhas, assim como os critérios e métodos adotados nessa produção.

Em todas as circunstâncias – independentemente dos caminhos percorridos, para termos credibilidade nas nossas formulações, precisamos atender às "regras do meio" institucionais que nos envolvem em nosso campo de pesquisa[18], sem ignorar as dimensões epistemológicas e deontológicas que envolvem nosso campo de atuação, quaisquer que sejam os temas ou tempos pesquisados ou abordagens adotadas[19].

Conscientes de nosso papel sociocultural e da relevância de nosso ofício como historiadores/professores de História – assim como das demais áreas das Humanidades com quem dialogamos nesta obra - diante dos desafios que se impõem em nosso tempo, propomos a coletânea intitulada ***Tecituras da História***, na qual há diferentes proposições analíticas acerca da história e seus fazeres, que embora não tratem das questões relativas à pandemia, abordam muitos temas e questões que auxiliam à reflexão sobre história e os desafios que a envolvem.

Com isso, pretendemos contribuir para entender as variáveis históricas que nos compõem como coletividade e que nos trouxeram até aqui, assim como as escolhas que fizemos neste trajeto histórico.

Reconhecemos ser esta coletânea ela própria fruto das conquistas ocorridas na história de nosso país, ao derivar de pesquisas desenvolvidas em instituições públicas de ensino superior (do Piauí e de outras unidades federativas), como resultado da ampliação do diálogo entre a sociedade civil e o poder público, ocorrido ao longo das primeiras décadas do século XXI, o que reverberou em investimentos governamentais em políticas públicas voltadas à educação – inclusive na formação superior, em nível de Graduação e Pós-Graduação, como a ocorrida na Universidade Federal do Piauí (UFPI) com a implantação do Mestrado em História, no ano de 2004, e do Doutorado anos depois. Isso fortaleceu o campo da pesquisa, do ensino e da extensão

18 CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

19 RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-Francois (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa; CHAUVEAU, Agnes; TETART, Philippe (org.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

em História e nas áreas afins, além de intensificar a publicação e circulação das pesquisas junto à sociedade, por meio de iniciativas como a que aqui se apresenta.

Sabemos, porém, que essas conquistas – embora tenham sido imprescindíveis -, não foram suficientes diante das enormes demandas enfrentadas em nosso meio social e acadêmico, e que também não se constituíram como permanentes (aliás, como nada o é em história), pois exigem atenção e mobilização constante, sobretudo por terem-se tornado alvo no campo das relações de força que envolvem nosso cenário histórico na contemporaneidade.

Elaborada no seio do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB) da UFPI – esta obra conta com a colaboração de pesquisadores que integram a UFPI e outras instituições do estado e do país, seguindo uma proposta que desenvolvemos há muito tempo no PPGHB de estimular a produção e a circulação do conhecimento histórico produzido em nosso seio junto à comunidade acadêmica e ao público em geral. Pretendemos, entre outros objetivos, fortalecer o compromisso dos professores-pesquisadores, autores dos artigos aqui publicados, com temáticas que inquietam e provocam o entendimento de nossa sociedade, assim como visamos também contribuir para o estímulo à formação de uma cultura de valorização à leitura e à escrita em nosso meio social[20].

---

20 Várias vêm sendo as obras elaboradas pelo coletivo que integra o PPGHB, entre as quais podemos destacar: FONTINELES, Cláudia C. S.; SOUSA NETO, Marcelo de; FONTINELES FILHO, Pedro Pio. *Maneiras de ver(a)cidade de Teresina*. Teresina: EDUESPI, 2021; FONTINELES, Cláudia C. S.; SOUSA NETO, Marcelo de.; FERREIRA, Ronyere; EVERTON, Sthênio de S (Org.). *Ateliê da História,* Teresina: EDUFPI/São Paulo: Mentes Abertas, 2019; FONTINELES, Cláudia C. S.; CASTELO BRANCO, Pedro V.; CRUZ, Marcelo Silva. (Org.). *A oficina de Clio*: História, Cidades e Linguagens. Teresina: EDUFPI, 2016; FONTINELES, Cláudia C. S.; MONTEIRO, Jaislan.; CERQUEIRA, Maria Dalva F. (Org.). *Itinerários da Pesquisa em História*: a polifonia de um campo. Teresina: EDUFPI, 2014; REGO, Ana R.; QUEIROZ, Teresinha; HOHLFELDT. Antonio (Org.). *Tempo & Memória*: interfaces entre os campos da Comunicação e da História. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020; AVELINO, Yvone D.; GOMES, Edgar da S.; NASCIMENTO, Francisco Alcides do (Org.). *Tecendo histórias e memórias das cidades brasileiras*. São Paulo: e-Manuscrito, 2021; NASCIMENTO, Francisco de Assis de S.; SILVA, Jaison C.; FERREIRA, Ronyere. (Org.). *História e Arte:* teatro, cinema, literatura. Teresina: EDUFPI, 2016; CASTELO BRANCO, Edwar de A.; CARDOSO, Vinícius. A. (Org.). *Torquato Neto*: um poliedro de faces infinitas. Teresina: EDUFPI, 2016.

Para tanto, contamos com a contribuição qualificada de pesquisadores de instituições educacionais do país e do Piauí, entre as quais salientamos a colaboração decisiva dos professores-pesquisadores da Universidade Estadual do Piauí, instituição que – assim como a UFPI e como o Instituto Federal de Educação Tecnológica do Piauí (IFPI) – tem assumido fundamental papel no desenvolvimento da sociedade piauiense por meio das atividades educacionais que desenvolve. A mais recente de suas contribuições para nossa sociedade foi a implantação de sua editora, a Editora da Universidade Estadual do Piauí (EDUESPI), no ano de 2019, por onde nossa coletânea tem a honra de ser publicada, em mais esta iniciativa de promoção e fomento à popularização do acesso ao conhecimento produzido nas instituições públicas de ensino do Piauí. Isso, por si só, já é uma conquista em tempos de tantas perdas e redução de investimentos públicos em áreas de desenvolvimento social, como a educação e a pesquisa, ainda mais quando contribui para ampliar a difusão do conhecimento acadêmico-científico em nosso estado.

Salientamos isso porque o conhecimento histórico traz consigo as marcas do tempo e dos significados que cada sociedade atribui aos eventos e às formas de enunciá-los. Na historiografia, em muitas oportunidades, recorremos a diferentes outras áreas para entender a história, tida, em grande medida, como um ofício que lida com narrativas que transitam entre a arte e a ciência, a partir dos fios que nos ligam a diferentes saberes, como quando recorremos à mitologia grega que trata das ações de Ariadne para nos denominar de tecelões da história. Na lenda, a protagonista, movida pelo amor a Teseu, tece seus "fios" para auxiliá-lo a sair do labirinto-prisão que o cativara e o deixara sob o julgo do monstro Minotauro - fragmentado em parte humana, parte touro. Por amor, ela elabora subterfúgios para demarcar os caminhos que o amado deveria percorrer para livrar-se da prisão; por meio dos fios que constrói (os "fios de Ariadne"), pretende criar referências e orientações para a fuga às ameaças iminentes; pelos fios, alimenta suas esperanças.

Como tecelões da história, nós também tentamos construir os "fios" que nos sustentam e que nos auxiliam a enfrentar os "labirintos" da vida. Tentamos demarcar nossos caminhos, construir nossas referências e orientações. Como tecelões, construímos nossas formas de enfrentamento aos perigos que nos espreitam. A depender da matéria-prima que dispomos – nossos problemas de pesquisa – e munidos

com nossos instrumentais de trabalho – o *corpus* documental e as referencialidades teórico-metodológicas que adotamos – construímos o nosso caminho, num misto de coragem e receio, pois as ameaças não cessam de aparecer. Os riscos revigoram nossas maneiras de tecer nosso ofício e, assim, de o diversificarmos e o revitalizarmos, na confiança de também conseguirmos vencer os monstros que nos rondam.

Diante das situações que nos afligem, procuramos apoio em fios que nos sustentam diante dos desafios e ameaças; fios que são a expressão do amor e da coragem. Semelhantes a oleiros, produzimos nossa narrativa, que "não está interessada em transmitir o 'puro em si' da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele"[21] e, como oleiros, que deixam os registros de sua mão na argila trabalhada, imprimimos nossa marca nas narrativas que elaboramos.

Inspiramo-nos também na obra clássica de Homero, cuja trama é urdida a partir da tecitura dos fios por Penélope, que os usa como subterfúgio para não contrair novo matrimônio, enquanto aguardava o retorno do seu amado Ulisses. Tecer o dossel funerário de Laerte – e desfazê-lo à noite – foi a tática utilizada como forma de resistência àquilo que parecia ser um destino inevitável. Com paciência, destreza e resiliência, Penélope opera uma resistência contra a ideia de destino, naquilo que é uma das marcas centrais da própria história: a capacidade humana de combater um futuro apresentado como inevitável, na tentativa de reescrever o enredo tratado como irreversível.

Em ambas as situações, a sensibilidade é a força da resistência das protagonistas, que operam com os recursos que dispõem para interferir na história que se lhes apresentavam como pré-estabelecida. Os fios de Ariadne e de Penélope são seus instrumentos de reação e poder, mas também de esperança. Na arte da tecitura, reescrevem suas histórias e modificam seu entorno de maneira corajosa e perspicaz. Usam suas habilidades para transformar os instrumentos aparentemente frágeis – os fios que dispõem - para proceder ao enfrentamento das circunstâncias adversas que ameaçam a elas e seus amados. Pelos fios, elas reagem e não se deixam subjugar, nem tampouco aos que amam.

Para nós - amantes da história – essas protagonistas inscrevem-se como exemplos de força, inteligência, resistência e esperança, ao

21 BENJAMIN, Op cit, p. 205.

operarem com sensibilidade e astúcia para reagir contra as adversidades que se lhes impunham, pois os fios têm também a finalidade de ligar experiências e tempos históricos e de se projetar rumo ao futuro[22].

Assim, ao promover a tecitura de narrativas históricas, pretendemos articular os tempos por meio de nossa escrita e, com ela, conectar temporalidades e enfrentar os desafios que se apresentam a nós em nosso presente. Pela história, recusamo-nos à atonia que tenta nos paralisar, inclusive em nossa escrita e em nosso ofício; atonia que pretende aniquilar nossa esperança e a pulsão criativa que nos inspira; atonia que pretende nos intimidar e silenciar.

Por coragem e por amor, agimos. Nossa reação ocorre pelos fios históricos com os quais tecemos nossos enredos sobre os diferentes temas e tempos que pesquisamos.

Pela palavra escrita contida nesta obra, pretendemos tecer os laços que nos ligam àqueles cuja presença física não nos é mais possível – mas que estarão sempre conosco porque fazem parte de nossa existência e de nossa história - aos quais pretendemos honrar com nossos "fios" inscritos e escritos *no* e *sobre* um tempo de dor e de perdas, como o que escrevemos e publicamos este texto.

Recusamo-nos a aceitar que tantas vidas tornem-se apenas números frios e, para isso, acreditamos ser o despertar da consciência história[23] um elemento indispensável, cuja construção precisa ser assumida por todos nós. Esta coletânea propõe-se a contribuir para atender a essa provocação, ao tentar combater à atonia de nosso tempo.

Isso acentua a importância do esforço e da coragem de todos que se empenharam na construção coletiva deste livro.

---

22 HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*: ensaios sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999; ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *História*: arte de inventar o passado - ensaios de teoria da História. São Paulo, 2007; ARENDT, Op. cit.

23 RÜSEN, Jörn. *História viva:* teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: UNB, 2007; KOSELLECK, Reinhart. *Futuro do passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio Janeiro, Contraponto, Ed. PUC – Rio, 2006.

E a cultura, serve para quê? Breve reflexão à luz da história social[1]

Denilson Botelho[2]

Introdução (sob a desqualificadora sombra do diletantismo)

No período em que ainda cursava a graduação em História, diariamente eu cruzava a baía de Guanabara. Aluno do curso noturno, residindo no centro do Rio de Janeiro, tomava a barca Rio-Niterói diariamente, ao final da tarde, tentando chegar à sala de aula às 18 horas. Naquele tempo, entre o final da década de 1980 e o início dos anos 1990, era comum fazer a travessia na companhia de colegas de diferentes cursos da Universidade Federal Fluminense. Após o encontro que ocorria no embarque, ainda na estação da Praça XV de Novembro, seguíamos conversando até a estação Arariboia, ou mesmo até o Campus do Valonguinho ou o do Gragoatá – após a mudança de endereço do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, o ICHF.

1 Texto desenvolvido no âmbito do projeto intitulado "Livros, leituras e ideias: história e crítica literária em Lima Barreto", financiado pela FAPESP através de Auxílio à Pesquisa – Regular, Processo nº 2018/19023-4.

2 Doutor em História pela Unicamp e Professor do Departamento de História da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp. E-mail: botelhodenilson@gmail.com

Numa dessas travessias deu-se uma conversa que jamais esqueci. Compartilhando planos sobre o futuro profissional e o que fazer depois de formados, certa vez um colega do curso de Administração, demonstrando certa inquietação, indagou-me com um questionamento que, por vezes, também ocorre a muitos leigos. Perguntava-me para que serviria a formação num curso de História, além da habilitação para lecionar. Sendo uma carreira que ele considerava desvalorizada e mal remunerada – e em parte isso procede, visto que o magistério é historicamente desprestigiado em nosso país -, qual seria a minha motivação para concluir o curso? E sabendo que, àquela altura, eu já me interessava especialmente pela literatura e o que ela tem a oferecer como objeto de estudo para o historiador – influenciado pelo contato com a obra seminal de Nicolau Sevcenko (1985) -, o companheiro eventual de viagem de barca não custou muito a formular suas próprias conclusões. Por mais que eu argumentasse, até com certa indignação, sobre a importância e a relevância social do ofício que escolhi, bem como do meu interesse por história e literatura, ao desembarcamos em Niterói, ele me confidenciou que sempre viu a escolha por esse campo de estudo, pesquisa e formação como mero diletantismo.

Nunca mais encontrei o tal colega, mas aquele diálogo me fez encarar, desde então, esse tipo de questionamento. Não tanto sobre o ofício de historiador, seja ele exercido no ensino ou na pesquisa - tema que não pretendo explorar nessas páginas -, mas pelo interesse na cultura como campo de pesquisa para a História. Estava diante da necessidade de refletir e aprofundar uma compreensão sobre a sua importância não apenas para historiadores, mas para a vida de todos nós, de modo geral. Esse texto apresenta algumas considerações em torno desse tema, apenas esboçando uma reflexão com a pretensão de motivar o debate.

O lugar e a importância da cultura

A pandemia causada pelo *Coronavirus Disease 2019* (ou Covid-19, doença infecciosa que provoca uma síndrome respiratória aguda) – contexto que atravessa a produção desse texto – acabou ensejando e facilitando respostas sobre a importância da cultura. Para milhões

de pessoas que tiveram o privilégio de se manter em quarentena como estratégia de enfrentamento da ameaça de contaminação – já que o governo federal optou pela omissão na gestão dessa crise -, o acesso à cultura por meios virtuais ou não foi o melhor antídoto contra a angústia, a ansiedade, o desamparo e o isolamento social que marcaram esse cenário. Na impossibilidade do encontro, dos abraços e das conversas presenciais indispensáveis, foi a música, o cinema (via *streaming* ou nas tvs), o teatro (encenado em *lives*), a literatura e a arte em geral, que nos permitiu preservar minimamente nossa condição existencial de seres humanos e sociais.

E é de uma dessas expressões artísticas que podemos extrair também a chave para essa questão. Em 2018 foi lançado o documentário dirigido pelo cineasta sérvio Emir Kusturica, intitulado *El Pepe, una vida suprema*. O filme aborda os últimos momentos de José Alberto Mujica Cordano, mais conhecido como Pepe Mujica, na presidência do Uruguai, ocorrida entre 2010 e 2015. Além de retratar a transmissão do cargo ao seu sucessor, Tabaré Vazquez, Kusturica sugere uma série de reflexões sobre o legado da gestão de Mujica.

A narrativa do documentário é articulada através de vários depoimentos do protagonista. Tomo a liberdade de reproduzir abaixo, em tradução livre, trechos de uma dessas falas de "El Pepe":

> O papel da cultura é incomensurável. Acho que a batalha cultural é a batalha que não lutamos. Não haverá uma humanidade melhor se não houver transformação cultural. Cultura não são quadros pendurados (...). Cultura é a rotina dos valores que temos na vida. Isso é parte da construção de uma sociedade melhor.
> [...]
> Destruir uma parede é rápido e fácil, mas construir uma não é fácil nem rápido. Mas só envelhecendo se aprende isso. Quando somos jovens, achamos fácil quebrar coisas. É muito mais difícil construir.
> [...]
> A história nos demonstrou que era bem mais difícil e aprendemos isto: para ter uma humanidade melhor, a questão cultural é tão ou mais importante que a questão material. Podemos mudar o lado material, mas se não mudarmos a cultura, não haverá mudança. A verdadeira mudança acontece em nossas mentes.[3]

3 Ver a partir dos 47 minutos de exibição do filme.

Nesse trecho fica mais do que evidenciado como Mujica vê a cultura no centro dos processos de transformação e mudança na história. Não a cultura na perspectiva diletante do meu colega dos tempos da graduação na universidade, a cultura da observação estéril dos quadros na parede, mas a cultura como algo que conforma nossa visão de mundo, nosso cotidiano em todas as esferas. Essa concepção de cultura certamente foi urdida ao longo da trajetória e da experiência de vida desse ex-militante do Tupamaros, o Movimento de Libertação Nacional, grupo que teve forte atuação nos anos 1960 e no combate à ditadura instalada no Uruguai entre 1973 e 1985 – enfrentamento que foi objeto de outro filme, lançado igualmente em 2018, contemplando esse outro período de sua vida e de seus companheiros de guerrilha: *La noche de 12 años*.

Tal como no Uruguai sob a gestão de José Mujica, a batalha cultural foi a batalha que não lutamos durante as administrações progressistas dos governos do Partido dos Trabalhadores no Brasil, entre 2003 e o golpe de 2016. Podemos transformar a vida material das pessoas, a exemplo do que se observou em nosso país nesse período, com programas sociais que, apesar de incipientes e limitados, retiraram da miséria e da fome milhões de brasileiros. Ou com a ampliação do acesso ao ensino superior para milhares de jovens para os quais a universidade sempre foi uma miríade. Essas e outras iniciativas de algum modo esboçaram uma tênue alteração no perverso quadro de desigualdades e concentração de renda que caracteriza o país, permitindo especialmente uma ampliação tímida do acesso ao consumo de bens e serviços.

Porém, como observa o ex-presidente uruguaio, se não mudarmos a cultura, não haverá mudança. E como não lutamos a batalha cultural, não transformamos visões de mundo capazes de aprofundar convicções sobre a indispensável urgência de uma efetiva distribuição de renda, recursos e riquezas, bem como sobre a importância dos direitos dos trabalhadores e dos princípios democráticos para viabilizar uma sociedade igualitária. Não só a mudança não veio, como deu lugar ao retrocesso que assistimos a partir do golpe de 2016 e da eleição presidencial de 2018.

Em parte, esse retrocesso pode ser atribuído ao fato de que até mesmo para muitos dos beneficiados por programas sociais e com o

acesso ao ensino superior, o modo de pensar e compreender a própria vida e a vida em sociedade não mudou no que tange ao entendimento crítico dos seus direitos de cidadania. Não se difundiu uma cultura capaz de valorizar a democracia e assegurar a luta contra a perversa concentração de renda no Brasil. Não se fomentou no plano da cultura o debate ideológico em torno de questões cruciais para viabilizar uma sociedade mais justa e pautada na igualdade. Daí advém, pelo menos parcialmente, uma explicação para a adesão afoita a um projeto fascista como o que saiu vitorioso das urnas em 2018.

Raymond Williams formulou um conceito de cultura – num ensaio datado de 1958 - muito apropriado para o exame dessa questão, cuja concepção é bastante próxima do que propõe José Mujica:

> A cultura é algo comum a todos: este o fato primordial. Toda sociedade humana tem sua própria forma, seus próprios propósitos, seus próprios significados. Toda sociedade humana expressa tudo isso nas instituições, nas artes e no conhecimento. A formação de uma sociedade é a descoberta de significados e direções comuns, e seu desenvolvimento se dá no debate ativo e no seu aperfeiçoamento, sob a pressão da experiência, do contato e das invenções, inscrevendo-se na própria terra. A sociedade em desenvolvimento é um dado, e, no entanto, ela se constrói e reconstrói em cada modo de pensar individual. A formação desse modo individual é, a princípio, o lento aprendizado das formas, dos propósitos e dos significados de modo a possibilitar o trabalho, a observação e a comunicação. (WILLIAMS, 2015, p. 5)

O mesmo Williams desenvolveu também uma instigante teorização e reflexão sobre as relações entre as condições da vida material e a cultura, num texto em que expõe quão dialética e dinâmica é a relação entre base e superestrutura, entre vida material e cultura (WILLIAMS, 2011a). No lugar do que sugere a ortodoxia marxista ao propor uma base (economia) determinante e uma superestrutura (cultura) determinada, o autor ressalta a importância de se levar em consideração o sentido original do termo "determinar" em alemão, que pode significar fixar limites e exercer pressões. Isto seria diferente de determinar como processo que sugere um conteúdo essencialmente prefigurado, previsto e controlado por uma força externa pré-

existente. Relativizando esse significado, o pensador inglês investe numa descrição detalhada do que se deve entender por base, que, ao invés de significar algo fixo, estático, é processo, nunca um estado com propriedades fixas. E é um processo dinâmico. Se a base é processual, pois é do processo econômico que estamos tratando, a superestrutura não pode ser tomada como mero reflexo determinado, visto que não há um estado estático capaz de produzir essa determinação. O que temos então é uma relação dialética entre economia e cultura, as condições da vida material e os modos de pensar e conceber a própria vida no seu cotidiano. Há uma mútua "determinação" entre essas instâncias, conferindo importância indiscutível sobre os modos como os indivíduos se conduzem.

Williams entende que é o ser social que determina a consciência sobre a realidade vivida. "A coisa mais importante que um trabalhador produz é sempre ele mesmo, tanto na condição específica de seu trabalho quanto na ênfase histórica dos homens produzindo-se a si mesmos e a sua história" (WILLIAMS, 2011a, p. 48-49). Nesse processo de produzir a si mesmo localiza-se a importância da esfera cultural, pois é nela que se articula a hegemonia e a dominação de classe. Hegemonia supõe a existência de algo verdadeiramente total, vivido em tal profundidade, que satura a sociedade a tal ponto que constitui mesmo a substância e o limite do senso comum para muitas pessoas que estão sob a sua influência, correspondendo inclusive nitidamente à realidade da experiência social.

Em qualquer sociedade, há um sistema de práticas, significados e valores dominante e eficaz, que são organizados e vividos. Portanto, a hegemonia constitui um sentido da realidade para a maioria das pessoas. E esse sistema não é estático, é ativo e está sujeito a mudanças, pressões. A hegemonia depende de processos de incorporação, que estão na escola, na família, no trabalho, no plano intelectual – que funcionam como agências de transmissão de uma cultura dominante eficaz. Assim, existem sempre práticas, significados e valores que não são parte da cultura dominante efetiva – são culturas residuais e emergentes que evidenciam a inexistência de uma hegemonia absoluta. Porque nenhum modo de produção, nenhuma sociedade dominante e nenhuma cultura dominante pode esgotar toda a gama de práticas

humanas e das suas intenções. Sempre haverá áreas que a cultura dominante não será capaz de reconhecer.

Então poderíamos nos perguntar sobre quais são efetivamente as relações entre arte e sociedade ou, mais especificamente, entre literatura e sociedade. Convém considerar que essas relações não existem de forma abstrata. A literatura apresenta-se como uma prática na sociedade. Não cabe separar literatura e arte de outros tipos de práticas sociais. A arte pode ter características bem específicas, mas não pode ser separada do processo social geral (WILLIAMS, 2011a, p. 62). Por isso arte não é um objeto de consumo, que pode ser isolado e destituído de suas práticas de produção. As condições sociais reais de produção não podem ser negligenciadas.

Nessa perspectiva é que destaco dois campos de investigação na esfera da cultura que são da maior importância para a história social: a literatura e a imprensa. Em vista disto, passo a uma breve exposição sobre ambos.

O lugar da literatura

Num texto instigante, Antonio Candido (2004) argumenta que da mesma forma que todo e qualquer indivíduo precisa de alimentação, moradia, vestuário, acesso à educação, saúde e lazer, não é possível privá-lo da sua inesgotável capacidade de fabulação. A imaginação e a criatividade inerentes aos indivíduos se apresentam de diferentes formas ao longo do tempo e a literatura tornou-se uma das suas principais expressões. Antonio Candido defende a literatura como um dos direitos humanos fundamentais. Observa também que é indispensável o direito à crença, à opinião, ao lazer, à arte e à literatura. Porque não há quem possa viver sem a literatura, entendida como qualquer espécie de fabulação, nas suas diferentes formas de criação poética, ficcional ou dramática, seja no âmbito da cultura popular ou erudita. Num país em que a telenovela (antecedida pelo folhetim) foi e continua sendo um fenômeno de audiência, não é difícil notar a pertinência desta afirmação. E dessa fabulação literária resultam registros, rastros, documentos e testemunhos.

Para além das representações do real que a literatura pode conter, é importante problematizá-la como artefato historicamente

construído, enfatizando os seus processos de produção. Raymond Williams (1979) chama a atenção para este aspecto fundamental que é a feitura da forma literária. Compreendendo que a mensagem adquire eficiência sem igual quando dotada de uma estrutura literária e uma forma específica - que se classifica esteticamente como literatura -, faz-se necessário atentar para a relação dialética entre conteúdo e forma. O que o historiador tem a dizer sobre o modo pelo qual a literatura interfere na realidade e participa do movimento da história, não somente pelo seu conteúdo, mas também pela forma literária em que se apresenta publicamente? Sendo a literatura uma experiência de estar no mundo, a exemplo do que defende Judith Lyon-Caen (2019), é preciso compreender os elementos que a história traz para a escrita literária. Não para reduzir a literatura ao seu enquadramento numa época, mas sim para esclarecer como uma época confere sentido à literatura.

Se a literatura expressa, por um lado, uma forma do escritor estar no mundo e com ele interagir, interferindo no rumo dos acontecimentos e dos modos de pensar e agir; por outro lado, ela é também expressão do contexto histórico no qual se dá a criação literária. Williams (2011b) já descreveu o processo em que se forjou a figura do artista romântico como indivíduo distante da realidade e dotado de características excepcionais que fariam dele uma espécie de gênio criador. Em meio ao aprofundamento das relações capitalistas de produção na Inglaterra do século XIX, que ameaçava transformar tudo em mercadoria, inclusive a arte e a literatura, a criação do mito do gênio criador foi uma estratégia urdida para tentar fazer frente a esse cenário. O pensador marxista retira o literato do pedestal, transformando-o num homem comum (WILLIAMS, 2011b), flagrado nos embates característicos do ofício de escrever, porque "a cultura é algo comum" - como argumenta em um de seus textos. Portanto, interessa ao historiador – notadamente aos que se vinculam à história social – explicar as engrenagens que regem a produção literária que chega ao público na forma de crônicas, contos e romances, entre outros gêneros.

Por isso a literatura é, ao mesmo tempo, fonte, testemunho e objeto de pesquisa para o historiador interessado em compreender determinados aspectos de um tempo histórico específico. A literatura

o remete a esse universo da fabulação e dos modos de pensar de um certo período.

O lugar da imprensa

Da mesma forma, a imprensa também é fonte e objeto de investigação para a história social. Ao refletir sobre os meios de comunicação, Williams observa que estes "são sempre social e materialmente produzidos e, obviamente, reproduzidos" (WILLIAMS, 2011c, p. 69), ressaltando que: "A comunicação e os seus meios materiais são intrínsecos a todas as formas distintamente humanas de trabalho e organização social, constituindo-se assim em elementos indispensáveis tanto para as forças produtivas quanto para as relações sociais de produção" (WILLIAMS, 2011c, p. 69).

Os meios de comunicação possuem assim relações com o complexo geral das forças produtivas e com a relações sociais que são por eles produzidas (WILLIAMS, 2011c, p. 69-70). Na sua análise, o pensador inglês indica que é preciso vencer três bloqueios ideológicos ao se investigar o tema: 1) O de ver os meios de comunicação apenas como dispositivo para passar informação, abstraindo os processos que lhe dão origem. 2) O de distinguir meios de comunicação naturais e tecnológicos, como se a comunicação de massa fosse desprovida dos seus processos de produção. Isso implicaria em desconsiderar aspectos como a propriedade dos meios de comunicação e todo o complexo de forças produtivas e relações sociais dentro das quais os meios de comunicação são desenvolvidos e empregados. 3) É preciso superar a ideia de que produção é somente produção capitalista, produção de mercadorias, que situa a comunicação como um processo de segunda ordem – sobretudo nas formulações mecânicas de base e superestrutura.

Portanto, é preciso pensar numa história da produção comunicativa, considerando os "meios de comunicação como meios de produção dentro de um complexo de forças socioprodutivas" (WILLIAMS, 2011c, p. 74). Só assim é possível compreender, por exemplo: o significado da edição (WILLIAMS, 2011c, p. 82-83); questões de controle e acesso aos meios de comunicação, visto que "a realidade do acesso estará em relação direta com as formas de

controle do capital e com a ordem social geral a elas relacionada" (WILLIAMS, 2011c, p. 81); o interesse das classes dominantes pelos meios de comunicação; a questão do monopólio da radiodifusão; a divisão do trabalho dentro dos meios de comunicação (produção); as relações de classe nos meios de comunicação (nos jornais, etc) – quem diz o que e por/para quem; e que a liberdade de imprensa não pode ser confundida com a definição burguesa de liberdade.

Dedicado ao estudo da contribuição da obra de Antonio Gramsci para a compreensão da realidade em que vivemos, Dênis de Moraes observa que o pensador italiano, bem como Karl Marx, reconhecia a centralidade da imprensa e do jornalismo "na arena das lutas ideológicas e de classe" (MORAES, 2020). E ressalta: "Ambos [Gramsci e Marx] se propuseram a desvelar a influência da imprensa na formação de consciências, o que a inscreve no campo de disputas de sentidos e contrassentidos que atravessam a sociedade civil" (MORAES, 2020).

Centenas de páginas foram destinadas a investigar o tema por parte de Gramsci, justamente em face de sua centralidade:

> Gramsci situa a imprensa no centro nevrálgico da produção do consenso que fundamenta o exercício do poder na sociedade capitalista. Ele indica que, em momentos de crise do sistema representativo tradicional, os periódicos às vezes extrapolam sua função habitual de informar e têm um peso desproporcional na vida pública, inclusive interferindo nos processos de escolha dos governantes, pressionando governos politicamente vulneráveis e se beneficiando de suas relações com o poder econômico e financeiro" (MORAES, 2020).

Num artigo publicado em 12 de dezembro de 1916, Gramsci explora de forma contundente as motivações da imprensa na rotineira intervenção que realiza ao abordar o cotidiano e em face dos interesses da sociedade civil e da classe trabalhadora em especial. Reforça assim o necessário entendimento de que não existe imparcialidade, isenção ou neutralidade quando se trata de produzir e veicular informação, tarefa que define o jornalismo. A citação é longa, mas vale pela sua eloquência:

> Deveria recordar-se sempre, sempre, sempre, que o jornal burguês (qualquer que seja sua cor) é um instrumento de luta movido por ideias e interesses que estão em contraste com os seus. Tudo o que se publica é constantemente influenciado por uma ideia: servir a classe dominante, o que se traduz sem dúvida num fato: combater a classe trabalhadora. E, de fato, da primeira à última linha, o jornal burguês sente e revela essa preocupação. Mas o pior reside nisto: em vez de pedir dinheiro à classe burguesa para o subvencionar a obra de defesa exposta em seu favor, o jornal burguês consegue fazer-se pagar pela própria classe trabalhadora que ele combate sempre. E a classe trabalhadora paga, pontualmente, generosamente. Centenas de milhares de operários contribuem regularmente todos os dias com seu dinheiro para o jornal burguês, aumentando a sua potência. Por quê? Se perguntarem ao primeiro operário que encontrarem no elétrico ou na rua, com a folha burguesa desdobrada à sua frente, ouvirão esta resposta: É porque tenho necessidade de saber o que há de novo. E não lhe passa sequer pela cabeça que as notícias e os ingredientes com as quais são cozinhadas podem ser expostos com uma arte que dirija o seu pensamento e influa no seu espírito em determinado sentido. E, no entanto, ele sabe que tal jornal é conservador, que outro é interesseiro, que o terceiro, o quarto e quinto estão ligados a grupos políticos que têm interesses diametralmente opostos aos seus. Todos os dias, pois, sucede a este mesmo operário a possibilidade de poder constatar pessoalmente que os jornais burgueses apresentam os fatos, mesmo os mais simples, de modo a favorecer a classe burguesa e a política burguesa com prejuízo da política e da classe operária. Rebenta uma greve? Para o jornal burguês os operários nunca têm razão. Há manifestação? Os manifestantes, apenas porque são operários, são sempre tumultuosos, facciosos, malfeitores". (GRAMSCI, 1916)

Sobram razões para indicar o papel desempenhado pela imprensa e jornais nas sociedades contemporâneas que, como sugere Dênis de Moraes, se comportam e atuam como partidos políticos. Como observa o próprio Gramsci, trata-se de uma "organização material voltada para manter, defender e desenvolver a 'frente' teórica ou ideológica" (GRAMSCI, 2004, p. 78) composta por editoras, jornais, revistas de todo tipo. "A imprensa é a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica, mas não a única: tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte dessa

estrutura. Dela fazem parte: as bibliotecas, as escolas, os currículos e os clubes de variado tipo" (GRAMSCI, 2004, p. 78).

Conclusão

André Glaser (2011) afirma que o conceito-chave da teoria da cultura de Williams é o "materialismo cultural", que permite ao autor analisar a cultura na sua estreita e dialética relação com as esfera econômica e social. Ou seja, para o materialismo cultural, não há como compreender a cultura destituída de suas relações com a economia, a política e a sociedade – instâncias que dão conta da materialidade da cultura.

A seara da cultura, da arte e da imprensa revela-se crucial para a compreensão do mundo e suas transformações. No prefácio de um engajado livro de Jean-Michel Leterrier, intitulado *Aux livres, citoyens!*, Francis Combes apresenta as seguintes considerações[4]:

> Ler, ler com um espírito crítico, pensar por conta própria e não se contentar com o senso comum, é também a isso que convida-nos o grande filósofo e militante marxista Antonio Gramsci, segundo o qual devemos nos tornar 'artesãos de nós mesmos'. Toda a história do movimento operário mostra que há uma cultura, e uma consciência de classe que nascem da experiência do trabalho e da exploração. Mas essa consciência espontânea não é suficiente. Pode-se espontaneamente sentir e compreender que o capitalismo é um sistema predatório para os homens e a natureza; mas isso não é suficiente para compreender como ele funciona e como mudar de sistema. Para isso, é necessário adquirir conhecimentos científicos, se possível o melhor nível de conhecimentos gerais de sua época, um nível de conhecimento mundial, como preconizava justamente Gramsci..." (COMBES, 2013, p. 12)

É justamente isso que se pretende aqui enfatizar, ou seja, a importância da cultura, da arte, da literatura e da imprensa como elementos a serem estudados, transformados em objetos de pesquisa, em face da sua importância para a compreensão do processo histórico. Afinal, como destaca o próprio Leterrier lembrando Gramsci, nesse

4 Tradução livre do trecho citado.

mesmo livro, se é possível falar de intelectuais, não é possível falar de não intelectuais, pois não existe atividade humana da qual se possa excluir a intervenção intelectual. "A leitura é uma das atividades que permite esse enriquecimento de si, tanto pelo conteúdo do livro, o trabalho de escrita do autor, como pela ação, o ato de ler que em si mesmo é um processo de criação pessoal que [...] constitui em si só um ato de resistência e de emancipação" (LETERRIER, 2013, p. 14-15).

Se o foco da história são os processos de mudança, de transformação, a cultura é um dos seus objetos centrais, cuja importância é inquestionável. A pesquisa sobre literatura e imprensa – longe do diletantismo que o senso comum lhe atribui - é algo que se impõe aos historiadores, pois remete aos processos de transformação que desejamos não apenas compreender, mas também realizar.

Referências bibliográficas:

CANDIDO, Antonio. "O direito à literatura". In: *Vários escritos*. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004, pp. 169-191.

COMBES, Francis. « Vingt ans après». In: LETERRIER, Jean-Michel. *Aux livres, citoyens!* Paris: Le Temps des Crises éditeurs, 2013, pp. 7-12.

EL PEPE, UNA VIDA SUPREMA. Direção: Emir Kusturica. Produção de Kramer & Sigman Films e Oriental Films. Argentina, Uruguai e Sérvia: Netflix, 2018. (73 min.) Disponível em: https://www.netflix.com/title/81094074 Acesso em: 30 jul. 2020.

GLASER, André. "Prefácio à edição brasileira". In: WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, pp. VII-XIII.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo.

GRAMSCI, Antonio. “Os jornais e os operários”. In: *Marxists Internet Archives*, 1916. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm Acesso em: 21 set 2020.

LA NOCHE DE 12 AÑOS. Direção: Álvaro Brechner. Produção de Mariela Besulevsky, Philippe Gompel, Birgit Kemner, Vanessa Ragone e Fernando Sokolowics. Uruguai, Espanha, Argentina e França: Netflix, 2018. (122 min.) Disponível em: https://www.netflix.com/watch/80185375 Acesso em: 30 jul 2020.

LETERRIER, Jean-Michel. *Aux livres, citoyens!* Paris: Le Temps des Crises éditeurs, 2013.

LYON-CAEN, Judith. *La griffe du temps*: ce que l’histoire peut dire de la littérature. Paris: Éditions Gallimard, 2019.

MORAES, Dênis de. “Quando os jornais se convertem em partidos: a imprensa partidarizada a serviço do poder”. In: *A terra é redonda*, 19/09/2020. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/quando-jornais-se-convertem-em-partidos/ Acesso em: 20 set 2020.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979 [1971].

WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria da cultura marxista. In: *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011a, p. 43-68.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade*: de Coleridge a Orwell. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011b [1952].

WILLIAMS, Raymond. “Meios de comunicação como meios de produção”. In: *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011c, p. 69-86.

WILLIAMS, Raymond. A cultura é algo comum. In: *Recursos da esperança*: cultura, democracia, socialismo. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015, pp. 3-28.

Da cabeça aos pés: uma história do corpo na formação das visualidades afrobrasileiras

Túlio Henrique Pereira[1]

O destino de Ícaro
O sangue de preto
As asas de ar
(CALCANHOTTO, 2020)

Um nome para o corpo: Miguel e o Tempo Presente

No dia 2 de junho de 2020, durante as políticas de isolamento social estabelecidas nos estados e municípios brasileiros em decorrência da pandemia da COVID-19, em meio a um jogo de tensões políticas protagonizado pelo chefe do executivo federal em oposição às diretrizes sanitaristas implementadas por alguns governadores, especialmente na região Norte e Nordeste do Brasil (EM, 2020)[2],

1 Túlio Henrique Pereira é Doutor em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI). É professor do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri (URCA), professor efetivo do Programa de Mestrado ProfHistória (URCA/UFRJ). E-mail: tulio.henrique@urca.br.

2 Disponível em: </> https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/05/21/interna_politica,1149427/medidas-de-isolamento-ficam-de-fora-de-discussoes-entre-bolsonaro-e-go.shtml </>. Acesso em: 15 ago. 2020.

(G1, 2020)[3], (UOL, 2020)[4], (CNN BRASIL, 2020)[5], (FOLHA PRESS apud AMAZONAS ATUAL, 2020)[6], (UNINTER, 2020)[7], uma manchete tomou conta dos principais veículos de informação imprenso, radiofônico, virtual e televisivo do país: a morte de mais uma criança negra do sexo masculino, de cinco anos de idade; o menino Miguel, como ficou conhecido Miguel Otávio Santana da Silva, morto após cair do nono andar do Edifício Maurício de Nassau, no Bairro de São José, na região central da cidade de Recife, no estado de Pernambuco (G1, 2020).[8]

De acordo com a mãe de Miguel, Mirtes Renata Santana de Souza, empregada doméstica de 33 anos de idade, o menino estava sob os cuidados de sua ex-patroa, Sarí Mariana Costa Gaspar Corte Real, 31 anos, a esposa do prefeito de Tamandaré, PE, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), Sérgio Hacker Corte Real, 31 anos (RADIO JORNAL, 2020)[9]. Mirtes, a mãe de Miguel, passeava com o cachorro de Sarí no momento em que seu filho despencava para a morte (G1, 2020)[10], (ÉPOCA, 2020)[11], (FOLHA, 2020)[12].

---

3 Disponível em: </> https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/25/governadoras-reagem-ao-pronunciamento-de-bolsonaro-sobre-coronavirus.ghtml </> . Acesso em: 6 set. 2020.

4 Disponível em: </> https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/01/isolamento-lei-embasa-governadores-e-embate-com-bolsonaro-pode-ir-ao-stf.htm </>. Acesso em: 15 ago. 2020.

5 Disponível em: </> https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/03/26/contra-discurso-de-bolsonaro-governadores-mantem-isolamento-nos-estados </>. Acesso em: 15 ago. 2020.

6 Disponível em: </> https://amazonasatual.com.br/e-guerra-tem-que-jogar-pesado-com-governadores-diz-bolsonaro/ </>. Acesso em: 6 set. 2020.

7 Disponível em: </> https://www.uninter.com/noticias/o-isolamento-os-inimigos-e-a-sorte-de-bolsonaro-no-novo-cenario-politico-em-tempos-de-pandemia </>. Acesso em: 20 ago. 2020.

8 Disponível em: </> https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/05/caso-miguel-como-foi-a-morte-do-menino-que-caiu-do-9o-andar-de-predio-no-recife.ghtml </>. Acesso em 18 ago. 2020.

9 Disponível em: </> https://radiojornal.ne10.uol.com.br/noticia/2020/09/18/caso-miguel-escute-a-musica-de-adriana-calcanhotto-dedicada-ao-menino-195413 </>. Acesso em: 3 out. 2020.

10 Disponível em: </> https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/06/29/caso-miguel-ela-e-um-monstro-uma-pessoa-fria-e-calculista-diz-mae-do-menino-apos-conversar-com-ex-patroa-na-delegacia.ghtml </>. Acesso em 1 out. 2020.

11 Disponível em: </> https://epoca.globo.com/sociedade/ele-nao-escalaria-duas-muretas-cairia-de-la-sozinho-diz-mae-de-menino-miguel-24476878 </>. Acesso em: 1 out. 2020.

12 Disponível em: </> https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/caso-devia-estar-resolvido-no-primeiro-dia-diz-mae-de-miguel-morto-aos-5-no-recife.

A cantora e compositora brasileira, Adriana Calcanhotto, compôs e divulgou uma canção no mesmo ano da morte de Miguel, intitulada *2 de Junho* em homenagem ao menino. O verso da letra da música utilizado como epígrafe de abertura neste ensaio faz alusão ao anjo Ícaro subvertido pela enunciação da coloração do sangue preto em referência à criança morta.

Interessa na letra da canção o ponto em que ela oferece elementos que conectam o objetivo central desse ensaio: perceber os elementos alegóricos nas pinturas produzidas ao final do século XIX e início do século XX, cuja temática se relaciona à cabeça e outras partes dos membros humanos que formarão o corpo de personagens negras, tanto masculinas quanto femininas representadas pelos pintores brasileiros acadêmicos.

Esse ensaio se constitui de uma tentativa de escrever a história por meio das imagens produzidas no passado distante, a partir das pinturas *Cabeça de homem* (1891), do pintor niteroiense Antonio Rafael Pinto Bandeira (1863-1896); *Mãe preta* (1912) e *Doceira baiana* (1925), ambas do pintor piauiense Luícilio de Albuquerque (1887-1939). Ao mesmo tempo em que se considera as questões do tempo presente e suas permanências reificadas, reconhecendo a produção de uma história humana, cujas interações e relações sociais ganham foco central, estabelecendo diálogos profundos entre o passado e o presente, de modo que se possa reconhecer a história no seu *status* de ciência dos homens no seu tempo (BLOCH, 2001).

Segundo o historiador francês Jacques Le Goff a interação entre o passado e o presente seria a condição para a escrita de uma história permanentemente viva e em favor da vida, de modo que ela permita ao historiador interrogar o tempo de forma constante, a partir das fraturas e ausências do tempo presente, para ele "o historiador está submetido ao tempo em que vive" (LE GOFF, 1994, p. 13). Pierre Nora, historiador francês nos deu elementos para interrogarmos melhor esse passado, uma oportunidade aos historiadores de refletirem acerca dos processos de descolonização da Argélia, que fez emergir novos impulsos e necessidades de compreensão do tempo vivido. Esse tempo dos historiadores, aproximam e distanciam a história da memória,

shtml </>. Acesso em: 1 out. 2020.

e reestabelece a importância de se pensar na história vivida com o tempo, novas dimensões e tensões socioculturais e uma cronologia que não se ancore à ideia ocidental construída ao longo dos séculos XIX e XX.

Para além de uma história acontecimental, faz-se necessário compreender por meio da emergência de novas fontes e metodologias, a história viva (NORA, 1993).[13]

Ao utilizar manchetes de jornais on-line a respeito da morte do menino Miguel, uma fatalidade ocorrida no ano em que escrevo esse ensaio, fazer uso de três pinturas, sendo uma delas do final do século XIX e duas do início do século XX, e, por fim, entrecruzar a essas fontes a letra de uma música criada na primeira metade do século XXI, muitos historiadores sociais se apressariam em acusar-me de anacronismo, pois eis que a história verdadeiramente científica teria que se ocupar ao trabalho com o tempo encerrado e distanciado de quem o analisa, estabelecendo inclusive, o distanciamento do acontecido, haja vista a compreensão de que a história é a reconstrução do que não existe mais, formulando uma representação do passado ou criando esse passado a partir do presente, assim como já escreveu o francês Pierre Nora ao considerar que "a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais" (NORA, 1993, p. 9) .

Noutro ponto dessa questão que provoca tensões téorico-metodológicas em muitos historiadores sociais encontram-se o pensamento de duas personalidades francesas do campo da história e das imagens, de um lado Nicole Loraux (1992) e, do outro, Georges Didi-Huberman (2015). Ambos historiadores defendem a subversão da temporalidade ocidental no tratamento das fontes, especialmente quando essas poderiam ser heterogêneas e partirem do tempo de vida do historiador. Desse modo, considera-se aqui a emergência formal do uso do anacronismo para que novas temporalidades possam ser entrecruzadas no tempo histórico narrado, permitindo que a história dialogue com o tempo presente de forma interativa, social e viva.

13 Para reflexões pontuais acerca da História do Tempo Presente, ver: ROUSSO, 2012; HARTOG, 2013; KOSELLECK, 2006; DIDI-HUBERMAN, 2015; DOSSE, 2001; FICO, 2012; LORAUX, 1992.

O diálogo entre a literatura e a pintura também foi possível porque há intermediações que constroem sentidos acerca da imagem e do texto, na compreensão do processo, das intenções e do contexto de suas produções (GOMBRICH, 1999). Essa operação possibilita a leitura e compreensão do texto como dinâmica para olhar e analisar a imagem enquanto objeto não fixo, podendo ser analisado de modo diacrônico, subvertendo a linha evolutiva da história (DIDI-HUBERMAN, 1990). Assim, a literatura e a pintura são compreendidas enquanto fontes heterogêneas que podem ser comparadas, confrontadas, formuladas na companhia de outras fontes também heterogêneas para a formulação de sentidos e códigos visuais que precederam sua condição figurativa.

De acordo com Paulo Knauss, "o estudo das imagens serve, assim, para estabelecer um contraponto a uma teoria social que reduz o processo histórico à ação de um sujeito social exclusivo e define a dinâmica social por uma direção única" (KNAUSS, 2006, p. 100). E Kabenguele Munanga (2001) oferece repertório teórico e analítico para que eu consiga pensar nos modos de superação do racismo institucional experienciado por expectadores dentro e fora dos ambientes de estudos em espaços escolares ou não, presenciais ou remotos, assim como no cotidiano da vida, durante o ato de lazer ou do repouso.

As imagens do corpo negro e indígena no Brasil foram criadas por europeus em missão pelo território. Foi Debret, Albert Eckhout, Rugendas, e outros, os responsáveis por construir um imaginário visual desses corpos negros. Esse imaginário persiste na mentalidade atual de brasileiras e brasileiros. Mas, muitas décadas depois, questiono: onde estão os artistas plásticos negros, capazes de pintar esses corpos não-brancos, com a mesma dignidade dada aos corpos brancos? Por que ações como essas não são vistas como fundamentais?

Da cabeça aos pés: o discurso racial do corpo negro

O mundo como o conhecíamos não é mais o mesmo após a pandemia estabelecida pelo novo Coronavírus (Covid-19). As pessoas não revelaram a sua melhor faceta solidária, democrática, inclusiva e fraterna, como muitos comunicadores e teóricos acreditaram. A

pandemia da Covid-19 surgiu como uma onda no avanço das políticas de austeridade trazidas pelos governos de alinhamento liberal, conservador e fundamentalista ao redor do globo terrestre. Discursos negacionistas, práticas racistas, machismo e opressões contra as liberdades individuais passaram a ser cada vez mais recorrentes (REIS, 2020).

A morte do menino Miguel fez com que as mídias sociais trouxessem, em forma de reprodução digital, a pintura *Mãe preta* (1912), com a referência completa do seu pintor, Lucílio Albuquerque, um homem branco de família pernambucana, nascido em Barras, interior do Piauí. Segundo Piedade Epstein Grinberg, Lucílio mudou-se para São Paulo, onde estudou faculdade de Direito até o primeiro ano, ingressando, em 1896, na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. Lucílio sentiu-se realizado por ter trocado o curso, foi "a maior emoção de [sua] carreira" (GRINBERG, 2008, p. 1).

> Em janeiro de 1906, tendo terminado o curso da Escola Nacional de Belas Artes, ganha, em concurso, o prêmio de viagem à Europa por cinco anos, com a composição *Anchieta escrevendo o poema à Virgem*, obra de inspiração religiosa e mística [...] Durante o período acadêmico em Paris, que se estende até 1911, estuda na *École Nationale Supérieure des Beaux-Arts* e na *Académie Julian* [...]. (GRINBERG, 2008, p. 2).

Lucílio aperfeiçoa-se em desenho, na representação da natureza, no simbolismo e no impressionismo, passando a reproduzir o estilo acadêmico de sua formação com algumas reflexões intelectuais e pessoais que irão destacá-lo nos concursos de pintura mundo afora. Luciene Lehmkuhl chama atenção de nós, professores e pesquisadores ao nos depararmos com obras reproduzidas, ela analisou a premiada pintura *Despertar de Ícaro* (1910), reproduzida em cinco edições da revista *Ilustração Brasileira* e percebeu diferenças relevantes nessas impressões, considerando seus modos de ver e as possibilidades de receptividade da obra reproduzida (LEHMKUHL, 2012).

De acordo com Maraliz de Castro Vieira Christo, o pós-abolição no Brasil povoou o país com imagens de negros,

> nas primeiras décadas após a abolição, encontramos artistas que apresentaram mulheres negras em seus quadros. É difícil, entretanto, ter-se uma visão mais clara de seu significado, na ausência de um maior inventário sobre o tema. As obras que se destacam pertencem a acervos públicos, tornando-se mais conhecidas; são elas: *Engenho de mandioca (1892), e Redenção de Cã* (1895) de Modesto Brocos; *Mulata quitandeira*, de Antonio Ferrigno (c. 1893-1903); *Mãe negra*, de Lucílio de Albuquerque (1912) e *Tarefa pesada*, de Gustavo Dall'Ara (1913). (CHRISTO, 2009, p. 2).

Christo traz a pintura *Mãe preta* (1912), de Lucílio de Albuquerque, como uma das obras de maior destaque nas primeiras décadas do pós-abolição no Brasil. E ao debruçar-se na análise desse quadro, a autora nos diz se tratar de uma "docilidade com ternura na cena, de modo a criar no expectador uma ligação afetiva com a mãe que amamenta, internalizando, contudo, um silencioso mal estar" (CHRISTO, 2009, p. 3-4).

Nas redes sociais a mãe preta do quadro de Lucílio de Albuquerque foi tratada como uma alegoria que sintetiza o lugar fixado pelas mulheres negras em posições de subalternidade social ao longo do processo histórico nacional. Impressiona o fato de, pela primeira vez, testemunhar uma obra de arte brasileira, produzida nas primeiras décadas do século XX, reproduzida com a intenção de denunciar práticas racistas estruturais[14], como o fato da negligência aos cuidados de uma criança negra pela ex-patroa ocupada com o embelezamento das unhas.

14 Para a compreensão do conceito de racismo estrutural, ver: ALMEIDA, 2018.

Figura 1. Lucílio de Albuquerque, *Mãe Preta* (1912), óleo sobre tela, 180 x 130 cm, Salvador, Museu de Arte da Bahia

A representação da mulher na cena foi pincelada na cor marrom, com partes assombreadas na altura do ombro despido, os braços e mãos receberam estudos mais detalhados para dar a impressão de movimento. A mulher possui musculatura de quem se exercita com frequência. Ela veste tecidos brancos na altura do torso recobrindo o seio no canto direito da imagem; está vestida com saia longa com muito tecido na cor rosácea, na altura da cintura até os pés descalços. O pé direito da personagem, à esquerda do espectador da imagem chama atenção porque a planta está levemente flexionada para o espectador, mas em sentido que vai ao encontro do filho, como se a intenção fosse de empurrá-lo para mais longe de si. A mulher olha atenta para o filho preto estirado no chão, não se sabe a direção do olhar da criança negra, mas a cabeça está inclinada em direção ao

corpo da mãe que amenta uma criança branca vestida em tecidos brancos. Há um contraste na imagem da vestimenta das duas crianças, a negra não possui roupa na parte inferior do corpo, ela repousa sobre um tecido rígido e manchado. O bebê branco se aconchega no regaço da mãe preta, alimentando-se dela, consumindo a energia que ela produziu ao se tornar mãe.

Não há dignidade nessa cena senão a representação do corpo inteiro e dos detalhes técnicos que evidenciam partes mais elaboradas dos membros corporais, os tecidos, braços, dedos, melancolia nos gestuais, as tranças e a textura do cabelo, os fenótipos. É uma obra diferente daquelas em que os estudos se detinham à representação da cabeça das personagens negras, ignorando o resto do corpo, seja pela falta de técnica ou pelo desinteresse em desenvolvê-la para a representação desses corpos marginalizados.

Mãe preta (1912) foi apresentado pela primeira vez no ano em que Lucílio de Albuquerque recebeu medalha de ouro pela pintura *Despertar de Ícaro* (1910) pela 19ª Exposição Geral de Belas Artes da Escola Nacional de Belas Artes (GRINBERG, 2008, p. 4). Maraliz Christo escreveu que, "Lucílio opta por representar a negra em seu próprio ambiente paupérrimo, sem nenhum otimismo quanto ao futuro" (CHRISTO, 2009, p. 3-4)[15], e reitera

> os quadros mais conhecidos permitem perceber a preocupação sobre o lugar da mulher negra na sociedade brasileira. As opções são pessimistas: desaparecer pela miscigenação, permanecer reclusa na periferia e morros, ou aprisionar-se na cozinha, trabalhando sempre. (CHRISTO, 2009, p. 2).

Todavia, é notável que Maraliz Christo incorre num equívoco ao naturalizar a ideia de que a representação de Lucílio de Albuquerque tenha se baseado em uma cena ocorrida, testemunhada pelo autor. Sabemos que muitas pinturas se baseiam em um emaranhado de experiências visuais, e a composição das cenas não estão fixadas ao testemunho da verdade inconteste. Sim, o lugar empobrecido era comum na vivência de mulheres negras libertas no contexto do pós-

15 Disponível em: </> https://horadopovo.com.br/um-ensaio-a-mulher-negra-na-pintura-brasileira-no-inicio-do-seculo-xx-2/ </>. Acesso em 1 out. 2020.

abolição, mas havia exceções já durante o Império, assim como nos faz lembrar o historiador Richard Graham, "muitas escravas conseguiam comprar suas alforrias com o dinheiro do ganho enquanto outras até alcançavam algum privilégio econômico com direito a propriedade territorial e escravos próprios". (GRAHAM, 2013, p. 63).

Em um contexto de transformações e resistências, impulsionados pelo movimento antirracista estadunidense *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam), o Brasil do ano de 2020 parece ter se despertado para a necessidade da união e da vontade de ocupação no diálogo sobre o racismo permanente nas estruturas sociais que perpassam o campo político, jurídico, as representações visuais nas mídias de consumo e costume em suportes *indoor* e *outdoor*, e, especialmente nos ambientes intelectuais, de poder e no campo das afetividades. Nilma Lino Gomes já havia alertado sobre algumas transformações na sociedade brasileira, impulsionada pelos modelos estadunidenses, como a luta pelos direitos civis que fortaleceram no Brasil, o Movimento Negro Unificado (MNU),

> O Brasil do século XXI tem um perfil étnico-racial mais diverso do que há séculos atrás [...] não podemos desconsiderar que a sociedade brasileira, na atualidade, reconhece a existência do racismo e que os negros e as negras, aos poucos, ocupam mais espaços sociais, políticos e acadêmicos. (GOMES, 2017, p. 19).

A autora considera que muitos foram os avanços alcançados pela população negra no Brasil, mesmo diante dos desacordos entre uma parte da elite não-negra, que se especializou em assuntos da negritude no país. As considerações da pedagoga consideram a existência de um movimento negro educador, cujas vitórias promoveram um pouco mais de equidade social entre negros e brancos, ainda que essas mudanças não tenham ocorrido na proporção desejada, elas ocorreram, e suas considerações estão em acordo com as concepções do sociólogo Carlos Hasenbalg (2005).

Cabeça de negro x *Cabeça de homem*: reparações raciais no Brasil

Ao contrário de Lucílio de Albuquerque, o pintor niteroiense Antônio Rafael Pinto Bandeira não complementou ou aperfeiçoou

sua técnica de pintura na Europa. Ele não recebeu premiação de bolsa em dinheiro capaz de custear uma viagem de meia década para nenhum país europeu, embora ele tenha sido educado em acordo com os cânones europeus, dentro dos salões da Academia Imperial de Belas Artes (AIBA). Segundo evidências documentais apresentadas por José Roberto Teixeira Leite, Pinto Bandeira era um homem tímido, reservado e com limitações emocionais que poderiam ter provocado a sua morte precoce (LEITE, 1988).

Para melhor compreensão das afetividades e sensibilidades negras, considero utilizar a filosofia dagara acerca dos ensinamentos ancestrais, a partir de uma obra escrita por uma psicóloga e pesquisadora burquinense chamada Sobonfu Somé (2007).

A partir dessa leitura, é possível intuir que Pinto Bandeira, caso tenha sido um homem reservado, intimidado e solitário, responsabilizado por tirar sua própria vida; esses condicionamentos se davam ao fator racial que o impedia em mobilidade no contexto que se estruturava aos fins do século XIX. E consciente dessas amarras, bem como empobrecido e sensível, o pintor se via descentrado da lógica social que o marginalizava. De acordo com as leituras de Frantz Fanon (2008), entendo que reconhecer-se negro em um universo branco é desolador, pois, no caso de Pinto Bandeira, mesmo que esse possuísse habilidade, sensibilidade e destreza, a cor de sua pele foi um condicionante que o impediu de ascender social e economicamente, mesmo que obtivesse algum respeito em razão de sua dedicação e técnica muito bem apreendida na AIBA (CULTURA NITEROI)[16].

A filosofia dagara se entende por reflexões e inflexões baseadas na cosmovisão da África ocidental a partir do universo Níger-Congo, um sistema crítico de pensamento que problematiza e desestabiliza perspectivas únicas de entender as organizações sociais no globo terrestre.

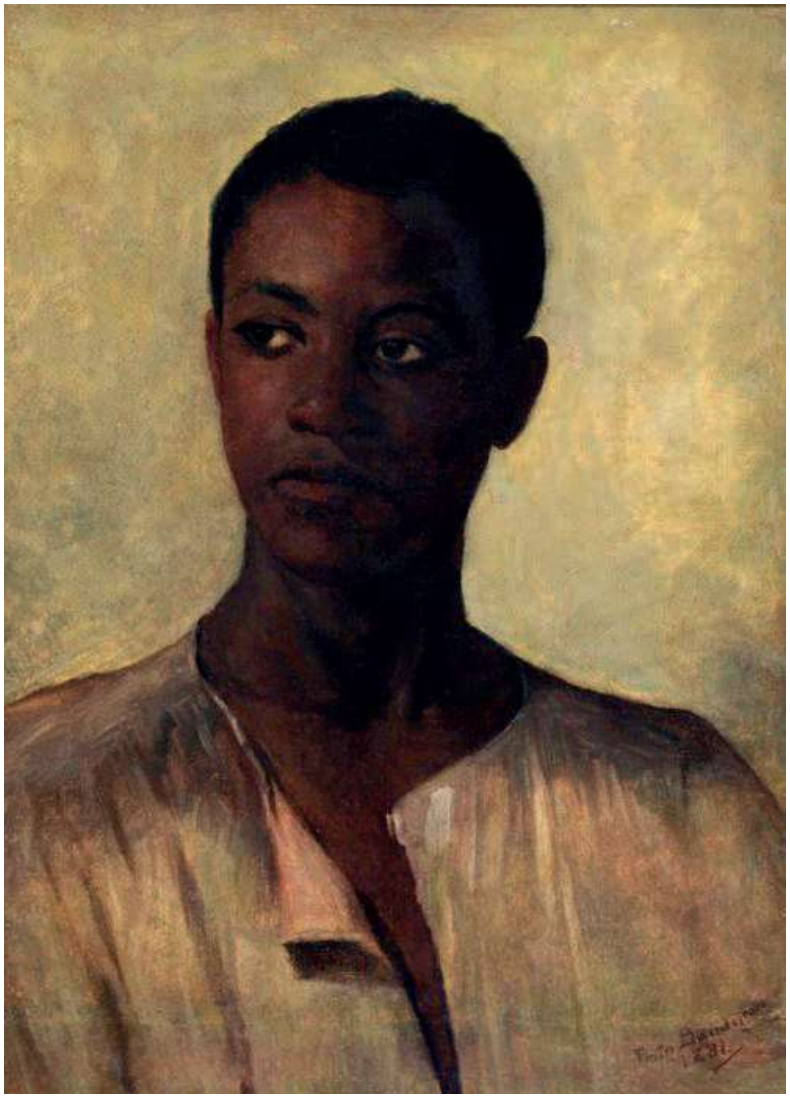
O texto de Sobonfu Somé é o ponto de partida para a observação e interpretação da pintura *Cabeça de homem* (1891), do pintor brasileiro Antonio Rafael Pinto Bandeira (1863-1896), cujas pinturas de retratos de personagens negras inauguraram, no país, rupturas com tipos

16 Disponível em: </> http://culturaniteroi.com.br/blog/?id=219&equ=mapadeartistas </>. Acesso em: 3 out. 2020

consagrados, destacando-se o grau de humanidade, personalidade e introspecção da sua personagem nessa obra, pertencente ao acervo do Museu Antônio Parreiras, em Niterói.

A partir da compreensão de que personagens negras não eram usadas como modelos nas aulas de desenho da figura humana desde a implantação da Academia de Belas Artes e Escola Nacional de Belas Artes no Brasil, percebe-se a necessidade de descortinar o mito da falta de representatividade dos corpos negros, tanto nas imagens visuais quanto abstratas, percebendo, por meio da reflexão e inflexão dagara, as possibilidades interpretativas que um retrato a óleo pode nos oferecer.

Figura 2. Antonio Rafael Pinto Bandeira – *Cabeça de Homem* (1891), óleo sobre tela, 54 x 39 cm. Museu Antônio Parreiras, Niterói



Há na pintura reproduzida aqui a expressão do olhar de um jovem homem, ele busca na direção esquerda do quadro aquilo que o expectador não pode ver. A melancolia, languidez e movimento tomam o busto de uma pintura realizada por um pintor negro brasileiro com a dignidade no estudo da composição da complexidade de uma personagem que interessa a quem olha.

Joana D'arc Araujo da Silva auxilia na percepção dos tons pastéis no plano de fundo da imagem, "associado aos tons levemente rosados da bata, discretamente entreaberta do modelo, ressaltam o brilho e o esplendor da pele negra, além da beleza e imponência do retrato" (SILVA, 2016, p. 70). Concordo com Silva a considerar o engajamento racial de Pinto Bandeira na composição de mais uma pintura do seu acervo, haja vista que, enquanto um homem do seu tempo marcado pelo discurso e o cotidiano estruturado pelos lugares sociais bastante delimitados para homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras, Pinto Bandeira poderia ter se dedicado apenas à reprodução dos modelos que aprendeu ao longo dos seus estudos na AIBA, demonstrando, por exemplo, ter sofrido a introjeção[17] do racismo que acomete comumente aos negros, impedindo-os de perceberem belezas e potencialidades em si e nos seus iguais.

Joana D'arc Silva confere um raciocínio que dá ao pintor Antonio Pinto Bandeira uma qualificação anacrônica, ao considerar que ele, "'militou' através da arte. Seus 'modelos vivos' foram em sua maioria, negros". (SILVA, 2016, p. 70).

Em 1888, Pinto Bandeira lecionou Desenho no Liceu de Artes e Ofícios de Salvador, mas permaneceu pela Bahia ao longo de dois anos apenas, retornando para o Rio de Janeiro e Niterói, onde tentou várias vezes, sem sucesso, estabelecer um ateliê de pintura (SILVA, 2016, p. 51-53).

17 Ao discorrer sobre a construção dos estereótipos, sejam esses positivos ou negativos em favor de brancos e desfavor de negros, Roger Bastide me fez pensar acerca do conceito de introjeção do racismo, quando os negros mais retintos conseguem demonstrar abjeção aos mais claros, e, muitas vezes, no caso de escritores brasileiros negros, "como se o negro, introjetando o modelo branco, se desse a si mesmo um superego ocidental, contradizendo seu ego verdadeiro". (BASTIDE, 1983, p. 116).

Os princípios de moral, as leis, o sistema judiciário, policial e os comportamentos no Brasil foram construídos a partir dos valores judaico-cristãos. Os livros didáticos e teóricos, a mídia, a literatura, os conteúdos e as abordagens em torno das questões negras no país, insistem pautar a negritude principalmente por esse viés dualista em que o branco é o bom e o negro o mau. As imagens tanto visuais quanto abstratas, aquelas que construímos depois da leitura de um texto, recuperam esses significados que são de fácil identificação.

Segundo a historiadora Vanda Arantes do Vale, a ausência de negros enquanto temática de estudos na Academia de Belas Artes e Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro do século XIX fazia parte de um projeto de criação da identidade nacional brasileira, "o desejo de se montar uma iconografia laica, racional e branca do Brasil" (VALE, 2002, p. 19).

Esse desejo de branquitude trata-se de uma herança do regime colonial, em que pretos, mulatos e brancos pobres, até conseguiam ingressar como alunos de artes plásticas nas instituições de ensino, como é o caso de Pinto Bandeira, mas, todavia, esses eram educados a pintar corpos brancos idealizados, e, apesar de poderem estudar nesses institutos, esses negros continuavam não servindo como modelos vivos para a pintura de retratos (VALE, 2002, p. 95). Até 1890 a produção artística do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se limitava a louvar a biografia da elite e as riquezas do Brasil e, embora nos anos posteriores os tipos indígena e negro tomassem a pauta das discussões, esses foram considerados problemas (VALE, 2002, p. 21).

Sigo para a apresentação e análise da última pintura que selecionei do acervo do pintor piauiense Lucílio de Albuquerque, trata-se da obra *Doceira baiana* (c. 1925). Sem datação correta, muitos críticos e analistas tomam essa pintura como sendo produzida depois da experiência de Lucílio na cidade de Salvador, em 1924. De acordo com Piedade Epstein Grinberg, o tempo que viveu na Bahia inspirou Lucílio a inserir elementos mais iluminados em suas composições inspirado pela luz tropical, os casarios antigos e a efervescência do mercado, ousando mais no uso de espátulas em lugar dos pincéis na sua composição de paisagens e representações dos corpos humanos "[...] quando o artista anula a estrutura acadêmica e suas pinceladas e manchas tornam-se mais consistentes e densas, comprovando

os efeitos de luz sob um cromatismo variado, que evidencia um impressionismo tardio" (GRINBERG, 2008, p. 5-6).

Caroline Fernandes ao analisar as representações visuais de vendedoras na pintura nacional, toma *Doceira baiana* como última obra de seu artigo. Noto que, em meio a paisagem urbana recortada, onde estão dispostas duas vendedoras, uma delas em primeiro plano, sentada no degrau que a impulsiona para cima, coluna ereta, atenta em seu trabalho de vender doces, seus contornos são manchados de modo que a fenotipia do desenho da boca e nariz não fiquem nítidos. A outra personagem se espreita no plano de fundo atrás da vendedora de doces em atividade, está recostada na parede, parece contrita, em perfil, de pernas flexionadas ela se afunda em seu próprio corpo. Ambas vestem muitos panos, longas saias, sendo a primeira na cor vermelha e a segunda na cor rosa, turbantes e blusas nas cores brancas com renda e manto.

Caroline Fernandes descreve a melancolia da cena,

> seguindo um padrão mais ou menos constante, deixa ver somente os vincos de uma parede, à direita do espectador, a indicação de uma porta de madeira. A cena é melancólica e a não ser pelos contrastes de cores na figura central da doceira, prevalecem tons pastéis. Nota-se que não há pretensão de engrandecimento da figura da mulher, mas a narrativa visual é empreendida num sentido mais descritivo, de constatação e registro do que enaltecimento. (FERNANDES, 2008, p. 10).

Concordo com Fernandes quando ela atribui à obra "uma expressão de precariedade e decadência" (FERNANDES, 2008, p. 10), tal como nos havia falado Maraliz Christo do lugar "paupérrimo, sem nenhum otimismo quanto ao futuro" na obra *Mãe preta* (CHRISTO, 2009, p. 4). São poucas as representações do corpo negro retratadas por Lucílio, diferentemente de Pinto Bandeira que se dedicou mais a recriação desses corpos marginalizados pela iconografia nacional desde o advento da AIBA no período do Império.

Figura 3. Lucílio de Albuquerque, *Doceira baiana*, c. 1925, óleo sobre tela, 73 cm x 92 cm.

Há um ponto de conexão entre o passado e o presente, quando realizo a leitura da letra da canção da compositora Adriana Calcanhotto, *2 de Junho*, e testemunho lugares sociais na contemporaneidade que remontam ao passado imperialista brasileiro: a realidade das vendedoras, ganhadoras e das mães que precisam trabalhar muito em troca de pequenos saldos. O fato de essas vendedoras e ganhadoras, ou no caso do tempo atual, empregadas domésticas que deixam seus filhos em casa sem cuidadores, ou os levam para o trabalho, lugar em que o desmantelo os impelirá para à margem, quando esses assimilam as funções da mãe empregada e passam a ajudá-las até se tornarem também empregadas e empregados domésticos, ou jardineiros, mecânicos, motoristas dos patrões das suas mães, ou são impelidos para à morte, como no caso do menino Miguel.

Vejamos a letra da canção:

No país negro e racista
No coração da América Latina
Na cidade do Recife
Terça-feira, 2 de junho de dois mil e vinte
Vinte e nove graus Celsius
Céu claro
Sai pra trabalhar a empregada
Mesmo no meio da pandemia
E por isso ela leva pela mão

Miguel, cinco anos
Nome de anjo
Miguel Otávio
Primeiro e único
Trinta e cinco metros de voo
Do nono andar
Cinquenta e nove segundos antes de sua mãe voltar

O destino de Ícaro
O sangue de preto
As asas de ar

No país negro e racista
No coração da América Latina
(CALCANHOTTO, 2020).

Movidos pelo movimento *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam), pela fatalidade da morte do menino Miguel, e acometidos pelas ondas negacionistas em um contexto político, econômico e cultural de pós-verdade, nós brasileiros negros e não-negros, parece termos reconhecido que o Brasil é um país racista, estruturado para excluir e marginalizar pessoas não-brancas dos espaços de poder, do acesso à economia, ao trabalho e das representações artístico-culturais. A antropóloga Djamila Ribeiro e outros autores negros passaram a figurar nas listas dos autores mais vendidos no Brasil com temáticas sobre racismo, feminismo negro e questões voltadas ao racialismo na contemporaneidade (O POVO, 2020)[18], (PRAGMATISMO POLÍTICO, 2020)[19].

18 Disponível em: </> https://www.opovo.com.br/vidaearte/2020/06/19/pequeno-manual-antirracista---de-djamila-ribeiro--lidera-lista-de-livros-mais-vendidos-do-brasil-em-2020.html </>. Acesso em: 8 out. 2020.

19 Disponível em: </> https://www.pragmatismopolitico.com.br/2020/07/livros-mais-vendidos-brasil-pessoas-negras.html </>. Acesso em 8 out. 2020.

De acordo com a ferramenta virtual de busca *Google.com*, houve um aumento que estimou em cem por cento o índice de buscas pelos termos *racismo*, *racismo estrutural* e *violência policial contra negros*. Segundo a ferramenta em seus *trends*, o Brasil nunca buscou tanto por informações sobre o racismo quanto em junho de 2020, um índice elevado havia sido registrado no ano de 2006 (TRENDS GOOGLE, 2020)[20]. As buscas por temas raciais aumentam seus índices nos meses de novembro, mês da consciência negra no Brasil (ESTADÃO, 2020)[21], os índices foram elevados nos anos de 2003, 2012 e 2014, quando no calor das discussões acerca das leis 10.639/2003, a lei de cotas para o ensino superior 12.711/2012, e 12.990/2014, a lei de cotas para concursos públicos federais.

Diante da ascensão bolsonarista, o candidato a presidência, até então fraco nas pesquisas de intenção de votos para o ano de 2018, encontrou eco nos meios populares que denominaram enquanto liberdade de expressão o discurso moralista e fundamentalista contra minorias representativas, contra mulheres, negros, lésbicas e homossexuais. Não demorou muito para que os noticiários aumentassem a evidência de violências raciais contra negros, contra mulheres e casos de homofobia contra gays (DIPLOMATIQUE, 2018)[22], (BBC, 2018)[23], (GAZETA, 2020)[24].

No Brasil, muitos famosos começaram, no ano de 2020, aderir o movimento de ocupação para que pessoas negras menos famosas, pudessem "ocupar" seus perfis em redes sociais como Instagram (METRÓPOLES, 2020)[25], para a difusão de *lives* (vídeos ao vivo) em

20 Disponível em: </> https://trends.google.com.br/trends/story/US_cu_9rzrAHQBAABpPM_en </>. Acesso em 8 out. 2020.

21 Disponível em: </> https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,aumento-de-buscas-por-racismo-sugere-caminho-de-mudanca-social,70003459173 </>. Acesso em: 8 out. 2020.

22 Disponível em: </> https://diplomatique.org.br/o-capitalismo-autoritario-de-jair-bolsonaro/ </>. Acesso em: 7 out. 2020.

23 Disponível em: </> https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46146756 </>. Acesso em: 7 out. 2020.

24 Disponível em: </> https://www.agazeta.com.br/colunas/vitor-vogas/com-ataques-covardes-bolsonaro-legitima-agressoes-a-mulheres-e-minorias-0220 </>. Acesso em: 7 out. 2020.

25 Disponível em: </> https://www.metropoles.com/entretenimento/famosos-cedem-o-instagram-para-ativistas-negros-entenda-o-movimento </> . Acesso

que essas celebridades negras pudessem comentar e ensinar aos seguidores dos famosos acerca dos fatos, processos e práticas que mantém o Brasil enquanto um dos países mais desiguais e racista da América Latina (CAMPELLO; GENTILI; RODRIGUES; HOEWELL, 2018)[26], (CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DA FIOCRUZ, 2019)[27], (ANFIP, 2019)[28], (IPEA, 2020)[29].

À guisa de conclusão: a natureza do corpo

A atenção aos aspectos tanto abstratos quanto visuais percebidos na pintura de Pinto Bandeira, nas obras de Lucílio de Albuquerque e na letra da canção de Adriana Calcanhotto, levou-me a compreensão da filosofia dagara presente na literatura de Sobonfu Somé. Após a leitura dessa obra, não consegui observar um trabalho artístico da mesma maneira, nem ao menos considerar as existências negras da diáspora com as mesmas limitações academicistas de antes. Os olhos e sentidos passam da observação desatenta para a interpretação e análise dos elementos visuais percebidos nessas obras de forma comprometida, imaginando e intuindo os elos estabelecidos entre o passado e o presente dessas vivências de homens e mulheres dentro e fora do continente africano, reconstruindo sentidos e buscando conectar-se à ancestralidade de seus espíritos.

A mãe preta torna-se uma alegoria, a síntese de um processo histórico de exclusão e desamparo social e econômico. O afeto preto é empurrado com o pé direito, para longe de si, distanciando-se das possibilidades sensíveis de quem deu vida a ele, o menino. Se no passado há o enterro das ancestralidades negras no contexto brasileiro, no presente temos Miguel, morto. Mirtes, empobrecida, mãe solteira e novamente injustiçada socialmente. Ela é mais velha

---

em: 7 out. 2020.

26 Disponível em: </> https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v42nspe3/0103-1104-sdeb-42-spe03-0054.pdf </>. Acesso em: 7 out. 2020.

27 Disponível em: </> https://cee.fiocruz.br/?q=Desigualdade-bate-recorde-no-Brasil </>. Acesso em: 7 out. 2020.

28 Disponível em: </> https://www.anfip.org.br/geral/aumenta-desigualdade-social-no-pais-revela-pesquisa-do-ibge/ </>. Acesso em: 7 out. 2020.

29 Disponível em: </> https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35283 </>. Acesso em: 7 out. 2020.

que o casal Corte Real. Mirtes possui 33 anos de idade, o casal 31 anos cada um. Suas idades denunciam o percurso dos acessos e os condicionantes em uma sociedade erigida a partir do racialismo. Por mais que trabalhe duro dentro ou fora de uma política de isolamento social que lhe garantirá um extra, a sorte de Mirtes foi traçada nos desenhos que edificaram o Brasil. Há inúmeros *Miguels* assassinados aos treze, dezoito e vinte oito anos; o Miguel de Mirtes virou Ícaro na voz de Calcanhotto. Tornou-se bandeira para que haja movimento em direção à vida.

Concluo considerando que o artista plástico Rafael Pinto Bandeira é um dos expoentes dessa redescoberta dos corpos para além das cabeças de negros, como foi denominada por longas décadas a sua obra *Cabeça de homem* (1891). Ao contrário de Lucílio de Albuquerque, Pinto Bandeira experimentou o processo recente do pós-abolicionismo, ainda que um homem do seu tempo, ele rompeu com o cânone das representações estereotipadas de negros.

Embora empobrecido, foi reconhecido logo cedo como o artista do paisagismo. E levou seus ensinamentos por dois anos no Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, onde foi professor de desenho e paisagismo. É considerado um dos mais importantes paisagistas e marinhistas do século XIX. Os retratos do artista são de dimensão intimista, revelando personagens introspectivas. Em *Cabeça de homem* há a representação da pele retinta de um jovem rapaz. Há o interesse por construir um acervo de caráter nacional adensado, afastando-se dos cânones acadêmicos, há a busca pela liberdade da sua natureza humana.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BASTIDE, Roger. Estudos Afro-brasileiros. São Paulo: Perspectiva, 1983.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CAMPELLO, Tereza; GENTILI, Pablo; RODRIGUES, Monica; HOEWELL, Gabriel Rizzo. Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. *Saúde debate* [online]. 2018, vol.42, n. spe3, pp.54-66. Disponível em: </> https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v42nspe3/0103-1104-sdeb-42-spe03-0054.pdf </>. Acesso em: 7 out. 2020.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. Algo além do moderno: a mulher negra na pintura brasileira no início do século XX. *19&20*, Rio de Janeiro, v. IV, n. 2, abr. 2009. Disponível em: </> http://www.dezenovevinte.net/obras/obras_maraliz.htm>.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante do Tempo*: História da Arte e anacronismo das imagens. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2015.

_____. *Devant l'image*: question posée aux fins d'une histoire de l'art. Paris: Les Éditions de Minuit, 1990.

DOSSE, François. *A história à prova do tempo*: da história em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Caroline. História de vendedoras: arte e visualidade no Brasil. *Anais XIII Encontro de História Anpuh-Rio*, 2008. Disponível em: </> http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1214367255_ARQUIVO_Historiadevendedoras-CarolineFernandes.pdf </> . Acesso em: 7 out. 2020.

FICO, Carlos. História que temos vivido. In: VARELLA, FLÁVIA et al. (orgs.). *Tempo presente & Usos do passado*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012, p. 67-100.

GREINBERG, Piedade Epstein. Lucílio de Albuquerque na arte brasileira. *19&20*, Rio de Janeiro, v. III, n. 3, jul. 2008. Disponível em: </> http://www.dezenovevinte.net/artistas/la_peg.htm>.

GOMBRICH, Ernest H. *Meditações sobre um cavalinho de pau e outros ensaios sobre a teoria da arte*. São Paulo: Edusp, 1999.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador*: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GRAHAM, Richard. Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade*: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HASENBALG, Carlos. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer história com imagens. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan.-jun. 2006

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-RIO, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

LEHMKUHL, Luciene. Apreciação e reprodução de obras de arte na pesquisa e no ensino. In: MONTEIRO, R. H.; ROCHA, C. (orgs.). *Anais do V Seminário Nacional de Pesquisa em Arte e Cultura Visual*, Goiânia: UFG, FAV, 2012.

LEITE, José Roberto Teixeira. *Dicionário Crítico da Pintura no Brasil*. ArtLivre, Rio de Janeiro, 1988.

LORAUX, Nicole. Elogio do anacronismo. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 57-70.

MUNANGA, Kabenguele (org.) *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, no 10, p. 7-28, dez, 1993.

REIS, Daniel Aarão. Notas para a compreensão do bolsonarismo. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 1-11, jan. -abr. 2020.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe*: a História, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2016.

SILVA, Joana D'arc Araujo da. *Enegrecendo as Belas Artes*: ensinando história por meio das trajetórias de dois pintores negros do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, Rio de Janeiro, 2016. Dissertação. (Mestrado em Ensino de História). Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. 80f

SOMÉ, Sobonfu. *O espírito da intimidade*. Ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar. Editora: Odysseus. 2007.

VALE, Vanda Arantes do. *Pintura Brasileira do século XIX* - Museu Mariano Procópio. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2002.

WARBURG, Aby. *O nascimento de Vénus e a primavera* – Sandro Botticelli. Lisboa: KKYM, 2012.

Nas rotas da escrita: Memórias e representações de cidades piauienses na obra "Caatingas e Chapadões", de Francisco de Assis Iglésias

Pedro Pio Fontineles Filho[1]

Introdução

> [...] por detrás dos traços sensíveis da paisagem (...) são exatamente os homens que a história pretende apreender (BLOCH, 1997, p. 88).
> A História é o alicerce moral de um povo e somente sobre esse fundamento poderá edificar sua grandeza (IGLÉSIAS, 2015, p. 381).

A escrita é, em larga medida, a expressão de pensamentos, ideias e memórias. Ela, assim como qualquer produto humano, é marcada pelas veleidades do tempo e do espaço. Dessa maneira, ela é representação de uma sociedade, de

1 Doutor em História Social pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Professor do Mestrado Profissional em História – PROFHISTÓRIA/UESPI. Professor do PPGHB/UFPI. Professor do Curso de História – UESPI/CCM. Membro do Núcleo de Pesquisa em História e Educação – NUPEHED. E-mail: pedropio@ccm.uespi.br

uma cultura e dos enlaces políticos e econômicos. Ela não é apenas representação de um tempo, como uma ferramenta que, também, (re) cria representações do mundo, do real e da verdade. Nesse sentido, história e narrativas ficcionais se aproximam por, de certa forma, lançarem olhares sobre a existência das coisas, do mundo e dos homens. As paisagens, como salientaram Marc Bloch (1997) e Shama (1996), são indicativos daquilo que o homem cria, usa e transforma, bem como (res)significa, sente e representa.

É sobre essas possibilidades de representação e de (re) criação que a obra de Francisco de Assis Iglésias é tomada no presente estudo, em especial o livro *Caatingas e Chapadões* (1951), visto que, em sua narrativa, há traços de aproximação entre a história, a memória e a narrativa ficcional. O escritor, em linhas gerais, nasceu no dia 06 de janeiro de 1889, na cidade de Piracicaba e faleceu no dia 13 de julho de 1969. Filho de imigrantes espanhóis, ao longo de sua formação educacional já demonstrava interesse pela área da agronomia, formando-se, então, em engenheiro agrônomo.

Sua formação lhe rendeu a atuação em vários cargos e setores e foi, nessa função, que nasceria sua viagem para o nordeste brasileiro, com passagem por cidades piauienses. Suas memórias e narrativas são do período de cinco, quase seis anos, de 1913 a 1919. Em seu prefácio, Iglésias afirma que "o livro nasce velho – pois é integrado por notas escritas entre 1913 e 1919" (IGLÉSIAS, 2015, p. 23). Dessa viagem e de seu trabalho nasceu o livro *Caatingas e Chapadões (1951)*, que foi escrito entre os anos de 1946 e 1949, em que as cidades de Parnaíba, Teresina, Floriano, Santa Filomena, dentre outras, ganham destaque, além de sua narrativa pela rota seguida ao longo do Rio Parnaíba.

Francisco de Assis Iglésias publicou livros como *Insetos nocivos ao algodoeiro (1921), Caatingas e Chapadões (1951) e Memórias de um agrônomo (2003)*. Os demais textos do escritor foram publicados em forma de artigos em jornais e revistas, sobretudo na "Revista do Brasil", na "Revista do Museu Paulista" e no jornal "O Estado de S. Paulo". Vale ressaltar que, a obra a ser diretamente discutida e analisada no presente estudo será *Caatingas e Chapadões (1951)*. Saber um pouco da trajetória do autor tem o intuito de, conforme os ensinamentos de Michel de Certeau (2011), cartografar e mapear a formação intelectual e os lugares sociais e institucionais do autor. Alguns textos

que compõem o livro Caatingas e Chapadões foram publicados, entre os anos de 1919 e 1920, na "Revista do Brasil", que era de propriedade e conduzida por Monteiro Lobato.

Por esse diapasão, vale enfatizar que a problematização da pesquisa é endossada pelas seguintes perguntas norteadoras: Como a história e a memória das cidades piauienses são representadas na obra *Caatingas e Chapadões(1951)*, de Francisco de Assis Iglésias? Quais as aproximações e distanciamentos entre História, Memória e narrativa ficcional no livro *Caatingas e Chapadões?* Como os traços memorialísticos do escritor aparecem em sua narrativa? Quais as interconexões entre rural e urbano, moderno e antigo em sua obra? Como são construídas as relações e as noções de espaço e espacialidades, tempo e temporalidades na obra do escritor? Essas foram as perguntas que conduziram as reflexões deste manuscrito.

Dessa maneira, o presente estudo percorre a própria descrição indicada por Francisco Iglésias, que sumariza sua viagem-livro, afirmando que

> Além das observações agronômicas que me interessavam mais de perto, não perdi a oportunidade de colher informações sobre o modo de viver do homem nas regiões por mim percorridas.
> Colhi farta messe folclórica sem a preocupação própria dos entendidos em demopsicologia.
> Anotei, também, modalidades próprias do linguajar dos sertanejos, o que procurei reproduzir, com a maior fidelidade que me foi possível, nos diálogos que figuram neste livro. Consignei neologismos, arcaísmos e rifões (IGLÉSIAS, 2015, p. 23).

Para a leitura e análise da obra de Francisco Iglésias, o estudo recorreu aos lastros teórico-metodológicos construídos por Certeau (2011; 2008), Geogry Lucaks (2011) e Roger Chatier (2009), para os debates sobre História e narrativas. No tocante às discussões sobre História e Cidade, serão tomadas as reflexões feitas por Ítalo Calvino (2003), Lúcia Lippi Oliveira (2002), Lobato Corrêa (2002), Simon Schama (1996) e Raymond Williams (1989). Para os debates sobre História e Memória, os estudos feitos por Jaques Le Goff (2014), Paul Ricoeur (2007), Pierre Nora (1993) e Lúcia Aragão (1992).

A partir desse arcabouço teórico-metodológico, é possível, em caráter preliminar, dizer que as realidades construídas na narrativa da obra de Francisco Iglésias dão indícios de uma paisagem que transita entre o urbano e o rural, não somente nas dimensões físicas e geográficas, mas dos limiares das práticas cotidianas e culturais dos sujeitos experimentadores e criadores dos espaços. Narrativa permeada por enlaces de memórias e impressões sobre tempos e espaços.

As cidades (re) escritas: partindo do "norte".

A pertinência de se estudar a obra de Francisco de Assis Iglésias está no fato de que, além de se revisitar as memórias das cidades por onde passou, os estudos sobre a relação entre História e Literatura ganham novos ares, em decorrência de que a narrativa ficcional pode ser tomada como parceira na visualização de outras vivências e experiências dos espaços. As cidades, em sua concepção moderna e contemporânea, assumem contornos que só podem ser problematizadas e entendidas mediante a presença humana, com suas práticas e subjetivações. Essa vinculação entre literatura e cidade se dá em uma relação muito próxima, visto que tal relação é mesclada de influências, visto que os espaços impactam na produção da escrita e a escrita representa o meio que a produz e que lhe serve de ambiente de circulação e consumo. A temática da relação entre o rural e o urbano, ou melhor, da paisagem natural e urbana, é o mote da obra do livro *Caatinga e Chapadões*, abordando aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e cotidianos dos lugares.

O roteiro da viagem ao Piauí, realizada por Francisco Iglésias, dedica significativo espaço para as cidades de Parnaíba, Teresina, Floriano, Bom Jesus, Uruçuí, Santa Filomena, dentre outras às margens do rio Parnaíba. Suas anotações vão além do estudo agronômico, como ele mesmo fez questão de frisar na apresentação do livro. As paisagens naturais, urbanas e cotidianas são descritas pelo escritor, em um tom de memória e de registro, em forma de narrativa romanceada.

Em sua passagem por Parnaíba, Francisco Iglésias destaca:

> Parnaíba, apesar da vaidade dos parnaibanos, era cidade pequena, ruas mal calçadas ou sem calçamento algum. Não tinha esgoto e nem água; esta era transportada por jumentos, do rio, às residências. Os jumentos, com cangalhas e dois corotes, um de cada lado, desciam à beira do "Iguaçu", que outra coisa não é senão um braço do rio Parnaíba, e aí esperavam pacientemente que os meninos enchessem os corotes de água (IGLÉSIAS, 2015, p. 42).

Francisco Iglésias ainda ressalta, em relação à "vaidade dos parnaibanos, o descontentamento daquele povo acerca da condição de "segunda cidade" do Piauí. Havia uma certa disputa simbólica, cultural e, talvez, histórica, entre as duas cidades. Sobre Teresina, o escritor mencionou que

> TERESINA – Cidade Verde – como a denominou Coelho Neto, é a Capital do Piauí. De todas as capitais que eu conheço é a menor, e, talvez, a menos favorecida pelo progresso. Tem, mais ou menos, umas 500 casas de alvenaria e o resto é de pau a pique, ou simplesmente de palha da palmeira babaçu ou "coco de macaco". Há ruas inteiras de casas de palha. Quando pega fogo numa casa, o incêndio se propaga com rapidez incrível pela rua toda, pois, além do fogo ser verdadeiramente de palha, não havia bombeiros na cidade. Estava nestas condições a "Campos Sales", que perpetua, na Capital piauiense, o nome glorioso do grande paulista que foi presidente da República (IGLÉSIAS, 2015, p. 47).

Ao mencionar o atraso de Teresina pelo fato de estar "menos favorecida pelo progresso", o escritor retoma as noções, em sua narrativa, de tempo, pois o escritor suscita debates que compõem *locus* de discussão da oficina da História, ligados às ideias de moderno, modernidade, modernização e urbanização. A pobreza, representada pelas casas de palha e pelo incêndio, traz à tona as discussões acerca da condição humana nos espaços urbanos. Nesse sentido, Hannah Arendt (2010) é indispensável para o entendimento das disputas e das relações de poder que marcam "a condição humana", ao passo que "o poder é sempre, como diríamos hoje, um potencial de poder, não uma entidade imutável, mensurável e confiável como a força e o vigor." (ARENDT, 2010, p. 250).

Iglésias demonstra descontentamento com a cidade de Teresina, também, no que se refere à iluminação pública. O viajante faz comentários sobre a capital piauiense, realizando comparações com outras cidades do país. Ele destacou que

> A cidade era iluminada a lampeão de querosene. Esse fato, justamente à tarde de nossa chegada, nos impressionou muito mal; não estávamos mais acostumados a ver iluminação tão obsoleta. A bem da verdade, devo declarar que as instalações de luz elétrica estavam sendo ultimadas. O que, todavia, não podia entender, e chegava mesmo a incomodar-me, era a maneira pela qual colocavam os postes. Em toda a parte do mundo, os postes de iluminação ficavam alinhados à beira dos passeios; somente nas grandes avenidas é que são colocados no meio da via. Pois bem, em Teresina fincavam-nos no meio das ruas, e ruas muito estreitas. Cada poste tinha um embasamento de alvenaria, tão grande, que, além de prejudicar a estética da cidade, dificultava o trânsito. No momento, este não era muito grande, mas os administradores da coisa pública deviam pensar no futuro" (IGLÉSIAS, 2015, p. 47).

A iluminação pública precária e a organização do espaço da cidade, em especial com a disposição dos primeiros postes, ao olhar do memorialista, trariam problemas futuros para o trânsito de veículos automotores na cidade. Naquele momento, o fluxo de automóveis ainda era muito reduzido na capital do Piauí.

Seus comentários quanto à infraestrutura da cidade de Teresina cruzam, também, observações que demonstram alguns costumes tipicamente nordestinos e piauienses. Em um episódio, da chegada de sua equipe ao Hotel 15 de Novembro, no ano de 1913, Iglésias relatou a sua surpresa e descontentamento de seus companheiros em relação às instalações do hotel. Segundo ele, o quarto reservado não possuía mobília, sobretudo camas. O dono do hotel informou que "mobília aqui é rede. Em cama não há quem durma: é calor muito" (IGLÉSIAS, 2015, p. 48). Quando tiraram suas redes das malas, o dono do hotel comentou que as redes que trouxeram eram muito pequenas, que seriam redes cearenses. O dono do hotel disse: "Os senhores precisam comprar redes piauienses, redes 'tapuiranas', em que duas pessoas podem dormir juntas" (IGLÉSIAS, 2015, p. 48). Depois de muito observar aqueles costumes em relação ao uso das

redes, Iglésias chega à conclusão de que "No norte, estou convencido, a rede é um objeto imprescindível e muito agradável. Dormir em cama com colchão representa verdadeiro suplício" (IGLÉSIAS, 2015, p. 49). Sempre fazendo um comparativo com a realidade do sul do país, o viajante resolve falar sobre as particularidades do uso da rede:

> A rede não é uma comodidade desconhecida no sul. O nosso indígena a usava em todas as latitudes do continente. Assim, o uso foi-se perpetuando entre os novos povoadores. Em São Paulo, a rede serve mais para ligeiro descanso, para fazer pequena sesta, ou passar por uma soneca, como vulgarmente dizemos. Por isso, em São Paulo, a rede geralmente é colocada na sala de refeições – varanda – como regionalmente a designamos. Nas casas de campo, arrabaldes residenciais, chácaras, sítios ou fazendas, armam-se as redes de preferência nos terraços" (IGLÉSIAS, 2015, p. 48-49).

Nesse comparativo sobre o uso das redes, percebe-se uma memória que busca legitimidade ancestral, ao passo que recorre aos povos indígenas, para mencionar que é deles que o costume se disseminou entre os povos do sul, particularmente em São Paulo. Em momento algum, o memorialista fala na questão de que os "novos povoadores" foram, em boa medida, compostos por caçadores de índios, ou seja, os bandeirantes. Na fala do viajante, há o desconhecimento ou o silenciamento de que, em terras piauienses, também, houve muitas tribos de indígenas, cujos descendentes ainda habitam o território.

Outro aspecto impregnado na fala do viajante é a noção de que a disposição e o uso da rede em qualquer ambiente que não um terraço ou similar seriam práticas rudimentares, pois, para ele, a rede é mais utilizada em residências ou espaços com características rurais e campestres. Nesse sentido, nas relações e tensões entre o rural e o urbano, como destacou Williams (1989), tudo aquilo que lembre o rural seria sinônimo de passado ou ultrapassado. Na percepção de Iglésias, não parecia comum ou mesmo aceitável que, em uma cidade, ainda mais sendo capital, costumes como aqueles fossem tão marcantes.

Ainda em Teresina, não só os costumes lhe causaram estranheza, mas a própria linguagem, como ele relata em um diálogo com um engraxate:

> Antes de sair à rua para o primeiro passeio, fui engraxar os sapatos no corredor do hotel, onde estavam localizadas as cadeiras de engraxates.
> - Menino, disse eu, veja se me engraxa o sapato em três tempos.
> - "Dotô tá vexado"?
> - Não estou "vexado", menino, estou com pressa!
> - "Apois, o dotô tá mesmo vexado".
> Fiquei quieto. A hora do almoço relatei ao amável dono do hotel a minha conversa com o engraxate ele, sorrindo, me esclareceu:
> - Na linguagem popular, entre nós, "vexado" quer dizer – estar apressado.
> - Neste caso o engraxate tinha razão.
> - O senhor, - continuou, - encontrará outros vocábulos com significado diferente do usual (IGLÉSIAS, 2015, p. 49).

A leitura dessas anotações do viajante permite ao leitor perceber as variações culturais, cujos costumes se expressam, também, no tipo linguístico. Daí, como lembra Chartier (2009), a história do livro e da leitura é fundamental para a compreensão de nuances na forma de representar o tempo e o espaço. Nesse sentido, o espaço, em suas variações e aspectos citadinos, demonstram os (des) encantos, as imagens, as representações e atuações dos diferentes agentes, como destacam Lobato Corrêa (2002) e Lúcia Lippi (2002). As cidades possuem dinâmicas, temporalidades e sociabilidades múltiplas. Nessa multiplicidade, é possível encontrar o misto de descoberta, de conflitos e percepções diferentes sobre que é "atrasado" e "moderno". O discurso de progresso, como sinônimo do novo é bem presente nas anotações de Iglésias, que, em geral, destaca o atraso das cidades por ele visitadas, destacando aspectos materiais para endossar tal visão. Isso pode ser bem nítido, quando o memorialista fala da cidade de Amarante, ao dizer que

> A cidade de Amarante estava em franca decadência, assim como a de São Francisco, no outro lado do rio, no Maranhão, como observei em Novembro de 1913. Em geral, ao longo do curso do Parnaíba, que separa os Estados do Maranhão e Piauí,

> há quase sempre uma cidade em frente a outra. Amarante era animada pelo comércio do interior; era o ponto por onde as mercadorias desciam para Teresina ou Parnaíba, porto de mar. Com o desenvolvimento de Floriano, ria acima, a velha Amarante, começou a definhar, estava morrendo de inanição. Só o desenvolvimento da agricultura poderá obstar a completa decadência da cidade (IGLÉSIAS, 2015, p. 115).

Sobre Floriano, ele registra que "transformou-se em centro comercial importante do médio Parnaíba: é o intermediário do sertão – zona compreendida entre os rios Gurgueia e Uruçuí, e Teresina (capital do Piauí) e Parnaíba, porto de mar" (IGLÉSIAS, 2015, p. 119). O discurso de Iglésias atinge não somente a cidade de Amarante, mas alcança cidades do Maranhão. De fato, o olhar de atraso é atribuído a todo o Nordeste. Para ele, que defendia a solução para a maioria das cidades piauienses seria a agricultura, "o problema capital para o Nordeste [...] é o combate às secas" (IGLÉSIAS, 2015, p. 83). Essas observações praticamente se repetem de norte a sul das cidades piauienses.

Rumo ao sul: traços e costumes

Em suas viagens e estudos, Francisco Iglésias descreve vários aspectos das cidades por onde passou, em muitos momentos fazendo relações entre tais cidades. É o caso de Floriano, que é descrita por ele como um município em franco desenvolvimento, pois "Floriano transformou-se em centro comercial importante do médio Parnaíba: é o intermediário do sertão – zona compreendida entre os rios Gurgueia e Uruçuí, e Teresina (capital do Piauí) e Parnaíba, porto de mar" (IGLÉSIAS, 2015, p. 118).

Mesmo diante da constatação de que as cidades piauienses careciam de melhoramentos urbanos, Francisco Iglésias não deixa de falar de seu carinho pelo Piauí, dizendo que o estado

> [...] é essencialmente criador, está em plena época do pastoreio. E isto se explica e se justifica da seguinte maneira: num vasto território de pequena densidade demográfica, desde que as condições naturais sejam favoráveis, como é o caso do Piauí, o homem não pode deixar de ser pastor. Uma fazenda com 1500

> – 2000 cabeças de gado necessita, quando muito, de três ou quatro homens: um vaqueiro (o encarregado) e dois ou três ajudantes (IGLÉSIAS, 2015, p. 144-145).

Em Uruçuí, no ano de 1919, bem ao sul do Piauí, Iglésias reflete sobre o uso que a população local faz do termo "urubu", substituindo por "aribu". Na ocasião, ele relembra o fato da tristeza que seus amigos ficavam, quando ele partia, pois "a saída do seu dotô Inguiléso até aribu sentiu" (IGLÉSIAS, 2015, p. 393). Pensando sobre essa afirmação de seus amigos sertanejos, Iglésias, pois "para o sertanejo, o urubu – que ele nomeia aribu – é um animal desprezível. Pois bem, até esse ente inferior, que se alimenta de carne putrefata, sentiu a minha saída" (IGLÉSIAS, 2015, p. 393). O jeito com que o sertanejo utilizava a linguagem e se referia às coisas e ao mundo ainda causava um misto de estranheza e admiração no viajante.

A linguagem, como demarcação cultural, é frequentemente mencionada pelo memorialista, pois, para ele, eram muito distintas do linguajar de outras regiões do país que ele conhecia. Nesse sentido, ele destacou:

> Tomei algumas notas sobre expressões e vocábulos que me pareceram dignos de registro:
> Siricáia: uma espécie de pudim.
> Furdúncio: barulho, algazarra.
> Furupa: orgia, turbulência.
> Tiquara: refresco de frutas.
> Sambereba: refresco de frutas.
> Malicúnia: corruptela de melancolia. Anel de prata no dedo cura malicúnia.
> Macacoa: aborrecido, estrupiado, adoentado.
> Macaca: má sorte, caiporismo. Dar um tiro na macaca ou cair no barricão diz-se das moças que se não casam.
> Lapau: jumento.
> Papa-fogo: isqueiro.
> Empurrar: ir ao bota-fora de alguém.
> Assinar: marcar o gado na orelha.
> Mão nojenta: diz-se de quem doma bezerros com facilidade. Simpatia. O mão nojenta diz: "Bezerro que eu amanso não sai mais do curral".
> Rebolero: arremeçar um pau.
> Cor apertada: cor escura, relativa ao pigmento humano.
> Dá parença: é semelhante.

> Imprudente: mal-criado.
> Desmarcado: enorme, demedido (IGLÉSIAS, 2015, p. 309-400).

É importante notar que, em sua maioria, as palavras e expressões, cunhadas pelo viajante, têm forte ligação com as práticas sertanejas, na lida com a terra e com o gado. Os jeitos de falar, de agir, de comer, de trabalhar, de viver, são maneiras do cotidiano daquela população. Cotidiano que, conforme nos chama atenção Michel de Certeau (2008), é um manancial inesgotável para o estudo das cidades e de sua gente. Iglésias se deparava com cidades que, de certa maneira, estavam invisíveis ao restante do país.

A linguagem que tanto causava espanto, estranheza e certa admiração no memorialista, também se manifestava nas expressões religiosas. Iglésias menciona que, em parte, a Gripe Espanhola teria despertado ou acentuado os sentimentos religiosos. Ele reproduziu uma das preces que ele ouviu sendo feita naquele momento, em que a pandemia parecia chegar ao fim:

> A Nossa Senhora:
> A Estrela do Céu (Maria Santíssima), que a seus peitos criou o Senhor, extinguiu a mortal peste que no mundo introduzira o primeiro pai dos humanos.
> Digne-se agora a mesma Estrela reprimir os influxos dos astros que, por suas disposições malignas, ferem o povo pestiferas chagas.
> Gloriosa Estrela do Mar, de sublimes louvores, digníssima, da peste nos defendei, contra os enganos do mundo protegei.
> Medicina cristã, aos são conservai, aos enfermos sarai; o que a humana força não pode, vossa grassa no-lo conceda. Amem. (ipsis-litteris) (IGLÉSIAS, 2015, p. 400).

Ao encerrar a transcrição com ipis-litteris, o viajante teria a intencionalidade de dar mais credibilidade a seu registro memorialístico, mas, acima disso, deixar claro que até mesmo possíveis equívocos na linguagem eram oriundas da própria prece. A credibilidade intencionada está ligada àquilo que Paul Ricoeur (2007) chamou atenção para a credibilidade do testemunho em face de outros registros como a fonte escrita. Nesse sentido, a reprodução

textual teria que mesclar a "segurança" pretensa do registro escrito e o tom de testemunha do passado. O próprio livro de Iglésias foi concebido, em larga medida, com o propósito de ser o testemunho de uma viagem e das ações de um sujeito. Nesse sentido, "o testemunho nos leva, de um salto, das condições formais ao conteúdo das 'coisas passadas' (*praeterita*), das condições de possibilidade ao processo efetivo da operação historiográfica" (RICOEUR, 2007, p. 170). Por esse diapasão, Iglésias queria inscrever-se na memória das expedições científicas daquele momento.

Os detalhes das cidades visitadas estavam, conforme os ensinamentos de Ítalo Calvino (2003), no amálgama entre materialidade e imaterialidade daqueles espaços. São paisagens, conforme os debates de Simon Shama (1996), que vão para além do estritamente ligado à natureza. Paisagens que só podem ser compreendidas na observação conjunta entre meio, sujeitos e suas percepções e usos de tempo e de espaço.

O ideal de desenvolvimento e de progresso é algo perceptível nas memórias de Iglésias. Para ele, aspectos econômicos poderiam ser impulsionados com medidas de transformação nos transportes e comunicação. Ele pontua que

> Finda a longa jornada, através de caatingas e chapadões, afigurou-se-me que seria de relativa facilidade, em virtude da topografia favorável do terreno, fazer-se uma estrada de rodagem que ligasse as duas importantes artérias fluviais: São Francisco e Parnaíba.
>
> A estrada ligando a cidade da Barra, na Bahia, à Santa Filomena, no Piauí, colocaria a zona fertilíssima do sertão piauiense à fácil penetração do progresso.
>
> Num país de extensão territorial imensa como a do Brasil, em que a população mal povoa a orla da costa oceânica, um sistema de comunicações conjugando as vias fluviais às terrestres, não poderia deixar de ser um elemento precioso ao desenvolvimento econômico nacional (IGLÉSIAS, 2015, p. 417).

Após essa sugestão sobre o melhoramento das vias de acesso e comunicação, o "rabiscador", como o próprio Iglésias se chama, sobre as cidades, ele demonstra seu descontentamento em relação ao "descaso das cousas brasileiras, tanta indiferença à grandeza da

Pátria" (IGLÉSIAS, 2015, p. 418). Em um último relato sobre as cidades piauienses e de outros municípios de estados vizinhos, o memorialista registrou: "A impressão que me deixou no espírito a prodigalidade da natureza do meio-norte do país, abundante de matérias-primas preciosas, e a pobreza do homem, foi a de um mendigo repousando num bloco de ouro, indiferente à riqueza por seus pés calcada" (IGLÉSIAS, 2015, p. 419). Talvez, se Iglésias tivesse alargado ainda mais seu olhar e sua visita, percebesse que a indiferença, de fato, é a condição humana do homem do sertão, historicamente esquecido e explorado e que não teve nem mesmo a chance de acesso à instrução formal, para despertar sua maior criticidade e acesso aos meios de lutar contra seus exploradores.

Em "40 Anos Depois", epígrafe acrescida pelo autor à segunda edição do livro, de 1958, traz um olhar menos frustrado com a realidade piauiense, sobretudo em relação a Teresina. Em 1963, ao retornar à capital piauiense, ele diz:

> O progresso de Teresina surpreendeu-me. Sem pensar no enorme período de tempo decorrido – oito lustros – que me arrebataram a mocidade e cobriam-me de cabelos brancos a cabeça, procurei estudar o fenômeno. O "X" do problema estava um palmo do nariz. Tudo fora obra e graça das vias de comunicação: estradas de ferro e de rodagem. Teresina hoje está ligada com todas as capitais do sul por estradas de rodagem. Entre o Piauí e S. Paulo há um serviço regular de transportes por meio de caminhões (IGLÉSIAS, 2015, p. 424).

São memórias de tempos e de espaços que se movimentam, de corpos que se (re) inventam ao (re) inventar seu meio. "40 Anos Depois" são memórias das memórias, que se cruzam, para construir novas imagens sobre lugares e pessoas. O progresso, pelos próprios registros do memorialista, continua sendo o ponto nevrálgico de suas percepções acerca da vida citadina. São experiências de um sujeito que pretende narrar suas descobertas e suas vivências a partir daquilo que viu e ouvi dos homens sertanejos. E, como narrador, traz a si mesmo e a seus interlocutores, pois "a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a qual recorreram todos os narradores" (BENJAMIN, 1985, p. 198).

As construções novas, as ruas pavimentadas, as praças, os mercados, tudo se constitua, como destacou Nora (1993), em gatilhos de memórias, que faziam com que o memorialista comparasse a Teresina de outrora com aquela de quatro décadas posteriores. *Caatingas e Chapadões* é um registro das memórias de um jovem agrônomo paulista, que, diante de sua missão técnica, teve a sensibilidade de mapear práticas e costumes de um povo, cuja realidade distava daquela das grandes cidades já experimentadas pelo viajante. É um livro repleto de informações, de percepções e de memórias, que (re) contam a história de tempos e espaços particulares. É um livro com objetivo mesmo de ser além de um "diário de viagem", pois expressa e constrói memórias. Por esse diapasão, *Caatingas e Chapadões* deve ser lido nos esteios da memória, visto que "a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas" (LE GOFF, 1996, p. 423). Pelo estilo e estrutura, além da contribuição histórica, o livro pode ser pensado, também, a partir daquilo que orientou Lukács (2011), como um romance histórico.

Como um livro repleto de representações, de histórias e de memórias, é inegável dizer que *Caatingas e Chapadões* insere-se na categoria de livro de memórias, visto que

> [...] um livro de memórias é sempre uma nova forma de apreensão dos fatos, antes isolados, mas agora reunidos, que compuseram a trama de uma vida, fatos esses que voltam ao presente, através da lembrança, provando que alguma marca tiveram no conjunto do vivido. Outros fatos ficaram necessariamente enterrados, e o recurso é imaginar, não o que realmente aconteceu, mas o que poderia ter acontecido. Um livro de memórias é sempre uma segunda chance de se viver o que já se viveu, de viver o que não se viveu e de se recuperar o "tempo perdido" (ARAGÃO, 1992, p. 10).

São traços de uma biografia, ou mesmo de uma ilusão biográfica, como assevera Bourdieu (2006), que se amalgamam com as experiências dos sertanejos, cujas manifestações culturais impactam o olhar do memorialista. Memórias construídas e reconstruídas, com descobertas e silêncios, por meio dos quais a história de cidades e de

sua gente pode ser pensada pelo olhar de um sujeito, que se deixou ir além das obrigações de seu trabalho oficial. A escrita de Francisco Iglésias traz à tona sociabilidades e vozes até então pouco ou totalmente desconhecidas. Nesse sentido, o Piauí do início do século XX, entre os anos de 1913 e 1919, é retratado de tal maneira em que o homem comum, ligado à terra e aos costumes sertanejos, pode ser vislumbrado.

Considerações Finais

Cidades visíveis e invisíveis. Olhares e representações. Encontros e desencontros de perspectivas. Materialidade e imaterialidade. Atrasos e desenvolvimentos. Essas são algumas das chaves de interpretação presentes no decorrer de todo o livro de Iglésias. Livro que, pelo seu teor e escrita, agrega traços de texto memorialístico, de registro histórico, de romance e de ficção. As aproximações entre tais narrativas tinham a intenção da expressão da verdade, pois, como ele mesmo registrou: "Em as narrativas dos fatos e coisas que vi, assim com nos comentários que adicionei, sempre procurei ser o mais simples e claro possível, a fim de que a verdade, supremo ideal, não fosse sacrificada" (IGLÉSIAS, 2015, p. 419).

As cidades que foram discutidas no presente artigo são apenas um exemplo das muitas cidades, povoados e lugarejos pelos quais o agrônomo passou em princípios do século XX. Período marcado, em esfera internacional, pela Primeira Grande Guerra e pela pandemia da Gripe Espanhola. Nesse sentido, as cidades eram vistas como sinônimo de esperança no futuro, na ciência e no progresso. Parte do estranhamento de Iglésias em relação às cidades piauienses, era subsidiária dessa crença e desse discurso moderno de superação.

Como as memórias são entremeadas de lembranças e de esquecimentos, de tempos e de espaços, a epígrafe de quatro décadas depois, trazem a representação de surpresa positiva em relação às cidades piauienses, em especial Teresina. Iglésias demonstra contentamento com a cidade que, marcada com melhoramentos modernos, lembrariam as "cidades" já vividas pelo viajante.

Há, então, nas memórias de agrônomo paulista, um horizonte, ou melhor, um tipo de cidade a ser alcançado pelas cidades piauienses.

Esse tipo a ser alcançado não poderia descaracterizar aquelas cidades e sua gente? Mas, permanecer como há vários anos, não seria pensar em um tempo da inércia ou em uma cultura que não se (re)inventa? Há, em larga medida, nas memórias de Iglésias, um desejo de que as caatingas e os chapadões cedam lugar para o progresso, para o moderno, para o novo. Entre permanências e transformações, *Caatingas e Chapadões* é o registro de histórias de um Piauí, fundamental para a compreensão de suas trajetórias. Livro importante para o entendimento da própria História e indispensável para a historiografia.

Referências e Fontes

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARAGÃO, Maria Lucia. Memórias literárias na modernidade. Letras, Santa Maria, n. 3, jan./jun. 1992.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BLOCH, Marc. **Introdução à história**. Lisboa: Europa-América, 1997.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de M. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de janeiro: FGV, 2006, p.167-182.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Rio de Janeiro: O Globo; São Paulo: Folha de S. Paulo, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

_____. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: EDUNESP, 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: EDUNICAMP, 2014.

LUKÁCS, György. **O romance histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 07-28.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidade**: história e desafios. Rio de Janeiro: EDFGV, 2002.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: EDUNICAMP, 2007.

SHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade***:* na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Livros de Francisco de Assis Iglésias

IGLÉSIAS, Francisco de Assis. **Caatingas e chapadões**: notas, impressões e reminiscências do meio-norte brasileiro (1913-1919). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1951. (1 volume)

IGLÉSIAS, Francisco de Assis. **Caatingas e chapadões**: notas, impressões e reminiscências do meio-norte brasileiro (1913-1919). 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. (2 volumes).

_____. **Caatingas e chapadões**: notas, impressões e reminiscências do meio-norte brasileiro (1912-1919). 3. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.

O Violonista e a Guerra: artistas do rádio, cultura e sociedade em Sergipe no Estado Novo

Dilton Cândido Santos Maynard[1]

Na penumbra do palco, as escavações no rosto davam-lhe um aspecto sombrio. Contudo, a qualidade e a técnica com que tocava afastavam qualquer temor que o corpo magro, curvado sobre o violão, como a preparar um plano maléfico, pudesse insinuar. E no meio da canção, seu sorriso aparecia, como a dizer que o empenho diante das cordas, cercado pela reverência que brotava da fumaça dos cigarros e do aroma alcoolizado vindo dos copos na mesa, era mesmo para hipnotizar aos ouvintes. Impecável em terno e gravata, cabelos domados pelo gel, Carnera dominava o seu público.

1 Pós-Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco, graduado em História Licenciatura Plena e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe. Professor Colaborador no Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC/UFRJ). Professor do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História da UFS (Profhistória UFS). Professor do Departamento de História da UFS. Bolsista Produtividade CNPq-Nível 2.

Violonista habilidoso, pioneiro na radiodifusão regional, líder entre os artistas sergipanos nos anos 1930 a 1950, "dono" de programas de rádio e conjuntos de grande sucesso em Sergipe, "Carnera" – apelido que praticamente virou nome – foi mais que um artista. Através do feixe que o envolve, é possível refletir sobre os procedimentos para sedimentar a radiodifusão, bem como sobre a complexa relação estabelecida entre os artistas e os órgãos locais de propaganda nos tempos do Estado Novo. Neste texto, abordarei o momento mais fértil da sua carreira – entre as décadas de 1930 e 1940 -, período em que o boêmio acompanhou mudanças estruturais na vida cultural de Sergipe, empreendeu iniciativas importantes no mundo artístico e se tornou uma figura respeitada entre cantores e demais profissionais do Rádio local.

Carnera, que na verdade se chamava Ursino Fontes de Araújo Gois, foi um contador aposentado, nascido em 26 de julho de 1920, em Riachão do Dantas, mas criado em Boquim. Ele chegou a Aracaju por volta de 1927, quando a capital sergipana vivia um ritmo de mudanças, de modernização. Durante os anos 1920, chegaram à cidade empresas como Morton Ltda., Singer Sewing Machine Company, Loeser & Cia; aparecem revendedores da Chevrolet, Chrysler, Opel e Philips. No período, também chegam os primeiros bancos (DINIZ, 1991). Na verdade, o estado parece acompanhar o ritmo do resto do país, retomado após os problemas com a I Guerra Mundial (1914-1918). Todavia, os anos 1920 não foram tranquilos nem para Sergipe, nem para o Brasil.

As revoltas tenentistas sacudiram a década de 1920 (MAYNARD, 2008). Junto a elas, a cultura brasileira apresentava a preocupação em rediscutir concepções estéticas e de conteúdo do que era feito no país. Os movimentos de arte nacionalista, dos quais a *Semana de Arte Moderna* tornou-se o mais famoso, pretendiam reinterpretar o Brasil (VELLOSO, 1982, p. 71-108).

Em Aracaju, no ano de 1926, o bonde elétrico finalmente substituía o modelo puxado a cavalos. A cidade mudava. Naquele mesmo ano, o prédio do Atheneu Sergipense era inaugurado. Construção invejável à época, a obra foi entregue com a presença do presidente Washington Luís. Anos depois, por volta de 1933, Carnera foi matriculado no grande liceu estadual. Com o tempo, o Atheneu passou a reunir

diversos filhos das classes média e alta sergipanas. É verdade que havia a concorrência de outros colégios, mas essa escola ganhou terreno. O seu curso ginasial tornou-se bastante procurado. Por essa época, provavelmente, o moço ganhou o apelido que carregou por toda a vida artística. Foi em nesse ano que o boxeador italiano Primo Carnera (1906-1967), ganhou o cinturão de campeão dos pesos-pesados pela *National Boxing Association* (NBA), em luta contra Jack Sharkey, em Nova Iorque. Ursino era magérrimo. Ganhou o apelido mais irônico que lhe podiam arranjar. Entretanto, além da matrícula no Atheneu, os anos 1930 também foram singulares a Carnera por outros motivos.

Aprendizado

Em 1936, Ursino adoeceu e quase morreu. Foi acamado e proibido de receber visitas que o moço encontrou consolo no violão dos irmãos mais velhos. Antes, tentou aprender a tocar cavaquinho, outro instrumento que também tinha em casa. Não deu certo e ele decidiu-se pelas seis cordas. O interesse do garoto levou a mãe, que andava preocupada em motivá-lo, a contratar um professor. Assim, João Moreira, músico respeitado na Aracaju da época, tornou-se seu instrutor. Todavia, a influência de João Moreira foi além. Claro, o próprio Carnera admitia a marca do primeiro professor no seu estilo de tocar violão. Porém, mais do que ensinar a tocar, Moreira abriu o mundo da noite aracajuana a Carnera. Arrancou o rapaz das quatro paredes da sua casa e deu-lhe, como novas coordenadas, os quatros cantos da cidade.

Esse contato com a vida boêmia não pode ser visto como ocasional. Aracaju era cidade de diversões limitadas aos adolescentes. Também não devemos esquecer o fato de que frequentar a noite, os cabarés, era uma espécie de atestado de maturidade para muitos rapazes nos anos 1930. Portanto, Carnera não deve ser visto como um caso isolado. Ao contrário, ele acabou percorrendo caminhos familiares à parte considerável dos garotos da sua idade. Era deles e de militares, médicos, políticos, comerciantes, entre outros que os prostíbulos de Aracaju se alimentavam. E seria na vida noturna, nos cabarés e bares, nos palcos acanhados, nas bebedeiras, que Carnera

construiria parte da rede de amizades que o levaria, pouco tempo depois, ao universo radiofônico.

A Rádio

Os anos 1930 e 1940 consolidam a radiodifusão no Brasil. Aparecem as grandes emissoras, acompanhando uma legislação que sinalizava para a pretensão de fazer do rádio um instrumento político. Ao mesmo tempo, verifica-se o avanço da cultura radiofônica, tanto em relação ao número de estações, ampliado de 67 em 1937 para 111 em 1945, quanto no que se refere aos aparelhos, que saltaram de 357.921 para 659.762 em 1942 (CAPELATO, 1998, p. 183-213). Expandindo o uso do rádio, os ideólogos estadonovistas viam a possibilidade de disseminar com maior facilidade uma nova visão de homem, de Brasil e de Cultura. Segundo eles, dois campos complementares estavam afastados antes do Estado Novo: o da cultura e o da política. A Velha República separara o homem, cujo domínio é o da cultura, do cidadão, cujo domínio é o da política.

Nesse contexto, o rádio foi considerado estratégico para reaproximar esses dois campos. Embora tenha surgido oficialmente no Brasil em 1922, com a efêmera *Rádio Corcovado*, no Rio de Janeiro, acompanhando, assim, nações como Argentina, Inglaterra, França e Alemanha no processo de experiências radiofônicas, o Brasil dos anos 1920 não apresentou um ritmo de crescimento do veículo tão intenso quanto os demais países[2] (BAHIA, 1990, p. 195-215). Restrito aos chamados clubes ou sociedades – como a *Rádio Clube do Brasil*, *Rádio Sociedade* do Rio de Janeiro (1º emissora efetiva do país) –, inicialmente, o novo veículo atingia um público elitizado. Por conta disso, as emissoras possuíam uma programação marcada por músicas eruditas e palestras (TAVARES, 1985, p. ORTRIWANO, 1985, p. 14).

Os anos 1930 trouxeram duas modificações significativas ao quadro acima. A primeira, a superação da característica elitista do

2 As transmissões radiofônicas chegam à Argentina e Inglaterra em 1920 (com regularidade, em 1922), à França em 1921 e Alemanha em 1923. Outros países apresentam experiências à mesma época: Japão (1926), Rússia (1922) e Polônia (1925). Cf. TAVARES, Reynaldo C. **Histórias que o Rádio não contou**. São Paulo: Negócio, 1997. Ilust. 1997. p. 41-42.

rádio. O período assistiu ao início de uma aproximação desse veículo de comunicação com a classe média. O barateamento do rádio receptor, impulsionado pelo surgimento do sistema de crediário, a introdução de aparelhos com válvulas, a expansão na eletrificação urbana, foi acompanhado pelo início da concessão de emissoras a particulares pelo pagamento de cachês a artistas, bem como por medidas oficiais, que encarnaram a segunda grande mudança na radiodifusão brasileira: a oficialização do rádio educativo (MOREIRA, 1991).

Paralelamente, o período marca o rádio como um espaço para manifestações de ideologias políticas. Em 1934, surge o informativo radiofônico oficial "Hora do Brasil" (agora, "Voz do Brasil"). Mas, antes disso, César Ladeira, Renato Macedo e Licínio Neves já haviam comandado "A Voz da Revolução", a programação da *Rádio Record* de São Paulo durante a Revolta Constitucionalista de 1932 (TAVARES, 1997, p. 179). Aliás, durante os anos 1930, a propaganda política sofreu uma considerável valorização no Brasil. Após eventos como a revolta comunista (1935) e o levante integralista (1938), o Estado Novo necessitava criar mecanismos para ampliar a sua gerência sobre a vida coletiva. Graças a isso, como escreveu Aline Lacerda, a propaganda passou a ser vista como uma questão ligada à própria defesa nacional, isto é, "ligada à ideia de manutenção da ordem e unidade da nação, ao mesmo tempo em que capaz de desempenhar uma função educativa e coercitiva junto às massas" (LACERDA, 1994, p. 243).

Sendo assim, o objetivo de gerenciar a produção da imprensa e as demais atividades culturais do Brasil levou à criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 27 de dezembro de 1939, pelo decreto-lei 1915. Antes do DIP, órgãos semelhantes envolveram-se com o controle da informação: o Departamento Oficial de Publicidade (DOP, 1931), o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC, 1934) e o Departamento Nacional de Propaganda (DNP, 1938). Inicialmente sob a direção do jornalista sergipano Lourival Fontes (1898-1967), o DIP possuía satélites regionais, os Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda ou simplesmente DEIPs [3].

3 Internamente, o DIP possuía as seguintes divisões: Imprensa, Divulgação, Teatro, Cinema, Turismo e Radiodifusão. Esta última deveria realizar a censura prévia

Em Sergipe, o DEIP surgiu em 1941. Pouco antes, em 1939, já havia sido criado o Departamento de Propaganda e Divulgação Estadual (DPDE), cujas atribuições eram "promover, centralizar e coordenar a propaganda geral do Estado, realizando campanhas de defesa e divulgação; racionalizar e orientar as várias modalidades de propaganda pela imprensa, pelo rádio e cinema". Além disso, o decreto-lei n. 171 (07/02/1939), que instituiu o órgão, ainda estabelecia que "com fins lucrativos e de propaganda e divulgação da vida do estado e municípios, será mantida, em funcionamento, sob a direção do Departamento, uma estação de Rádio Difusora do Estado, com a denominação de *Rádio Aperipê de Sergipe*" (DIÁRIO OFICIAL, 8 de fevereiro de 1939, p. 391).

A criação de uma rádio local exigiu de Sergipe nomes para preencher os seus quadros. Também era necessário elaborar programas, "slogans", "scripts". Afinal de contas, o rádio somente "cultura", como atestou Mônica Velloso, não funcionava eficazmente na conquista de ouvintes. Fez-se necessária uma mescla entre o estilo "cultura" e o rádio "diversão". Para tanto, foi preciso convocar intelectuais nas esferas disponíveis. Assim, cantores, poetas, jornalistas músicos e tecnoburocratas foram incorporados ao trabalho. A Aperipê, com o prefixo PRJ-6, precisava funcionar (VELLOSO, 1987). Nesse sentido, Carnera e seus amigos boêmios vinham bem a calhar.

Diante do projeto de instrumentalizar politicamente o novo meio de comunicação, um artista do rádio era um importante divulgador do Estado Novo. O canto à disciplina deveria ecoar através dele. E entre os ritmos difundidos, uma atenção especial era conferida ao samba. Considerado por Álvaro Salgado *"feio, indecente, desarmônico e arritmo",* o samba e o seu grande "motor temático" nos anos 1930, a malandragem - enquanto uma prática de jogos na zona fronteiriça da sociedade, envolvendo a lei e a transgressão -, incomodavam. Os ideólogos do regime sabiam que a música era um meio privilegiado para educar o povo. *"A marchinha, o samba, o maxixe, a embolada, o frevo, precisam, unicamente, de escola"*, argumentava Salgado. A música da

---

de programas radiofônicos e músicas, além de estar voltada para o trabalho de integração nacional. Cf. GOULART, Silvâna. **Sob a Verdade Oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo**. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.

multidão era vista como perigosa, quando malconduzida (SALGADO, 1941, p. 86). Entretanto, como o ritmo era benquisto pelo povo, a ideia era, pelo menos, depurá-lo: "Mas, paciência: não repudiamos esse nosso irmão pelos defeitos que contem. Sejamos benévolos: lancemos mão da inteligência e da civilização. Tentemos, devagarinho, torná-lo mais educado e social" (SOARES, 1994, p. 8-11).

Utilizando do pandeiro ao piano, os ideólogos do regime almejavam reformular o popular, procurando inserir nele uma série de valores construtivos de uma nova visão de mundo. Corolário disso, a mensagem radiofônica apresentava-se carregada de civismo. Outros temas também recebiam destaque: trabalho, disciplina, saúde, Getúlio Vargas, os Interventores e o próprio regime. Em Sergipe, coube a nomes como João Melo, Guaracy França e João Lopes o trabalho de tornar isso tudo palatável aos ouvidos. Entravam nesse processo também locutores e operadores. Com esses profissionais de rádio, a Aperipê deveria levar a voz do Estado Novo para todos os espaços possíveis. Todavia, a inexistência de espaços formadores oficiais transformava os bares e becos, as ruas e avenidas, as praças e coretos da cidade em escolas. A pequena capital encontrou seus primeiros artistas radiofônicos perambulando pela noite.

Boêmia

Aracaju foi uma das primeiras cidades planejadas do Brasil. A região central da capital sergipana lembrava um tabuleiro de xadrez. Um quadrilátero recortado por artérias simétricas. As esquinas planejadas tinham a sua graça matemática amenizada pelas diversas praças que a cidade possuía. O rio Sergipe também balanceava o caráter planejado da urbe. Erguida nos mangues, a Aracaju da juventude de Carnera era ainda uma cidade bastante pacata, provinciana mesmo.

Talvez por isso, os adolescentes da época não vissem problemas em realizar serenatas nas noites de lua. "A gente não podia ver uma lua, que a gente já armava os esquemas das serestas e saíamos cantando por aí", conta João Melo. Paradoxalmente, essa postura não agradava muito às diretrizes do novo regime político que o Brasil vivia. O Estado Novo esperava a mais perfeita ordem dos cidadãos. E realizar serenatas e bebedeiras não era, digamos, exemplo de civismo.

Mas havia problemas maiores para as autoridades cuidarem. Integralistas e comunistas tiravam o sono dos dirigentes locais. Assim sendo, a incumbência de cuidar dos seresteiros ficava a cargo dos moradores que, porventura, se sentissem importunados. Em certos casos, de modo a acabar a farra, arremessava-se uma vasilha com xixi dormido na turma. Noutras vezes, quando os ouvintes se empolgavam com a cantoria, era só esperar a cachaça (ou vinho, a depender do "anfitrião") e, amanhecendo o dia, havia quem desse fim a fartas talhadas de cuscuz com leite e café preto nas cozinhas daqueles que foram alvos da serenata.

Partindo do *Bar Sport* na Praça Camerino, era comum, em noite de lua, o grupo seguir pela Avenida Ivo do Prado, namorando o rio, brincando na via deserta. Daí à *Ponte do Imperador* era um salto. A turma variava no tamanho, mas possuía um núcleo central: João Melo, Carnera, João Moreira e Argolo. A Ponte do Imperador, na verdade um atracadouro do século XIX, com balaustradas para o rio Sergipe, possuía abrigos às garoas ocasionais (MEDINA, 1999).

Certa vez, numa madrugada de 1942, a serenata ia de vento em popa. O grupo já havia driblado, com a ajuda de uma garrafa de aguardente, um guarda na esquina da Barão de Maruim com Ivo do Prado. Nessa época, proibia-se a circulação de qualquer um após o blackout programado. Havia pouco tempo, as costas sergipanas tinham sofrido o ataque de forças submarinas do Eixo aos nossos navios mercantes. Naquela ocasião, foram a pique o *Arara, Araraquara, Baependi, Aníbal Benévolo* e *Itagiba*. O Brasil declarou guerra aos países do Eixo e passou a praticar o "esforço de guerra" e a "defesa passiva" (MAYNARD; MAYNARD, 2011). Corolários disso, a escassez gradativa de alguns produtos e a regulamentação dos horários de circulação pela cidade. De acordo com as novas determinações, práticas como as serenatas estavam proibidas. Ainda assim, a turma estava reunida. Alcoolizados, uns mais que os outros, festejavam ao luar. Uma viatura da Polícia passou pelo grupo em disparada e talvez não parasse se Carnera, menos cego do que bêbado, vendo uma senhora no automóvel, não disparasse aos berros: "Queima, mulher dama!".

Melo, parceiro um pouco mais sóbrio, percebeu a enrascada em que o grupo estava entrando: "rapaz! Olha o carro da polícia!". Mas já era tarde. O motorista do veículo brecou. Voltou até o grupo

e, descendo, fez-se mais visível na escuridão do blackout. Eram um delegado e sua esposa. João Melo relembra: "ele tava (sic) com a mulher do lado, você vê que situação e quem foi explicar a ele foi um amigo nosso que era gago. Olha, foi um inferno". Irritado com a cantoria e a bebedeira, o representante da lei deu ordem de prisão a todo mundo. Mas, conforme Carnera, coube ao baterista Bissextino fazer a ameaça: "Olha, o senhor vai fazer a ordem de prisão. Mas amanhã é o dia de festa na Rádio, né?" E enquanto via a própria mulher rir da situação, o delegado era sutilmente desafiado: "O senhor sabe que o dia de Domingo é o dia todo e nós trabalhamos. E amanhã não vai ter programa. E será que o governador vai gostar disso?". O chefe de polícia colocou a esposa, a si mesmo e o próprio orgulho de volta no carro, bateu a porta e se foi resignado. Assim, por pouco, muito pouco, o grupo todo não terminou a serenata na cadeia (Cf. JOÃO MELO. Entrevista ao autor em 30/03/1999; CARNERA. Entrevista ao autor em 05/04/1999).

A negociação mencionada por Carnera sugere astúcia, a percepção do cumprimento de uma função-chave ao regime. Apesar das proibições, os boêmios ou "malandros" desafiavam tais sanções em nome da diversão. Posturas como essas revelam as brechas que esse substrato social acabava conquistando. Embora não fosse apreciada pelo Estado Novo, a boêmia acusada de "não dar camisa a ninguém" – no clássico *O Bonde São Januário*, de Wilson Batista, imortalizado na voz de Ataulfo Alves – era tolerada. Embora oficialmente a ditadura repudiasse a boêmia, as bebedeiras e a falta de zelo às regras, era obrigada a ceder espaço aos artistas. A PRJ-6 era a única, precária, mas importante rádio estadual. Daí os melhores profissionais, os mais populares estarem nela. Dispensá-los geraria um mal-estar, um grande constrangimento. Prendê-los também. Com isso, surgiam as brechas aproveitadas pelo pessoal da emissora.

Também é importante destacar que o envolvimento dos artistas que faziam a PRJ-6 com o regime não implicou adesão mecânica à ideologia autoritária. Afinal de contas, como nos mostra Antonio Cândido, foram comuns os movimentos contraditórios dentro da própria esfera do regime. A cooptação do intelectual não garante a sua comunhão com o Estado. Trata-se, antes, de uma estratégia de sobrevivência (CÂNDIDO, 1984, p. 27-36).

As andanças da boêmia comumente se estendiam. Das proximidades da Ponte do Imperador, a trupe, com violões e bebidas debaixo dos braços, seguia para os prostíbulos de Aracaju. Como foi dito, cabaré naquele tempo envolvia muita coisa além comércio do sexo. E Aracaju possuía diversos prostíbulos. Havia os do *Curral*, casebres imundos e pobres, já descritos por Mário Cabral com certa tristeza. Também havia o *Vaticano*, no "beco dos cocos", mencionado sucintamente por Jackson da Silva Lima, além dos estabelecimentos da "Rua do Bomfim". Estas duas últimas opções eram as mais comuns aos jovens artistas sergipanos (MELINS, 2000).

Sobretudo na Zona do Bomfim, era constante a presença dos ex-alunos do Atheneu. Ali, nas ruas de areia branca e fina, circulavam os seus diversos clientes. No Bomfim, as casas comportavam meninas do interior que "se perdiam" com algum amante da sua cidade de origem e, após serem renegadas por estes e por suas famílias, imigravam para a capital, onde as opções eram poucas. A maioria acabava pondo o corpo a negócio. No Bomfim, com cerca de 10.000 réis era possível alugar um cubículo e "deitar" com uma rapariga. E poucas coisas eram tão divertidas aos rapazes que estavam descobrindo o sexo. Não faltavam aqueles que se apaixonavam e cismavam de tirar as moças dali. Outros, de tanto irem ao mesmo cabaré, solicitando amiúde a mesma mulher, findavam criando laços de confiança com as moças. Foi no clima dos cabarés, da brisa da noite, entre o conhaque e a cerveja, no rebuliço de decepções amorosas e no encanto de audições radiofônicas que o violonista encontrou inspiração para as suas canções.

Carnera compôs muitos instrumentais. O primeiro foi "Violão Seresteiro". A influência das canções de Sílvio Caldas (1908) e Orlando Silva (1915-1978) aparece em peças como "Saudade" e "Almas Irmãs". Esta última era uma espécie de agradecimento aos versos elogiosos do poeta J. Sampaio. Outro poeta, Sales de Campos, tornou-se um parceiro corriqueiro nas composições. Antes dele, o amigo João Melo pôs letra a uma canção do violonista. Parceria que deu como frutos diversas apresentações. Mas, se os anos 1930 parecem fornecer a Carnera o arcabouço para embrenhar-se na vida artística, os anos 1940 consolidaram o seu prestígio como músico. O próprio DPDE anunciava:

> Dando lustre ao programa oficial 'Rádio Aperipê de Sergipe' que vem de iniciar sua faze experimental, Sílvio Caldas, o querido astro da mais brilhante 'broadcasting' carioca, encantará os nossos radio-escuta, cantando números do seu repertório, acompanhando pelo conjunto regional 'Aperipê', dirigido por Carnera (Rádio Aperipê de Sergipe. DPDE. S/d).

Segundo Carnera, as apresentações de Sílvio Caldas saíram a custo zero para o DPDE: "nós conseguimos gratuitamente, sem pagamento, remuneração nenhuma, levamos ele diversas vezes para os transmissores" (CARNERA, 1999). Mas o que pode explicar a disposição do "cantor das despedidas" em ajudar? Um primeiro aspecto a considerar é que, quando veio a Aracaju, o cantor já tinha seus shows determinados. Provavelmente por conta disso, as apresentações na Aperipê saíam de graça. Outro fator a ser levado em conta é que, animado com o *Cassino Brahma*, conhecido palco de jogos de azar, Sílvio Caldas encontrava nas apresentações gratuitas o seu ponto de equilíbrio com o governo local. Fazia um favor ao Governo e não era importunado na prática do baralho e da roleta: "onde ele achava um negociozinho ele ficava, uma vez ele ficou um mês e meio, foi preciso arranjar mais alguma coisa para ele fazer. Ele ficou assim: 'não vou agora não, aqui tem roleta'" (MELO, 1999).

Desde as experiências com Sílvio Caldas, ainda em 1939, é possível apontar uma circulação significativa de artistas e intelectuais nos microfones da PRJ-6. A grande questão era a fixação à emissora, devido à inexistência de cachês. Ainda assim, o quadro da PRJ-6 não mudou muito desde o seu surgimento até o final do Estado Novo. O "cast" apresentava Dão, João Lopes, Guaracy Leite França, Bissextino, Manoel Aragão, Dalva Cavalcanti, Neuza Paes, Rute Brandão, Genaro Plech, Pinduca, tendo como epicentro as figuras de João Melo, João Bezerra, Alfredo Gomes (locutor e diretor de programas) e Carnera. Eram essas "armas" do Departamento de Propaganda sergipano. O órgão fez o possível para envolver os intelectuais e artistas ao projeto estadonovista. Contudo, limitado em recursos, não tinha como manter este grupo. Desse modo, uma das estratégias utilizadas para melhorar a estrutura da PRJ-6 foi a sua transferência para as mãos da iniciativa privada.

A partir de 1942, a *Rádio Aperipê* passou às mãos de Augusto Luz, em regime de concessão. Proprietário de um cinema e de um carro de propaganda (ambos batizados de "Guarani"), Luz demarcou um momento importante na vida da PRJ-6. Com ele, as feições de "broadcasting" ganharam maior definição (ORTIZ, 1989, p.45). A concessão tornou os anúncios publicitários mais fartos: "Anda firme na vida quem usa os calçados da Sapataria Rodrigues"; "usar Café Vitória é defender a sua saúde". A documentação, datilografada, apresenta rabiscos em lápis com alterações e lembretes. Assim, sobre o *Café Vitória* deveria ser ressaltado o dono da marca – Oscar Prado e Goes. Há esclarecimentos sobre a *Casa das Sedas* – "especialista em sedas, brins de linho, meias para senhoras e gravatas" (APES, Cx. G7-133) – de Luiz Figueiredo.

Contribuindo para o avanço da emissora e dirigindo o Conjunto Regional da PRJ-6, Carnera era convidado a realizar espetáculos nos grandes clubes da cidade – *Sergipe, Cotinguiba*. Não faltavam apresentações também no *Recreio Club* e no Cine Teatro *Rio Branco*. Sem concorrência no Estado, a Rádio foi fundamental na construção do mito Vargas, na difusão das diversas diretrizes do Estado Novo e na apologia ao líder local. Neste último aspecto, o Coronel Augusto Maynard Gomes é apontado pelos artistas como o governante mais preocupado com a emissora (LUIZ Pereira de Melo. Entrevista ao "*Videoteca Aperipê Memória"S/D)*.

Disse João Melo:

> É. O Maynard deu muita força à Rádio, porque ele tinha um amigo, que era o João Bezerra, que era ligado muito à Rádio. Então, naturalmente, essa união entre ele e o João Bezerra deve ter facilitado muita coisa. Porque o João Bezerra era um cara que dava muito valor também à Rádio em Sergipe. Eu acho que Maynard foi o melhor. [...] ele era uma pessoa ligada à cultura, ao modo dele, né? Contanto que a cultura não ofendesse lá o pessoal, o status lá dele, né? negócio de DEIP, DIP, Getúlio, né? Não podia isso, né? (risos), se falasse mal... (MELO, 1999).

A relação entre Maynard e a PRJ-6 pode ser vista como uma etapa da "modernização conservadora" em Sergipe. Permeando os progressos na radiodifusão local, com a concessão feita a Augusto

Luz, está a preocupação em otimizar as diretrizes da ditadura (ORTIZ, 1989). O cruzamento entre as figuras de Maynard e Vargas, entre o Estado Novo e uma "Renascença Sergipana", apresenta-se reforçado pelo poder de difusão que o rádio possui. As retransmissões que a PRJ-6 realizava (sendo a Hora do Brasil obrigatória), bem como alguns dos seus próprios programas convergem para uma alimentação cadenciada do mito do "Chefe da Nação", do guia do povo.

Ainda que atribuíssem a Maynard Gomes um caráter democrático, tanto Carnera quanto João Melo lembraram a necessidade de não falar em certas coisas. Coisas que ferissem a "peculiaridade" do interventor do regime. Maynard aparece na fala do violonista como um protetor da emissora e dos artistas:

> Eu vou lhe citar uma coisa muito interessante que se deu. Nós éramos, claro, a Rádio Difusora associada ao DIP [DEIP], que era [...] Luiz Pereira de Mello, na época. Muito bem. Só que o Dr. Luiz Pereira de Mello... que era no tempo de Maynard, né? Luiz Pereira de Mello não tinha essa coisa pela rádio, não. Francamente... ele não tinha essa paixão, essa coisa, não nos tratava como o governador de jeito nenhum. E desprezou lá um pouco. Eu sei que atrasou uns três meses nosso salário... E eu organizei a turma toda e fizemos um... uma greve. Fizemos greve e nos afastamos totalmente. Porque ele mandou chamar um por um. Conversou com todo mundo, aumentou salário de quem tinha [menos] mas ninguém voltou. Acontece as coisas (risos) parece de propósito, que veio um general cá do Rio que na época, era o presidente da Rádio Nacional, muito amigo de Maynard. Maynard, então, mandou João Bezerra organizar um programa em homenagem porque Maynard veio com ele, né?

Contudo, Bezerra não contou a "novidade" ao interventor. Nas palavras de Carnera:

> E o Bezerra doido: 'Ai, meu Deus do céu! O que eu vou fazer? O homem não sabe que tá tudo em greve e eu não tive coragem de dar essa notícia... Deixa ele chegar'. Quando chegou [Maynard] ele [Bezerra] se logo comunicou: 'Olha, não pode ser realizado, não, porque todo mundo tá em greve'. [...] Ele disse: 'Você me chame o responsável que eu quero falar'. Lá vou eu... Ele disse: 'Olha, o que que tá faltando?' ' Nos parece que não somos bem tratados pelo Dr. Luiz Pereira de Mello. Pelo menos não há uma certa comunicabilidade entre nós. Nós queremos uma coisa,

> ele quer outra. Não nos ouve. Não nos dá atenção.' Ele me disse: 'E o que vocês querem?' 'Que haja uma coisa impossível: 1º, o recebimento e 2º que a gente não fique mais ligado ao Departamento de Imprensa.

Segundo Carnera, Maynard chegou para João Alves Bezerra e disse:

> Estude isso e faça! Amanhã pague todo mundo. Quero esse pagamento amanhã feito. E você [Carnera], vá organizar a programação pra Quinta-feira que eu vou fazer essa homenagem a esse general. E outra coisa. Vocês estão desligados de lá'. Pronto. Passamos aí a ser lá pelo Palácio mesmo. Não tínhamos mais comunicação nenhuma com o Departamento de Dr. Luiz Pereira de Mello (CARNERA, 1999).

João Melo também participou da tal greve:

> Foi uma "greve branca", né? Como era "greve branca": Um não podia ir porque estava doente, outro porque não sei o que, o outro porque a mãe estava doente. E daí eles sentiram que essas pessoas estavam chateadas e através de conversa a gente fazia chegar ao ouvido dos donos lá do negócio, porque a gente estava fazendo isso. Porque o salário estava atrasado [...] entendeu? Mas isso não teve muita importância, não. Teve assim do lado nosso, que mostramos que nós tínhamos uma força, nós mostramos pra eles que a gente podia parar aquela Rádio (MELO, 1999).

Sem seus artistas, durante os dias da greve (segundo Carnera 8 ou 10), a rádio restringia-se ao mecânico toca-discos. Porém, a força da programação local estava nos programas de auditório (um certo delegado sabia disso). Nos anos 1940, a força do rádio brasileiro tornou-se visível nos programas de auditório. Nessas ocasiões, as emissoras promoviam "desfiles" dos seus grandes astros. Conforme Miriam Goldfeder, "de certa forma, os setores responsáveis pela produção cultural na década (e mesmo anteriormente) se preocupavam em fornecer um espaço onde a manifestação do público estivesse assegurada" (GOLDEFEDER, 1981).

Portanto, é possível conceber o auditório "como um dos espaços básicos de manifestação espontânea e autônoma de anseios

e expectativas dos setores sociais que dele se utilizam, seja como meio de evasão, seja como expressão de padrões estéticos" (GOLDEFEDER, 1981, p. 141). Com usos diversos durante a época áurea do rádio no Brasil, os auditórios sediavam espetáculos, concursos de calouros, programas humorísticos e, nas grandes emissoras, os concursos para eleger a *Rainha do Rádio* - retransmitidos para todo o país (TAVARES, 1997, p.120-129).

Em Sergipe, os programas também atraíam muita gente. Porém, com as limitações que uma rádio como a PRJ-6 possuía. Não havia um desfile contínuo de grandes nomes da música nacional, nem tampouco grandes prêmios para os participantes. Na PRJ-6, nos dias da semana reservados a programas de auditório, o "cast" era obrigado a trabalhar fardado. A entrada aos homens - mesmo aqueles envolvidos com a emissora - só era permitida com o uso de paletó e gravata. Nessas ocasiões, a figura de Maynard ocupava espaço respeitável[4].

Interventor Federal entre 1942 e 1945, Augusto Maynard visitava frequentemente a PRJ-6. Carnera recorda: "Maynard nos visitava constantemente. Ora, um interventor sair do Palácio, pra sentar, né? (risos) num auditório, pra assistir um programa era muito difícil, né? E ele ia. Ele ia pessoalmente" (CARNERA, 1999). Posturas como essa revelam que Augusto Maynard Gomes assimilou bem as táticas de propagandas aplicadas, em escala nacional, por Getúlio Vargas. Este último, com o rádio, fez-se presente cotidianamente na vida brasileira. Tornou-se uma visita corriqueira.

Entretanto, apesar de algumas aulas de violão e de apresentações em bailes nos clubes locais, o trabalho de Carnera, a sua principal fonte de renda, era a contabilidade. Por isso, a convite de seu patrão, foi trabalhar em São Paulo, em 1948. É interessante observar que o final dos anos 1940 marca a saída não apenas do líder do conjunto regional da *Aperipê*, mas de muitos artistas sergipanos da terra natal.

Foi um êxodo visível. Jacy Menezes participou do programa "Picolino" da *Rádio Nacional*. Após a experiência na *Rádio Tupi*, João Melo fez sucesso trabalhando na *Rádio Sociedade* da Bahia. Por sua vez,

4 Cf. Portaria n. 12. Estabelece a obrigatoriedade no uso da farda pelo "cast" e locutores de serviço às quartas-feiras, sábado e domingos. GABINETE DA DIRETORIA DA RADIODIFUSORA DE SERGIPE. Aracaju, 1 jul. 1944. APES, Cx. G7-132

Guaracy Leite França, a "bonequinha do rádio sergipano", trabalhou num programa baiano onde era a "Garota Vick Maltema". Ainda em fins dos anos 1940, Carnera dirigiu um regional na *Panamericana* de São Paulo, onde também trabalhou nas rádio *Bandeirantes* e *Record*. Mas ele não parece ter tido muitas saudades desta época. O sergipano enfrentou uma realidade bem distinta da existente na terra natal.

Já com uma indústria cultural bem organizada para os parâmetros nacionais, São Paulo empregava com salários fixos os seus músicos e fazer parte do "cast" de uma emissora não era nada fácil. Por isso, a desconfiança constituía uma regra. Além disso, Carnera sentia a mudança climática (a saúde nunca foi uma de suas virtudes). Fria também a relação entre os músicos, num universo de concorrência apurada. O violonista, irritado, conta um caso curioso:

> No Sul, meu Deus! Que diferença! Eu fiz aniversário lá... Eu como diretor (só pra lhe dar um exemplo do que é profissionalismo) eu como diretor do conjunto... Pois bem, convidei-os para ir até o apartamento, eu morava na rua Itapetininga, no centro da cidade mesmo, na Praça da República. Convidei para ir lá, depois do programa (a gente tinha um programa dia de Domingo que a gente fazia de 8 às 12) então, ao meio-dia ia lá, comer salgadinho, tomar uma cerveja, uma coisa. Não me disseram não, né? Aquele riso amarelo... E eu, meu Deus! Será por que não estão gostando? Daqui a pouco, veio o flautista comigo e disse: 'Seu Carnera, me diz só uma coisa: a turma aí tá perguntando se vai ter um cachê...' Digo: 'Cachê o quê? Pra ir na minha casa? Comer e beber? Eu não tô chamando nem pra tocar, não. Pode deixar até os instrumentos aí. Eu tô convidando por uma questão de atenção, de amizade'. Eu pagar pra um sujeito ir tomar o meu copo de cerveja e comer meu salgadinho, lá no meu apartamento?!

Experiências como essa marcaram os artistas da PRJ-6, revelando-lhes a dessemelhança no nível de profissionalismo entre Sergipe e estados como Rio de Janeiro e São Paulo. Com o êxodo para outros pontos do Brasil, as serenatas e bebedeiras ficaram no passado. Em centros urbanos que possuíam concorrência acirrada, a cristalização das profissões e a especialização das funções caminhavam num compasso diferente do existente na *Aperipê*. Para se ter uma ideia, enquanto a PRJ-6 era a única rádio em Sergipe (até o surgimento da *Rádio Cultura, ZYC-37*, nos anos 1950), em São Paulo, no ano de 1943,

existiam as emissoras *Bandeirante, Cruzeiro do Sul, Difusora, Record, São Paulo, Cultura, Excelsior, Cosmos, Tupi* e *Gazeta* (GOULART, 1990, p. 80).

Carnera acabou voltando para Aracaju, seguiu no emprego de contador e retomou o convívio com as estrelas de pequena grandeza no rádio sergipano. Entre os anos 1950 e 1960, fez programas de imenso sucesso. Sempre tocando serestas, apostando na ânsia saudosista dos ouvintes. Aposta perfeita. Ao final desse período, retirou-se da cena artística. Faleceu em 2003. O elegante violonista, embora hábil e com lances de liderança no meio artístico, não conseguiu lidar com a emergência de um mercado cuja configuração apontava para um crescente profissionalismo e para um enfoque sem preocupações com regionalismos. O velho boêmio, assim como tantos outros artistas eclipsados no decorrer do tempo, encerra em si a história da luta por demarcar territórios privilegiados para a música sergipana. Seu quase desconhecimento nos dias de hoje evidencia, com tristeza, o pouco sucesso do combate.

Referências Bibliográficas

Programa Videoteca Aperipê Memória

Luiz Pereira de Melo, fita n.1023 – G
Carnera, fita n. 0815 – G
Maestro Pinduca, fita n. 0673 – G
João Melo, fita n. 0429 – G
João Melo, fita n. 1100 – G
Clodoaldo Alencar Filho, fita n. 1029 – G

Entrevistas

JOÃO MELO. Entrevista ao autor, realizada em 30/03/1999.
CARNERA. Entrevista ao autor, realizada em 05/04/1999.

Livros e Artigos

BAHIA, Juarez. O milagre das ondas misteriosas. **Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1990. p. 195-215

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 2 ed. São Paulo: T.A. Queiroz: EDUSP, 1987.

CABRAL, M. **Roteiro de Aracaju: guia sentimental da cidade**. Aracaju, SE: Regina, 1948.

CABRAL, Sérgio. Getúlio Vargas e a Música Popular Brasileira. **ABC de Sérgio Cabral: um desfile dos craques da MPB**. Rio de Janeiro: Cobecri, 1979.

CÂNDIDO, Antônio. A Revolução de 30 e a Cultura. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo: v. 2, n. 4, abr. 1984. p. 27-36.

CAPELATO, M.ª Helena Rolin. Estado Novo: novas histórias. In.: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998 (a), p. 183-213.

CASTELO, Martins. Rádio (VI). **Cultura Política**. Rio de Janeiro, n. 6, ago. 1941, p. 330.

CASTRO, Ruy. **Chega de Saudade: a história e as histórias da bossa nova**. 2 ed. São Paulo: Cia das letras, 1998.

DANTAS, José Ibarê. **O tenentismo em Sergipe: da revolta de 1924 à Revolução de 1930.** Petrópolis/ RJ: Vozes, 1974.

DINIZ, Diana (Coord.). **Textos Para a História de Sergipe**. Aracaju: UFS/BANESE, 1991.

GOULART, Silvâna. **Sob a Verdade Oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo**. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Cia das Letras, 2000. p.143-180

GOLDEFEDER, Miriam. **Por Trás das Ondas da Rádio Nacional.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GOULART, Silvâna. **Sob a Verdade Oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo**. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990. p. 80

HOBSBAWM, E. Rumo ao abismo econômico. In: **Era dos Extremos: o breve século XX**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.p.90-112.

Jornal Aperipê. Aracaju-Sergipe, 30 jun. 1995.

LACERDA, Aline L. de. A Obra Getuliana ou como as imagens comemoram o regime. **Estudos Históricos – Comemorações**. RJ: FGV, v.7, n. 14, jul.-dez. 1994, p. 243.

MAYNARD, Andreza. **A caserna em polvorosa: a revolta de 1924 em Sergipe**. Recife: PPGH/UFPE, 2008. Dissertação de Mestrado em História.

MAYNARD, Andreza; MAYNARD; Dilton. ***Dias de luta:* Sergipe durante a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2011.

MAYNARD, Dilton Cândido Santos. **A arma retórica: o uso político do Rádio em Sergipe (1939-1945)**. São Cristóvão: UFS/NPPCS, 2003. Dissertação de Mestrado.

MAYNARD, Dilton. O Brasil Sob Ataque: *Aracaju durante a Segunda Guerra Mundial* em SCHURSTER, K, SILVA, F.C.T. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial** (Rio de Janeiro: Multifoco, 2010). p.509-538.

MEDINA, Ana Maria F. **Ponte do Imperador**. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1999.

MELINS, Murillo. **Aracaju romântica que vi e vivi: anos 40 e 50**. Aracaju: UNIT, 2000.

MOREIRA, Sonia Virginia. **O Rádio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991.

MOTTA, Márcia Maria M. A Primeira Grande Guerra. In: FERREIRA, J., REIS FILHO, D.A., ZENHA, C. (Orgs.). **O século XX: o tempo das certezas – da formação do capitalismo à Primeira Guerra Mundial**. Civilização Brasileira, 2005.p.231-252.

ORTIZ, R. **A Moderna Tradição Brasileira**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no Rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. São Paulo: Summus, 1985. (Novas buscas em comunicação; v.3). p. 14.

SALGADO, Álvaro F. Radiodifusão, fator social. **Cultura Política**. Rio de Janeiro: Indústria do Livro, ano I, n. 6, ago. 1941, p. 86;

SOARES, Antônio Jorge G. **Futebol, Malandragem e Identidade**. Vitória-ES: SPDC/UFES, 1994, p. 8-11

SUZUKI Jr., Martins e VASCONCELOS, Gilberto. A malandragem e a formação da música popular brasileira. In: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964**. 2 ed. São Paulo: DIFEL, 1986. I-III, v. 4. p. 503-523.

TAVARES, Reynaldo C. **Histórias que o Rádio não contou**. São Paulo: Negócio, 1997.

VELLOSO, Mônica. "Cultura e Poder Político: uma configuração no campo intelectual". In: GOMES, Ângela Maria de Castro, OLIVEIRA, Lúcia Lippi e VELLOSO, Mônica Pimenta. **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 71-108.

VELLOSO, Mônica P. **Os Intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1987.

Os editoriais d'*O Liberal* e o cenário social e político dos anos de 1960 e 1970

Alessandra Lima dos Santos[1]
Cláudia Cristina da Silva Fontineles[2]

> Uma história não tem princípio nem fim, só portas de entrada. Uma história é um labirinto infinito de palavras, imagens e espíritos esconjurados para nos revelar a verdade invisível a respeito de nós mesmos. Uma história é, em última análise, uma conversa entre quem a narra e quem a escuta, e um narrador só pode contar até onde lhe chega o ofício e um leitor só pode ler até onde leva escrito na alma.
>
> Carlos Ruiz Zafón, *O Labirinto dos espíritos*.

Os meios de imprensa, durante as décadas de 1960 e 1970, são marcados por discursos políticos, principalmente a partir do ano de 1968, ano da aprovação do Ato

1 Mestre em História pela Universidade Federal do Piauí. Professora da rede privada de ensino, em Teresina-PI. E-mail: alessandralimasts@gmail.com.

2 Bolsista em Produtividade Científica/UFPI. Doutora em História. Professora Associada da Universidade Federal do Piauí-UFPI. Atua na Pós-Graduação em História (Doutorado e Mestrado) e no Departamento de História, e na Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI. Bolsista em Produtividade Científica/UFPI. Membro do Núcleo Cidade, Tempo e Espaço e do Núcleo de Pesquisa em História e Educação. E- mail: cfontinelles@gmail.com.

Institucional n. 5, que enrijeceu o sistema autoritário em vigor no Brasil. A mídia continuou a narrar os acontecimentos, agenciando e pautando a vida em sociedade, seja a favor ou contra os governos, silenciada ou ressoando diversas relações, principalmente as políticas e suas formas de governabilidade.

É em meio a este contexto tenso que nasceu o jornal teresinense *O Liberal*, que passa quase despercebido pelos pesquisadores que utilizam a imprensa como fonte ou como objeto de estudo historiográfico. René Remond (1999, p. 59) afirma que tudo o que toca a existência é político na atualidade, nada mais político do que analisar, neste artigo, um jornal piauiense, nascido em meio a um período polêmico do jornalismo brasileiro, dadas as tensões políticas e sociais enfrentadas no país.

O jornal *O Liberal*, criado onze meses antes da publicação do Ato Institucional n. 5 (AI-5), pela jornalista piauiense Maria Edith d'Anunciação Carvalho, perdurou até dezembro de 1976, de acordo com os exemplares constantes no acervo hemerográfico da Casa Anísio Brito, *O Liberal* se autointitulava como "Órgão crítico, político e noticioso". Seus exemplares, possuíam dimensão gráfica de um tabloide, contendo entre seis e oito páginas com periodização irregular. Seu *layout* raramente recorria ao uso de imagens fotográficas para ilustrar as matérias publicadas no jornal, ou seja, utilizava-se mais o recurso da escrita do que da imagem.

Ao adotar como slogan "Se *O Liberal* publicou o fato se passou", procurou convencer a sociedade de que era um veículo guardião do ideal de imparcialidade na imprensa e porta-voz da verdade. Ao fazer isso, cobiçou transparecer a ideia de que suas páginas seriam um espelho da realidade vivida, publicando rigorosamente somente aquilo que de fato tivesse ocorrido. Porém, compreende-se, neste trabalho, que nenhuma linguagem é imparcial, e que a imprensa ou a mídia é uma "[...] prática constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais." (MACIEL, 2004, p. 15), sendo que "[...] em diferentes conjunturas a imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos." (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258-259).

Tendo como observação as "relações de poder, conflitantes ou convergentes entre os Meios de Comunicação e o Estado" (JEANNENEY, 2003, p. 224), o objetivo do presente trabalho é analisar a linha editorial do jornal *O Liberal* frente ao cenário sociopolítico e histórico em Teresina, durante as décadas de 1960 e 1970. Para tanto, adotamos como fonte, exemplares dos jornais impressos do referido periódico. Tal lema despertou nosso interesse, em razão do cenário político vivido no país desde a implantação do Golpe Civil-Militar de 1964. Afinal, como um jornal fundado e desenvolvido durante a face mais autoritária do regime militar, sobretudo com a implantação de medidas de controle em relação à imprensa, autodenominava-se como sendo de cunho político, crítico e noticioso?

Além disso, o título do jornal em si mesmo já é provocador de nosso interesse: "*O Liberal*". Em qual sentido? O que seus proprietários e colaboradores entendiam por política? E por crítica? A quem se dirigiam tais críticas? Com quais propósitos? Foram alguns dos principais questionamentos que despertaram nosso interesse e aos quais pretendemos discutir neste artigo. E ao responder estas questões, pretendemos compreender a configuração sociopolítica do período em que foi produzido e circulou.

Para responder tais perguntas, além de analisar os jornais impressos, entrevistamos também o ex-editor de *O Liberal* – Homero Castelo Branco[3], que trata sobre o funcionamento do jornal e sobre o papel desempenhado por este noticioso na formação de profissionais do jornalismo no Piauí. Ao discorrer sobre sua relação com a proprietária e com o periódico, ele permite perceber muitas das nuances que diferenciaram *O Liberal* dos demais jornais que já circulavam em Teresina, no período:

3 Homero Castelo Branco é economista e político piauiense, nasceu em Amarante, em 3 de abril de 1944. Durante o recorte desta pesquisa trabalhou como editor de *O Liberal* entre 1968 e 1971, além de ter sido colunista econômico do jornal, assinando a coluna "Telha de Vidro". Dirigiu o jornal *A Hora*, criado por Petrônio Portella, Luís Nódgio Nogueira e Geraldo Castelo Branco, em agosto de 1971, que tinha o intuito de ser o meio de comunicação opositor ao governo Alberto Silva, durante a primeira metade da década de 1970. Foi eleito, em 1974, deputado estadual, pela ARENA (1975-1979)

> Quando eu vim para Teresina foi em 1968 e uma das figuras que eu encontro na primeira linha logo foi a Maria Edith da Anunciação, que ela já tinha um jornal, *imparcial*. Ela era uma figura terrivelmente fantástica, porque o jornal dela era *uma oficina* onde ela *treinava muitos e muitos jovens para a arte gráfica*. [...] Lá era uma garotada que montava o jornal, que imprimia o jornal, que era quase como um carimbo. Apesar de ter os outros jornais aqui mais modernos, porque tinham um linotipo, era uma coisa muito mais adiantada. Mas não, *ela fazia o jornal dela como uma oficina para formação de gráficos*. E assim *ela formou vários gráficos e formou também vários jornalistas que passavam por lá e tal*. Então quando aqui cheguei, fui logo fazendo amizade com ela, e ela me tornou editor do jornal (CASTELO BRANCO, 2019, n.p, grifos nossos).

Durante a entrevista, que adotou as orientações metodológicas da História Oral Temática (DELGADO, 2010; FERREIRA; AMADO, 1998), Homero Castelo Branco afirmou que o jornal havia sido criado em 1968, tendo como uma das suas principais contribuições para a imprensa local à qualificação de profissionais para as gráficas da cidade. Evidenciou também que o noticioso possuía caráter político "imparcial", pois, segundo sua ótica, neste jornal era possível comentar sobre todas as pessoas, independentemente de seu espectro político, sem predileção, pois, n'*O Liberal*, Maria Edith d'Anunciação Carvalho "não preservava ninguém" (CASTELO BRANCO, 2019, n.p.).

A pesquisa sobre *O Liberal* insere-se nas dimensões da Nova História Política e da História da Mídia Impressa, a partir das quais, defende-se que é possível, a partir do estudo sobre um jornal, conseguir refletir sobre o momento histórico, político e social de uma dada sociedade, podendo ser, portanto, uma privilegiada fonte e objeto de estudo historiográfico.

A ênfase à ideia de imparcialidade e equilíbrio editorial, descritas pelo ex-editor permeava o discurso do jornal, como se os editores do impresso tentassem se desvincular do clima de disputas políticas do período, como se se assumisse fora desse cenário.

As condições de sua produção e circulação contribuem para entender a abrangência das suas matérias. *O Liberal* possuía uma periodicidade irregular. Em alguns momentos, durante os anos de 1969 e 1974, podemos considerá-lo como um bissemanário. Em

outros períodos, o jornal circulava três ou quatro vezes na semana. Essa irregularidade nas edições dá-se pela própria forma de produção do impresso, que era fabricado de forma artesanal, muitas vezes com recursos escassos.

Os investimentos utilizados n'O *Liberal* eram reduzidos, o que faz com que ele possa ser considerado uma imprensa de médio porte em relação aos três principais jornais piauienses do período – *O Dia*[4], *O Estado*[5] e *Jornal do Piauí*[6], jornais com circulação diária, comercializados em praças de outras regiões do país, com cadernos e paginações superiores aos do jornal produzido na Rua São Pedro, no centro de Teresina.

Mesmo tendo uma veiculação permanentemente restrita ao estado do Piauí, principalmente à capital, Teresina, *O Liberal* possuía correspondentes nas cidades de Brasília e da Guanabara – Teresinha de Jesus Carvalho Pessoa e Ricarêdo Martins Castelo Branco respectivamente[7], que, juntos, levaram às páginas do bissemanário as disputas políticas das duas cidades, principalmente da capital do país – Brasília. Além disso, a partir de 1975, a publicação de matérias de jornais oriundas de diferentes regiões do país passou a ser presente n'*O Liberal*, principalmente as que discorriam sobre os resultados das eleições de 1974 e 1976, e sobre a democracia.

Além de tudo, é importante comentarmos sobre a sustentação econômica de *O Liberal*. Maria Aparecida de Aquino relata que, independente do tamanho da empresa-jornal, seja ela de grande, pequeno ou médio porte, nenhum jornal se sustenta sozinho, ou seja, não há como a circulação desses jornais ser garantida apenas com o que é arrecadado através das "vendas nas bancas ou com as

4 *O Dia* foi fundado na primeira metade da década de 1950, por Raimundo Leão Monteiro, circulando duas vezes na semana. Na década de 1960 o coronel Otávio Miranda assumiu o jornal e ele passou a ser diário até hoje.

5 *O Jornal do Piauí* foi criado na década de 1950, por Antônio de Almendra Freitas, na década de 1970 a direção do jornal passou a ser do jornalista José Vieira Chaves.

6 *O Estado* foi criado nos fins dos anos 1960, tendo Helder Feitosa como diretor.

7 A correspondente em Brasília, Teresinha de Jesus Carvalho Pessoa, residia em Brasília e era irmã da proprietária, Maria Edith d'Anunciação Carvalho. Já o da Guanabara, Ricarêdo Martins Castelo Branco, era amigo da família de Maria Edith.

assinaturas" (AQUINO, 1999, p. 37). Assim, analisamos os valores de banca de *O Liberal*, nos seus três primeiros anos, o valor era de NCr$ 0,30 o exemplar. Entre 1971 e 1973, o jornal custava Cr$ 0,50, sendo elevado ao valor de Cr$ 1,00 em 1974, e triplicando este valor em 1976 (Cr$ 3,00). Durante os anos de 1973 e 1976, o aumento do custo de *O Liberal* nas bancas ocorreu sempre no mês de março, e foi neste período, também, que o valor do exemplar passou a aparecer no canto superior direito, saindo assim de dentro do jornal.

Mesmo com os sucessivos aumentos devido à inflação do período, *O Liberal* dependia de outras formas de financiamento. Ao ser questionado sobre as receitas do jornal, Homero Castelo Branco relata que, devido ao bom relacionamento de Maria Edith d'Anunciação Carvalho com personalidades de órgãos como a Academia Piauiense de Letras, representada na figura de Arimathéa Tito Filho[8], mesmo sem ter condição financeira atrativa, "fazia umas assinaturas, sabe? E mandava a contribuição. Então, ela tinha um bom relacionamento com várias pessoas, entendeu? Então as pessoas mandavam algumas colaborações. Coisas tolas, mas naquele tempo tudo valia." (CASTELO BRANCO, 2019, n.p.).

Além das vendas em bancas e das doações, *O Liberal* dependia da publicidade. Os anúncios eram vistos por todo o jornal, exceto na primeira página, pois não havia um caderno próprio destinado aos anunciantes.[9] Cada página era composta por duas a três propagandas, entre as quais observa-se a distribuidora de José Elias Tajra, a revendedora de carros Dodgei, a Lanchonete Americana, a Papelaria Moderna, a loteria estadual, alguns escritórios de advocacia e consultórios médicos, ou seja, estabelecimentos comerciais de renome no período. Além de empresas privadas, anúncios e comunicados de empresas públicas dos três níveis governamentais (municipal,

8 Arimathéa Tito Filho foi poeta, cronista, historiador, humorista e professor piauiense, que atuou em diversos jornais do Estado do Piauí. Membro da Academia Piauiense de Letras (APL), ocupando a cadeira n. 29. Foi presidente da APL durante as décadas de 1970, 1980 até o início dos anos 1990.

9 Durante análise das fontes, encontramos poucos momentos em que havia uma página exclusiva para os anunciantes, fato que pode ser exemplificado pela edição do dia 28 de junho de 1970, na qual a página quatro é especificamente constituída de anúncios, ao todo foram seis mensagens publicitárias. O LIBERAL. Teresina, ano 2, n. 179, p. 4, 28 jun. 1970.

estadual e federal) recheavam as páginas d'*O Liberal*, fazendo com que puséssemos a dimensão de jornalismo imparcial sob suspeição.

Os editoriais d'*O Liberal* e a jornalista insubstituível

Tendo como um dos slogans "Se *O Liberal* publicou o fato se passou"[10], expondo os conceitos de objetividade e imparcialidade da imprensa, o jornal é apresentado como um espelho da realidade vivida, publicando aquilo que de fato ocorreu. Porém, compreende-se, neste trabalho, que a imprensa, ou a mídia como um todo, é uma "prática constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais", sendo que "em diferentes conjunturas a imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos" (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258-259).

Analisamos para a construção deste trabalho os editoriais publicados no jornal *O Liberal*, entre os anos de 1969 a 1974, compreendendo como os interesses e projetos diversificados de forças políticas e sociais se constituíram no recorte. Até 1970, os editoriais possuíam locais próprios, entre a segunda ou terceira página, e eram identificados com o título "Editorial". A partir de 1971, eles passaram a ser localizados na primeira página, sem a especificação de que ali era o pensamento da linha editorial do jornal.

A escolha por se trabalhar os editoriais de *O Liberal*, nesta pesquisa, se dá por eles serem "o texto que expressa a opinião do jornal, ou seja, dos sujeitos que estão por trás de sua produção [...] que constituem, por excelência, a parte opinativa do jornal" (CAPELATO, 1988. p. 20.). Neste período foram divulgados em torno de 300 editoriais, sendo que em alguns momentos um ou outro era republicado mais de uma vez. Os editoriais possuíam como título a temática ali analisada, apenas em alguns raros momentos vinham

10 Um dos principais slogans do jornal *O Liberal*. O slogan dá ideia ao leitor de credibilidade dos informes anunciados, pois se ali se encontra publicado é porque é verdade.

contidos em outras partes do jornal e com sua titulação. Construímos o quadro a seguir com o intuito de apresentar as principais temáticas trabalhadas nos editoriais de *O Liberal*, porém só foi contabilizada a primeira publicação de cada um deles, ou seja, sem as repetições que apareceram em páginas inteiras com dois ou mais editoriais tendo como cabeçalho "Nossos Editoriais".

Quadro 1 – Temáticas dos editoriais do jornal *O Liberal* (1969-1974)

ASSUNTO	QUANTIDADE
Política	57
Cidade	43
Variados	33
Economia	25
Imprensa	18
Festividades	15
Educação	08
Seca	05
Exército	04
Cultura	03
Total	**213**

Fonte: Jornal *O Liberal*, Teresina 1969-1974. Quadro produzido pela autoria do artigo.

Assim, as temáticas principais abordadas nos editoriais de *O Liberal* versam sobre imprensa, cidade, política e economia. Porém, é a política o tema evidenciado pela equipe do jornal. Dessa forma, decidimos destacar a análise dos textos de política, não só por ser a temática mais relevante durante a análise do jornal, mas, também, porque ele se autointitulava órgão político de comunicação. De acordo com alguns colaboradores do bissemanário, ele era um jornal sem ligações com o "governo e nem a oposição, é um jornal do povo" (SILVA, *O Liberal*, 9 jan. 1972, p. 2).

Tal afirmação constrói novamente o ideal de imparcialidade que o jornal acreditava possuir com o público, porém a percepção de que a mídia produz um diálogo direto com o público se constitui, na historiografia, como uma construção de relações de sentidos a partir do que o leitor já vivenciou, e o redireciona para o que deve ser vivenciado posteriormente, prática em que "o discurso jornalístico semantiza os acontecimentos e os fatos sociais, produzindo uma

ideia de história que articula em dois níveis temporais: naquele que relaciona o homem com as transformações do seu próprio cotidiano (a atualidade) e naquele mais geral, da sua relação com o passado" (RIBEIRO, 2000, p. 36).

Assim, produzimos este texto com o intuito de identificar o posicionamento predominante nos editoriais do jornal *O Liberal*, a partir do cenário político e social vivido no período em Teresina, porém compreendendo se realmente a ideia de imparcialidade defendida no jornal se fez presente. Para isso, além dos editoriais, utilizamos pequenas notas soltas, sem assinatura e as colunas *Notas & Fatos* e *Setas & Flechas*, percebendo as relações existentes ou não entre a imprensa local e o governo, como também com a proprietária do jornal Maria Edith d'Anunciação Carvalho.

> A conversa de sua excelência, o governador do Estado, com a imprensa nas últimas 72 horas, foi uma reafirmação do apoio por Sua Excelência prometido logo ao transpor os umbrais do Karnak. O diálogo semanal a que nos convida o governador é uma demonstração do que faz da imprensa o instrumento melhor para a comunicação em massa. Semanalmente o governador vai através da imprensa [...] dizer a capital e ao interior do estado sobre o trabalho por ele desenvolvido no sentido de cobrir o Piauí com um progresso maciço e digno do reconhecimento do poder maior da República – Presidente Médici e seus ministros. [...]. (GOVERNO convoca imprensa. *O Liberal*. Teresina, p. 6, 16 set. 1971).

Na nota "Governo convoca imprensa", de setembro de 1971, fica evidente a relação de proximidade construída durante o governador do estado do Piauí, Alberto Silva, com a imprensa local, e há o desejo da linha editorial de *O Liberal* de que ela seja realmente feita, da mesma forma que o desenvolvimento prometido pelo novo governador, desde os seus primeiros dias de atuação.

Nas reuniões com o executivo estadual, a proprietária do jornal *O Liberal* participava ativamente, como verificamos em algumas notas a respeito desses encontros. Maria Edith d'Anunciação Carvalho foi descrita por um dos jornalistas que passaram pela redação da Rua São Pedro como uma "jornalista combativa e séria que vale por um jornal e muitos outros" (MARQUES, 1971). Essa descrição, dada por

Nelito Marques[11] perpetuou ao longo dos anos na memória do próprio jornalista, o que se pode perceber quando, em 2018, ele afirmou, em seu blog, que "o jornalismo feminino no nosso estado cresceu em número de participantes. Porém, até agora se registra que Maria Edith d'Anunciação Carvalho continua insubstituível" (MARQUES, 2018).

Filha de um ex-funcionário do antigo Departamento de Correios e Telégrafo (DCT), Gregório Martins de Carvalho[12] e da dona de casa Sofia Martins de Carvalho, Maria Edith d'Anunciação Carvalho foi uma jornalista que, antes da criação de *O Liberal*, fez parte do quadro de funcionários dos principais jornais do Piauí como, por exemplo, *O Dia*.[13] Coordenou as publicações da enciclopédia anual *O Farol*, que tinha o objetivo de divulgar a cultura e a educação.[14] Maria Edith d'Anunciação não foi apenas uma jornalista que falava sobre política nos jornais em que colaborou e dirigiu, mas também fazia parte da política local, filiada ao Partido da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), no qual se consagrou suplente de vereador no pleito municipal de 1970, ano em que a jornalista conseguiu 232 votos na cidade de Teresina (ELEIÇÕES 1970).

Já após o período militar, Maria Edith d'Anunciação Carvalho foi filiada ao Partido da Frente Liberal (PFL), em 1986, um ano após a criação do partido por dissidentes do antigo Partido Democrático Social (PDS),[15] partido em que ela não fez filiação partidária. Além de proprietária da empresa, Maria Edith também foi editora de *O Liberal*

11 Colunista social, que colaborou por pouco tempo em *O Liberal*.

12 O Departamento de Correios e Telégrafos (DCT), foi criado em 1931, com subordinação ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Porém, em 1968, passa a ser subordinado ao Ministério das Comunicações, tendo sua extinção em 1969, quando passa por reformulações para a criação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT).

13 Maria Edith d'Anunciação Carvalho fez parte do jornal *O Dia* até o ano de 1967.

14 Na análise das fontes há propagandas referentes a enciclopédia *O Farol*, em que há referências sobre a direção da publicação ser de Maria Edith d'Anunciação Carvalho. O LIBERAL. Teresina, ano 2, n. 62, p. 4, 24 abr. 1969.

15 O antigo Partido da Frente Liberal (PFL) foi refundado em 2007, com o nome de Partido Democrático (DEM). Lembrando que o PFL foi criado por dissidentes do PDS, partido ligado aos antigos filiados da ARENA 1, logo após o fim do bipartidarismo, em 29 de novembro de 1979, durante o governo militar de João Batista Figueiredo. Lembrando que a ARENA 1 era ligado a Petrônio Portella. Cf. LIMA JÚNIOR. 2017.

em diversos momentos, pois, como Kllaricy Almeida apresenta, esses profissionais como responsáveis "pelos editoriais e pela manutenção da defesa das ideias do jornal" (ALMEIDA, 2010, p. 53), a jornalista se responsabilizava por coordenar toda a linha editorial.

Foram poucos os momentos em que a redação do jornal não ficou sob a responsabilidade de D'Anunciação, o que só ocorreu em dois momentos distintos, nos anos de 1970 e 1973, em que houve o compartilhamento da função com outros jornalistas[16]. No primeiro ano, o jornalista José Luiz Neves Martins Carvalho coordenou *O Liberal*; em 1973, o redator-chefe foi o jornalista Herculano Moraes[17], que também possuía a coluna política "Encontro Unilateral".

Tendo como base os editoriais e a linha editorial de *O Liberal*, analisamos a narrativa dos editoriais para compreender como Maria Edith d'Anunciação Carvalho e seus colaboradores percebiam os cenários político e social no período.

Percebemos, em *O Liberal*, as inúmeras solicitações para que a imprensa fosse tratada com respeito pela sociedade e o governo, pois a sua única função, para a equipe do jornal, seria a de informar ao público os acontecimentos de interesse. Tal afirmação é notada especificamente em dois editorias de 1969, um de 3 de julho, intitulado "AI", e outro de 4 de maio, de "Liberdade de Imprensa".

> A imprensa é uma das forças mais atuantes na divulgação das ideias. Nenhum país civilizado prescinde dos seus serviços, que têm o caráter de serviço público, porque o seu principal objetivo é orientar o público sobre fatos e acontecimentos que envolvem interesses de ordem pública. Porque a imprensa tem esse caráter, goza ela de liberdade assegurada pelas leis e pela

16 Durante entrevista com Homero Castelo Branco, ele relata que havia sido editor de *O Liberal*, durante o ano de 1968, porém como nosso recorte temporal se encontra entre 1969 e 1976 decidimos não apresentá-lo nesta parte do texto, pois ele não participava mais da função de editor no período em questão. Homero Castelo Branco continuava colaborando em *O Liberal*, mas apenas em sua coluna econômica "Telha de Vidro".

17 Herculano Moraes da Silva Filho foi jornalista e radialista que atuou nos jornais *O Dia*, *O Estado*, *Correio do Povo* e na Rádio Clube de Teresina. Na política foi vereador de Teresina durante os anos de 1971 a 1973. Membro da Academia Piauiense de Letras, onde ocupou a Cadeira de número 18. Faleceu em Teresina aos 73 anos, em 17 de maio de 2018.

> Constituição, não podendo restringi-la senão em circunstâncias excepcionais, em defesa da própria ordem que ela assegura. O governo tem na imprensa um dos esteios mais fortes de sua garantia. Denunciando, muitas vezes fatos que a autoridade pública não pode ver ou prever, estabelece a imprensa condições para que essa autoridade tome conhecimento da realidade e providencie em tempo, o que é de importante para o governo. [...]. Devemos pugnar sempre e incansavelmente pela liberdade como se estivéssemos defendendo a liberdade de cada cidadão. E nessa defesa a Pátria se engrandece, porque assegura a todos uma vida tranquila e fecunda em trabalho. (A IMPRENSA. *O Liberal*. Teresina, ano 2, n. 80, p. 3, 3 jul. 1969).

Observamos neste editorial que o objetivo era demonstrar a importância da imprensa para a sociedade, colocando-a como uma participante ativa e defensora da democracia ocidental e cristã, possuindo como uma das principais funções a de denunciar os atos de improbidade administrativa dos governos em diferentes níveis de poder. A imprensa para *O Liberal*, a partir da análise desse editorial, deve ser defendida, apoiada, contemplada pela população.

A cada linha, *O Liberal* constrói uma teia de ligação da imprensa com os sentidos democráticos da sociedade, seja através de denúncias que devem ser tomadas pelo poder público como críticas positivas, para corrigir os erros cometidos e evitá-los no futuro, colocando a mídia como uma auxiliar da administração governamental, sendo proibida a retirada de sua liberdade e de sua legitimidade, demonstrando ligação entre política e imprensa.

> Uma das conquistas mais valiosas do homem é, sem dúvida, a liberdade de pensamento, inerente à própria pessoa humana, como manifestação de sua natureza, a liberdade é um valor que só em casos especiais pode sofrer restrições. O Estado – expressão dos interesses da comunidade – pode impor condições ao uso da liberdade, pois, como tudo que diz respeito ao homem, não é ela um valor absoluto. [...] A liberdade de imprensa é uma dessas liberdades que sofrem as restrições apontadas. Mas – é de convir-se – não é a toa que pode ser ela cortada, pois o diploma legal que disciplina a atividade do jornalista torna como excludente de qualquer responsabilidade o escrito que tem por escopo a crítica construtiva e objetiva, corrigir erros que são apontados como fundamento nos fatos conhecidos. Não é, pois, uma simples ameaça à liberdade de imprensa que

> faz com que o jornalista se afaste dos seus misteres e coloque a sua pena em quarentena, aguardando que a tempestade passe. Temos compromissos com a comunidade, respeitamos as leis do país e sabemos que a lei de imprensa é sobretudo uma garantia ao profissional da pena. Não a desconhecemos. E quando criticamos pessoas, investidas ou não em função pública, o fazemos dentro dos limites da lei e com o devido respeito à opinião pública.
> O que não é possível é confundir-se o interesse do Estado com o interesse de pessoas isoladas que, às vezes, pensam que, defendendo a própria pele, estão defendendo a causa comum, que interessa especialmente ao Estado. Não nos afastamos do nosso dever. E sabemos respeitar a lei e as instituições do país. [...] Defendamos os direitos da imprensa, defendendo a lei e as instituições e combatendo os erros dos que se tornam vulneráveis pela falta cometida contra essas mesmas instituições. É a missão da imprensa e a posição de honra dos jornalistas. (LIBERDADE de imprensa. *O Liberal*. Teresina, 4 mai. 1969, p. 3).

Neste editorial, percebemos a crítica sobre como a imprensa e as outras formas de expressão estavam sendo tratadas, mas podemos perceber também, detalhadamente, o caráter dúbio da escrita. Através de um jogo de palavras adequadas, ora a linha editorial se colocava contrária ao governo e suas ações, ora o apoia. Fica evidente o descontentamento de *O Liberal* em relação ao apoio dado aos interesses particulares por parte dos governantes, o que acabava prejudicando não só a imprensa, como também a busca e defesa da democracia, que deveria ser um dos objetivos principais da mídia.

O jogo democrático e a suspeição d'*O Liberal*

Para *O Liberal*, o jornalista possuía com a sociedade o sério compromisso de informar sobre os fatos corriqueiros, e era exatamente por isso que não abandonava o trabalho. Nem mesmo quando sua escrita era ameaçada, pois sua função perante toda a sociedade era mais importante do que algumas reservas. Tal fato pode ser visto nas análises construídas pel'*O Liberal* durante os períodos eleitorais de 1974 e 1976, quando a tática adotada pelos candidatos emedebistas durante a campanha de 1976, em Teresina, diante dos empecilhos durante seus

comícios, é vista pelo jornal como uma aproximação dos candidatos com os eleitores através de uma identificação e compartilhamento da situação financeira do estado, além das diferentes intrigas envolvendo os membros do governo.

Ao contrário do que *O Liberal* previu, a ARENA saiu vencedora no pleito em Teresina, elegendo 11 novos vereadores contra os 6 do MDB. Porém, se analisarmos os votos de legenda das duas eleições municipais da década de 1970 na capital, percebemos que a manobra utilizada pelos emedebistas fez o partido crescer e superar a ARENA em 1976. Em 1972, a ARENA conseguiu um número inferior ao MDB nos votos de legenda, mas não tanto quanto em 1976, pois na primeira eleição o partido governista alcançou a marca de 305 votos contra 469 da oposição; já no pleito municipal seguinte consegui 603 votos contra 1.322 votos.

Daniel Aarão Reis analisa os resultados da eleição de 1976 em todo o país como vitoriosa para a ARENA, pois mesmo não repetindo "a vitória de 1972, [...] elegeu 3.176 prefeitos contra apenas 614 do MDB. Onde houve disputa, a ditadura venceu em 2.079 municípios contra 499 vitórias da oposição" (REIS, 2014, p. 99).

Assim, tendo como base os períodos eleitorais de 1974 e 1976, faz-se necessário analisar os textos de *O Liberal* que tecem críticas ao sistema político eleitoral brasileiro, e que possuem, em seu seio, críticas ao que o governo e as lideranças arenistas consideravam como sistema democrático de direito.

A eleição de 1974 foi um marco histórico na política brasileira, pois o MDB rompeu com "a paralisia do medo e do isolamento" a partir da marcha dos anticandidatos encabeçada pelo deputado federal Ulysses Guimarães à presidência da República (MENDONÇA; FONTES, 1994. p. 51), elevando suas bancadas em todo o país. Em contrapartida, os partidários situacionistas declaravam que a ARENA continuava vitoriosa após o pleito, como o senador catarinense Konder Reis, que afirmou que as eleições promoveu um "espetáculo democrático" e estabeleceu uma "democracia autêntica", em que o resultado da manifestação popular nas urnas foi uma resposta a quem negava o "clima de liberdade" desenvolvida pelo governo (KONDER Reis: Revolução estabelece no Brasil a democracia autêntica. *O Liberal*. Teresina, 23 jan. 1975, p. 3.).

A organização das eleições de 1974 e os desdobramentos do resultado foram difundidos pelo jornal *O Liberal*, durante este período até as eleições de 1976. Diferentes textos e perspectivas foram abordados pelo bissemanário neste período, porém uma das temáticas que mais se sobressaiu, seja em falas e discursos transcritos de políticos, em editoriais, seja em matérias assinadas ou não, foi a temática da democracia cada vez mais presente em cada uma nova edição do bissemanário.

Uma das principais modificações que ocorreram no processo eleitoral de 1974 se deu na suspenção/proibição de os "governadores de estado do quadriênio 1971-1975 concorrerem ao senado, rompendo uma tradição política dos governadores do Piauí seguirem sua vida pública no Congresso Federal, na condição de senadores" (FONTINELES, 2015, p. 66). Porém, um ano antes das eleições, diversos discursos foram apresentados pela imprensa piauiense acerca da única vaga disponível para o pleito daquele ano.

No editorial não assinado "Pretensões políticas", datado de 14 de junho de 1973, *O Liberal* já tecia conjecturas sobre o pleito do ano seguinte, em que analisava os possíveis nomes para o Senado e para a Câmara Federal.[18] Os três nomes citados foram do ex-governador Petrônio Portella, o do governador do Piauí no período Alberto Tavares Silva e o do ex-deputado estadual Celso Barros Coelho. Percebemos que a principal ação do bissemanário é demonstrar o seu apoio a uma possível reeleição do senador Petrônio Portella, da ARENA, pois durante todo o texto afirma que ele possuía "direito adquirido" para concorrer ao cargo, pois obedecia à "ordem natural das coisas". Entretanto, não deixa de apresentar o nome do governador em exercício no período, Alberto Silva, descrevendo a sua eficiência frente ao executivo estadual (PRETENSÕES políticas, *O Liberal*, 14 jun. 1973, p. 1). Isso já permitia antever as disputas que envolviam as duas lideranças políticas da ARENA piauiense rumo ao cargo pretendido.

O articulista Francisco da Cunha e Silva considerou a escolha dos candidatos para o Senado, pela ARENA, como um "páreo duro",

18 Durante este período, em 1973, Maria Edith d'Anunciação Carvalho era a chefe de redação do jornal.

que levou para um segundo plano a sucessão do general-presidente Médici, em 1973.

> Não se fala na sucessão do presidente Médici, que está próxima. Já se fazem comentários acerca das eleições que ocorrerão em 1974, para a renovação da Câmara e do Senado e das corporações legislativa estaduais. Em nosso estado, temos a impressão que o páreo vai ser duro. Temos só uma vaga para o Senado, e dizem que os concorrentes a ela são Petrônio Portella, Alberto Silva e Sousa Santos. José Cândido Ferraz e João Clímaco de Almeida serão candidatos à Câmara Federal e, com certeza serão eleitos. [...] Petrônio Portella passou algum tempo arredio das atividades políticas aqui no Piauí em virtude dos seus encargos na presidência do Congresso Nacional e do Senado Federal. Ultimamente, porém, Petrônio de vez em quando vem ao Piauí, como que tomando pé nas coisas políticas da terra. Quem tem inimigos, não dorme. Petrônio é inteligente e astuto, ninguém lhe arrebatará a cadeira de senador, a não ser que tenha uma reviravolta na política nacional. Ele sabe que tem opositores fortes e que estão de alcateia, prontos para investida. [...] Alberto Silva, já bem-conceituado pela administração progressista que vem realizando no estado, se desgastou bastante, politicamente [...] (SILVA, *O Liberal*, 21/22 fev. 1973, p. 3).

De acordo com as prerrogativas de Francisco da Cunha e Silva, as eleições para o Congresso Federal seriam acirradas, pois os principais nomes que concorreriam aos cargos de Deputado Federal e Senador eram das personalidades políticas mais privilegiadas do estado, por grandes feitos, obras e por terem boas relações tanto com as sociedades civil e militar do período. Porém há um fato curioso ao se examinar este texto: a figura do ex-governador do Piauí, Petrônio Portella, que concorreria à reeleição para o Senado, vaga a qual Alberto Silva desejava pleitear, pondo em destaque os confrontos políticos que envolviam as duas lideranças políticas (FONTINELES, 2015, p. 66).

Cunha e Silva analisa cada um dos candidatos afirmando que o senador Petrônio Portella estaria voltando a se inteirar da política local, após uma longa temporada à frente do Congresso, enquanto narra sobre os feitos de Alberto Silva na administração estadual, mas acreditando que ele não teria condições políticas de disputar o pleito

com Petrônio Portella. Assim, os apresenta como oposições um ao outro e como opositores políticos. Mais que isso, o noticioso, apesar de reconhecer o prestígio da administração de Alberto Silva, evidencia o seu desgaste político, sem justificar tal declaração.

Em editorial de junho de 1973, *O Liberal* trata sobre o jogo sucessório no Senado, apontando que a disputa poderia ser resolvida "se o atual senador optasse pelo governo do Estado, deixando vaga a cadeira do Senado para o atual governador", ou seja, que Petrônio Portella voltasse para o cargo que havia ocupado durante os primeiros anos do regime civil-militar. O bissemanário, ainda no editorial, tece críticas ao Ato Institucional n. 2 (AI-2) e ao governo militar, pois "as lideranças dos estados não estão livres para a escolha. Elas subordinam as suas ações, os seus planos políticos à aprovação prévia do presidente da República, justamente para que se guarde a unidade de princípios e de métodos de trabalho da Revolução" (AS DECISÕES..., *O Liberal*, 24/23 jun. 1973, p. 1).

A crítica tecida pelo *O Liberal* é paradoxal, pois enquanto coloca em xeque a falta de eleições diretas para a escolha dos governos estaduais, pela população dos estados representados, o jornal alinha-se ao discurso de defesa da unidade nacional apoiado pela Lei de Segurança Nacional. Além disso, demonstra a rivalidade latente entre os dois candidatos dentro da ARENA, partido em que eram correligionários.

> [...] aliados de prestígio dos militares e principais lideranças políticas no estado na década de 1970. Silva conquistou essa posição após seu primeiro mandato, que o lançou na simpatia de expressiva parcela da população, passando a ser visto como uma ameaça ao prestígio político de Petrônio Portella. O clima de tensão incrustou-se no cenário local e o acompanhou pelas décadas seguintes (FONTINELES, 2015, p. 67).

As disputas entre os dois se manteve forte, perdurando ao longo de todo o período. Elas resvalaram na base aliada de ambos, por causa das inúmeras críticas dos aliados de Alberto Silva, após ele ser impedido de concorrer ao cargo de senador devido às modificações para as candidaturas ao Senado Federal, que possibilitou a reeleição de Petrônio Portella, com um total de 279.350 votos contra 94.662 de

Manoel Lopes Veloso, do MDB (BRASIL, TSE 1974, n.p.). Já em relação à Câmara dos Deputados, apenas os dois nomes que Francisco da Cunha e Silva apresentou em seu artigo foram alçados a deputado federal naquele pleito.

Ao todo, as eleições de 1974 elegeram sete deputados federais, pela ARENA[19], e um pelo MDB,[20] sendo que este número só ocorreu, de acordo com Wilson Brandão, graças a um novo cálculo "para a determinação do número de vagas na Câmara Federal e na Assembleia, o Piauí ganhou mais um deputado federal e a bancada estadual passou de vinte e um para vinte e quatro parlamentares" (BRANDÃO, 2006, p. 87).

Porém, antes das eleições de 1974, *O Liberal* construiu o editorial "Os partidos", em que analisa a constituição do partido oposicionista – MDB – que, durante o pleito, conseguiu resultados até então inalcançáveis, tornando-se assim "de fato numa ampla frente oposicionista" (MENDONÇA; FONTES, 1994, p. 51).

> A Revolução, ao extinguir os partidos, não quis estabelecer um monopólio do Poder, mas dividi-lo no mínimo possível à sobrevivência do sistema democrático. Criando, assim, a ARENA e o MDB, estabeleceu o equilíbrio para o funcionamento desse sistema, figurando, pois, esses partidos como peças essenciais e necessárias à exteriorização compatível com as exigências do funcionamento do processo democrático.
>
> A compreensão, porém, da existência do MDB tem sido distorcida por todos os meios, o que nos leva a uma posição de defesa dos dois partidos, enquanto peças do funcionamento democrático.
>
> Não se justifica, pois, que o MDB seja aceito com restrições por alguns que se *julgam autênticos representantes da Revolução*. Não estamos aqui manifestando qualquer preferência ideológica por este ou aquele partido, mesmo porque não tomamos uma posição político-partidária, sabendo, embora, que os partidos servem na medida em que trabalham em benefício do povo e da comunidade [...]. [Grifos nossos]. (OS PARTIDOS. *O Liberal*. Teresina, 5 maio 1974, p. 1).

19 Os deputados federais eleitos pela ARENA, em 1974, foram: Adalberto Alexandrino Correia Liam, Murilo Ferreira de Rezende, Paulo da Silva Ferraz, José Pinheiro Machado, Hugo Napoleão do Rego Neto, João Clímaco D'Almeida, Dyrmo Jurandir Pires Ferreira.

20 Já pelo MDB, o único deputado federal eleito foi Celso Barros Coelho.

Nas primeiras linhas do editorial, *O Liberal* vai construindo sua crítica ao sistema político-partidário vigente no período ao analisar que a constituição do bipartidarismo foi formulada para legitimar e controlar as ações durante o regime civil-militar. A criação da ARENA e do MDB suplantou o pluripartidarismo brasileiro que vigorava desde 1945 (DELGADO, 2003), fazendo com que as duas agremiações fossem vistas como as expressões de sobrevivência do sistema democrático do país, porém elas não eram as estruturas agregativas do processo democrático, como descrito por Giovanni Sartori, devido a falta de estruturação e canalização do voto (SARTORI, 2001, p. 177).

O bissemanário se coloca como defensor do partido oposicionista, porém, esclarece que não estava se alinhando a ele, pois, para a equipe editorial, ambos os partidos deveriam trabalhar para a sociedade como um todo, para que a legitimação democrática fosse efetiva. Para Giovanni Sartori (2001, p. 178), os partidos políticos não podem ser extintos, assim, compreende-se a resolução do governo ditatorial ao reduzi-los as duas únicas agremiações partidárias.

Considerações finais

Nas páginas do periódico foram noticiadas as distorções do sistema bipartidário. Ao fazer isso, *O Liberal* terminou por também explicitar as demandas sociais e políticas que afligiam o país e o Piauí, assumindo uma postura crítica frente à defesa da abertura democrática, sobretudo, falta de uma efetiva democracia representativa, evidenciados pelo cerceamento na liberdade de pensamento, de imprensa, de opinião e de expressão e os direitos de reunião e associação. Observamos que o jornalismo político desenvolvido n'*O Liberal* explicitava as divergências partidárias e de pensamento político vigentes no país, contrariando a postura defendida pelo governo em relação a uma suposta harmonia política e social.

Essa versão dos acontecimentos descrita n'*O Liberal* através dos editoriais, matérias assinadas ou não, e até mesmo nas notas de canto de página põe em destaque posturas ambíguas, pois, ora fazia críticas à ditadura civil-militar; ora manifestasse alinhamento ou simpatia aos ideários do regime, descrevendo-o inclusive como o resultado de uma "revolução". Esta postura evidenciou-se principalmente nas matérias

escritas durante os períodos eleitorais de 1974 e 1976, sobretudo quando seus textos referiam-se à imprensa e à democracia, cujo teor central explicitava-se como uma tentativa de imparcialidade do jornal. Nesse sentido, o jornal assume uma linha editorial demarcada pela contradição, embora tenha procurado ressaltar sua vinculação com os ideais propostos em seu título: liberal.

Referências

Entrevistas

CASTELO BRANCO, Homero. *Entrevista concedida à Alessandra Lima dos Santos*. Teresina, 2019.

Fontes hemerográficas

AS DECISÕES políticas. *O Liberal*. Teresina, ano 5, n. 492, p. 1, 24/23 jun. 1973.

GOVERNO convoca imprensa. *O Liberal*. Teresina, ano 3, n. 269, p. 6, 16 set. 1971.

KONDER Reis: Revolução estabelece no Brasil a democracia autêntica. *O Liberal*. Teresina, ano 6, n. 632, p. 3, 23 jan. 1975.

LIBERDADE de imprensa. *O Liberal*. Teresina, ano 2, n. 65, p. 3, 4 mai. 1969.

MARQUES, Nelito. Falando de sociedade. *O Liberal*. Teresina, ano 3, n. 240, p. 2, 22 abr. 1971.

O LIBERAL. Teresina, ano 2, n. 62, p. 4, 24 abr. 1969.

O LIBERAL. Teresina, ano 2, n. 179, p. 4, 28 jun. 1970.

OS PARTIDOS. *O Liberal*. Teresina, ano 5, n. 579, p. 1, 5 maio 1974.

PRETENSÕES políticas. *O Liberal*. Teresina, ano 5, n. 487, p. 1, 14 jun. 1973.

SILVA, Francisco da Cunha e. O Liberal. *O Liberal*, Teresina, ano 3, n. 294, p. 2, 9 jan. 1972.

SILVA, Francisco da Cunha e. Páreo Duro. *O Liberal*. Teresina, ano 5, n. 431, p. 3, 21/22 fev.1973.

Bibliográfica, Atos, Leis, Web

ALMEIDA, Kllaricy Oliveira de. *Filhos bastardos do progresso*: pobreza e discurso na imprensa teresinense na primeira metade da década de 1970. 94f. 2010. Monografia (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado autoritário 1968-1978*: o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.

BRANDÃO, Wilson Nunes. *Mitos e legendas da política piauiense*. Teresina: Zodíaco, 2006.

BRASIL. Ato Complementar n. 4, de 20 nov. 1965. Dispõe sobre a criação, por membros do Congresso Nacional, de organizações que terão atribuições de partidos políticos, enquanto estes não se constituem, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1. Brasília, 22 nov. 1965. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-4-20-novembro-1965-351199-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 28 jul. 2020.

BRASIL. Ato Institucional n. 2, de 27 out. 1965. Mantem a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1. Brasília, 27 out. 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm. Acesso em 28 jul. 2020.

BRASIL. Ato Institucional n. 5, de 13 dez. 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1. Brasília, 13 dez. 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso em: 28 jul. 2020.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*. São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/2221/1322. Acesso em 27 ago. 2020.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. *O Brasil Republicano*: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 127-154.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. Apresentação. In. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. *O recinto do elogio e da crítica*: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na História do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015.

JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 213-230.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. Democratas (Temático). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/democratas-dem. Acesso em 30 jun. 2021.

MARQUES, Nelito. Inesquecível. *Teresina Diário*. Disponível em www.teresinadiário.com/ler-coluna/769/grande-data.html. Acesso em 30 abr. 2021.

MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil recente*: 1964-1992. 4. ed. Rio de Janeiro: Ática, 1994.

REIS, Daniel Aarão. Vida política. In: REIS, Daniel Aarão (Coord.). *Modernização, ditadura e democracia*: 1964-2010. v. 5. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. p. 98-99.

RÉMOND, René. Uma História Presente. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 13-36.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A mídia e o lugar da história. *Lugar Comum*. Rio de Janeiro, n. 11, p. 25-44, 2000. Disponível em: http://uninomade.net/lugarcomum/11/. Acesso em: 24 jun. 2021.

SARTORI, Giovanni. Eleições e partidos. In: DARNTON, Robert; DUHAMEL, Olivier (Dir.). *Democracia*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2001.

ZAFÓN Carlos Ruiz. *O Labirinto dos espíritos*. São Paulo: Suma, 2017.

A Bula de criação da Diocese do Piauí: fragmentos da participação Nortista (1898-1907)[1]

João Vitor Araújo Sales[2]
Marcelo de Sousa Neto[3]

Introdução

O presente trabalho, investiga a Bula de criação da diocese do Piauí, discutindo aspectos que evidenciam a participação dos nortistas do estado no processo histórico que resultou na criação da mesma. A atuação dos cidadãos parnaibanos e adjacentes, especialmente, da elite, para criar uma diocese no Piauí sediada em Parnaíba, tem sido preterida pela historiografia. Contudo, como hipótese de trabalho, entende-se que o registro oficial criador da diocese do Piauí, de 1901, com sede em

1 Este artigo é resultado da dissertação de mestrado "*Ecclesia Una*: o processo de separação do bispado do Piauí e Maranhão (1822-1903)", defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI), orientada pelo Prof. Dr. Marcelo de Sousa Neto.

2 João Vitor Araújo Sales, mestre em História do Brasil (PPGHB/UFPI). Doutorando em História do Brasil (PPGHB/UFPI). E-mail: vitorjhon@hotmail.com.

3 Marcelo de Sousa Neto, professor Associado do curso de História da Universidade Estadual do Piauí, campus Clóvis Moura, e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória/UESPI/UFRJ). Professor do PPGHB/UFPI (Mestrado e Doutorado). E-mail: marcelo@ccm.uespi.br.

Teresina, permite inferir não apenas a importância, como a relevância do movimento nortista para sua consecução. Dessa forma, entende-se que, através da comparação entre a Bula e o discurso nortista, enunciado no periódico parnaibano de mesmo nome, é possível demonstrar os vestígios dessa participação. À despeito da supressão da atuação nortista pela narrativa vencedora, centralista, isto é, com sede na capital Teresina, as incongruências da Bula testemunham o processo histórico que lhe desencadeou, onde frentes distintas articularam-se paralelamente pela criação do bispado do Piauí, e pela sua sede.

Nesse contexto, relembramos que a criação de uma diocese no Piauí percorreu diferentes contextos históricos, em diferentes escalas de espaço-tempo. Inicialmente, vinculado ao bispado de Olinda (PE), o Piauí manteve-se dependente da providência eclesiástica da diocese de São Luís (MA) desde o século XVIII até início do século XX. Neste interim, o Piauí formatou-se enquanto território e jurisdição, agremiando sociedade, política e economia.

A partir das Cortes de Lisboa (INDICAÇÃO, 1822), foi intenso o engajamento da elite local para dispor de um bispado próprio, independente da jurisdição diocesana maranhense. Esta demanda ocupou parte considerável das discussões dos órgãos de poder no qual se organizavam as elites, como se observa nos registros das Câmaras de diversas vilas, do Conselho Geral de Presidência da Província, do Conselho Geral da Província e da Assembleia Legislativa Provincial, atuante a partir do ato adicional de 1834 (BRASIL, 1834).

Esta intensa movimentação política interna ecoou nas estruturas governamentais, representadas à época pelo próprio bispado do Maranhão que, pelo Padroado, enquanto Igreja também era Estado, no Executivo Imperial, uma vez que se apelava ao próprio Imperador e seus Ministros, e ao Legislativo, que chegou a apreciar a causa, porém, sem encaminhá-la a contento dos piauienses (BRASIL, 1845). Buscava-se, portanto, a resolução da questão eclesiástica na política e internamente, o que irá contrastar com o *modus operandi* Ultramontano, que emergiria a partir da segunda metade do século XIX, requisitando da suprema autoridade religiosa da Igreja, isto é, eclesiástica e externa, o atendimento de suas demandas pastorais, especialmente quando declinou o Padroado.

Esta configuração inicial impeliu à formação de demandas pastorais que, enquanto vigente o Padroado, também eram civis, isto é, garantistas dos direitos e obrigações de um regime político confessional, de base familiar, sacramental e patrimonialista. Rompida a estrutura sob a qual se amparava o Padroado (BRASIL, 1890), uma vez proclamado o regime republicano laico, Estado e Igreja reorganizaram-se a fim de subsistirem independentemente um do outro, acentuando, no que concerne à Igreja, um processo que se desenvolvia desde meados do século XIX, conhecido por Ultramontanismo[4].

Este movimento pretendia reformar a Igreja brasileira, de modo a aproximá-la das diretrizes emanadas da sede romana, que se pautava pela formação ortodoxa do clero, o que exigia centros de formação com mestres não apenas cultos, mas alinhados ao pensamento católico; bem como, a jurisdição exemplar e localizada do bispo aos seus territórios, que para melhor atendê-los deveriam ser divididos proporcionalmente entre dioceses, de modo a imprimir uma diocesanização (AQUINO, 2012) no Brasil no final do século XIX.

Neste contexto, há uma reorganização da Igreja brasileira (VIEIRA, 2007), criando-se, em 1892 e sob arcebispado do Rio de Janeiro, a província eclesiástica do Sul, composta pelas novas dioceses de Niterói (RJ), Curitiba (PR), e os bispados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Mariana (MG), Diamantina (MG), Cuiabá (MT), que lhe eram sufragâneas.

Ao norte do país, a arquidiocese primaz de Salvador sufragava as novas dioceses do Amazonas e da Paraíba, além de Belém (PA), Fortaleza (CE), Olinda (PE), Goiás e São Luís (MA), a qual estava subordinado o Piauí, configurando-se, portanto, a província eclesiástica do Norte (LEÃO XIII, 1892). Na transição do século ainda seriam criadas as dioceses de Vitória (ES) (1895) e Pouso Alegre (MG) (1900), que antecederam a diocese do Piauí.

A Bula *Sumpremum Catolicam Eclesiam*[5] que criou oficialmente o bispado do Piauí foi subscrita pelo Papa Leão XIII, em 20 de fevereiro

4 As ideias que embasam nossa concepção de Ultramontanismo estão presentes nos trabalhos de: Santirocchi (2015), Lustosa (1977) e Wernet (1987).

5 Não tivemos acesso direto ao documento, mas à transcrição publicada por pe. Cláudio (1993).

de 1901. Sobre este documento reside uma discussão sobre ausência de sua publicação e execução até 1903, o que pode ser visto em autores como Sales (2019) e Melo (1993). Este, porém, não é o aspecto mais intrigante desta fonte.

A Bula estabelece Teresina para sede do bispado. Entretanto, a descrição das estruturas diocesanas remete a Parnaíba, o que evidencia um processo histórico problemático, não-linear, no entanto, síncrono, que reverberou sobre as dinâmicas de poder estabelecidos na Igreja Católica, local e internacionalmente, o que aqui se pretende analisar a partir do documento papal.

Teresina e Parnaíba em disputa: "Centralistas" e "Nortistas" e a luta pela sede da diocese

No final dos anos 80 do século XIX, emergiu um novo movimento criacionista da diocese do Piauí. Diferentemente do que lhe antecedeu, concentrado entre 1822 e 1838, que se propunha como provincializador da Igreja, de caráter fortemente regalista (SALES; SOUSA NETO, 2020), este figurava-se como essencialmente Ultramontano, utilizando-se de suas ferramentas fulcrais, que foram amplificadas pelo declínio do padroado: o acesso da comunidade local ao Papa, sem intermediário estatal; a justificativa mais pastoral do que política para criação da diocese do Piauí; o anseio por uma formação católica ortodoxa e o cultivo de uma cultura, por seus idealizadores entendida, reta, santa e legítima (não-supersticiosa) – o que se daria por devoções Ultramontanas.

Este movimento apresentou duas frentes independentes, de métodos semelhantes, porém, diferenciadas quanto a sede do futuro do bispado do Piauí: os que defendiam a sede diocesana em Teresina, capital do Piauí, por isso, denominados centralistas[6], que tinha à frente o pe. Joaquim de Oliveira Lopes; e os que preferiam a cidade de Parnaíba, de maior desenvolvimento econômico, situada ao norte, chamados, por isso, de nortistas, cujo principal trunfo era o conjunto

6 Detalhes sobre esta frente pode ser vista, principalmente, em Sales (2019) que elaborou estas distinções, centralistas e nortistas. Sem esta diferenciação, ver Gonzaga (1907), Melo (1993) e Pacheco (1968).

edificado que disponibilizava para instalação do bispado; estes liderados pelas elites locais, especialmente, pelos Moraes Correa[7] (SALES, 2019). É a partir destes dois movimentos que se articularam as forças que resultaram a criação da diocese do Piauí, o que fica evidente no documento papal que lhe homologou.

As produções historiográficas sobre a Igreja no Piauí têm secundarizado o papel dos nortistas no processo de criação do bispado do Piauí. A carcomida tradição de silenciamento dos vencidos e de exaltação dos vencedores, como dignos merecedores de uma narrativa que os eternize no tempo prevaleceu, e a ausência de uma revisão sobre o tema deu-lhe sobrevida. Contudo, a Bula papal indica o contrário, isto é, que o movimento nortista apresentou proporcional condições para sediar um bispado no Piauí. Convenientemente e equivocadamente, a "letra apostólica" supriu o que carecia Teresina para se tornar sede episcopal, apropriando-se, retoricamente das estruturas encontradas em Parnaíba.

Assim, sobre a cidade que sediaria o bispado, isto é, o território de onde partiriam as ações diocesanas, e para tanto, centralizaria os organismos pastorais que se espraiariam às periferias eclesiais, seguindo a lógica sertaneja de poder secular, é definida na Bula pelo seguinte:

> de 'motu próprio' com conhecimento de causa e usando da plenitude do Poder Apostólico, elevamos à glória de cidade episcopal a cidade de Teresina, capital de todo o Estado do Piauí. Doravante fruirá dos mesmos direitos, honras e privilégios de que fruem, usam e gozam as outras sedes episcopais do Brasil. (MELO, 1993, p. 20)

7 Caio Passos (1982, p. 102) lembra que um ilustre membro desta família, Luiz Antonio de Moraes Correa, "foi o organizador e primeiro signatário do Memorial datado de 27 de julho de 1898, dirigido ao Sumo Pontífice Leão XIII, solicitando a instalação de um bispado no Piauí, mas com sede em Parnaíba, desligando-se do Maranhão". Além de Luiz Correa, participava do movimento Jonas de Moraes de Correa, que integrava a comissão parnaibana organizadora daquela demanda, que tinha a frente o Coronel Lucas, como era conhecido seu tio avó Luiz. Além de Jonas, seu irmão Francisco de Moraes Correa também participava chefiando a redação do jornal Nortista, que trabalhava de intuito de informar "(...) nossos leitores o quanto se há trabalho para conseguir se seja a nossa heroica Parnaíba o lugar escolhido para a sede do projetado Bispado." (NORTISTA, 1901, N. 10)

A definição de Teresina para sede episcopal exclui, doravante, todas as estruturas providenciadas pelos parnaibanos para abrigar o bispado, uma vez que, a distância entre a capital e Parnaíba inviabilizaria o uso dessas instalações. Tais estruturas eram singulares no Piauí, como faz questão de evidenciar a comissão parnaibana, e assim, apresentaram à Internunciatura Apostólica no Brasil, em 1898:

> (...) doação espontânea que acaba de ser feita, oferecendo-se para patrimônio do bispado nesta cidade os dois edifícios representados na planta junta, únicos no Estado que dispõem das acomodações necessárias para paço episcopal o seminário, não só por seus vastos cômodos como também pelo local em que estão situados. Contigua aos referidos prédios ergue- se a imponente e majestosa igreja matriz de N. S. da Graça, que é também oferecida pela respectiva irmandade para catedral, templo magnífico e sem rival no Estado. (NORTISTA, 1901, N. 14).

A estratégia da comissão parnaibana[8] de evidenciar as instalações para o futuro bispado é bastante sofisticada. Primeiro, porque aqueles edifícios, por serem doações, não implicariam em gastos na sua aquisição, o que em outro lugar, como em Teresina, não se tinha garantias do mesmo. Assim, "toda a decência e acomodações exigidas" (CORREIA; SANTOS LIMA, 1945, p. 95-106) para o paço episcopal[9] e o Seminário – estrutura educacional basilar das dioceses erigidas sob dominância do Ultramontanismo – estariam garantidas sem o dispêndio de fundos próprios, o que dilapidaria o futuro patrimônio diocesano, ou de terceiros; e do próprio tempo de implantação, uma vez que, construções do porte dos edifícios oferecidos pelos parnaibanos demandaria algum tempo para sua edificação. Este argumento foi utilizado para exaltação do complexo edificado oferecido para abrigo

8 Segundo o periódico Nortista, a Comissão foi "aclamada em reunião popular" (NORTISTA, 1901, N. 20) e era composta por Luiz Antonio de Moraes Correa, Pe. Joaquim Antonio de Sousa Leal, José Alves de Seixas Pereira, José da Silva Ramos Filho, Veridiano Rabelo Borges e Jonas de Moraes Correa, sobrinho neto do primeiro.

9 Palácio episcopal, residência do bispo, que historicamente era considerado um nobre, e de fato, o mais alto cargo da hierarquia católica.

da diocese em Parnaíba, exclusivos daquela cidade, oferecidos bem antes da Bula:

> Para residência episcopal e seminário oferecemos, em nome dos habitantes desta cidade, dois grandes sobrados de três pavimentos, sitos na melhor rua da cidade, magnificamente colocados e muito arejados, solidamente construídos, com amplos compartimentos, apresentando mais a vantagem de serem contíguos à referida igreja de N. S. da Graça. Estes importantes prédios têm valor superior a 100:000 réis, e ficarão preparados de maneira a servirem plenamente para o fim a que os destinamos. (NORTISTA, 1901, N. 11).

O conjunto arquitetônico descrito era conhecido como "Casa Grande"[10], e, mais importante do que suas qualidades de construção,

10 A respeito da discussão sobre qual prédio de Parnaíba seria a "Casa Grande", questão fecunda entre intelectuais e instituições de pesquisa e patrimônio (Cf. CANDEIRA FILHO, Alcenor. *Onde fica a Casa Grande da Parnaíba?* Disponível em: https://180graus.com/blog-literario/onde-fica-a-casa-grande-da-parnaiba-por-alcenor-candeira-filho-417364. Acesso em 22 de julho de 2020, às 15:48 h.), a Comissão parnaibana entende que o conjunto, ou seja, os dois sobrados a constituem. Além disso, a Comissão diz que ambos eram anexos à Igreja de N. Sª. Da Graça, isto é:" Para a residência do futuro Prelado e instalação do seminário em que se ministrará instrução aos nossos jovens patrícios, oferecemos os dois magníficos prédios, de boa e sólida construção e de grandes e vastas acomodações conhecidos nesta cidade por – Casa Grande, prédios que, como sabeis, são ambos contíguos à igreja matriz, templo majestoso e importante que também será doado para catedral." (NORTISTA, 1901, N. 12) Segundo documento transcrito no jornal Nortista, as plantas dos "grandes sobrados místicos à igreja matriz" de Parnaíba foram remetidas à Internunciatura Apostólica, embora a Comissão não tivesse efetivado a aquisição dos referidos sobrados. Entretanto, desde 25 de dezembro de 1898, tinha o registro que se "obrigam a fazer firme e valioso" o contrato verbal com os "proprietários dos sobrados de dois pavimentos altos e um térreo, cada um, sitos o primeiro na travessa da matriz e místico à igreja de N. S. da Graça, e o segundo com frente para a rua Grande, fazendo esquina com a referida travessa e contíguo ao primeiro". Não fica claro no documento quem é o proprietário, todavia, assinam por procuração de Singlehust Nephew e C. James Frederick Clark, e de D. Joracinda Rosa Tavares da Silva, João Tavares de Carvalho e Silva, o que indica seu pertencimento aos ingleses radicados em Parnaíba. Antes disso, é provável que um dos sobrados tenha sido construído, no século XVIII, para habitação da família Dias Silva, por iniciativa do seu patriarca Domingos Dias da Silva, português muito próspero que se tornou, juntamente com sua descendência, referência de poder e riqueza, especialmente, no norte

que também foram exploradas pela comissão parnaibana, era a correspondência entre o simbólico e o concreto, isto é, o fato daquelas estruturas destinadas para Seminário e Paço Episcopal serem, literalmente, ligadas, "contíguas", à Igreja destinada à catedral (N. Sª. Graça)[11]. Tal conjunto integrado refletiria a lógica Ultramontana brasileira, onde o bispo – representado na catedral e na sua própria residência – exerceria suas funções pastorais muito perto de seu rebanho, especialmente, sobre as vocações específicas – para as quais é destinado o Seminário –, e desta forma, teria a um movimento de seu báculo o controle sobre a espiritualidade, a educação formal e a formação católica.

Estas estruturas foram oferecidas reiteradamente pela comissão nortista, uma frente apoiada por municípios do norte do Piauí: Buriti dos Lopes, Amarração (Luís Correia) e Parnaíba (CORREIA; SANTOS LIMA, 1945), e, apesar de não citada no requerimento ao Papa, Piracuruca, que mantinha uma ligação histórica com Parnaíba no âmbito eclesiástico (MIRANDA, 2018), e, de onde viria o importante patrimônio herdado à N. Sª. do Carmo, padroeira daquela circunscrição, dos irmãos Dantas (PACHECO, 1968. SANTOS NETO; LIBÓRIO, 2016. NORTISTA, 1901, N. 11; N. 14).[12]

---

do Piauí. Havia íntima relação desta família com a igreja de N. S. Graça, uma vez que, "a Casa Grande matinha uma ligação direta, por meio de galerias com acesso exclusivo, à igreja Matriz e à [hoje] Catedral de Nossa Senhora da Divina Graça, cujos benfeitores e donatários da capela do santíssimo eram a própria família (...)". (ROCHA, 2018, p. 51)

11 A igreja de N. S. da Graça era a matriz de Parnaíba, e pertencia à irmandade que levava o nome da padroeira. Segundo a comissão parnaibana, era reconhecido como "o templo mais majestoso do nosso Estado", sendo avaliado em 200 contos de reis, onde "não se construirá na atualidade [similar] com quantia dupla". (BISPADO, 1901, N. 11.)

12 Um dos maiores desafios para criação e continuidade de uma diocese após o fim do Padroado era sua auto sustentação, uma vez que, a Igreja brasileira não recolhia nem administrava seus dízimos, o que era feito pelo Estado (OLIVEIRA, 1964). Daí, portanto, a preocupação dos articuladores para criação de um bispado no Piauí de arrecadar fundos pecuniários, doações, que foram basilares para instalação do bispado. Igual preocupação ocupou os bispos de São Luís que, embora tivessem redução considerável de seus trabalhos pastorais, perderiam as remessas provenientes do Piauí (PACHECO, 196, p. 431). Esta disputa ocasionou um desgaste entre as lideranças da época, que entendiam a manutenção do Piauí à diocese do Maranhão a aspectos puramente econômicos, sobretudo, porque

Além disso, a comissão nortista condicionou a doação de seus prédios ao bispado se Parnaíba fosse escolhida para sediar a diocese (NORTISTA, 1901, N. 14). Também não há qualquer referência a alternância de atuação do bispo, entre as duas cidades. Enfim, uma vez definida Teresina por sede episcopal, apenas os edifícios sitos no seu território deveriam abrigar as instalações do bispado do Piauí.

Observa-se que a catedral não era um problema, nem para Teresina, nem para Parnaíba, pois, ambas dispunham de templos razoáveis para cátedra episcopal. Neste aspecto, portanto, não há elementos problemas na sua definição pontual, mas, no que viria posteriormente, o Seminário e Paço episcopal. Assim, para servir ordinariamente à liturgia episcopal, portanto, para recepção dos atos solenes da Igreja piauiense, a Bula expressa que

> promovemos à categoria e dignidade de Catedral, a Igreja de Teresina dedicada a Nossa Senhora das Dores que, conservando esta invocação, se equiparará às demais Igrejas Catedrais da República Brasileira, para uso e gozo de todos os direitos, privilégios e honras que lhes são próprios. Naquela Igreja, terá sua Cátedra e Dignidade Episcopal, um Bispo com o título - Bispo do Piauí. Dirigirá este espiritualmente a referida Igreja, Cidade, Diocese, com seu clero e seu povo. (MELO, 1993, p. 20).

Não há, até este ponto, nenhuma incongruência. De fato, em Teresina as igrejas que melhor se prestavam a uma catedral, potencialmente, eram, além da escolhida, a sua igreja primaz, dedicada à N. Sª. do Amparo e a, menos provável, de São Benedito. Contudo, ao tratar da residência do bispo, o Palácio Episcopal, a Bula comete uma confusão, onde se lê, "Para a decente habitação do novo Bispo e de seus sucessores no episcopado ordenamos seja "in perpetuum" destinado na Cidade Episcopal *o prédio anexo e conjunto à própria Igreja feita Catedral*." (MELO, 1993, p. 21, grifo nosso).

Como já mencionado, o conjunto arquitetônico que se ligava a uma igreja situava-se em Parnaíba, tratando-se, portanto, da descrição

---

a Paróquia de N. Sª. do Carmo de Piracuruca, Piauí, era herdeira da fortuna dos irmãos Dantas, gerando diversas especulações a este respeito (NORTISTA, SUPL. N. 47; N. 48)

da "casa grande" oferecida pelos nortistas para abrigar o bispo que, por sua vez, seria "contígua" à igreja de N. Sª. da Graça, matriz de Parnaíba. Em Teresina, não há notícias de que se tenha existido qualquer prédio anexo a qualquer uma de suas igrejas, especialmente, à catedral de N. Sª. das Dores, e a instalação da diocese demonstraria isso, já que a residência episcopal foi instalada inicialmente na chácara Soledade (SANTOS NETO; BATISTA LIBÓRIO, 2016, p. 122), distante alguns metros da Catedral.

Outro aspecto revelador da Bula é quando se refere ao Seminário, onde o mesmo problema é encontrado. Diz o documento sobre a estrutura que serviria para educação do clero:

> (...) como o cultivo da vinha do Senhor, postule o aumento do número de sacerdotes, para o que grandemente (mostra-o a experiência) concorrem os seminários, queremos que, quando for possível, se esforce o novo Bispo por fundar um Seminário, de acordo com as regras ditadas neste particular pelo Concílio de Trento, no amplo edifício, para tal fim muito apropriado, que há próximo e *anexo à Igreja Catedral* da novel Diocese. (MELO, 1993, p. 21-22, grifo nosso).

Novamente, a descrição física do Seminário anexo à Catedral não corresponde aos edifícios disponíveis em Teresina, mas, em Parnaíba, referindo-se, portanto, ao segundo prédio que compunha a "Casa Grande" da cidade nortista. A instalação da diocese, em 1906, também revelaria o equívoco. Naquela ocasião, destinou-se a chácara Soledade, uma quinta que compreendia um quarteirão "do outro lado da praça" (SANTOS NETO; BATISTA LIBÓRIO, 2016, p. 122), doada pelo pe. Raimundo Gil, "que então servia de Paço Episcopal na praça do Saraiva nesta cidade de Teresina" (AAT, 1906). Portanto, longe do complexo edificado parnaibano oferecido para as estruturas do bispado, na capital, acomodavam-se na residência episcopal o Seminário e o Colégio Diocesano, os últimos abertos apenas 13 dias após a posse do primeiro bispo do Piauí, D. Joaquim Antonio de Almeida (AAT, 1906).

Dos equívocos supramencionados depreende-se, primeiramente, que as solicitações nortistas chegaram à apreciação papal, e foram bem avaliadas, uma vez que, foram consideradas como "muito apropriado"

(MELO, 1993, p. 21), especialmente, por darem concretude à lógica Ultramontana de formação, espiritualidade e pastoreio sob diretrizes episcopais. Desta forma, pode-se dizer que as incongruências contidas na Bula são extremamente convenientes para criação do bispado do Piauí, e, basicamente, o documento internaliza todo o discurso nortista de valorização dos espaços físicos do bispado.

Todavia, fica o questionamento: o que teria feito a Santa Sé ver Parnaíba em Teresina ou que teria provocado a mudança de Parnaíba para Teresina como sede?

Sabe-se que a Bula foi motivada por intermédio do arcebispo da Bahia, por atuação do pe. Joaquim Lopes, o líder centralista – isto é, defensores da sede do bispado em Teresina –, que atuou junto aos bispos do norte, especialmente ao primaz do Brasil, Dom Jerônimo (SALES, 2019; MELO, 1993). Ou seja, os centralistas também participaram da construção histórica daquele documento, à medida que a própria Bula cita que a "pedido que nos fizeram os nossos veneráveis, Bispos da província Eclesiástica de São Salvador (...), quando das conferências provinciais, há pouco realizadas (...)" (MELO, 1993, p. 19).

Entretanto, o padre-historiador Cláudio Melo afirma que a participação nortista parecia determinante para criação do bispado no Piauí, confundindo-se, inclusive, com o movimento centralista, e por isso, relata que:

> Creio que, sob sigilo, o Pe. Lopes foi informado de que nossa Diocese havia sido criada e seria sufragânea da Bahia. Os obstáculos econômicos seriam afastados em breve. Apenas uma dificuldade lhe foi colocada – Parnaíba pretendia que a sede do Bispado fosse lá e, com esse fim já dirigira ao Papa Leão XIII um pedido, oferecendo um patrimônio e acomodações para o Bispo e Seminário. Conforme fazia entender uma carta do Núncio, a pretensão dos parnaibanos era colocada como sendo dos piauienses.
>
> O pensamento dos parnaibanos foi mal-entendido. Não consta no texto endereçado ao Papa que a proposta era dos piauienses e sim dos signatários que eram 392.
>
> Sem perda de tempo, o Pe. Lopes prontamente embarcou para o Rio de Janeiro com o fim de solucionar mais este entrave. (MELO, 1993, p. 18).

É problemático que a demanda de Parnaíba não seja considerada dos "piauienses", o que pode ter sido um erro discursivo na falta de um termo melhor para movimentação que chamamos centralista. Contudo, o que se destaca é a apropriação do movimento centralista pelos nortistas que, segundo entendimento de Melo foi inferido erroneamente pela Santa Sé, que se teria dado pela leitura do abaixo assinado de 27 de julho de 1898.

Todavia, supostamente, este não fora o único documento endereçado à Sé pelos parnaibanos. Assinado apenas pelos membros da Comissão, em 20 de fevereiro de 1900 – exatamente, 1 ano antes da data de expedição da Bula de criação do bispado do Piauí – os nortistas esperavam por meio de outro documento "dar uma elevação tal a este folheto que consiga ele transpor os umbrais do Vaticano reiterando ao Santo Padre as vozes suplicantes que já lhe foram endereçadas sobre este assunto (...)" (NORTISTA, 1901, N. 11). Neste folheto, basicamente, se reforça todos os argumentos já mencionados, mas, há uma colocação paradoxal, que concorre para o entendimento de que os centralistas apoiavam a demanda nortista, especialmente, pela personificação dos primeiros com pe. Lopes. É o que permite inferir o seguinte:

> Além do que enumeramos acima e que consta tudo nas páginas que se seguem, cabe nos acrescentar que em todo o Estado se tem levantado animadas subscrições para este fim, as quais já montam em quantia superior a 56:000$000 réis, como consta em parte dos jornais, e como acabamos de ser informados por um dos mais conspícuos e infatigáveis operários da nossa ideia, o Revm. Padre Joaquim de Oliveira Lopes. (NORTISTA, 1901, N. 11)

Como dito, pe. Joaquim Lopes liderava o movimento que defendia Teresina como sede episcopal, fazendo frente contrária aos nortistas, liderados pelos Moraes Correa, que militaram para a cidade de Parnaíba sediar o bispado. Aparentemente, não existiam entre os defensores destes projetos uma contenda. Mas, suas arrecadações, suas diretrizes e suas organizações eram independentes e, portanto, não se confundiam. Não é isso que se dá entender pelo extrato acima. É razoável crer que a apropriação indevida de pe. Lopes pelo movimento

nortista tenha sido proposital, a fim de somar as forças internas num único vetor em prol do bispado do Piauí, todavia, narrado e adequado à causa dos parnaibanos.

Esta hipótese, explica a ida urgente de pe. Lopes à Nunciatura no Rio de Janeiro, como citado por Melo, embora por motivo que aquele autor desconhecesse, isto é: a tentativa nortista de superdimensionar seus aliados e bens, agregando, inclusive, pe. Lopes e suas conquistas em favor de Teresina.

Considerações Finais

Como guisa de conclusão do presente texto, mas que se abre ao debate, entende-se que a movimentação dos nortistas há exatos 1 ano de assinatura da Bula e a movimentação de pe. Lopes que, com grande capilaridade entre os membros do clero do norte do Brasil, pela sua participação nas reuniões episcopais na Bahia (SALES, 2019), em especial, com o arcebispo daquela cátedra, quando entendidos em retrospecto aos feitos do movimento centralista, e, especialmente, nortista, explicam as incongruências da Bula do bispado do Piauí que, em última análise, foram muito convenientes à criação da diocese neste território.

Por fim, convém lembrar que os documentos oficiais que embasam as análises históricas, como a Bula que criou o bispado do Piauí, constituem-se em monumentos que precisam ser desconstruídos, pois, como destacado por Le Goff,

> De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelo os que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. (1990, p. 535).

A ideia emanada desta relação entre documento e monumento adequa-se a um problema final válido, isto é: Por que pe. Cláudio Melo, tradutor da Bula, e analista inconteste da história do Piauí, dedicando um livro específico para a diocese do Piauí não problematizou a confusão da sede diocesana do Piauí, entre Teresina e Parnaíba?

Não há resposta definitiva para tal questionamento. Talvez lhe tenha faltado acesso às fontes do periódico Nortista, que descreve, em detalhes, a atuação dos parnaibanos e correligionários, dedicando, ao menos, em 22 edições discussões sobre o tema, dos 46 disponíveis na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, referente ao ano de 1901.

Talvez, simplesmente, pe. Cláudio não quisesse polemizar algo superado ou nunca discutido, já que, desde 1944, Parnaíba era território diocesano próprio. Em todo caso, o bispado do Piauí, renomeado para diocese de Teresina com a criação da diocese parnaibana e a de Oeiras, no mesmo ano, carrega no registro de sua fundação o esforço histórico não só dos centralistas, mas, principalmente, dos nortistas, até então, desprezados pela narrativa vencedora.

Referências

AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (1889-1930). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 32, nº 63, p. 143-170 – 2012.

ARQUIVO DA ARQUIDIOCESE DE TERESINA (AAT). *Livro 02/47* [códice] – Ata de abertura do Seminário e Colégio Diocesano do Piauí. Teresina, 25 de março de 1906.

BRASIL. *Decreto Nº 119-A*. Proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências. 7 de janeiro de 1890.

BRASIL. *Lei Nº 16*, de 12 de agosto de 1834. Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>. Acesso em: 19 mai. 2018.

BRASIL. Parlamento Brasileiro (RJ). *Anais*. 1826-1873. Sessão em 10 de maio de 1845.

CANDEIRA FILHO, Alcenor. *Onde fica a Casa Grande da Parnaíba?* Disponível em: https://180graus.com/blog-literario/onde-fica-a-casa-grande-da-parnaiba-por-alcenor-candeira-filho-417364. Acesso em 22 de julho de 2020, às 15:48 h.

CORREIA, Benedito Jonas; SANTOS LIMA, Benedito dos. (Org.). *O Livro do Centenário de Parnaíba* (1844-1944). Documentário da cidade. Estudo Histórico, Corográfico, Estatístico e Social do Município de Parnaíba. Parnaíba-PI: Gráfica Americana, 1945.

GONZAGA, Pe. Luís. Escorço histórico da diocese do Piauí. *O Apóstolo*, Teresina, ano 1,1907.

INDICAÇÃO do deputado Borges Leal. In: *Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, n. 37, p. 435-436, 14 set. 1822. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821/01/01/01/037/1822-09-14>. Acesso em: 5 mai. 2018.

LEÃO XIII. Bula *Ad universas orbis ecclesias*, de 27 de abril de 1892. Disponível em: <http://dicionario.sensagent.com/Ad%20universas%20orbis%20Ecclesias/pt-pt/ Acesso em: 8 jun. 2018.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas-SP: EdUNICAMP, 1990.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Reformistas na Igreja do Brasil-Império*. São Paulo: Boletim, n.17, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1977. (Nova Série, n. 10).

MELO, Cláudio de (Pe.). *Piauí, diocese e província eclesiástica*. Teresina: Arquidiocese de Teresina, 1993.

MIRANDA, Reginaldo (org.). *Obra reunida de Anísio Brito*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2018. (Coleção Centenário, 45).

OLIVEIRA, Oscar de (Dom). *Os dízimos eclesiásticos do Brasil nos períodos da Colônia e do Império*. Belo Horizonte: Universidade de Minas, 1964. (Estudos, 3).

PACHECO, Filipe Condurú (Dom). *História Eclesiástica do Maranhão*. Maranhão: SENEC/Departamento de Cultura, 1968/69.

ROCHA, Ellaine Martins Oliveira da. *Casa grande dos Dias da Silva*: estudos para reabilitação e implantação do Museu da Cidade de Parnaíba, Piauí. Vol. 1. Universidade Federal do Piauí. Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia. Dissertação (Mestrado profissional em Artes, Patrimônio e Museologia). Parnaíba-PI: Ed. VOX MUSEI arte e patrimônio, 2018.

SALES, João Vitor Araújo. *Ecclesia Una*: o processo de separação do bispado do Piauí e Maranhão (1822-1903). 223 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

SALES, João Vitor Araújo; SOUSA NETO, Marcelo de. Jurisdição e subordinação: tentativas de provincialização da Igreja no Piauí (1822-1830). *Revista Maracanan*. N. 23, p. 184-205, jan.-abr. 2020. ISSN-e: 2359-0092. DOI: 10.12957 / Revmar.2020.40213.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *Questão de Consciência*: os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889). Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

SANTOS NETO, Antonio Fonseca dos; LIBÓRIO, Paulo de Tarso Batista. *Dom Joaquim*. Teresina: Nova Aliança, 2016 (Sucessores dos Apóstolos em Teresina, 1).

VIEIRA, Dilermando Ramos. *O processo de reforma e reorganização da igreja no Brasil* (1844-1926). Aparecida: Santuário, 2007.

WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista no Século XIX*. A Reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861). São Paulo: Ática, 1987.

PERIÓDICO DE PARNAÍBA-PI *NORTISTA*

BISPADO do (no) Piauhy. *Nortista*, Parnaíba, 9 de mar. 1901, ano 1, n. 10, p. 1.

[Folheto Memoradum, de 20 de fevereiro de 1900]. BISPADO do (no) Piauhy. *Nortista*, Parnaíba, 16 de mar. 1901, ano 1, n. 11.

[Convocação da Comissão de abaixo assinado para criação do bispado no Piauí, em Parnaíba. [?] de julho de 1898]. BISPADO do (no) Piauhy. *Nortista*, Parnaíba, 23 mar. 1901, ano 1, n. 12.

[Requerimento da Comissão Parnaibana à Internunciatura Apostólica no Brasil Solicitando Encaminhamento de Abaixo-Assinado ao Papa Leão XIII, em 27 de julho de 1898]. BISPADO do (no) Piauhy. *Nortista*. Parnaíba, 6 de abr. 1901, ano 1, n. 14, p. 2.

BISPADO do (no) Piauhy. *Nortista*. Parnaíba, 18 de maio de 1901, Ano 1, n. 20, p. 1.

CARTA da Bahia. *Nortista*, Parnaíba, ano 1, n. 47, 23 nov. 1901. Suplemento.

BISPADO do (no) Piauhy. *Nortista*, Parnaíba, ano 1, n. 48, p. 3, 30 nov. 1901.

“O amor da patria, adhesao ao systema monarchico constitucional”: Manuel de Sousa Martins e a Construção do Estado Imperial no Piauí, 1823-1826

Francisco de Assis Oliveira Silva[1]
Johny Santana de Araújo[2]

INTRODUÇÃO

A estrutura de poder na província do Piauí por volta de 1823 a 1826 nos apresenta a formação das elites provinciais na região. Essa estrutura de poder político que iniciara no Piauí ainda no século XVIII, no período colonial, nos permite entender como se formara os potentados locais e qual a participação dos mesmos no processo de construção do Estado imperial. Essa perspectiva possibilita entender alguns membros da elite local e o grau de influência que tiveram na construção do Estado.

1 Mestre em História do Brasil pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil- PPGHB, na Universidade Federal do Piauí. Doutorando em História pelo mesmo programa e Instituição. E-mail: ihs.francisco@gmail.com

2 Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense e Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí– DH/PPGHB/UFPI. E-mail: johnysant@gmail.com

Nessa conjuntura, analisaremos as ações de Manuel de Sousa Martins antes e depois de assumir o governo da província, observando sua relação com a estrutura de poder no Piauí nos primeiros anos pós Emancipação política. Para entendermos a formação do Estado imperial brasileiro e a participação do Piauí nessa conjuntura, precisamos entender os desdobramentos que a Independência do Brasil trouxera para o território. Como observa Dolhnikoff (2017), a Emancipação proclamada, marca o início de um longo processo; o da transformação da América Portuguesa em nação, além da sua construção política e social. Apesar de sempre haver disputa pelo poder político dentro do Piauí desde o período colonial, o processo se intensifica a partir do momento que as elites entendem que o processo de Independência se tornara inevitável.

O processo que se apresentara na América portuguesa desde a chegada da família real em 1808 fora sendo construído baseado em interesses elitistas que perceberam a independência como a única saída viável para estabelecer seus ideais e garantir que o grau de liberdade experimentado com a elevação do Brasil a categoria de Reino Unido a Portugal fosse mantido. Em contrapartida, os diversos projetos para um país independente foram sendo debatido ao longo do processo. Tendo em mente que a emancipação não fora uma luta nacionalista. Como observa Dolhnikoff:

> De outro lado, por sua condição de parte integrante do império lusitano, pelas diferenças entre regiões, com tênues vínculos entre si, a independência não foi a luta de uma nação pela liberdade. A colônia não se configurava como nação. Nem mesmo a unidade da América portuguesa em um só país estava definida. Ela foi a materialização, como se verá, de uma entre as alternativas possíveis. Não estava dada, de início, pois havia a possibilidade de fragmentação em vários países. O Brasil, tal como conhecemos hoje, foi uma construção que resultou de disputas entre projetos e interesses diversos que se deram ao longo do século XIX, após a independência. (DOLHNIKOFF, 2017, p. 08)

O primeiro ponto a se observar nessa análise da autora diz respeito ao fato de não existir uma nação ou mesmo o pensamento nacionalista para se evocar o grito de liberdade. Outros fatores

explicam a ruptura entre os dois impérios, dentre eles, a influência dos grupos políticos do Sul em torno do príncipe imperial. Outro ponto que podemos apontar diz respeito a possibilidade de fragmentação do território, algo muitas vezes pensado por diversos grupos do Norte da América portuguesa com a ideia de separação vigente muito antes da independência. Por fim, havia a disputa entre projetos políticos diversos para o Estado independente, dentre eles, a possibilidade de república. No fim, o sistema monárquico constitucional saiu vencedor, sistema esse que necessitou da ajuda de diversos membros elitistas em suas províncias para tornar possível a afirmação do Estado.

Nessa conjuntura, entre em cena o nosso personagem político. Manuel de Sousa Martins. Como agente do Estado imperial, fora responsável pela manutenção das ideias de uma monarquia constitucional dentro da província do Piauí. Com a ajuda de seu grupo político, aliados muitas vezes pelo grau de parentesco que tinham entre em si, o futuro Barão da Parnaíba contribuiu para a formação do Estado imperial na província do Piauí, sobretudo sufocando os movimentos insurretos na região, movimentos estes que perpassaram a primeira metade do século XIX.

Nesse ínterim, apropriamo-nos do conceito certeauriano para analisar o lugar de fala do sujeito político Manuel de Sousa Martins e suas ações durante o movimento separatista da Confederação do Equador, sendo possível inquirir sobre sua conduta e contribuições para a implantação do Estado Imperial brasileiro, entendido como um local de poder.

Compreender as estruturas de poder na província do Piauí é fator primordial para se analisar a formação do Estado dentro do território e como ocorrera as tensões entre grupos elitistas heterogêneos que intensificaram as disputas pelo poder político na província sobretudo nos primeiros anos pós independência.

POLÍTICA E PODER NA PROVÍNCIA DO PIAUÍ

Desde o período colonial, o objetivo dos grupos que viviam no território do Piauí era forjar uma elite dominante que permanecesse à frente do governo da Capitania e depois Província. Nesse intuito, dois grupos principais se articularam para tentar manter sua influência sobre o governo no período colonial e assumir de fato as rédeas da

governança local. Sendo eles, os grupos do Norte, encabeçados pelo Dr. João Cândido de Deus e Silva e por Simplício Dias da Silva, ambos grandes proprietários de terras e detentor de cargos administrativos no Norte da província. O outro grupo seria o do Centro-Sul, encabeçado por Manuel de Sousa Martins, que estivera à frente do governo da província por 20 anos.

Nessa conjuntura, precisamos compreender como a formação das elites locais influenciaram no projeto de Estado proposto pelo Monarca e a elite sulista a sua volta. Nesse aspecto observamos que a base familiar no Piauí fora o principal elo entre a formação dos grupos políticos no Piauí e a busca pelo poder local. O grau de parentesco fora fundamental para a ascensão de um determinado grupo ao poder. Como observa Sousa Neto;

> A relação entre família e poder foi uma constante no processo de formação da sociedade piauiense, na qual a constituição dos grupos dirigentes se deu pela utilização de mecanismos que propiciaram a seus membros legitimarem e ampliarem seu prestígio e poder por meio da aquisição da propriedade rural e da ocupação de cargos e de funções no aparelho burocrático do Estado. Esses mecanismos foram responsáveis pela conquista e manutenção da primazia política durante a formação da sociedade colonial piauiense". (SOUSA NETO, 2013, p. 23)

A constituição dos grupos familiares no poder no Piauí dera-se a partir do século XVIII, tendo como meio principal o casamento, onde o objetivo básico era o vínculo familiar por afinidade ou consanguinidade. Como observa Brandão (2002), a formação dos grupos de parentescos extenso tinha por critério as alianças de interesses político-econômico. Essa relação fora crucial para se formar no Piauí uma base sólida de governo que tivera Manuel de Sousa Martins a frente por cerca de 20 anos, sujeito político que teve papel fundamental para que o Estado Imperial brasileiro se consolidasse no Piauí.

Essa análise feita em cima da sociedade colonial do Piauí, pode ser transcrita para o período em que a capitania tornou-se província, estendendo-se ao período imperial, onde no jogo de poderes e na estratégia política dos dois grupos mais atuantes no território,

sobressaiu-se a relação prioritária entre as famílias de elite, uma vez que fora justamente esse fator que colaborou para que alguns membros das elites locais chegassem ao poder, dentre eles, Sousa Martins.

O processo político e a estrutura de poder no Piauí do período colonial ganhara nova roupagem nos primeiros anos do Império, onde a formação e afirmação do Estado foram pontos cruciais entre os heterogêneos grupos políticos na província. O interesse ou não das elites locais pela independência decorria do fato de que a reorganização do Estado português fosse contribuir para ascensão de alguns membros da elite local ao poder. Como analisa Brandão (2002), "as forças políticas existentes interferiram defendendo ideias e modelos compatíveis com a visão que cada um tinha acerca da questão, ao mesmo tempo que atuavam de maneira estratégica na defesa de seus interesses".

São interesses econômicos e políticos que figuram entres as elites locais. Com a ideia de emancipação sendo pesadelo para alguns e motivação para outros. O Piauí fora governado antes de aderir a independência do Brasil, por duas juntas governativas provisórias distintas. Na primeira, eleita em outubro de 1821, teve Manuel de Sousa Martins como vice-presidente da província. A essa altura, a Junta substituíra o governador nomeado, José Elias Ribeiro de Carvalho.

Fiel a Portugal e ao governo central, ao menos enquanto lhe era favorável, o futuro Barão da Parnaíba denuncia ao governador da Capitania Elias José Ribeiro de Carvalho, um movimento conspiratório para derruba-lo do poder e instalar uma Junta de Governo Provisória a exemplo do que ocorrera no Pará e na Bahia. O pretexto para a instalação de uma Junta fora o não juramento da Constituição a ser elaborada em Portugal.

Antes que pudesse ser deflagrada, o brigadeiro Manoel de Sousa Martins, já Tesoureiro da Fazenda e o capitão Manuel Pimenta de Sampaio, comandante da guarnição de Oeiras, denunciam o movimento ao governo local. Essa conjuntura explica muito sobre as atitudes de Sousa Martins, que posteriormente, contrariado por não fazer parte de uma nova junta de governo, adere as lutas pela independência no Piauí, sendo um dos protagonistas.

Como observa Sousa Neto (2013), Elias Carvalho pede demissão, acirrando assim os ânimos entre as famílias de elite. Depois de

acirrada disputa entre os grupos familiares, entre os quais destacam-se poderosos comerciantes, proprietários rurais, clérigos e militares, representantes das famílias do Norte e do Centro-Sul da Província, a Junta de Governo ficara assim:

> Ao fim do pleito, elegeram-se presidente, ouvidor-geral Francisco Zuarte, vice-presidente, Brigadeiro Manoel de Sousa Martins, secretário capitão Francisco de Sousa Mendes, além dos representantes da força militar, capitão Agostinho Pires, da agricultura, capitão Miguel Pereira de Araújo, do clero, o vigário geral Matias Pereira da Costa, da magistratura, o juiz de fora Dr. Bernadino José de Mello, e do comercio, Caetano Vaz Portella, Junta que manteve fidelidade às Cortes Portuguesas (SOUSA NETO, 2013, p. 261).

A junta eleita, e assumindo o controle local em 26 de outubro de 1821, quem de fato assume a presidência é Manuel de Sousa Martins. Com a abdicação de José Elias Ribeiro de Carvalho e a atuação da Junta de Governo em âmbito local, podemos compreender que os interesses provinciais eram colocados a frente dos interesses nacionais. Fazendo parte da primeira Junta de Governo, Sousa Martins defendia a permanência do território ligado a Portugal, opinião que mudaria posteriormente.

Segundo Sousa Neto (2013), essa nova fase da política na Província trouxera consigo a disputa pelo controle político no Piauí. A eleição da Junta sinalizara para a ruptura entre os membros das famílias de elite no Norte e no Centro-Sul do território. Essas famílias formaram durante o período da colônia, grupos de poder que não pleiteavam entre si pois havia afinidade de interesses entre ambas. Com a reorganização política do Brasil em 1820, esses grupos passam a disputar o controle da Província.

Já em 1822, como analisa Pereira da Costa (2010), o Presidente da Marinha e Ultramar ordena que se cumpra o decreto da Cortes gerais extraordinárias e constituintes da nação de 27 de setembro de 1821, mandando executar que pela Carta de lei nº 124 de 1º de outubro do mesmo ano, fosse eleita uma nova junta provisória de governo e que enquanto não chegasse o comandante das armas da província, passasse a exercer o cargo o oficial de maior patente e antiguidade.

Uma nova Junta de Governo sob ordem vinda das Corte de Lisboa fora eleita no Piauí em 1822. Dessa vez, Sousa Martins ficara de fora do governo. Além de ficar fora do governo, a Junta governativa passa o cargo de comandante das Armas ao tenente-coronel Joaquim de Sousa Martins, sob o pretexto de que o brigadeiro não poderia exercer o pleito por ter sido reformado no posto. Esse jogo de interesses políticos existentes no período de debate nas Cortes de Lisboa, deixa claro que Manuel de Sousa Martins já colecionava inimigos políticos no Piauí. E segundo Pereira da Costa:

> Vem deste fato, a da derrota eleitoral do brigadeiro, a sua desinteligência com o governo e a sua franca adesão à causa da independência nacional; e constituindo um forte partido, graças à sua popularidade, influência, fortuna e numerosa família, em geral constituída de abastados fazendeiros, prestigiados por elevadas posições locais, fácil foi a sua propaganda, porque, quando no poder, tivera a habilidade de espalhar pela província muitos dos membros de sua família, que em toda parte foi a pregoeira do ódio a metrópole". (COSTA, 2010, p. 74).

Esse ponto nos indica muito sobre as famílias de elite no poder e a relação de Sousa Martins com as estruturas políticas do território, uma vez que apoiara o que lhe era favorável no momento. Nesse contexto é preciso analisar o processo de adesão do Piauí a independência do Brasil como fator determinante das estruturas de poder local e da ascensão do grupo capitaneado por Sousa Martins no controle político da província, consequentemente contribuindo para a afirmação do Estado imperial brasileiro.

Com a proclamação da independência na vila da Parnaíba em 1822, as elites do Norte do Piauí tendo a frente do movimento Simplício Dias da Silva e João Cândido de Deus e Silva aderem a "causa do Brasil" e enfrentam a oposição da Junta Governativa, que cientes de sua posição política defendem a permanência do Piauí unido a Portugal.

No entanto, a construção do Estado Imperial brasileiro dependia sumariamente da participação de todas as províncias, necessitava da adesão "a causa do Brasil" para que a unidade territorial fosse garantida. Mesmo estando no Piauí o major João José da Cunha Fidié,

um dos grandes estrategistas de guerra, designado para comandante das armas no Piauí, tendo como responsabilidade sufocar as ideias de emancipação no território, responsável talvez pela mais sangrenta batalha para adesão a independência política do Brasil, a Batalha do Jenipapo; o Piauí aderiu a emancipação política. Passo dado com apoio de alguns membros das famílias de elite do Centro-Sul da província.

Tendo as vilas de Campo Maior e Parnaíba, como pioneiras da adesão do Piauí a Independência do Brasil; os grupos do Norte e Centro-Sul do Piauí cada um a seu modo, tinham seus defensores da emancipação. Destacam-se, João Candido de Deus e Silva e Simplício Dias da Silva (Norte) e Padre Marcos de Araújo Costa (Centro-Sul), homens das letras que trabalhavam a favor da causa iniciada no Rio de Janeiro.

> Esses homens, cada um a seu modo e espaços próprios, pregavam uma nova ordem que muito coadunava com o interesse de poderosas famílias interessadas no controle da Província. Cada um representava a grosso modo, duas poderosas casas familiares que ajudaram com seus recursos a financiar as lutas na Independência". (SOUSA NETO, 2013, p. 270)

O autor analisa a participação de padre Marcos no movimento pela Independência em terras piauienses. Sousa Neto observa que a participação do Padre em torno do movimento fora crucial para o Piauí aderir a causa da emancipação. Com forte influência intelectual, religiosa e pertencente a um importante grupo familiar, padre Marcos de Araújo Costa soube desempenhar satisfatoriamente papel de articulador das ideias da independência e fez seu primo (Manuel de Sousa Martins), já com magoas da Junta de Governo, aderir a causa.

Após uma série de embates, desavenças, contritas, atos de violência por parte das tropas auxiliadoras da Independência, o resultado da adesão do Piauí a Emancipação política e os meios solicitados para isso precisaram ser resolvidos. Com a economia arrasada, o Piauí, por meio de sua Junta de Governo precisava se reerguer dos estragos sociais, políticos e econômicos que as lutas pela independência trouxera a Província.

A deflagração da Batalha do Jenipapo, ocorrida em 13 de março de 1823 em Campo Maior, teve consequências significativas para o desenrolar dos acontecimentos dentro da província. A partir desse contexto, a formação do Estado Imperial no Piauí tomara forma, uma vez que, mesmo saindo vitorioso da Batalha, Fidié, teve perda considerável de seu material bélico e de suprimentos, refugiando-se na vila de Caxias no Maranhão.

Conforme Araújo (2015), após a saída dos portugueses, assumiu o governo do Piauí o Brigadeiro Manoel de Sousa Martins, que desempenhou papel importante como principal negociador com as tropas oriundas do Ceará, que cobraram pela atuação na guerra de independência. A nova Junta de Governo tendo o brigadeiro a frente ficara composta da seguinte forma.

> Proclamada a Independência, presos o comandante da tropa e um alferes, elegeu-se a nova junta de governo que ficou constituída do brigadeiro Manoel de Sousa Martins (presidente), de Manoel Pinheiro de Miranda Osório (secretário) e de Miguel José Ferreira, Inácio Francisco de Araújo Costa e Honorato José de Morais Rego. O tenente-coronel Joaquim de Sousa Martins, irmão do brigadeiro, ficou encarregado do comando das armas. (NEVES, 1997, p. 77-78)

O futuro Barão da Parnaíba resolveu cercar-se de homens de sua confiança, pois aderira a independência e consequentemente uma nova forma de governo fora imposta na província. Novas leis seriam obedecidas e para aderir à formação e afirmação do Estado imperial pensado no Rio de Janeiro, era preciso está cercado de pessoas do seu convívio familiar e que o ajudasse a manter-se no governo. O novo governo constituiu-se como mais um aliado da estrutura política do recém instalado Império do Brasil.

Com o cessar das lutas pela independência no Piauí, os embates entre os grupos elitista heterogêneos que constituíam a base política na região, se viam a frente de outras dificuldades a serem resolvida;

> A primeira delas era a definição do comando político da região. Reconhecendo os méritos e o patriotismo de Simplício Dias da Silva, Comandante Militar da Vila da Parnaíba, o Imperador D. Pedro I o nomeia presidente da Província do Piauí. Mas, alegando

> motivos de ordem pessoal, Simplício Dias, declinou da escolha. O Imperador nomeou então para o novo governo provisório Manoel de Sousa Martins, que ficou encarregado de manter a paz e a ordem na província. Porém, as vilas que outrora durante o processo de Independência estavam sediciosas e favoráveis ao Império, no ano de 1824 encontravam-se dispostas para aderir ao ideal republicano conclamada em Recife. (ARAÚJO, 2015, p. 37)

Nessa conjuntura, ao iniciar seu governo no Piauí em 1823 e permanecendo por um longo período, Sousa Martins contribui significativamente para a causa do império. Suas ações a frente do governo local foram essenciais para manter a província em consonância com o governo central. Entre 1823 a 1826 o futuro Barão da Parnaíba escolhera o lado da independência, manteve-se fiel as ideias centralistas de D. Pedro I e fora mais um agente imperial a contribuir para a construção do Império. Nesse ponto, seu primeiro desafio fora enfrentar as ideias da Confederação do Equador no território, prezando pela ordem e o "bem-estar" local, suas ideias fora criando raízes no combate ao movimento.

"O AMOR DA PATRIA, ADHESAO AO SYSTEMA MONARCHICO CONSTITUCIONAL"

"O Amor da Patria, adhesao ao System Monarchico Constitucional, obedicencia e fidelidade ao chefe da Nação têm sido para mim os mais firmes princípios de dirigir as minhas acções" (BRITO, 1922, p. 76). Manuel de Sousa Martins assim se dirigiu ao ministro dos negócios do império, a fim de que o mesmo transmitisse a correspondência ao imperador D. Pedro I. Com essas palavras fica claro a qual modelo político o brigadeiro estava ligado.

O sistema da monarquia constitucional era o único ao qual o futuro Barão da Parnaíba prestaria obediência, estando claro que o sistema republicano idealizado pela Confederação do Equador não seria bem-vindo à província; mesmo que para conter tal avanço, fosse preciso divergir com aqueles que contribuíram com ele para a adesão do Piauí à independência do Império.

No Piauí, as vilas que outrora foram pioneiras da adesão a "causa do Brasil", desta vez aparecem como pioneiras da adesão ao movimento separatista e de cunho republicano da Confederação do Equador. Encabeçado por Pernambuco, o movimento visava a separação de algumas províncias do Norte do Brasil, cuja a forma de governo se desse no viés do republicanismo e o federalismo, com maior autonomia para os grupos elitistas locais.

Com a dissolução da Constituinte de 1823, cujo o autoritarismo de D. Pedro I ficara visível aos olhos de alguns membros das elites provinciais, o debate em torno da separação de Pernambuco do restante do Brasil como em 1817 toma novos contornos porquê dessa vez a idealização de separação visara englobar outras províncias vizinhas.

Esse jogo de poder no Piauí traria embates pontuais quanto as divergências entre os grupos que buscavam chegar ao poder político e assumir as rédeas do governo provincial com o apoio de seu grupo aliado. Segundo Araújo;

> Os grandes chefes políticos que lideraram o processo de independência em 1823 logo em seguida em 1824 se veriam novamente só que em condições opostas cuja luta que desencadeariam representava antagonismos fruto de demandas reprimidas no jogo pelo poder após a consolidação da independência na Província do Piauí. (ARAÚJO, 2015, p. 38)

As lutas entre as elites locais pelo poder político e econômico na província, vindo desde o período colonial, agora torna-se um jogo de interesses, jogo esse que Sousa Martins soubera jogar de forma hábil. Ao "escolher" uma Junta de Governo com pessoas que pensavam a política de forma semelhante a sua, estava justamente garantindo sua permanência a frente do governo. Outro fator que influenciou a adesão de algumas vilas do Piauí ao movimento de 1824 fora a dissolução da Constituinte de 1823 e a outorga da Carta Constitucional de 1824, cujo cunho centralista se via presente sobretudo no ponto que abordava o poder moderador, concentrando amplos poderes na mão do monarca.

Com a Constituição declarada, o decreto de juramento da mesma fora ordenado em 11 de março de 1824, onde o imperador

manda jurar as bases da Carta Constitucional nas Províncias do Brasil. Nesta conjuntura, Sousa Martins envia oficio ao Ministro do Império oficiando a situação na província após medidas tomadas para jurar o projeto de constituição.

> Depois que foram recebidas as Ordens de sua Magestade Imperial. Determinadas no Decreto de onze de março do anno que corre, pelo qual manda o mesmo Augusto Senhor jurar o projecto de Constituição adoptado pela maioria do Brasil, procedeu-se nesta Capital o juramento do referido Projecto, para servir como constituição a qual o brioso Povo desta Província espozou. Transmittiram-se as ordens desta necessárias para todas as villas que com enthusiasmo seguiram o exemplo da Capital, a exceção da villa de Campo Maior que por motivos expedidos no documento, número dois suspendeu este acto para o oito do mês passado. [...] (BRITO, 1922, p. 77)

A vila de Campo Maior adiou por diversas vezes o juramento da Constituição. Os líderes daquela vila resolveram aderir ao movimento separatista iniciado em Pernambuco. Sendo assim o primeiro grande desafio da Junta de Governo provisória com Sousa Martins como presidente, tivera que enfrentar para que o Estado imperial fosse constituído. Nessa mesma direção, a vila da Parnaíba, pioneira da emancipação política na Província, resolvera aderir ao movimento;

> O brigadeiro Manuel de Sousa Martins mais uma vez colocar-se-ia fielmente ao lado de sua Majestade, quando irrompe a Confederação do Equador, em Pernambuco. Com a dissolução da Assembleia Nacional Constituinte por D. Pedro I, houve levante repercutindo em terras piauienses. Sob a inspiração de João Cândido de Deus e Silva, em 25 de agosto de 1824, a câmara da Parnaíba adere ao movimento apoiada pelos vereadores Rodrigues Falcão, Veridiano Brochado, João José Meireles e João Cardoso Batista. (DIAS, 2009, p. 381)

A preocupação com a manutenção da ordem após as lutas pela independência em terras piauienses fora o principal objetivo do então presidente temporário da província piauiense, Sousa Martins. Um dos grandes obstáculos na construção do Estado Imperial brasileiro fora a manutenção da ordem e da unidade entre as províncias. A confederação do Equador, além de uma continuidade das lutas pela

independência política do Brasil, fizera-se um movimento liderado por alguns membros da elite local que se recusavam aceitar as ordens do imperador.

Para sufocar as ideias do movimento em terras do Piauí, o então brigadeiro Manuel de Sousa Martins toma uma série de decisões a frente do governo provincial, contribuindo dessa maneira para a Construção do Estado imperial na província. A preocupação era proteger os perímetros da Província para evitar que as ideias do movimento viessem da província do Ceará, momento em que mais uma vila do Piauí aderira ao movimento, neste caso a vila de Piracuruca.

Além da vila de Campo Maior, outra que causara grande preocupação para a Junta de Governo era a vila da Parnaíba. Sousa Martins direciona forças para conter os revoltosos de Campo Maior e consequentemente os de Parnaíba, objetivando fazer com que ambas as vilas prestassem juramento a Constituição e obedecesse às ordens imperiais e abandonassem as ideias republicanas, no entanto as vilas eram propensas a ideias revolucionárias.

> O dr. João Cândido, era um intemerato propagandista da republica e da democracia e não perdia ensejo de proclamar as suas opiniões políticas entre os seos jurisdicionados. Parnahyba e Campo Maior foram, pois de 1821 a 1824, um núcleo forte de irradiação das aspirações liberaes. Dahi se estabelecer, nessas duas villas, uma receptividade alarmante ao contagio das ideas de republica e democracia. Alem destes intcllectuaes, nessa epoca. na província existiam outros que se salientaram na política do paiz, como os deputados ás Cortes de Lisboa, dr. Miguel de Souza Borges Leal Castelo Branco, o primeiro piauhyense que se formou em direito em Coimbra, um republicano convicto que passou a maior parte de sua vida em Campo Maior, Ovidio, Saraiva de Carvalho, um poeta primoso de quem se ocupou Theophilo Braga que foi o advogado de Joao Guilherme Ractcliff, perante a Relação da Côrte do Império e o padre Domingos da Conceição, que muito se interessou pela provincia. (BRANDÃO, 1924, p. 339-340)

Grande opositor do movimento e apoiador da causa do império fora o futuro Barão da Parnaíba, que com o auxílio do Padre Marcos de Araújo Costa sufocara o movimento em terras piauienses. Em oficio de 21 de outubro de 1824, Sousa Martins

aponta ao ministro do império, suas ações para sufocar o movimento e consequentemente contribuir à formação do Estado. Esses atos do presidente temporário do Piauí são ações do governo provisório para contribuir para a formação do Estado imperial.

> Passei a dar as Providencias necessárias. Convoquei tropas para fortificar os pontos que são sujeitos à invasão. Fiz publicar os Bandos- documentos nº 12, aplicando a mesma medida da qual sua Majestade Imperial se servira no Decreto de 21 de junho, em que chama os soldados que tiveram suas baixas para servirem com dobrado soldo, até que se restituísse a tranquilidade da Província; e os que foram aparecendo somente se alistaram, para estarem prontos a marchar quando fossem chamados vencendo então seus soldos. (BRITO, 1922, p. 80)

Objetivando barrar as ideias dos revoltosos, sobretudo aqueles que viam do Ceará; o futuro Barão da Parnaíba procurou fazer com que os ideais republicanos fossem impedidos de entrar no espaço da província. Além de ordenar o fechamento de fronteiras, despacha decretos por todas as vilas do território. Garantia assim que a "causa do Brasil" fosse ganhando força no Piauí.

> Mandei para a villa de Vallença, contigua a Campo Maior, o Reverendo Marcos de Araujo Costa, de patriotismo reconhecido, e amigo do Imperador, com o Tenente Coronel Ignacio Francisco de Araujo Costa para que fossem tomadas as medidas convenientes para livrar aquela villa da péssima doutrina do Systema ideal, fortificando os pontos necessários cuja comissão executaram com aquelle zelo e atctividade que era de esperar. Nomeei para inspector das obras Publicas e munições de guerra o referido Tenente Coronel Ignacio Francisco por se achar neste emprego o Escrivão Interino da Junta da Fazenda que tendo a seu cargo outros empregos, não podia preencher os seos deveres com aquella atividade e energia, que urge a crise em que em que se acha a província. Procedi a um exame geral no armamento, pretextos e munições bellicos. (BRITO, 1922, p. 80)

Era a continuidade das ações de Sousa Martins contra movimento da Confederação do Equador no Piauí. Esses atos propostos e impostos pelo presidente temporário da Província tornara-se a contribuição e

participação do Piauí na afirmação do Estado imperial. Mantendo a ordem e a unidade territorial, as garantias que a Constituição fosse jurada no Piauí; os passos seguintes para que o Estado ganhasse forma se dera pelo viés da obediência ao modelo de governo imposto pela elite do Sul do Brasil ligada ao Imperador e suas ações centralistas.

Nessa conjuntura, as ideias política fazem parte do contexto singular de uma determinada sociedade. Essas ideias estão intimamente ligadas tanto do lado dos revoltosos, como daqueles que combatera os confederados. O político torna-se o fator primordial de análise de suas ações no controle de determinado território. Nesse contexto, como observa Rémónd;

> Praticamente não há setor ou atividade que, em algum momento da história, não tenha tido uma relação com o político: (...) se o político se comunica assim como todos os outros setores da atividade humana, em que sentido se exerce a influência ou a pressão? É o político que tem em seu poder o religioso ou o social, ou o inverso? O político não é apenas o último termo de uma série casual de outra natureza? Alguns veem neles apenas o reflexo ou máscara de outras realidades mais determinantes. Mas não existe questão mais essencial, não existe tampouco questão da qual seja menos possível o historiador esquivar-se: quem quer que se dedique a decifrar a complexidade das realidades sociais defronta-se com ela (RÉMÓND, 2003, p. 444-445)

Defrontamo-nos com a complexa relação da sociedade com as ideias políticas, criando cisões e rupturas no Estado. Esses fatores tendem a explicar como as províncias se portaram em relação às decisões arbitrárias do imperador, uma vez que dentro das vilas existiram aqueles que de alguma maneira buscaram contrapor as ideias do monarca, instigando a população a aderir a propósitos contrários aos da Corte e que jurassem outro sistema de governo.

Para impedir que essas ideias ganhassem contornos mais significativos dentro do território do Piauí, o sujeito político Sousa Martins a seu modo, governa para um determinado interesse que tem o monarca e suas ideias na Corte como centro irradiador dos ideais monarquistas que deveriam segundo a lógica do futuro Barão da Parnaíba, serem respeitados e seguidos na Província piauiense.

Como analisa Sousa Neto (2016), as famílias de elite ganham espaços privilegiados na relação entre família e poder; primeiro na Colônia e posteriormente no Império. Os membros dos grupos de elites no Piauí, por meio de uma estreita aliança conseguem assumir espaços de poder político e também econômico, o que os permitiram atuar nas diversas esferas sociais, como é o caso de Sousa Martins, onde sua influência política e econômica fora fator determinante para que seu grupo assumisse cargos públicos na Província, garantindo sua longevidade no poder local.

As providências tomadas pelo brigadeiro são sempre em conformidade com as ordens do império. O governo central na pessoa do imperado despacha uma série de ordens e ofícios às províncias para que a mesmas garantissem que a atuação do poder do imperador fosse presenciada em âmbito local. Neste caso, as ações contra a Confederação do Equador buscara contribuir para a constituição do Império.

Sendo quase prioridade do presidente temporário noticiar o que havia feito contra o movimento e a favor do império, em seus ofícios deixava claro suas ações a favor da ordem e da paz na Província, noticiando seus atos a favor da causa do Brasil;

> Em meu primeiro officio dirigido a V. Exª com a data de quatro do mês findo relatei com as especificações todos os movimentos que até então haviam tido logar nesta Província e agora continuo na mesma tarefa fazendo ver a V.Ex.ª os que seguiram. [...]Mandei reunir todas as milícias e ordenanças, não só das alas desta cidade, mas também das villas unidas para marcharem contra Campo Maior e Parnahyba, ficando já a marchar por estes oito dias uma expedição aproveitando a vantajosa ocasião que nos oferece os Inhamunns onde o Coronel João de Araújo Chaves e o Major José do Valle Pedrosa, indentificando-se comnosco em sentimentos fizeram levantar o Pavilhão Brasileiro no dia vinte e dois do passado para o que lhe prestei o auxilio das tropas de Caratheús desta Província Distrito que confina com aquelle e dai marcharam para Icó, onde o maior Imperial, afim de fazerem o mesmo, seguindo pela retaguarda o Filgueiras que se dirigiu pelo Cratos contra Parnahyba em socorro ao Pernambucanos em cuja marcha praticou grandes atentados na villa da Barra no Jardim em que os povos permaneciam firme ao Systema Monarchico Constitucional. (Oficio de Manuel de Sousa Martins ao ministro e secretário de Estado e negócios

> do Império em 08 de novembro de 1824. In: BRITTO, Anísio. Adesão do Piauí à Confederação do Equador, Documentos do Instituto Ceará. Documentos coligidos pelo Dr. Anísio Britto. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1922. p. 82.)

Manoel de Sousa Martins mandou reunir as milícias da Província para marcharem contra Parnaíba e Campo Maior, as vilas revoltosas. Mandou marchar cem praças de milícias (cem soldados) para observar em Campo Maior qualquer movimento dos anarquistas, contudo, a vila encontrava-se sem qualquer indício de revolta.

O futuro Barão da Parnaíba tomou ainda diversas ações contra o movimento revoltoso da Confederação do Equador no Piauí, como as prisões de alguns dos envolvidos na causa dos Confederados, como o influente político intelectual do Norte da Província, dr. João Cândido de Deus e Silva, além de assegurar que a Constituição fosse jurada em todas as vilas da Província, garantindo obediência às ordens imperiais. Dentre as diversas manifestações sociais pela qual passara a Província, o então presidente temporário da Junta de Governo contribuiu num primeiro momento para conter as ações da Confederação do Equador no Piauí, como colabora a análise de Brandão.

> No Piauhy, graças ao seo presidente temporario, mais tarde visconde da Parnahyba, guardaram se as attitudes conciliatórias, na reacção contra o movimento republicano e separatista da Confederação do Equador, limitando a repressão ás prisões, em Campo Maior, entre outros, do comandante Antonio José Tíenriques, e do tenente coronel Miguel José Eerreira, do capitão João da Costa Alecrim e na Parahvba, do juiz de fóra dr. João Cândido de Deus e Silva, Meridiano de Souza Brochado, João José de Salles, João Cardo.so Baptista, João Rodrigues Falcão, José Ferreira Meirelles, escrivão João da Costa Rosai e A Confederação do Equador commadante Bernardo Saraiva e Domingos Dias da Silva Henrique. Essas prisões foram effectuadas em l0 de janeiro de 1825, sendo em agosto, aberta em Oeiras, pelo ouvidor interino João Martiniano Barata, uma devassa que só ficou encerrada em 28 de dezembro, dando assim tempo ao tempo, para que as paixões se arrefecessem, como succedeo. (BRANDÃO, 1924, p. 347-348)

Nessa conjuntura, analisamos que as bases políticas na Província do Piauí foram lançadas muito antes do envolvimento do Piauí com as ideias da Confederação do Equador. Desde o período

colonial as estruturas de poder no território foram lançadas tendo em vista homens como o brigadeiro Manuel de Sousa Martins, que lutara para chegar ao poder local, agindo conforme as circunstâncias determinavam e no período imperial, sendo um autêntico agente do Império brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Piauí participara dos primeiros passos da construção do Estado. Ao combater as ideias da Confederação do Equador na Província e ao mesmo tempo buscar garantir a ordem no território, o então presidente da junta provisória de governo, Manuel de Sousa Martins, contribuía para que as ideias do monarca prevalecessem no território e consequentemente influenciara a formação do nascente Estado.

A estrutura de poder no Piauí é peça central para compreendermos a atuação das elites heterogêneas locais e sua atuação na formação do Estado imperial. Como observamos, as lutas internas foram o primeiro passo para que o Piauí aderisse a "causa do Brasil", que segundo o governo central, era a causa da Independência. Definido o comando político no Piauí, restara saber como as famílias de elite tão atuante no cenário político da Capitania e depois Província se encaixariam no novo cenário político local e central.

Nesse intuito, alguns membros da elite local, avessos as ideias centralistas do monarca, resolveram aderir ao movimento da Confederação do Equador. Ao combater as ideias do movimento, o Governo Provisório da Província contribuíra para os primeiros passos da consolidação do Estado imperial, onde a garantia da ordem e a manutenção da unidade política e territorial foram fatores determinantes para a afirmação do Estado.

Referências

ARAÚJO, Johny Santana de. O PIAUÍ NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA: contribuição para construção do império em 1823. *CLIO – REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA* – nº 33.2. 2015.

Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/viewFile/443/457>

BRANDÃO, Tania. *A Elite Colonial Piauiense*: Família e Poder. Teresina: Fundação cultural Monsenhor Chaves, 1995.

_____. ANTIGAS LUTAS, NOVOS CENÁRIOS: A ELITE PIAUIENSE E A INDEPENDÊNCIA. *CLIO Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco*. N. 20. Recife, UFPE, 2002, p. 304. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/issue/view/1771/showToc>

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. 2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras/FUNDAC, 2010.

DIAS, Cid de Castro. Piauhy: das origens à nova capital. 2. Ed. Teresina: Nova expansão gráfica e editora, 2009.

DOLHNIKOFF, Miriam. *História do Brasil Império*. São Paulo: Contexto, 2017.

NEVES, Abdias. *O Piauí na confederação do Equador*. Teresina: EDUFPI/APL, 1997.

RÉMOND, René. Do Político. In: RÉMOND, René (0rg.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SOUSA NETO, Marcelo de. *Entre vaqueiros e fidalgos*: Sociedade, política e educação no Piauí (1820-1850). Teresina: Fundação Cultural monsenhor Chaves, 2013.

_____ Nos bastidores do poder: Política e relações familiares no Piauí do século XIX. *Revista Crítica Histórica*, Ano VII, nº 13, junho/2016.

Documentação

BRITTO, Anísio. *Adesão do Piauí à Confederação do Equador*. Documentos do Instituto Ceará. Documentos coligidos pelo Dr. Anísio Britto. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1922

Família, Poder e Posse na Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios dos Picos – Província do Piauí (1854-1860)[1]

Cássio de Sousa Borges[2]
Francisco Gleison da Costa Monteiro[3]

Introdução

> O fio de Ariadne que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome. (GINZBURG, 1989: 174)

1 Esse artigo foi gestado a partir da dissertação de mestrado *"Para Bem Cumprir" a Lei das Terras: o processo de regularização fundiária no centro-sul da Província do Piauí (1850-1860*) defendida no ano de 2019 no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e contou com o financiamento da Bolsa de Demanda Social da CAPES.

2 Doutorando e Mestre em História do Brasil pela UFPI. Professor Substituto da Rede Municipal de Ensino de Teresina. Pesquisador contratado da Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação (FADEX) no Programa *Estudos Exploratórios para Identificação de Terras Devolutas do Estado do Piauí*. E-mail: cassiodesborges@gmail.com

3 Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Docente da Universidade Federal do Piauí/CSHNB. Coordenador do Projeto de Extensão "Restauração, Catalogação e Digitalização de documentos eclesiásticos das cidades de Oeiras, Picos e Jaicós". Líder do Núcleo de Estudo e Pesquisa em História do Piauí Oitocentista/CNPq e Membro do NUPEDOCH (Núcleo de Pesquisa e Documentação em História). E-mail: gleison.monteiro@ufpi.edu.br.

Segundo a mitologia grega, Teseu, filho do rei de Atenas, Egeu, ao ver seus patrícios sob o temor de terem que pagar todos os anos um tributo de sete rapazes e sete moças, ao rei de Tebas, Minos, para que fossem devorados pelo Minotauro, um ser com corpo de homem e cabeça de touro que era mantido em um labirinto do qual ninguém conseguia sair, estava decidido a livrar os atenienses de tal penúria, oferecendo-se para ser uma das vítimas e assim enfrentar tal criatura. Ao chegar à ilha de Creta, Ariadne, princesa de Tebas, se apaixona por Teseu, dando-lhe uma espada e um novelo de linha, o que seria fundamental para a derrota do Minotauro e para que o herói encontrasse o caminho de volta (BULFINCH, 2014, p. 153-154).

O historiador italiano Carlo Ginzburg (1989), nos apresenta por meio desta analogia com o fio de Ariadne a ideia que o nome seria esse guia para que os pesquisadores documentais, ao tempo em que lhes sejam permitidos avançar rumo aos seus objetivos, não se percam pelo emaranhado disperso dos documentos analisados. Outra questão que ele remonta é a observância da estratificação social desses indivíduos através do nome, "as linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador, a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido" (GINZBURG, 1989, p. 175). No campo da investigação, os registros cadastrais eclesiásticos são, segundo o mesmo, uma fonte que abrange uma rede de possibilidades de pesquisa, a partir, que cada nova descoberta viabiliza a abertura de um leque de oportunidades a serem percorridas. Assim, dentro das possibilidades arquivistas da Itália, expõe um caminho investigativo que tiraremos como lição:

> Nos registros das paróquias rurais em zona de arrendamento a meias – referência direta aos campos de Bolonha – ao lado do nome e apelido do "gerente" e dos membros de sua família está também o nome da casa agrícola e da propriedade cultivada (Casa Vermelha, Casa Branca, Palácio, etc.). Tomando este último nome como guia não é difícil encontrar nos registros cadastrais (portanto, num só arquivo) um dado importante, que é o da área da propriedade. Mas ao lado do nome e da área da propriedade encontra-se no cadastro o nome do proprietário. A partir deste nome, é fácil recorrer ao arquivo privado da propriedade, onde, com um pouco de sorte,

> podemos encontrar nos registros de administração as contas agrícolas anuais e portanto, juntamente com o nome do rendeiro e da propriedade que cultiva, também o andamento da produção agrícola (anual), com discriminação do tipo de planta cultivada (trigo, cânhamo, milho, videira, floresta, etc.), a divisão por dois do produto líquido e o movimento do débito agrícola por cada propriedade e cada família arrendatária. Por outras palavras, encontramos dados seriais (em geral de período curto, mas nem sempre) com os quais é possível reconstruir o entrelaçado de diversas conjunturas. (GINZBURG, 1989, p. 174)

Foi na busca desses "entrelaçados de diversas conjunturas" que na análise dos Registros Paroquiais de Terras – RPT's[4], da Freguesia dos Picos, pudemos observar a existência de grupos familiares que apareciam com uma participação mais ativa nesses registros, demonstrando um estabelecimento familiar prévio mais consistente sobre a posse da terra na região, o que é justificado pelo protagonismo da herança como principal meio de transmissão desse tipo de patrimônio. Por outro lado, em termos quantitativos, a documentação nos revela que embora existam grupos familiares, isoladamente, com uma maior quantidade de posses, a concentração dessas posses registradas de fato, levando-se em consideração o todo, encontra-se, nesse período, espalhada entre núcleos familiares que não possuíam o prestígio do sobrenome. Infelizmente como nos aponta Thompson, "os 'trabalhadores pobres' não deixaram os seus asilos repletos de documentos para os historiadores examinarem, nem é convidativa a identificação com sua dura labuta" (THOMPSON, 1998, p. 26).

Cada existência de um desses posseiros é única, impossível de ser reproduzida, porém, durante o processo de pesquisa, muitas vezes, era como se estivéssemos convivendo e tendo a oportunidade naquele momento de reviver o tempo pretérito e de visualizar essa busca incessante e das dificuldades que estes tinham para chegar até a Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios com o intuito de resolverem sua situação para com o Estado, resguardando, assim, seus interesses. Como constatamos, o livro de registros de posses tratava-se, principalmente, de um cadastro de posseiros, e para analisá-lo

4 Registros Paroquiais de Terras, daqui em diante, RPT's.

de forma correta precisamos ter um entendimento da composição histórica desta personagem:

> A origem do posseiro remonta-se ao início do período colonial, porém sua maior representatividade será no século XVIII. No entanto foi durante o período que vai de "1822 até 1850, [que] a posse se tornou a única forma de aquisição de domínio sobre as terras, ainda que apenas de fato, e é por isso que na história da apropriação territorial esse período ficou conhecido como a 'fase áurea do posseiro". [...] Num primeiro momento, o posseiro, na figura do pequeno lavrador, surgia como uma grande ameaça ao regime de sesmaria. Todavia, ao longo dos anos, este passou a se figurar no grande fazendeiro, fazendo assim com que muitos sesmeiros assumissem o papel de posseiros. (CAVALCANTI, 2005, p. 2)

Era praticamente inviável, pelas informações contidas nas declarações, localizar com exatidão o local de cada posse, se não por sua inserção dentro de uma comunidade rural maior. Por isso, podemos afirmar que o nome do posseiro é o maior legado dessa documentação. Em 99,9% dos registros foi possível identificar o nome do posseiro e em 95,5% a identificação da família através do sobrenome e/ou outras informações contidas nas declarações que nos permitissem tal identificação. Perceberemos, em nossa análise, que mais do que tratarmos sobre as pessoas que registraram suas posses na metade do século XIX, poderemos fazer o percurso de volta, rumo à ocupação territorial da região.

Nesse artigo, portanto, apresentaremos, através da análise dos RPT's da Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios dos Picos, a composição da região mediante a quantidade de posses registradas por cada grupo familiar e debateremos as estratégias para a manutenção da propriedade e do poder por esses grupos.

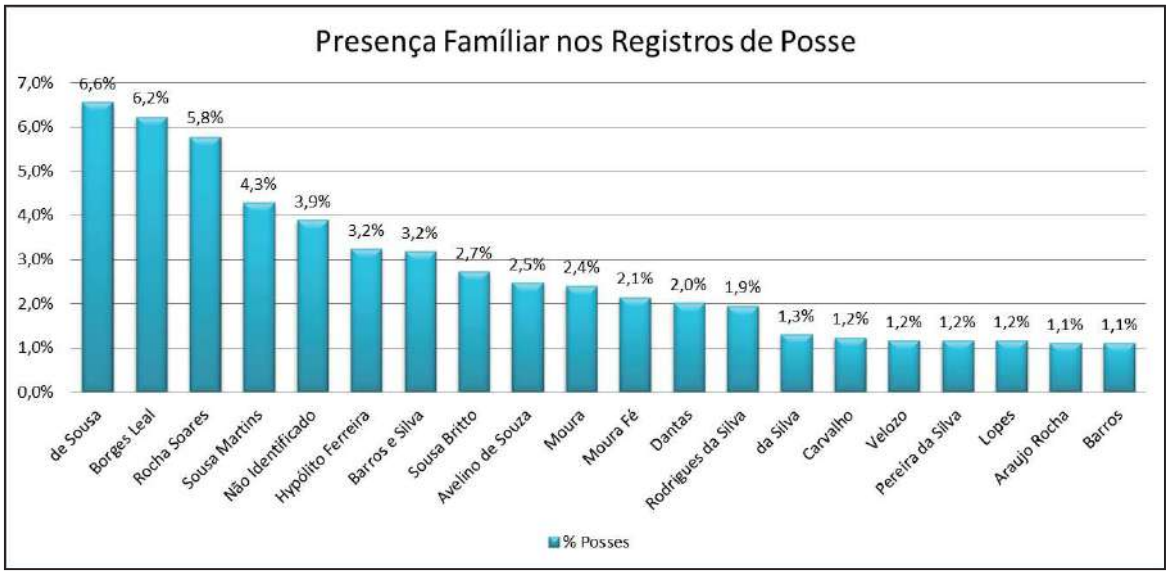
Entendemos, pois, no movimento em que estivermos tratando de grupo familiar, não estamos falando de um único núcleo de parentes próximos, mas de uma rede complexa, com uma origem consanguínea comum, e que ao longo dos anos resolveram por estratégia a manutenção de uma "marca", no caso o sobrenome, que lhes conferia prestígio e em alguns casos poder político e fortuna.

As posses de terra em si e dos grupos familiares

Para cumprirmos o primeiro trajeto, de identificar quantas posses foram registradas por cada grupo familiar, elaboramos um gráfico que apresenta a porcentagem de registros em relação às 1540 posses registradas na Freguesia dos Picos. Procuramos de início, organizar os grupos familiares a partir da composição de dois sobrenomes, porém como em muitos casos, no registro, só constava um, resolvemos mantê-los entendendo, que em sua grande parte, tratavam-se de grupos familiares mais dispersos e que não correspondiam a um desses núcleos que tiravam o seu prestígio pelo sobrenome.

Assim, por exemplo, os *de Sousa*, que se apresentam como maior grupo familiar, com um total de 101 posses registradas, nos parece que sua grandeza se deve mais por se tratar de um sobrenome comum no nordeste brasileiro, do que propriamente de uma coesão familiar para manutenção do poder. Porém, cabe registrar, esse é um dado importante, e que nos ajuda a confrontar os mitos amplamente difundidos sobre a povoação da região de Picos[5], como se uma única família tivesse dado o suporte humano e econômico para toda a existência comunitária da região. Vamos ao gráfico:

FIGURA 1



Fonte: APEPI. Registro Eclesial de Terras da Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios dos Picos. 1856-1860[6].

5 Picos está localizada na região centro-sul do Piauí, sendo os rios Guaribas e Itaim as principais referências hidrográfica dessa região.

6 A partir daqui, todas as referências a esse documento serão creditados como

Este gráfico reúne 55,1% de todas as posses registradas na Freguesia dos Picos, representando os grupos familiares que mais apresentaram posses na região entre os anos de 1856 e 1860. São 19 grupos familiares, existindo ainda 3,9% destes, referentes a posseiros que não conseguimos identificar o grupo familiar por conta da ausência de sobrenome e/ou outra informação em sua declaração que nos permitisse situá-lo perante os demais, tratando-se esses casos principalmente de mulheres. O que percebemos pelo estudo dos nomes que foram cadastrados nos registros de posse da Freguesia dos Picos é que enquanto os homens recebiam o sobrenome da família, uma grande parte das mulheres só recebia como complemento ao seu primeiro nome alguma referência de caráter religioso: Encarnação, Conceição, Jesus, dos Anjos, Trindade, São José, Sacramento, Perpétua Maria, Espírito Santo. Se tivéssemos considerado, por exemplo, que Conceição fosse à alcunha de um grupo familiar, este teria figurado dentro do recorte do gráfico acima com uma participação de 1,6%, representando 24 posses registradas.

Como exposto, o gráfico apresenta alguns grupos familiares proeminentes, e trataremos a respeito de alguns deles, porém podemos tirar como entendimento, o quanto a vida familiar já estava diversificada nesse período. Foi possível identificar ao todo 244 grupos familiares diferentes que se apresentaram para o registro de posses na freguesia. Sabemos, porém, que em muitos desses grupos os laços de sangue entre eles ainda eram muito próximos, existindo muitas variações familiares que, infelizmente, não teremos os meios necessários para explicá-las. Porém, compreendemos que essa dispersão na composição do sobrenome, se deve ao não apego a força do prestígio pela maioria dos posseiros, diferente do que é exercido pelos grupos abastados. Para a grande massa de trabalhadores livres pobres que se fizeram presentes nesses registros, talvez fosse mais importante uma apresentação que demonstrasse sua hereditariedade imediata do que um sobrenome "poderoso". É comum no sertão picoense, por exemplo, uma pessoa ao se apresentar, tendo como objetivo atestar sua boa procedência, indicar quem é seu pai ou mãe, indo, às vezes, até os avôs e avós, ou também por meio de um codinome familiar.

APEPI/RPT PICOS.

Dentre os grupos familiares apresentados no gráfico com uma maior tradição pelo domínio da terra na região, temos os Borges Leal e os Sousa Martins, as quais, faremos algumas considerações sobre eles, tendo em vista que os primeiros são apresentados em algumas crônicas memorialistas como os que deram as bases coloniais para a existência de Picos, enquanto os segundos são uma família de consolidada atuação na política piauiense durante todo o século XIX.

Sobre a vinda dos Borges Leal e a instituição das bases que possibilitariam o surgimento de Picos, segue uma crônica amplamente difundida no imaginário local, que vez por outra se utiliza de passagens desta para explicar o inicio do processo de povoamento da região "dos picos", e que na falta de estudos acadêmicos mais consistentes sobre a temática, só nos foi possível encontrar essa versão em um site particular de uma das famílias consideradas tradicionais na região, e que nos servirá como aporte para que façamos algumas reflexões sobre o apossamento das terras na freguesia dos Picos no período por nós estudado.

> Por volta de 1712, os irmãos Borges Leal vieram de Portugal para a Bahia e tempos depois, na década de 1740, chegaram ao Piauí, trazendo escravos e gado e ocupando grandes áreas de terras, localizando-se Antônio Borges Leal Marinho na região que atualmente fica a Bocaina-PI, casando-se com Maria da Conceição Pereira de Sousa Brito. Albino Borges Leal Marinho ficou na região de Piracuruca-PI., especificamente onde hoje está Buriti dos Lopes-PI, e Francisco Borges Leal Marinho ficou na região de Inhamuns, extremo do Piauí com o Ceará. Já nos meados do século XVIII, um dos filhos de Francisco Borges Leal Marinho, de nome Félix Borges Leal, chegou à região de Picos-PI e se apossou de grandes áreas de terras, fundando ali uma de suas mais importantes fazendas, denominada "Fazenda Curralinho", situada em férteis várzeas, propícias para a agricultura e pecuária, onde hoje é localizada a cidade de Picos, às margens do Rio Guaribas e cercada por montes Picosos que inspiraram a denominação de PICOS. O Rio Guaribas tem seu nascedouro na Fazenda "Canavieira", que fica localizada entre Picos e Valença do Piauí. Seus afluentes são o Rio Itaim e o Riachão, recebendo também água de muitos riachos em seu percurso. Já abaixo da cidade de Oeiras, o Rio Guaribas junta-se ao Rio Canindé. Pelos benefícios proporcionados aos moradores de Picos, o Rio Guaribas recebeu o cognome

> de “Pai de Picos”. Depois vieram outros Borges Leal, que se juntaram aos onze filhos do desbravador Félix Borges Leal e foram povoando o núcleo que hoje compreende o município de Picos. Em virtude de suas terras férteis, oferecendo boas condições para todo o gênero de criação e plantação, outras pessoas também foram atraídas, especialmente de Pernambuco e da Bahia, tais como negociadores, que ali realizavam bons negócios de compra e venda, inclusive de cavalos. Muitos deles acabaram por fixar residência no local, contribuindo para o crescimento do aglomerado urbano e consequente incremento das atividades econômicas na região. [7]

Trata-se, essa versão, de uma narrativa que tenta atribuir à família Borges Leal um marco de fundação do que viria a se tornar Picos. Entendemos que de fato, no século XVIII, existe uma marcha de colonizadores, oriundos de Portugal ou já estabelecidos no litoral do Brasil, que sob a prerrogativa de conseguirem a concessão para o uso das terras, procuraram se estabelecer em áreas que fossem próprias para a criação de gado. A principal característica da região para o estabelecimento de tais empreendimentos é o acesso à água, estando ela abastecida quase que plenamente pelos rios Guaribas, Itaim e Riachão, e sua ampla rede de afluentes que nos períodos chuvosos ganham vida. Os posseiros que procuraram o vigário José Dias de Freitas na paróquia para fazer o registro de suas posses faziam questão registrar em suas declarações que estas estavam localizadas na ribeira de algum desses rios.

A localização aonde viria a ser a Freguesia dos Picos e que hoje tratamos como um entroncamento rodoviário também nos diz muito sobre o estabelecimento das pessoas nessa região. Picos já poderia ter ganhado a alcunha de entreposto desde o período colonial, sendo este um dos caminhos que ligavam a capital colonial, Salvador, a outras partes da colônia, estabelecendo por ali uma rede de comunicação com a metrópole. Sob esse aspecto, é provável, por exemplo, que uma parte considerável de tudo que se dirigia de Salvador para Oeiras ganhasse descanso por essa região, o que estabeleceu movimento e rotatividade de pessoas.

---

7 Disponível em: http://www.familialuz.com.br/picospi_aspectoshistoricos.php. Acesso em: 10/01/2019.

Colocamos isso para entendermos, que por mais que possamos criar os nossos marcos de origem, não é possível explicar as dinâmicas de ocupação somente pela chave do estabelecimento de um único grupo familiar. Pelo estudo dos RPT's é possível confirmar um estabelecimento destacado dos Borges Leal na região, tendo em vista ainda serem numerosamente remanescentes no período dos registros eclesiais de posses e pela permanência do status de possuidores de terras. Ao todo, 34 membros desse grupo familiar registraram 96 posses, estando assim distribuídas por fazenda: Bocaina (2), Buriti das Éguas (9), Cravatá (2), Engano (3), Guaribas (4), Jenipapeiro (13), Olho d'Água Velho (1), Picos (30), Rodeador (2), Samambaia (2), Sítio (6), Sítio Canabrava (2), Sítio da Pitombeira (3), Sítio do Brejo (2), Sítio do Meio (1), Sítio Monte Alegre (1), Sítio São João (1) e Sussuapara (12). Percebamos o quanto esse grupo já havia se espalhado pela região, e se compararmos com a quantidade de posses registradas em cada fazenda, notaremos que esse grupo não se apresenta como hegemônico em nenhuma das principais fazendas da freguesia, indicando o seu fracionamento e perca de poder econômico na região. Porém outras variações contribuíram para isso.

Bocaina, por exemplo, o local em que é creditado como o berço dos Borges Leal na região, no século XIX não possuía mais uma presença familiar desse grupo consolidada, muito se devendo a adoção do sobrenome familiar Sousa Britto, da esposa de Antônio Borges Leal Marinho, por seus descendentes. Sendo esta uma das variações da família Borges Leal, e tendo registrado 17 posses na fazenda Bocaina, num total de 42 posses registradas na Freguesia dos Picos.

Já a fazenda Curralinho, que é apontada como o lugar que deu início ao povoamento da região de Picos, só foi possível encontrar alguns resquícios de sua existência, sendo que em todo o registro de posses da freguesia ela só foi mencionada quatro vezes, duas como uma localidade pertencente à fazenda Picos e outras duas como pertencente à fazenda Sussuapara, tratando-se, possivelmente, do mesmo lugar, e indicando um local com limites não tão bem estabelecidos. Dentre essas quatro posses, duas delas foram registradas por membros da família Borges Leal, sendo uma por Leandro Borges Leal (APEPI/RPT PICOS, p. 64) e outra por Marcelino Borges Leal (APEPI/RPT PICOS, p. 99).

Na contramão dos Borges Leal, estavam os Sousa Martins, que consolidaram o seu prestígio político e econômico na província do Piauí pelo protagonismo do Visconde da Parnaíba, Manoel de Sousa Martins, e também por adotarem algumas estratégias para a permanência do controle da terra dentro do seu grupo familiar. Assim como os Borges Leal, os Sousa Martins também fazem parte desse grupo de portugueses que vieram tentar a sorte por essa região, tendo os mesmos se estabelecido inicialmente na fazenda Vermelha, sendo este o local de nascimento do visconde (CARVALHO, 1988, p. 19), onde hoje é o município de Paulistana, na época, pertencente a Oeiras assim como Picos. Ao tratar sobre a concessão de sesmarias no Piauí, a historiadora Tanya Brandão levanta o caso do pai e homônimo do Visconde da Parnaíba:

> Um exemplo de pessoas que se enquadram no modelo do novo tipo de proprietário rural da Capitania do Piauí é o português Manuel de Sousa Martins, que deu origem à família Sousa Martins no Piauí. Ele recebeu, ao todo, 13 sesmarias, sendo que em 12 delas era o único senhor. Apenas na de nome Juazeiro, doada em 1799, Sousa Martins dividia o direito de posse com outras pessoas. O interessante é que esses sócios de Manuel de Sousa Martins eram pessoas de seu grupo familiar. Tratava-se de Josefa de Sousa Santana, Joaquim Martins e um filho do tenente Manuel de Sousa d'Eça. Além de serem muitas, algumas das sesmarias recebidas por Manuel de Sousa Martins formavam área contínua: a Poço dos Negros, por exemplo, limitava-se com a Serra Vermelha e a Juazeiro com o Sobrado. A soma das áreas sob domínio deste senhor atingia um total de 156.816 ha, incluindo-se aí a área correspondente à concessão que dividia com os sócios. (BRANDÃO, 1995, p. 251)

Essas informações levantadas por Tanya Brandão demonstram a força com que essa família se instalou no Piauí, em que foram agraciados com esse montante extraordinário de terras sob o seu controle, o que será fundamental para a consolidação do poder político dessa família no período imperial. Tendo participado ativamente do processo de independência do Piauí e adesão ao Império do Brasil, Manoel de Sousa Martins, governou com mãos rígidas a Província por quase 20 anos durante primeira metade do século XIX (COSTA, 2012, p. 17). Segundo Lígia Osório Silva:

> O desmembramento do patrimônio de terras públicas e a cessão de largos tratos de terras para membros da oligarquia e aliados foi parte integrante do processo de concentração de poder em curso: para levar adiante o processo político, as classes dirigentes organizadas no Estado central usaram a cessão do patrimônio público como 'moeda de troca' para a obtenção do apoio político das camadas que podiam de algum modo ameaçar sua hegemonia ou o próprio processo em curso, do qual dependia a inserção do país na economia internacional. (SILVA, 2003, p. 11-12)

O prestígio do visconde perante o governo imperial era notável, tendo prestado importantes serviços em momentos cruciais de crise interna como foi o caso da repressão a Balaiada. Entre os oficiais que partiram para a fronteira das províncias do Piauí e Maranhão para combater os revoltosos estavam vários de seus parentes. Dentre eles estava o major Manoel Clementino de Sousa Martins, seu afilhado, sobrinho e genro (DIAS, 1996, p. 159), e que no dia 14 de setembro de 1839, "quando já conta com mais uma vitória, uma bala o fere no baixo-ventre, de cujo ferimento sucumbe meia hora depois" (COSTA, 2010, p. 291). Os herdeiros diretos do major serão os principais posseiros pertencentes ao grupo familiar dos Sousa Martins que registraram suas posses na Freguesia dos Picos.

Ao todo, 21 membros da família Sousa Martins registraram 66 posses na Freguesia dos Picos, sendo essa somente uma parte dos registros feitos pela família na Província do Piauí, tendo em vista que esta possuía ainda várias outras posses espalhadas por Oeiras e na Freguesia de Jaicós. Suas posses na Freguesia dos Picos estavam assim distribuídas nas fazendas: Boqueirão (12), Cacimbinha (1), Canabrava (19), Gameleira (3), Jenipapo (1), Retiro da Conceição (8), Riachinho (5), Samambaia (4), Serra (1), Sítio (1), Sítio da Serra Nova (1), Sítio do Meio (6), Tábua (1), Torta (1), Umbuzeiro (2).

Diferente dos Borges Leal, que não permaneceram como grupo familiar hegemônico nas fazendas que registraram posse, os Sousa Martins, se mantiveram como os principais possuidores nas fazendas Boqueirão, Canabrava, Retiro da Conceição e Umbuzeiro, além das quatro fazendas apresentadas como integralmente suas pelo Visconde da Parnaíba: Jenipapo, Serra, Tábua e Torta. Isso indica que os Sousa Martins conseguiram manter o controle sobre suas terras no espaço

de tempo entre a concessão das sesmarias e o registro das posses promovida pela Lei de Terras. Para isso, visualizamos pelo menos duas estratégias adotadas por esse grupo familiar: manutenção do poder político e o casamento dentro da própria família. Dentro do contexto fundiário inglês, Thompson explica:

> A posse de grandes propriedades rurais, como propriedade absoluta, era inteiramente segura e hereditária. Era não só o trampolim para o poder e o cargo, como o ponto ao qual retornavam o poder e o cargo. Os rendimentos podiam ser aumentados por uma administração inteligente e por desenvolvimentos agrícolas, mas não ofereciam os ganhos inesperados da sinecura, do cargo, da especulação comercial ou de um casamento vantajoso. (THOMPSON, 1998, p. 33)

No que se refere ao poder político, embora muito se deva a sua influência, não somente o Visconde da Parnaíba teve um papel de destaque na política piauiense. Muitos de seus familiares eram pessoas com riqueza e prestígio público. Dentre os seus membros que registraram posses na Freguesia dos Picos figuraram pessoas com extenso currículo na política durante a segunda metade do século XIX (RÊGO, 2001): Elias de Sousa Martins (deputado provincial em 1850), Teotônio de Sousa Mendes (Vereador de Oeiras e Vice-Presidente da Província do Piauí, tendo assumido a presidência nos anos de 1869 e 1872), Firmino de Sousa Martins (foi deputado provincial em 1862, 1866 e 1868 e na condição de Vice-Presidente da Província do Piauí, assumiu a presidência por quatro vezes nos anos de 1879, 1880, 1883 e 1889), Francisco Galdino Ramos (deputado provincial em 1858 e Oficial Maior da Secretaria da Presidência da Província do Piauí em 1860), José Clementino de Sousa Martins (deputado provincial em 1862), Clementino de Sousa Martins (foi presidente da Câmara de Vereadores de Picos, assumindo como prefeito intendente após a elevação de Picos a condição de cidade em 1890).

O poder político e a influência exercida por esse grupo foi preponderante na Província do Piauí durante todo o século XIX, e percebemos que era utilizado para que eles não perdessem seu patrimônio. Um caso que nos chamou a atenção foi quando o jornalista e líder do Partido Liberal na Província do Piauí, Tibério

César Burlamaqui, foi registrar uma posse e declarou que se tratava de um sítio denominado Santa Isabel, com todas as suas benfeitorias compreendendo nas terras da fazenda Buriti das Éguas, na ribeira do Guaribas, sendo que este foi do ajudante José Borges Leal e que havia passado por Sentença de Adjudicação, de 14 de julho de 1852, ao Visconde da Parnaíba, de quem recebeu o sítio por uma escritura de transferência datada de 04 de agosto do mesmo ano pela quantia de 640 mil réis, sendo este o valor da adjudicação.

Segundo Augusto Teixeira de Freitas Senior, advogado que atuou nos fins do século XIX, a adjudicação é o ato privativo pelo qual uma sentença judicial determina que os bens penhorados passem para a tutela do credor (FREITAS SENIOR, 1883, p. 8). Em outras palavras, José Borges Leal havia pego de empréstimo 640 mil réis do Visconde da Parnaíba, que não recebendo o pagamento da quantia em dinheiro, cobrou a dívida tomando suas terras com todas as benfeitorias dentro por meio de uma sentença judicial e que para ter o seu dinheiro de volta recebeu o valor do empréstimo de Teotônio Burlamaqui, que terminou ficando com a propriedade.

Outra situação em que os Sousa Martins se utilizaram das suas relações políticas para conseguirem benesses, foi quando Clementino de Sousa Martins, no dia 17 de setembro de 1860, ou seja, após extinção da Repartição Especial de Terras Pública em Teresina, conseguiu que duas posses suas na fazenda Riachinho fossem registradas por intermédio do procurador profissional, João Mendes da Silva, no livro de registros da Freguesia dos Picos, sendo que quem recebeu a documentação e a transcreveu para o livro foi seu cunhado Francisco Galdino Ramos, na época Oficial Maior da Secretaria da Presidência da Província, que ainda conseguiu que o mesmo fosse relevado de multa por um despacho da Presidência da Província de 19 de julho do mesmo ano, sem que houvesse nenhum parecer fiscal que demonstrasse que esse fosse um tratamento justo e equitativo.

Além da política, existia uma coesão muito grande da família para manutenção de seus interesses, era muito comum entre os Sousa Martins o casamento entre primos, entre tios e sobrinhas e também em aliança com outras famílias que o casamento não implicasse na perca de poder. Segundo Ginzburg:

> Por um processo análogo é possível reconstituir, com base em autos notariais as estratégias matrimoniais de famílias aliadas e afins. O percurso da investigação pode ulteriormente alongar-se procurando nos arquivos eclesiásticos (episcopais) as autorizações de casamento entre consanguíneos. O fio condutor é, mais uma vez, o nome. (GINZBURG, 1989, p. 175)

O caso de casamento consanguíneo que mais nos diz respeito foi entre o já falado major Manoel Clementino de Sousa Martins, que havia falecido no movimento de repressão a Balaiada e sua prima Maria Josefa de Sousa Martins, filha do Visconde da Parnaíba, dos quais os registros de seus herdeiros nos levantaram algumas suspeitas quanto a manobras para a permanência do patrimônio dentro desse núcleo familiar, impedindo que outros membros da família questionassem a validade de suas possessões. Aconteceu que, dois dos filhos do casal, Clementino de Sousa Martins e Manoel Clementino de Sousa Martins (homônimo de seu pai) se dirigiram para fazerem os seus registros de terras e de outros familiares, na condição de procuradores parentais, apresentando 11 declarações, sendo elas registradas do número 156 a 166, indicando que o padre José Dias de Freitas recebeu todos esses documentos em sequência, no mesmo dia. Ao olharmos para as datas das declarações, seis destas, foram assinadas no dia 14 de março de 1856, enquanto outras cinco foram datadas no dia 18 de fevereiro de 1856, e todas ganharam seu lugar no livro de registro do vigário no dia 29 de março do mesmo ano. Tudo estaria dentro do conforme, caso o visconde da Parnaíba não tivesse falecido no dia 20 de fevereiro de 1856, sendo que "na época do seu falecimento, quando havia atingido a avançada idade de oitenta e nove anos, corria contra ele, no foro da cidade de Oeiras, uma ação de demência promovida por alguns de seus herdeiros" (COSTA, 2015, p. 236).

A impressão que tivemos, em meio a essa crise familiar, é que os filhos desse casal assinaram essas cinco declarações do dia 18 de fevereiro, correspondendo a nove posses, das quais eram cinco posses no nome de uma irmã, Maria Josefa Clementina de Sousa, duas do próprio Clementino e outras duas de uma filha de Manoel Clementino (segundo), com o intuito de forjar um documento com data retroativa para que possivelmente fosse utilizado como argumento confirmando que essas posses já pertenciam previamente a esse núcleo familiar,

evitando, assim, que fossem inventariadas. Isso revela, que as estratégias também passavam pelo enfrentamento aos familiares diretos, que se aproveitavam de certas situações para tirarem proveito próprio.

Outros que também fizeram casamentos dentro da própria família, segundo consta no estudo de Abimael de Carvalho sobre a família Coelho Rodrigues (CARVALHO, 1988, p. 35-36), foram: Clementino de Sousa Martins com sua prima Isabel Brígida de Sousa Martins, filha de seu tio materno Raimundo de Sousa Martins; Manoel Clementino de Sousa Martins casou em segundas núpcias com Francisca de Carvalho, que era filha de sua prima Carolina de Sousa Martins, e em terceiras com Henriqueta Vitalina de Sousa Martins, filha de seu sobrinho Osternes Clementino de Sousa Martins; Maria Josefa Clementino de Sousa casou com o viúvo de sua irmã Jesuína; José Clementino de Sousa Martins com sua prima Silvana Rodrigues de Sousa Martins, filha de sua tia paterna Ana Joaquina de Sousa Martins e de Manoel Coelho Rodrigues Filho. E assim, seguiu o baile dos casamentos consanguíneos, com o objetivo de não dividir o patrimônio. A terra é o principal patrimônio que dividido implica na perda de poder econômico, como foi o caso dos Borges Leal. Mai uma vez recorrendo a Thompson ele nos explica que "entre a aristocracia e a gentry ambiciosa, os namoros são conduzidos pelos pais e por seus advogados, que os orientam cuidadosamente para a sua consumação, o arranjo do casamento bem planejado" (THOMPSON, 1998, p. 32).

Quando o casamento não era feito dentro dos limites parentais, optavam esses grupos abastados por outros de igual perfil e *status* social. Esse é o caso de Ricardo de Sousa Martins, que também registrou uma posse na Freguesia dos Picos (APEPI/RPT PICOS, p. 27), e que procurou um matrimônio no berço de uma família que historicamente fazia oposição política a sua família no Piauí, mas de igual prestígio público, como nos revela Ana Regina Rêgo:

> Ressalta-se que, em diversos momentos, identificam-se enlaces matrimoniais entre membros dos núcleos ora citados, e que se colocam como opositores políticos ao longo do Segundo Reinado, tendo os Sousa Martins como comandantes de um lado, e os Castello Branco, de outro. A título de exemplo, a filha de Tibério César Burlamaqui, Elisa Burlamaqui, descendente

> direta do clã dos Castello Branco, casa-se com o Capitão Ricardo de Sousa Martins, neto do irmão do Visconde da Parnaíba, por sua vez, um legítimo Sousa Martins. (RÊGO, 2001, p. 191)

Como se vê, mediante as relações nupciais podemos constatar uma estratégia para manter e ampliar o status econômico e social deste grupo familiar. Essa situação nos permite problematizar que quanto maiores essas junções familiares de elite, maiores se tornaram as dificuldades dos homens pobres livres ao acesso a terra e que, por não estarem ligados a esses núcleos parentais cabia aos desabonados agregarem-se a estes para garantir a fixação de vossas famílias, e em contrapartida deveriam demonstrar subserviência ao proprietário.

Considerações finais

Em suma, ao estudarmos como os Sousa Martins foram se apresentando para registrarem suas posses, observamos que até o término de 1855, somente o visconde e o Capitão Manoel Ignácio de Sousa Martins haviam registrado suas posses. A partir de 1856 os membros desse grupo familiar começaram a aparecer em bloco, muito se devendo ao falecimento do Visconde da Parnaíba e no intuito de resguardarem os interesses imediatos de manutenção de suas posses em um momento em que a família perdera o seu principal expoente. Isso, porém, não abalará as estruturas desse grupo familiar que permanece em plena atividade até os dias atuais, se reinventando conforme a dança que o jogo político apresenta.

Se somarmos as posses dos Borges Leal e dos Sousa Martins, chegamos a um número considerável de 10,5% das posses da Freguesia dos Picos, porém é na outra ponta que reside com maior consistência as pessoas que se fixaram pela região em busca de sua sobrevivência. Possuir uma única posse, era a garantia para isso, e 99 unidades familiares, que não se repetiram, só registraram uma única posse na freguesia.

Embora, tenha existido um movimento de resistência dessas elites para perpetuação do controle da terra, pudemos perceber pelo estudo por nós desenvolvido que o tempo que se passou entre as

concessões de sesmarias e os registros de posse foi importantíssimo para consolidação de um contingente significativo de posseiros na região. Possivelmente, essa foi a primeira vez que muitos desses se dirigiram ao Estado com o intuito de também terem seus direitos resguardados. Nesse caso, a Lei de Terras de 1850 que mobilizou a realização dos RPTs, embora não tenha legitimado essas posses, foi o fator legal que permitiu que fossem visualizados o perfis desses candidatos a proprietários de terras na Província do Piauí na metade do século XIX.

Referências

APEPI. Registro Eclesial de Terras da Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios dos Picos. 1856-1860.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A elite colonial piauiense**: família e poder. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

BULFINCH, Thomas. **O livro de ouro da mitologia**: histórias de deuses e heróis. Rio de Janeiro: Agir, 2014.

CARVALHO, Abimael Clementino Ferreira. **Família Coelho Rodrigues**: passado e presente. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará,1988. p. 19.

CAVALCANTI, J. L. A Lei de Terras de 1850 e a Reafirmação do Poder Básico do Estado sobre a Terra. **Histórica**, revista online do Arquivo público do Estado de São Paulo. Ed. nº 2 de junho. São Paulo. 2005.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Cronologia histórica do estado do Piauí. 3. ed. v. 1. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Cronologia histórica do estado do Piauí. 2. ed. v. 3. Teresina: Academia Piauiense de Letras/FUNDAC, 2010.

COSTA, Ozael de Moura. **Ordem no Piauí:** policiamento e instrução pública nos tempos do Barão da Parnaíba (1823 – 1843). Dissertação de Mestrado, UFPI, 2012.

DIAS, Claudete Maria Miranda Dias. **Balaios e Bem-te-vis**: a guerrilha sertaneja. Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: DIFEL, 1989

RÊGO, Ana Regina Barros Leal. **Imprensa Piauiense**: atuação política no século XIX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

SILVA, Lígia Osório. **Fronteira e Identidade Nacional.** ABPHE, 2003. Disponível em: http://www.abphe.org.br/arquivos/2003_ligia_osorio_silva_fronteira-e-identidade-nacional.pdf. Acesso em: 11/02/2019.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 26.

"Tudo conspirava para aumentar o medo": a modernidade entre conflitos e tensões na vila de Amarração no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX[1]

Marcus Pierre de Carvalho Baptista[2]
Francisco de Assis de Sousa Nascimento[3]

Introdução

O ano é 1880. O senado imperial do Brasil torna-se o palco de uma disputa litigiosa entre duas províncias no norte do Brasil através dos discursos do senador piauiense,

1 O presente texto foi concebido inicialmente como um capítulo da dissertação de mestrado em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí com o título "Amarras e desamarras: cotidiano e modernização em Amarração no litoral do Piauí (1880 – 1930)" do primeiro autor, tendo sido revisto e ampliado para esta publicação.

2 Mestrado em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí – UFPI (2019). Especialização em História Sociocultural pela Faculdade do Médio Parnaíba – FAMEP (2017). Graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI (2016). Atualmente é professor substituto do curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: marcus_pierre@hotmail.com.

3 Pós-Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP (2014). Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF (2009). Mestrado em História do Brasil – UFPI (2005). Especialização em Docência do Ensino Superior – UESPI (2003). Graduação em Licenciatura Plena em História – UESPI (2003). E-mail: franciscoufpi@gmail.com.

Marquês de Paranaguá e cearense, Jaguaribe. A disputa em questão envolvia a retomada de um território próximo à cidade de Parnaíba no Piauí que havia sido anexado no decorrer do século XIX pela província vizinha do Ceará. Tratava-se de uma disputa empregada pelo Piauí para reaver a Vila de Amarração.

No final do mesmo ano a disputa logra êxito para a província do Piauí e em outubro de 1880 através da lei geral nº 3.012 de 22 de outubro de 1880 o Piauí cede à província do Ceará as Vilas de Príncipe Imperial[4] e Independência e em contrapartida reincorpora a Vila de Amarração ao seu território no início do ano seguinte, isto é, em 1881, pelo então governo provincial.

O embate protagonizado pelo Marquês de Paranaguá no Senado Imperial não foi à toa, muito menos um simples capricho do político em questão, mas sim parte de uma estratégia adotada por alguns[5] setores das elites piauienses que viam em Amarração a possibilidade de desenvolvimento e progresso da província do Piauí.

Na segunda metade do século XIX e no início do século XX o pensamento que imperou em parte destas elites piauienses tratava-se da construção de uma infraestrutura que possibilitasse o escoamento dos produtos decorrentes da pecuária e, posteriormente, do

4 Atualmente refere-se à cidade de Crateús (CE).

5 É preciso indicar que, segundo Baptista (2019), o desejo de retomar Amarração não era unanimidade no tocante as camadas abastadas piauienses. Baptista (2019) indica que neste final do século XIX a política no Piauí era dominada por dois partidos, o Partido Liberal e o Partido Conservador, respectivamente tendo como órgãos oficiais os jornais A Imprensa e A Época. Este último partido, por meio de seu órgão oficial, apenas alguns anos após a anexação de Amarração, critica a permuta efetivada pelo Piauí, inferindo que esta teria sido danosa para a província, tendo em vista que cedia-se um território maior em extensão, com um eleitorado mais relevante, pois o Vale do Crateús possuía uma densidade demográfica maior que Amarração. Destarte, Crateús naquele período era mais importante economicamente em detrimento de uma vila alagadiça e com pouca relevância econômica neste contexto, segundo o jornal. Baptista (2019) ressalta ainda a vinculação do Marquês de Paranaguá ao Partido Liberal e, além disso, que a ausência de críticas por parte de seu órgão oficial, bem como a defesa de Paranaguá pela retomada de Amarração, na última década do século XIX, provavelmente indica que o Partido Liberal apoiava essa permuta, consequentemente, o projeto de desenvolvimento da província através da construção do porto marítimo em Amarração.

extrativismo vegetal[6], especificamente a borracha da maniçoba, a cera de carnaúba e o babaçu (QUEIROZ, 1998), para então garantir o progresso econômico da província. Neste contexto Amarração tornou-se importante, visto que se acreditava que a Barra do/da Igaraçu/Amarração seria o local ideal para a construção de um porto[7] marítimo que serviria para a exportação destes produtos.

Deste modo, a retomada da vila de Amarração pelo Piauí insere-se em um projeto de modernização da província que previa três elementos para garantir o seu desenvolvimento: a construção de um porto marítimo no litoral do Piauí na referida vila; a utilização das vias fluviais, particularmente o rio Parnaíba, maior curso d'água perene da província e que deságua no Oceano Atlântico em formato de delta, para escoamento dos produtos do interior para o litoral; e a construção da malha ferroviária[8], fomentando e facilitando o transporte de passageiros, especialmente, de cargas e produtos também com o objetivo final de ampliar a exportação piauiense (REGO, 2010).

Este projeto de economia que, segundo Queiroz (1998), se inicia no Piauí a partir da segunda metade do período oitocentista[9]

---

6 Segundo Queiroz (1998), a exportação piauiense antes do extrativismo vegetal limitava-se ao gado bovino e ao algodão, sendo que estes eram exportados, principalmente, para outras regiões do Brasil.

7 De acordo com Baptista (2019), ainda que o porto nunca tenha sido construído funcionava na Barra de Amarração um ancoradouro em formato de trapiches que possibilitava a atracagem de embarcações de baixo calado considerando a reduzida profundidade da barra em questão. Este, por sua vez, era utilizado tanto para o transporte de passageiros, bem como de mercadorias no final do século XIX e início do século XX. Além disso, é preciso indicar que no tocante às construções de portos entendemos estes enquanto "[...] um equipamento do espaço geográfico, uma vez que representa um instrumento de produção que materializa a apropriação da natureza pelo homem, impondo um uso específico que culmina em novas configurações socioambientais" (PEREIRA, 2018, p. 27). No caso em questão, os novos portos transformados e ressignificados no final do período oitocentista e início do novecentista são frutos da modernização das cidades nas quais existem ou são instalados.

8 O primeiro trecho ferroviário da Estrada de Ferro Central do Piauí de Amarração a Bom Princípio foi inaugurado no dia 01 de maio de 1922 (VIEIRA, 2010).

9 De acordo com Santana (2001) a partir da primeira metade do século XX esse projeto toma forma e o Piauí insere-se no mercado externo a partir do extrativismo e da exportação de seus produtos. Embora essa inserção ocorra é preciso percebê-la enquanto problemática, considerando que a entrada no

influencia significativamente o litoral piauiense, particularmente a vila de Amarração que nas décadas seguintes passa a ter em seu cotidiano transformações de sua paisagem, bem como do consumo do seu espaço, à medida que se torna cada vez mais comum a presença de embarcações a vapor realizando o transporte de cargas e passageiros, de banhistas que procuravam as praias de Amarração para os banhos de mar tanto por suas funções terapêuticas como de lazer, além da ferrovia com a construção de um ramal que ia até a vila em 1922.

Baptista (2019), desta maneira, entende este período enquanto um momento em que a vila de Amarração se moderniza. Ainda que se trate de transformações parcas ao comparar-se com outras cidades no início do século XX, a exemplo do Rio de Janeiro, Recife e Teresina, não deixam de refletir as modificações e os problemas que a experiência da modernidade[10] provoca à medida que influencia a vida dos sujeitos de determinados espaços, no caso em questão, na vila de Amarração.

---

mercado externo promovida no Piauí no final do século XIX e na primeira metade do século XX torna a economia piauiense dependente das flutuações econômicas mundiais, tornando-se suscetíveis a crises comerciais.

10 De acordo com Berman (1986) a modernidade relaciona-se as diferentes experiências compartilhadas no espaço e no tempo pelos sujeitos, que vivenciam um espaço dicotômico, podendo trazer inovações e transformações do que está ao seu redor, mas também destruir ou levar ao fim tudo que o indivíduo sabe, conhece, tem e é. A modernidade, dessa maneira, pode ser percebida enquanto uma experiência capaz de unir a humanidade à medida que ela é capaz de anular as distinções que existem como as fronteiras, religiões, nacionalidades etc. No entanto, ao mesmo tempo ela também provoca a desunião, tendo em vista que se trata de uma unidade cercada por conflitos e tensões, isto é, esta experiência coloca todos em um espaço similar de contradições e transformações contínuas. Deve-se indicar ainda que, segundo Berman (1986), os processos sociais que possibilitam essa percepção da modernidade, isto é, a modernização destes espaços, podem ser diversos, como: as novas tecnologias e equipamentos tecnológicos, o surgimento de novos espaços, novos poderes constituídos, alterações no cotidiano com novas formas de viver, urbanização, aumento demográfico, surgimento dos meios de comunicação massificados, dentre outros. Esta experiência provoca ainda uma fragmentação dos sujeitos que vivenciam esta, ou seja, esse "ser moderno" de maneiras distintas, significando e ressignificando essa vivência de acordo com o seu tempo e espaço, devendo-se indicar ainda que "nenhuma impressão marcou mais fortemente as gerações que viveram entre o final do século XIX e o início do XX do que a mudança vertiginosa dos cenários e dos comportamentos, sobretudo no âmbito das grandes cidades [...]" (SEVCENKO, 2006, p. 514). No caso de Amarração, mesmo tratando-se de uma pequena vila no litoral do Piauí, alguns elementos indicarão as formas como esta modernidade se fez presente e alterou o cotidiano dos sujeitos que ali

Assim, o objetivo deste capítulo foi analisar as tensões que ocorreram em Amarração decorrentes da experiência da modernidade neste espaço no final do século XIX e início do século XX. A metodologia empregada constou de pesquisa bibliográfica para compreensão do contexto local utilizando-se principalmente de Queiroz (1998), Rego (2010), Vieira (2010) e Baptista (2019), e para análise das fontes a luz do referencial teórico sobre modernização e modernidade, autores como Berman (1987) e Rezende (1997). Com relação às fontes analisadas optou-se por utilizar periódicos publicados no final do século XIX e nas décadas iniciais do século XX em Teresina e Parnaíba, sendo estes *A Época*, *Nortista*, *Semana* que trataram sobre as modificações ocorridas em Amarração no recorte temporal selecionado.

Desta forma, Amarração foi atravessada pela experiência da modernidade em fins do período oitocentista e início do novecentista e neste capítulo discutir-se-á algumas das tensões provocadas por esta, como os problemas causados pela presença de embarcações na Barra da Amarração, conflitos com a Companhia Maranhense de Navegação e até mesmo embates em torno de qual Barra seria mais adequada para a construção de um porto, a de Amarração ou a de Timonha, considerando a baixa profundidade da primeira.

Conspirações, conflitos e tensões em Amarração no final do século XIX e início do XX

No dia 15 de outubro 1901 um grupo de passageiros do vapor *Colombo* teve um final conturbado de sua viagem até Amarração. Ao chegarem a Tutóia no estado vizinho do Maranhão, o capitão da embarcação ordenou que aqueles que tivessem passagens compradas para Amarração ali desembarcassem, visto que este não entraria com o *Colombo* na referida Barra.

Indignados os passageiros não tiveram escolha, sendo obrigados a desembarcarem em Tutóia. No dia seguinte fretaram canoas e botes

viveram nesta época, a exemplo da transformação da paisagem à medida que se ampliou o fluxo de embarcações a vapor, a presença da ferrovia, modificações no espaço urbano, novos modos de consumir e produzir o espaço da praia e, consequentemente, novos problemas e conflitos decorrentes desta experiência, seara deste capítulo.

para que fossem transportados até Parnaíba, onde denunciaram o que havia ocorrido ao capitão do porto para que este tomasse as devidas providências.

Este evento foi noticiado no jornal *Nortista* no dia 26 de outubro de 1901 e foi um dentre os diversos casos de conflitos provocados pela modernidade à medida que esta experiência modificava e se fazia presente no cotidiano dos sujeitos que viviam no litoral piauiense, especialmente em Amarração.

Compreendendo, então, que a modernidade não produz apenas aspectos positivos, mas também negativos, tensões são geradas e no caso de Amarração não foi diferente. Ainda que na vila localizada no litoral do Piauí não tenha tido problemas similares a cidades como o Rio de Janeiro[11], Recife[12] ou mesmo Teresina[13] podemos indicar alguns

11 O final do século XIX e início do século XX através dos novos dispositivos tecnológicos que vão adentrar a capital da República neste momento tornam o Rio de Janeiro "[...] no eixo de irradiação e caixa de ressonância das grandes transformações em marcha pelo mundo, assim como no palco de sua visibilidade e atuação em território brasileiro. O Rio passa a ditar não só as novas modas e comportamentos, mas acima de tudo os sistemas de valores, o modo de vida, a sensibilidade, o estado de espírito e as disposições pulsionais que articulam a modernidade como uma experiência existencial e íntima." (SEVCENKO, 2006, p. 522). Essas transformações, no entanto, especialmente a rapidez com que estavam ocorrendo não ocorrem sem objeções, nem sem problemas, que surgem enquanto um modo de se defender frente a essa modernidade que deslocava e atordoava estes sujeitos. Deste modo, o "tradicional" versus o "moderno" provocado por esta nova experiência no Rio de Janeiro se faz presente neste início do século XX nas diversas fontes produzidas na época, como os jornais e as crônicas literárias, conforme Sevcenko (2006).

12 No caso de Recife, Rezende (1997) indica os diversos conflitos produzidos entre o "tradicional" e o "moderno", especialmente na década de 1920, à medida que a experiência da modernidade vai se fazendo presente no cotidiano dos sujeitos que viviam naquele momento na referida cidade, enfatizando como uma modernização autoritária e a higienização da cidade teve um impacto significativo na vida dos menos abastados, afetados diretamente pelas mudanças nesta realizadas. Além disso, evidencia os contratempos e desconfianças que os novos aparatos modernos causavam também nas pessoas que até então os desconheciam e passavam a conviver com estes, a exemplo do automóvel, conforme registrado em diversos jornais de época.

13 Em Teresina é possível indicar alguns momentos que esta experiência provocou tensões à população que vivia neste espaço. Nas décadas iniciais do século XX, segundo Queiroz (2009), a chegada do cinema, ainda que consumido por uma pequena parcela da população, foi simultaneamente um símbolo do progresso,

episódios que ocorreram após a reincorporação de seu território ao Piauí, a exemplo do caso citado previamente e que será abordado mais adiante.

Deste modo, uma das primeiras tensões geradas pela necessidade da província de se desenvolver, isto é, modernizar-se, é a própria questão de litígio entre o Piauí e o Ceará e, assim, estes conflitos litigiosos reverberam no cotidiano das pessoas que viviam neste espaço. Após a anexação da Vila de Amarração ao território do Piauí em 1880 é possível perceber tensões entre alguns sujeitos de Amarração e de Parnaíba. Na edição de 09 de junho de 1883 do jornal *A Época* temos a seguinte narrativa de um amarroçonense sobre o preconceito sofrido pelos parnaibanos:

> Lemos o que disse a Enca sobre a matéria da representação dirigidas por alguns negociantes desta villa contra a praxe adoptada pela Alfandega da Parnahyba no despacho e entrega dos gêneros vindos para aqui do Ceará e Maranhão nos vapores da companhia maranhense.
> É uma verdade pura tudo quanto disse a illustrada redação daquella folha, que comprehendeu e interpretou perfeitamente o justo desgosto que sentimos, vendo que contra toda nossa espectativa, perdemos em vez de lucrar com a annexação de nosso território á esta província.
> Parece que somos considerados pelos poderes públicos, sob enja jurisdicção nos achamos, não como concidadãos, mas como intrusos ou hospedes importunos, que por muito favor se toleram, mas que de modo nenhum podem suppor-se com direito a ser tratados em pé de igualdade com os outros filhos da província, á que se acham encorporados.
> Entretanto, nós não nos podemos conformar com tão odiosa e revoltante maneira de considerar as cousas, e contra ella

que se fazia presente através desses novos aparatos tecnológicos, bem como um dispositivo que seria o responsável por destruir a família. Assim, o cinema "[...] não foi absorvido de forma passiva e pacífica. Cada novidade trazia em si um susto, um movimento de admiração e também um frêmito de medo. Com o cinematógrafo, esperava-se o propalado apocalipse da moral e da família [...] assombro dessa sociedade quase rural ameaçada pela modernidade" (QUEIROZ, 2011, p. 35). Não obstante isto, Queiroz (2009) aponta ainda no final da década de 1920 em Teresina os problemas causados pelos automóveis que se incorporavam cada vez mais no cotidiano local e, além dos perigos dos acidentes, incomodavam os citadinos em função do barulho provocado por estes.

> protestamos com vigor; 1º porque, antes de pertencermos ao Piauhy, já eramos brasileiros, e a constituição política do império não faz differença na protecção que dispensa a todos sem distinguir o torrão em que nasceu; 2º porque se concorremos por meio de representações e abaixo assignados para ser este município desanexado do Ceará, não fomos levados a isso por nenhum motivo torpe, nem por q fossemos olhados com despreso por aquella província, pelo contrario não tivemos em vista senão concorrer para uma medida de interesse geral; 3º finalmente por que, uma vez decretada a lei que passou a Amarração para o Piauhy, nos consideramos tão piauhyenses como quaesquer outro que já o eram antes della.
> Seremos por conseguinte incansáveis em reivindicar os direitos e regalias que nos competem, e dos quaes temos sido despojados até certo ponto. (A ÉPOCA, 1883, p.4)

O trecho retrata a reclamação de um amarroçonense sobre as taxas extras cobradas aos habitantes da Vila de Amarração com relação aos produtos que chegavam nesta, provenientes das províncias do Ceará e Maranhão. Na perspectiva do autor da narrativa, o motivo para isso estar acontecendo se dava pelo preconceito dos parnaibanos com os habitantes de Amarração e estava provocando prejuízos aos comerciantes que residiam na referida Vila.

É interessante, então, como Amarração, embora não fosse a única saída para o mar do Piauí, é considerada enquanto o espaço por excelência para a modernização e desenvolvimento da província pelas elites locais e logo que é reivindicada pelos piauienses e tomado posse desta em 1881, em 1883, dois anos depois, temos um relato sobre tensões decorrentes do retorno desta ao Piauí. Sobre estes motes, Baptista, Nascimento e Baptista (2021) ressaltam ainda como este conflito litigioso, ainda que vinculado à experiência moderna, permite refletir sobre questões de identidade neste espaço à medida que o sujeito em questão declara se sentir tão piauiense quanto os demais filhos da província. Deste modo, a mudança de um território, mesmo que em função de um projeto de modernização, pode gerar tensões e conflitos no cotidiano das pessoas que habitam esses espaços, e ainda fomentar novas percepções e novas formas de significar suas experiências e identidades a partir destes.

Destarte, ainda em relação ao porto, é preciso ter em mente que este, que esteve em funcionamento em Amarração ao longo da segunda

metade do século XIX e na primeira metade do século XX, não se refere ao porto solicitado pelos políticos e comerciantes piauienses. Tratava-se de um pequeno ancoradouro[14] no qual os navios necessitavam aportar na costa aguardando rebocadores para buscá-los em função da baixa profundidade da Barra da Amarração.

No tocante a profundidade e o emprego de rebocadores para algumas embarcações, a edição do periódico *A Legalidade* de 20 de agosto de 1892 na seção "Trocos Miudos", corrobora com essa prática, bem como a necessidade de navios de médio e grande porte ancorarem fora da Barra da Amarração, ao relatar a obrigação do então Governador do Estado do Piauí e do Chefe de Polícia de tomarem na Vila uma embarcação menor para se deslocarem até o Vapor *Espírito Santo* que encontrava-se atracado fora da Barra de Amarração. Embora o periódico não especifique o motivo do vapor da Companhia Lloyd não ter adentrado a Barra, pode-se supor que se tratava de sua baixa profundidade e da possibilidade de um acidente caso este tentasse navegar até o ancoradouro de Amarração.

Mesmo tratando-se de um porto de pequena profundidade e estrutura simples de ancoradouro, recebia inúmeras companhias de navegação com um movimento marítimo significativo, conforme registrado por Dias (2004) e Baptista (2019), e chegando, nos anos 1910, a ter uma movimentação quase diária de embarcações. Esse movimento perdurou até a década de 30 e 40 do século XX, segundo Barbosa (1986), tendo reduzido e entrado em declínio posteriormente, passando a ser frequentado especialmente pelos barcos pesqueiros que já faziam parte da atividade econômica predominante de Amarração.

Dessa forma, não foram poucas as embarcações que passaram por Amarração e, da mesma maneira, não foi pequeno o seu impacto no cotidiano da vila. A existência desse pequeno ancoradouro, juntamente com a subvenção, que segundo Rego (2010), o governo

14 De acordo com o relatório do Coronel Josino José Ferreira, produzido em março de 1900 e publicado no *Nortista* no ano de 1901 sobre o Delta do Parnaíba, no que concerne a navegação do litoral piauiense registra que os navios entravam pela foz do rio Igaraçu na Barra da Amarração e atracavam em seus trapiches. Informa também que a navegação no período era de Cabotagem, possibilitando tanto a importação como a exportação de produtos piauienses, principalmente, para o Maranhão e Ceará.

federal providenciava às companhias de vapores que fizessem o percurso Recife-Amarração que aportassem em Amarração, vão moldando novas sociabilidades, tratadas por Baptista (2019) e tensões no litoral piauiense.

Uma das primeiras tensões geradas pela experiência da modernidade que podemos citar e que se encontra registrado em algumas edições do *Nortista* é acerca da relação conflituosa existente entre a Companhia Maranhense e o contrato estabelecido com o governo federal para realizar viagens mensais passando pelo porto de Amarração. De acordo com a edição de 13 de julho de 1901 do *Nortista* na nota "A nossa navegação" o serviço de navegação a ser realizado pela Companhia Maranhense consistia no seguinte:

> A Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, para fazer o serviço de Navegação a Vapor, por força do presente contracto que deve vigorar até 31 de Dezembro de 1901, se obriga a realizar mensalmente as viagens das seguintes linhas:
> 1ª linha – Maranhão, Tutoya, Amarração e Ceará, regressando com escala por Camocim, Amarração, Tutoya, Maranhão, Guimarães, Cururupú, Turyassú, Vizen, Bragrança e Cinfra, regressando ao Maranhão em escalas por estes mesmos portos.
> 2ª linha – Tutoya, Amarração, Camocim e Ceará, regressando com escalas por Amarração e Tutoya, Maranhão, indo directo ao Pará e d'alli regressando directamente ao Maranhão (NORTISTA, 1901, p.2).[15]

Embora a Companhia Maranhense tenha assinado este contrato com o governo federal comprometendo-se a fazer mensalmente essas viagens passando obrigatoriamente pelo porto de Amarração o que percebemos é que este não foi cumprido, pois muitas vezes, segundo o periódico *Nortista*, as embarcações da Companhia Maranhense não estavam mais realizando a parada obrigatória em Amarração.

Nessa mesma edição de 13 de julho de 1901, em um artigo chamado "A nossa navegação" da coluna "Pelo Piauhy", o jornal denuncia o suposto motivo de a Companhia Maranhense ter reduzido as paradas em Amarração, afirmando que a Companhia informa a

15 Contrato entre o governo federal e a companhia de navegação a vapor do Maranhão realizado pelo Decreto n.3979 de 28 de março de 1901 (NORTISTA, 1901).

impossibilidade de aportar em Amarração por conta da falta de água na Barra, fazendo com que só seja possível uma viagem por mês para o citado porto, divergindo das quatro viagens acordadas e subvencionadas pelo governo federal.

O *Nortista* registra também nas edições de 24 de agosto e 07 de setembro de 1901, na coluna "Movimento Marítimo-Fluvial", o vapor *Continente* da Companhia Maranhense recusando-se a aportar em Amarração conforme o contrato estabelecido entre o governo federal e a referida Companhia de Navegação. Além disso, na edição de 19 de outubro de 1901, também na coluna "Movimento Marítimo-Fluvial", registra o vapor *Cabral* da referida Companhia também se recusando a aportar em Amarração.

Sobre o caso do Cabral, a notícia traz o seguinte comentário:

> O Cabral, da companha maranhense, na volta de sua viagem a Pernambuco, não entrou na Amarração, e fel-o propositalmente, pois havia na barra água suficiente para dar lhe entrada, como sempre aconteceu. Não tendo para quem appellar de tanto menospreso que se faz a este infeliz Piauhy, limitamo-nos a registral-o (NORTISTA, 1901, p.2).

É interessante notar o enfoque dado pelo *Nortista* à possibilidade de os navios adentrarem em Amarração, contrariando a suposta baixa profundidade da Barra. Não apenas nessa notícia sobre o *Cabral*, mas também na já citada edição de 13 de julho de 1901 também no artigo "A nossa navegação" temos o seguinte trecho sobre a profundidade da Barra de Amarração: "Contra a falta d'agua que allegam, está sempre a protestar a praticagem daquelle porto que affirma ter constantemente agua sufficiente para qualquer dos vapores da dita Companhia, incluindo mesmo os de maior calado, nas marés de lançamento" (NORTISTA, 1901, p.2).

Na perspectiva do *Nortista*, através da figura dos práticos, responsáveis pelo acompanhamento das marés e os melhores horários para os navios atracarem, a alegação da Companhia Maranhense de que a Barra da Amarração não possuiria profundidade suficiente para a atracagem de suas embarcações não condizia com o motivo da Companhia se recusar a aportar em Amarração.

Bem além de uma razão geográfica, o motivo apontado pelo *Nortista* acerca da recusa da Companhia Maranhense de aportar em Amarração se deve a uma suposta conspiração do estado do Maranhão para fechar o porto de Amarração. Na edição de 02 de novembro de 1901, em sua coluna sobre o "Movimento Marítimo-Fluvial" na costa piauiense, o jornal aponta que o vapor *Continente*, citado anteriormente como uma das embarcações que não estavam mais atracando em Amarração, aportava neste porto regularmente até o surgimento da suposta conspiração, como diz o seguinte trecho:

> Antes do plano concebido pela companhia maranhense e os inimigos do Piauhy, de fecharem o porto da Amarração, o *Continente* entrava, como fez diversas vezes, naquelle porto a noite e sem pratico (!) e hoje que a barra melhorou consideravelmente, tornando um canal em linha recta, os vapores da companhia maranhense dizem por conta própria, que não entram ali por falta d'agua.! (NORTISTA, 1901, p. 3)

Essa suposta conspiração apontada pelo *Nortista* engenhada pelo estado do Maranhão contra o Piauí muito provavelmente pode ser explicada pelo fato do Maranhão, segundo Queiroz (1998), ter exercido até a segunda metade do século XIX grande influência econômica sobre o Piauí, com esse quadro transformando-se apenas com a aplicação do projeto de integração entre a nova capital do estado, as cidades na beira do Parnaíba e no litoral piauiense, visando a inserção do Piauí no mercado internacional.

Considerando esse contexto, duas hipóteses sobre a tensão existente no começo do século XX podem ser pensadas: a Companhia Maranhense realmente estaria boicotando o porto de Amarração intencionalmente para induzir seu fechamento retornando o caráter de dependência do Piauí ao Maranhão ou, no segundo caso, a profundidade da Barra da Amarração vinha sofrendo alterações em sua dinâmica natural, assoreando-se e tornando-se inviável a navegação de embarcações de calados maiores.

Embora o *Nortista* afirme veementemente que a profundidade era o suficiente para a entrada dos vapores da companhia maranhense, outros relatos no mesmo período já apontavam o assoreamento da Barra da Amarração, sendo necessária sua dragagem para que as

embarcações pudessem continuar a adentrá-la. Na edição de 11 de dezembro de 1910 do jornal *Semana* temos o seguinte relato no artigo "O Piauhy e seu Porto Marítimo I" de autoria de Julio Jansen[16] sobre o assoreamento da Barra de Amarração:

> As areias expellidas na vasante da maré acumulam-se nas proximidades da barra e tornam mister a dragagem. É um serviço quasi impossível aqui devido os ventos fortes que constantemente durante o verão formão um mar alto e cavado o que dificulta muito o trabalho de uma draga de sucção e ainda mais outra de caçambas porque não aguenta no seu costado uma alvarenga ou outra embarcação para receber a matéria dragada (JANSEN, 1910, p. 2).

Embora se trate de uma notícia quase 10 anos após as denúncias do *Nortista* sobre a conspiração maranhense e suas afirmações sobre a profundidade suficiente da Amarração, havia a possibilidade que a Barra da Amarração sofresse com um problema de assoreamento, sendo necessária sua dragagem para um melhor funcionamento de seu porto, conforme observamos na notícia anterior.

Outro fato marcante dessa tensão entre a Companhia Maranhense e a navegação pela Barra de Amarração corresponde ao episódio narrado no início deste tópico em que um comandante do navio *Colombo* da Companhia Maranhense de Navegação que, embora tendo passageiros com passagens compradas até o porto de Amarração, recusou-se deliberadamente em levar sua embarcação até esse destino, fazendo com que os passageiros desembarcassem no porto de Tutoya[17]. Esse episódio está registrado na edição de 26 de outubro de 1901 do *Nortista* na coluna denominada "A nossa Navegação, o caso do 'Colombo'" trazendo a seguinte narrativa:

16 Foi um engenheiro que atuou no Estado do Piauí, principalmente, em obras públicas em Teresina e Amarante durante a década de 1910 através de contratos com o governo do estado. Além disso, em Amarração, também dirigiu a construção das salinas do Coronel Francisco Severiano de Moraes Correia (SEMANA, 1910).

17 Tutóia hoje é a quinta Barra do Delta do Parnaíba localizada no estado do Maranhão. A definição da posse sobre o Delta do Parnaíba foi também questão litigiosa do Piauí com o Maranhão conforme indica Baptista (1986).

> Vieram, ha poucos dias, ao nosso escriptorio diversos passageiros do vapor *Colombo* na sua viagem de 15 deste mez narrar nos o imqualificavel procedimento que com elles teve o commandante do alludido vapor, sr. José Martins da Costa.
> Compraram na gerencia da companhia de navegação a vapor do Maranhão, a cuja companhia pertence o *Colombo*, as respectivas passagens para o porto de Amarração, para onde se destinavam.
> O *Colombo*, vapor imprestável, de marcha lenta, que já deveria estar condemnado depois de alguns dias de viagem pelo porto de Barreirinhas, aportou ao de Tutoya. O commandante scientificou aos passageiros que se destinavam a Amarração para ahi desembarcarem pois o Colombo "não entraria na Amarração porque elle não queria".
> Debalde protestaram contra semelhante e prejudicial abuso, attentatorio a suas garantias de passageiros e o commandante impassível a toda a sorte de ponderações, mandou deitar fóra de bordo as suas bagagens!
> Ante tamanha falta de respeito as garantias individuais, e não tendo ali para quem apellar resolveram saltar, abandonando o *Colombo*, onde em má hora haviam embarcado.
> Jogados em terra como náufragos, resolveram no dia seguinte fretar canoas e botes afim de transportarem-se com suas famílias para esta cidade, fazendo assim grande e imprevistas despesas.
> Aqui chegados levaram o criminoso facto ao conhecimento do illustre capitão do porto, para este tomar as providencias necessárias.
> É immensa nossa indignação tratando deste facto pois temos plena certeza que o commandante do *Colombo* assim procedendo obedeceu ao plano há muito concebido pela companhia de navegação a vapor do Maranhão, auxiliada pelos inimigos do indefeso Piauhy, de fechar inteiramente o porto da Amarração (NORTISTA, 1901, p.2).

A ausência de outras informações nos impede de inferir com mais convicção os motivos que teriam levado ao capitão do *Colombo* recusar-se a adentrar na Barra de Amarração, podendo tanto a teoria do *Nortista* sobre a conspiração maranhense para fechar o porto de Amarração estar correta, quanto a condição de redução da profundidade na Barra de Amarração, visto que o assoreamento foi um problema constante no começo do século XX.

No entanto, este discurso acerca da suposta tentativa da Companhia Maranhense de impedir o desenvolvimento do porto de Amarração, tentando evitar os elementos que trariam o "progresso" para aquele espaço, isto é, as tensões observadas nestes episódios podem ser percebidas enquanto inseridos nos conflitos produzidos por esta contradição que marca a Modernidade. Nesta perspectiva, o aparato moderno, representado aqui pela embarcação a vapor não se torna apenas um mecanismo de encurtamento das distâncias[18], mas também um possível gerador de transtornos[19] para seus passageiros, na medida em que estes tomavam o transporte, mas não sabiam se chegariam ao seu destino. Além disso, pode-se inferir que talvez para a Companhia Maranhense a modernização do porto de Amarração significaria uma redução na influência econômica sobre o movimento marítimo-fluvial desenvolvido no rio Igaraçu entre o Piauí e o Maranhão.

Com relação ao assoreamento da Barra da Amarração apontado pela Companhia Maranhense como um problema para atracar no porto de Amarração, este era um aspecto recorrente, embora a maioria dos políticos e comerciantes da época defendessem o melhoramento da citada Barra e a consequente instalação do porto marítimo ali, conforme observamos no artigo "Barra de Canárias" da edição de 1 de janeiro de 1911 da *Semana*.

> Já expendemos, em artigos successivos em nossas primeiras edicções, o nosso modo de pensar sobre a barra de Amarração, dando mesmo as cauzas do constante accumulo de areias no canal, a extenção e configuração geometrica do mesmo, a manobra racional dos navios que nella penetram e por fim a distancia ou tamanho do baxio mais importante e que serve de obstáculo para a franquia de navios de mais de 12 pés de calado

18 De acordo com Rezende (1997) os novos maquinários modernos que surgem a partir do século XIX e XX, a exemplo dos bondes elétricos, automóveis e trens, ao se incorporarem no cotidiano da cidade facilitam o transporte e reduzem as distâncias entre os lugares. No caso de Amarração, podem-se inserir os vapores como sendo um destes novos maquinários.

19 O maquinário moderno, segundo Rezende (1997), ao mesmo tempo em que garante o encurtamento de distâncias também gera problemas. No caso de Recife, recorte espacial de sua pesquisa, a ênfase é dada as situações causadas pelos automóveis e noticiadas nos periódicos locais na década de 1920.

> e, salvo uma demonstração pratica em contrario, insistiremos em julgal-a, se não superior, pelo menos a que pela sua posição, muito convem aos interesses commerciais do Estado a que ella pertence, dado um esforço dos poderes públicos em tornal-a mais praticável, pois ainda acreditamos na possibilidade de poder ser ella melhorada radicalmente, attendendo que a engenharia moderna não recúa ante embaraços de espécie alguma, havendo dinheiro e encorajamento por parte dos interessados nas grandes obras de conquista material em lucta com a natureza (SEMANA, 1911, p. 1).

Embora o artigo discorra sobre outra Barra no rio Parnaíba com potencial para construção também de um porto em virtude de sua maior profundidade, a narrativa descreve as condições desfavoráveis da Barra de Amarração, contudo indicando possibilidades de superação destas dificuldades a partir da modernização e de tecnologias modernas, sendo estas o processo de dragagem e alargamento da Barra.

É interessante notar que, mesmo com os problemas existentes na Barra de Amarração,

> A sociedade parnaibana iniciou, em 1901, uma intensa campanha, desta vez, para construção do porto de Amarração. Atendendo aos apelos dos parnaibanos o governo estadual anunciou a formação de uma comissão para fazer estudos na barra e no porto de Amarração, que foi concluído pela viabilidade da construção do porto. Esta campanha foi empreendida, também, pelo jornal "O Nortista" que se manifestou em prol da construção do porto marítimo do Piauí, em Amarração e da estrada de ferro, do litoral a Capital, Teresina (GANDARA, 2010, p.349).

Muitas argumentações foram utilizadas para sustentar a construção do porto na Barra de Amarração, encampadas por vários segmentos sociais, como a imprensa, o comércio e a própria administração pública, conforme ressaltam Gandara (2010) e Rego (2010). A questão do porto de Amarração como saída de exportação para o Piauí constitui-se em um projeto econômico e político que tem início ainda no período provincial, conforme explicitado anteriormente. No entanto, a Barra de Amarração não foi a única opção indicada para a construção do porto marítimo no Piauí, muito menos foi vista

com unanimidade por engenheiros e especialistas que viveram durante a época.

Na edição de 18 de dezembro de 1910 da *Semana* ainda sobre a questão da inviabilidade de melhoria do porto de Amarração no artigo "O Piauhy e seu Porto Marítimo II" o engenheiro Dr. Julio Jansen destaca a existência de outra barra no Piauí na qual poderia ser construído um porto mais eficiente para escoamento da produção piauiense em detrimento de Amarração. Em sua perspectiva, a Barra do Timonha, por apresentar uma profundidade de 8 pés[20] em maré baixa e até 25 pés em maré alta e não ter a presença frequente de areia ofereceria melhores condições para instalação de um porto marítimo e atender as necessidades econômicas dos políticos e comerciantes do estado do Piauí. O trecho reproduzido expressa sua análise sobre a questão iniciando com o destaque às disputas sobre a posse do Delta do Parnaíba

> O litigio pela reinvindicação do delta do Parnahyba é antigo e será ainda por muitos annos. O porto da Tutoya serve para o Estado do Piauhy no cazo extremo e o de Amarração, o único que mais convem por mais próximo da Parnahyba, está quasi aterrado. O Piauhy preciza muito de estradas de ferro para dar prompta sahida a seus productos; o problema principal porém, é ter um porto seu, um escoadouro no Atlântico e não deve fazer questão si esse está situado aqui ou ali uma vez que fica no seu território e apresenta todas as vantagens technicas commerciaes e econômicas. Este Porto o Piauhy possue na Barra da Timonha. Esta barra é a foz do ribeirão que nasce no lado oriental da Serra Grande n'uma distancia de 150 kilometros e forma ao lançar-se no Oceano uma enseada. Nesta, os grandes vapores podem fundear em 25 pés d'agua n'uma distancia de 1 ½ milhas da foz do rio muito abrigado dos ventos e onde em cazos extremos podem fazer descarga sem risco de vida e mercadoria como também o embarque e desembarque de passageiros. [...] A Barra tem 2 canaes francos que apresentam um volume d'agua de 8 pés nas marés mortas e 25 pés nas marés vivas. O fundiadouro interno é vasto, muito fundo e abrigado e offerece segurança para muitos vapores. É completa a auzencia de areias e a barra em vista da sua favorável posição astronômica tende a conservar a sua profundidade e posição.

20 1 pé equivale a 0,3 metros. 8 pés, então, equivalem a 2.44 metros, enquanto 25 pés equivalem a 7.62 metros.

> [...] e dista da Parnahyba em 55 kilometros. [...]
> Em rezumo: tem todas as vantagens sob Amarração (JANSEN, 1910, p. 1).

A narrativa expressa no periódico traz à tona outra possibilidade pouco explorada pela literatura especializada, tanto no sentido de estudos das condições naturais para a construção do porto na enseada do rio Timonha, bem como de registro de alguns discursos que ensejam a construção na Barra deste rio e não na de Amarração, que de forma geral predomina.

Nunes (1966) ao descrever os rios piauienses, particularmente o Parnaíba e sua navegação aponta também a preferência de Timonha sobre Amarração enquanto espaço para construção de um porto marítimo, afirmando que "No litoral piauiense, afora pequenos igarapés penetram no oceano o Parnaíba, o Camurupim, e o S. João da Praia[21] que é linha divisória com o Ceará e, confluindo com o Temonha, dá enseada mais propícia que Amarração a porto marítimo.".

A análise do engenheiro Julio Jansen sobre a Barra de Timonha também gera outro aspecto interessante. Ainda na edição da *Semana* de 18 de dezembro de 1910, em que foi publicado seu texto há uma réplica em nota denominada "Barra de Amarração" aparentemente do próprio jornal, visto que não há autoria declarada, criticando as opiniões do engenheiro e apontando que a Barra de Amarração tem plenas condições de sustentar o porto marítimo que o Piauí tanto necessitava, dizendo que:

> [...] a referida barra offerece, mediante alguns melhoramentos, a entrada livre a embarcações de grandes calados. Um pequeno banco de areia que a intercepta, porem de fácil remoção ou desapparecimento, é todo o único óbice que a torna inacessível aos vapores de maiores calados, permittindo no entretanto livres entrada e sahida a navios de 12 pés [...] (SEMANA, 1910, p. 2).

O jornal também evidencia a construção da Estrada de Ferro até Amarração, que já estava prevista, e viria junto com o porto firmar uma época de prosperidade para o Piauí, não justificando a construção de

21 Refere-se ao rio Ubatuba que forma uma barra dupla com o rio Timonha ao desaguarem juntos no Oceano Atlântico no município de Cajueiro da Praia, PI.

outro em Timonha que necessitaria também de uma Estrada de Ferro para o escoamento da produção.

É interessante ressaltar também a constante defesa da Barra de Amarração enquanto um espaço por excelência para construção do porto marítimo do Piauí, mesmo esta sendo responsável em diversas ocasiões por acidentes de navegação[22] em virtude da baixa profundidade[23] e dos bancos de areia ali presentes ressaltados também por Nunes (1966), tornando-se mais um das tensões geradas por esta modernidade à medida que quanto maior o movimento marítimo havia mais chances de acontecerem acidentes.

Além disso, outro problema causado por essa experiência da modernidade em função do porto em Amarração é o medo dos perigos que poderiam adentrar a localidade através deste. Estar perto de um porto no período moderno significava estar perto do mundo (HOBSBAWM, 1981), significava estar conectado com este mundo, com a economia, com a cultura e as coisas positivas que tivessem a oferecer, mas também significava conviver com o constante medo da chegada de flagelos indesejados que poderiam desembarcar junto às embarcações.

Na edição de *A Época* de 10 de dezembro de 1884 sobre a possibilidade da chegada do Cólera em Amarração vindo da Europa temos o artigo nomeado "O cholera morbus", dizendo o seguinte:

---

22 Segundo Baptista e Nascimento (2015), na navegação podem ocorrer diferentes tipos de acidentes, dentre eles o naufrágio, que corresponde ao afundamento total da embarcação sem possibilidade de emersão, e o encalhe, quando a embarcação encosta-se a algum tipo de obstáculo ficando nele presa, estes sendo os mais comuns no litoral do Piauí. Além disso, outros tipos de acidentes incluem: Colisão, Abalroamento, Explosão, Arribada, Incêndio, Avaria, Alijamento e Emborcamento, tendo ocorrido diversos acidentes na Barra de Amarração ao longo dos séculos e no período entre 1882 e 1935 foram registrados nove naufrágios e um encalhe no litoral do Piauí.

23 Essa condição de baixa profundidade da Barra de Amarração ocasionou a construção de dois faróis, um em Pedra do Sal, tendo seu funcionamento iniciado em 04 de março de 1873 (COSTA, 1974) distante aproximadamente treze quilômetros da referida Barra e recebendo a mesma denominação desta, e o de Atalaia na própria Barra de Amarração, com o objetivo de assinalar a posição da costa piauiense. Estes faróis facilitariam a navegabilidade neste trecho, com o objetivo de reduzir os acidentes marítimos, embora conforme ressaltado por Baptista e Nascimento (2015) estes continuaram a ocorrer.

> Esse terrível flagello, depois de haver atemorisado os animos na Europa, atacando alternadamente a França, a Italia e a Hespanhia, ameaça invadir a America do Sul.
> O grito de alarme já foi dado e cumpre que o governo se esforce para evitar a propagação dessa epidemia sinistra, que vem derramando em seu caprichoso percurso a desolação, o terror e a morte.
> Navios suspeitos como o Matteo Bruzzo, Nord-America e Persêo, trazendo em seu bordo mais de quatro mil emigrantes, são repellidos sucessivamente a tiros de baia dos portos do Rio da Prata e do Rio de Janeiro, onde o primeiro tentou entrar a despeito das intimações que lhe fizeram o inspector da saúde do porto e o commandante da fortaleza de Santa Cruz.
> Temos em nossa província um porto maritimo, ás vezes em communicação directa com a Europa. [...] Será isso cousa mínima, que não mereça os cuidados do nosso pretor? [...] será este o único porto de mar brazileiro, francamente acessível á quantos flagellos nos queiram importar do antigo continente? [...] Não seria também conveniente, ou mais ajuda, usar dos recursos possíveis, para frustrar a visita de semelhante hospede? (A ÉPOCA, 1884, p. 1).

A partir do artigo do jornal sobre a possibilidade da chegada do Cólera[24] no Piauí, percebemos que o porto não é visto apenas como um elemento percursor do desenvolvimento e modernização do estado e de sua economia, mas também pode ser a porta de entrada para doenças e flagelos de outros continentes, a exemplo do Cólera, já comentado, da Varíola e Gripe Espanhola que também atingem

24 Conforme Baptista e Nascimento (2018, p.18) "A origem geográfica do cólera remonta a Índia, tendo se espalhado por todo o mundo pela primeira vez em 1817, atingindo países da Ásia e da África. Em 1826, em uma segunda pandemia chegou a Europa e a América do Norte. A terceira incursão mundial da doença, em 1840, incluiu partes da América Central e do Sul, chegando ao Brasil em 1855, através de uma embarcação oriunda de Portugal que aportou na província do Pará. De certa forma o caráter epidêmico assumido pela doença na Europa e na América no período oitocentista pode ser explicado pelas transformações ocorridas nos transportes, principalmente com o surgimento da ferrovia e da navegação a vapor, em função da Revolução Industrial. Nesse sentido, a segunda metade do século XIX proporciona, através dos vapores e também das ferrovias, na Europa e América um maior deslocamento de populações, bem como uma intensificação do comércio. Dessa forma, mudavam-se as rotas e surgiam outros itinerários para o Cólera. Dessa forma, o Brasil não demorou a ingressar nesse cenário."

Amarração no início do século XX através de seu porto, conforme Baptista (2019).

Ao mesmo tempo em que o porto é um dos equipamentos que marcam a experiência da Modernidade, também é um espaço da contradição e dos conflitos[25] dela provenientes, podendo ser visto inclusive como uma paisagem do medo[26], em detrimento de uma imagem autoprojetada de progresso, desenvolvimento e modernização.

A modernidade, então, gera desejos e fascínio pelo novo, pelo "progresso" e desenvolvimento e ao mesmo tempo provoca tensões e conflitos com a chegada desse novo e as transformações decorrentes. Amarração ao fim do século XIX e até o final dos anos 1920 vivenciou essa modernidade, os desejos gerados por ela, bem como as tensões e conflitos.

---

25 É preciso indicar ainda que não apenas as embarcações a vapor ou o porto trouxeram novos conflitos e tensões para o litoral do Piauí e, especificamente, Amarração. Vieira (2010) reflete sobre os problemas causados pela ferrovia na cidade vizinha de Parnaíba, a exemplo da queimada das casas de palha que ficavam nas proximidades do trilho em função das faíscas geradas pelos trens, os casos de colisões das locomotivas ou mesmo a presença de crianças brincando nestes trilhos, o que também poderia ocasionar acidentes. Tendo em vista que a partir de 1922 a ferrovia chega até Amarração conectando-a a outros trechos ferroviários do norte do estado (VIEIRA, 2010) não seria impossível indicar também a existência destes problemas no cotidiano das pessoas. Além disso, considerando ainda que, de acordo com Baptista (2019), o trem torna-se um elemento comum do dia-a-dia à medida que servia não apenas para transporte de cargas, mas também para o de passageiros, facilitando o acesso às praias de Amarração, deve-se levar em conta os novos sentimentos causados por esse maquinário moderno. Carlos Araken Correia Rodrigues em suas memórias ao narrar sobre a ida de trem para Amarração nos anos 1930/1940 para passar férias e aproveitar os banhos de mar rememora não apenas as emoções de alegria, excitações e entusiasmos causados pela locomotiva, mas também os receios provocados por esse equipamento moderno, indicando que durante o percurso "[...] tudo conspirava para aumentar o medo [...]" (RODRIGUES, 1988, p. 22).

26 Segundo Tuan (2005) o Medo está presente em todas as sociedades, podendo estar relacionados a um número infinito de aspectos: tais como o escuro, a possibilidade de ser abandonado, o medo da morte, do desconhecido, da guerra, das doenças. Dessa forma, em sua perspectiva, o Medo é algo experimentado pelo sujeito e pode ser tanto subjetivo, como concreto. Ele seria o responsável por produzir as Paisagens do Medo, ou seja, os espaços que produziriam no indivíduo o terror, o medo propriamente dito. Nesse sentido, o porto assume várias facetas, pode tanto ser visto como um espaço para o progresso, modernização e desenvolvimento, como também uma Paisagem do Medo, responsável por trazer flagelos de outros espaços para a sociedade próxima a ele.

Conclusão

Amarração no final do período oitocentista e início do novecentista, ainda que com uma diminuta população se comparada com outras cidades da época, vivenciou as modificações provocadas pela modernidade em seu espaço à sua maneira à medida que as embarcações modernas tornavam-se cada vez mais comuns na paisagem da Vila, não apenas trazendo mudanças como a facilitação dos transportes ou o surgimento de novas sociabilidades, conforme ressaltado por Baptista (2019), mas também provocando novos problemas e conflitos no cotidiano dos sujeitos que ali viveram ou por ali passaram naquele momento.

A modernidade, então, trata-se de uma experiência compartilhada pelos sujeitos que vivenciam espaços dicotômicos, marcados por uma paisagem que está constantemente se transformando, se inovando, especialmente por conta da presença dos novos maquinários modernos. Ao mesmo tempo refere-se a um conflito constante entre o "tradicional" e o "moderno" na medida em que o primeiro torna-se ameaçado pelo segundo, isto é, significa viver em um mundo novo, por vezes aterrador, tendo em vista que o sujeito perde os seus pontos de referência à medida que os elementos que o cercam modificam-se. Deste modo, viver neste mundo moderno também remete a enfrentar os problemas que a inserção destes novos elementos ditos modernos produz na vida dos sujeitos.

Assim, ao considerarmos Amarração no final do século XIX e início do século XX é perceptível que a experiência da modernidade provocou diversas tensões materializadas nas sequelas decorrentes da questão de litígio em alguns indivíduos que viviam em Amarração e Parnaíba e especialmente nos conflitos entre a Companhia Maranhense e o porto de Amarração, tendo em vista o caso dos sujeitos que foram impedidos de desembarcar neste, seu destino final, por conta da alegação do então capitão do vapor no tocante ao assoreamento da Barra. Além disso, a própria discussão existente entre membros das elites locais sobre a Barra de Amarração e Timonha visando determinar qual seria a mais favorável para a construção de um porto marítimo, bem como o medo do porto ser a porta de entrada para doenças endêmicas e epidêmicas, como o Cólera, a

Varíola e a Gripe Espanhola, marcam esta experiência conflituosa na vila de Amarração no litoral do Piauí.

Referências

BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho; NASCIMENTO, Tamires Soares do. Acidentes com Embarcações no Litoral do Piauí: Possibilidade de diálogo entre geografia e história ambiental. *Fronteiras*: Journal of Social, Technological and Environmental Science (UniEVANGÉLICA), v.4, n.1, p. 313-327, jan./jul. 2015.

BAPTISTA, João Gabriel. *Mapas Geohistóricos*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho. *Amarras e desamarras*: cotidiano e modernização em Amarração no litoral do Piauí (1880 – 1930). Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019. 161 f.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho. Tão piauienses como os filhos da província: questões de identidade na vila de Amarração a partir do litígio entre o Piauí e o Ceará. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 7, n. 5, p. 51565-51581, maio., 2021.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho Baptista; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. O Inimigo vem do Mar: Cólera, Medo e Morte no Litoral Piauiense no Final do Século XIX. *Fronteiras*: Journal of Social, Technological and Environmental Science (UniEVANGÉLICA), v.7, n.2, p. 12-28, mai./ago. 2018.

BARBOSA, Edison Gayoso Castelo Branco. *O Parnaíba*: Contribuição à História de sua navegação. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Cronologia histórica do estado do Piauí* v.2. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

DIAS, Cid de Castro. *Os Caminhos do Rio Parnaíba*: Uma abordagem sobre os problemas ambientais na bacia, a navegabilidade, a capacidade de carga e a batimetria. Teresina: Alínea Publicações, 2004.

GANDARA, Gercinair Silvério. *Rio Parnaíba... Cidades-Beira* (1850-1950). Teresina: EDUFPI, 2010. 400 p.

HOBSBAWM, Eric John Ernest. *A Era das Revoluções*: Europa 1789-1848. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 343 p.

NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2007. v.1.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Economia piauiense*: da pecuária ao extrativismo. Teresina: EDUFPI, 1998. 64 p.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os Literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

PEREIRA, Danielle Silva. *Sociedade e natureza*: uma análise do "espaço socioambiental" do Porto do Itaqui – São Luís – MA, no período de 1970-2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018. 160 f.

REGO, Junia Mota Antonaccio Napoleão do. *Dos sertões aos mares*: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010. 291 f.

REZENDE, Antônio Paulo. *Desencantos modernos*: histórias da cidade do Recife na década de XX. Recife: FUNDARPE, 1997.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Evolução Histórica da Economia Piauiense*.
2. ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, Banco do Nordeste, 2001. 133 p.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnicas, ritos e ritmos do Rio. *In*: _____ (org.). *História da Vida Privada no Brasil*, v. 3: República: Da *belle epoque* à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 513-619.

TUAN, Yi-fu. *Paisagens do medo*. São Paulo: UNESP, 2005. 374 p.

VIEIRA, Lêda Rodrigues. *Caminhos de ferro*: a ferrovia e a cidade de Parnaíba, 1916-1960. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010. 247 f.

Fontes
Hemerográficas

AMARRAÇÃO. *A Época*, Teresina, ano 6, n.260, p. 4, 9 jun. 1883.

O cholera morbus. *A Época*, Teresina, ano 7, n. 333, p. 1, 10 dez. 1884.

TROCOS Miudos. *A Legalidade*, Teresina, ano 1, n. 33, p. 3, 20 ago. 1892.

NOTAS de um viajante. *A Legalidade*, Teresina, ano 1, n. 38, p. 4, 29 set. 1892.

RELATORIO, *Nortista*, Parnaíba, ano 1, n.15, p. 1-2, 13 abr. 1901.

A nossa navegação. *Nortista*, Parnaíba, ano 1, n.28, p. 2, 13 jul. 1901.

MOVIMENTO marítimo-fluvial. *Nortista*, Parnaíba, ano 1, n.34, p. 3, 24 ago. 1901.

MOVIMENTO marítimo-fluvial. *Nortista*, Parnaíba, ano 1, n.36, p. 2, 7 set. 1901.
MOVIMENTO marítimo-fluvial. *Nortista*, Parnaíba, ano 1, n.42, p. 2, 19 out. 1901.

A nossa navegação, o caso do 'Colombo'. *Nortista*, Parnaíba, ano 1, n.43, p. 2, 26 out. 1901.

MOVIMENTO marítimo-fluvial. *Nortista*, Parnaíba, ano 1, n.44, p. 3, 2 nov. 1901.

SAL refinado. *Semana*, Parnaíba, ano 1, n.11, p. 2, 21 ago. 1910.

JANSEN, Julio. O Piauhy e seu Porto Marítimo I. *Semana*, Parnaíba, ano 1, n.27, p. 2, 11 dez. 1910.

JANSEN, Julio. O Piauhy e seu Porto Marítimo II. *Semana*, Parnaíba, ano 1, n.27, p. 1, 18 dez. 1910.

BARRA de Amarração. *Semana*, Parnaíba, ano 1, n.27, p. 1, 18 dez. 1910.

BARRA de Canárias, *Semana*, Parnaíba, ano 1, n.30, p. 1, 1 jan.1911.

Memórias

RODRIGUES, Carlos Araken Correia. *Estórias de uma Cidade muito amada*. Parnaíba: [s.n.], 1988.

Contracepção e aborto na primeira metade do século XX em Teresina

Elizangela Barbosa Cardoso

O objetivo deste capítulo é enfatizar a contracepção e o aborto, em Teresina (PI), na primeira metade do século XX, com ênfase nas articulações entre controle de natalidade, definições de gênero, saber médico e ações do Estado. Isto posto através de um conjunto de fontes formado por memórias, depoimentos, genealogias e matérias publicadas em jornais que circulavam em Teresina no recorte em estudo.

A natalidade não se configura como uma questão privada e de interesse meramente individual. Sua dinâmica é caracterizada pela interferência de fatores de ordem econômica, social, política e cultural. Gênero, classe, raça, saber e poder médicos, concepções religiosas e o poder do Estado incidem sobre ela. A esse respeito, importa destacar que

> as mudanças de atitude para com a limitação do número de filhos só podem ser entendidas quanto situadas no contexto tanto das condições econômicas e sociais como da evolução das preocupações de ordem religiosa, médica e filosófica. (McLAREN , 1990, p.10).

Ademais, para se compreender essas atitudes é imprescindível enfatizar a relação entre reprodução e definições de feminilidade. Dentre as formas de definição das mulheres no período em estudo, impõe-se a da mulher enquanto mãe. Trata-se de uma referência central a partir das quais uma parcela das mulheres foi englobada no interior das famílias. A maternidade como obrigação foi recorrentemente afirmada através do discurso católico, de bacharéis, de homens e de mulheres que escreveram na imprensa, através da difusão do saber médico, bem como mediante o processo de escolarização feminina. Esses discursos e práticas instituíram a mãe ideal atrelada à condição de casada. A contrapartida da maternidade como obrigação feminina era o casamento, considerado o espaço legítimo da procriação. Em termos normativos, para ter filhos biológicos, era imprescindível casar.

Através do casamento procurava-se regular a fertilidade. O usufruto da sexualidade no casamento era legitimado pela reprodução. Assim, enquanto a fertilidade da casada era coroada e valorizada, a da solteira era controlada e punida. Normativamente, casar implicava ter filhos.

Informações acerca da composição das famílias, em Teresina, constantes nas genealogias das Famílias Pires Ferreira e Castelo Branco, em memórias, depoimentos e notas de falecimento, permitem destacar que havia variações quanto ao tamanho das famílias. Entre as décadas de 1910 e 1950, encontrei referências, nas referidas genealogias, de famílias cujo número variava de um a dezesseis filhos.

Esse achado indica que, por um lado, havia mulheres submetidas a constrangimentos biológicos e, por outro lado, que se desencadeava, no contexto, o controle de natalidade. Mulheres buscaram limitar o número de filhos. Crescei e multiplicai-vos! Dê filhos fortes e saudáveis à pátria! Imperativos defendidos pela moral católica e pelo Estado – que assume uma política pró-natalista, no período em estudo – eram objeto de consumo cultural e de disputas (SOBRINHO, 1993). Existiam tensões em torno do controle da reprodução.

A população tornou-se uma questão importante para o Estado. Especialmente, no período Vargas, o desenvolvimento da nação era considerado dependente da quantidade e da qualidade da população. Assim, o Estado, sobretudo, através da política de saúde, ressignificou a maternidade como uma das bases da formação da nação.

A postura pró-natalista defendida pelo Estado era reforçada pela Igreja, que procurava inculcar nos casais a ideia de que deveriam se multiplicar, bem como a noção de contracepção enquanto pecado.

Para os homens, tornar-se pai era uma prática que reforçava a identidade masculina. Segundo Raimundo Nonato Monteiro de Santana, quando nascia um filho:

> Ah! A gente ficava era alegre. Aí você se sentia homem! Homem casado! Era pai! Olhava assim para cima. Era uma coisa! [...] Casar e não ter filho: ave Maria! Ficava complexado! Os homens ficavam pensando que não eram homens! Era uma coisa interessante da época. (SANTANA, 2007).

A condição de provedor familiar, atribuída ao homem, e as dificuldades de exercer esse papel, por sua vez, despertavam o desejo de limitar a prole. Quanto maior o número de filhos, maior a dificuldade de manter a família. Para muitos pais de classe média, uma prole numerosa era um grande encargo.

Assim, havia tanto homens que não desejavam que os nascimentos fossem limitados, quanto os que tinham esse anseio. Com efeito, ora as perspectivas dos casais confluíam acerca da contracepção, ora não. Augusto Castelo Branco, acerca da questão, conta:

> Eu mesmo tinha essa preocupação. Eu e a minha mulher tínhamos essa preocupação com o tamanho da família. Quando passou do primeiro para o segundo, do segundo para o terceiro, a gente começou a pensar, mas não tinha meio seguro, era coisa que não tinha segurança, a tabela falhava, não é? (CASTELO BRANCO, 2007).

Dentre aqueles que consideravam necessário controlar e limitar os nascimentos havia os que consideravam que a contracepção deveria ser operada somente a partir de métodos naturais aceitos pela Igreja Católica. No caso, a abstinência total ou periódica, a partir do controle do período fértil.

Formadas a partir de preceitos católicos, muitas mulheres dos segmentos mais elevados submeteram-se a proles numerosas. Yara Vilarinho é um exemplo. Casando-se em 1950, durante dez anos, a

entrevistada tornou-se mãe de seis filhos e duas filhas. A esse respeito, acentua que

> naquele tempo tudo era pecado! Tem isso! Não podia usar uma pílula. Você não podia usar um método, você não podia nada, nada, nada! Só tinha um método que podia usar que não era pílula, mas eu era muito religiosa. Fui criada desde cedo... Minha mãe era muito religiosa, minha mãe morreu eu tinha quatro anos. Meu pai me internou. Fui para o internato de freira. Fiquei lá. Quando eu saí de lá, eu já tinha uns 17 anos. Pois é, toda aquela formação, para mim aquilo era pecado horroroso. Eu não tinha coragem de fazer aquilo, e assim como foi comigo, foi com todas as outras daquela época. Todo mundo era assim.
>
> Só se ouvia isso. Ficava com aquilo na cabeça, que tudo era pecado. Não tirava da cabeça aquilo não! [...] Tudo era pecado minha filha, se você tomasse uma pílula, você ia para o inferno. Porque naquele tempo toda mulher era educada principalmente para essa função de ter filho, de ser mãe, de casar. [...] Só existia era essa coisa de tabela, que não dava certo, comigo nunca deu certo. Só o que tinha! Não existia... Existia, mas só que ninguém usava, porque tudo era pecado. Se você fosse para o médico, o próprio médico dizia: não, a gente não bota isso não. Já tinha descoberto isso, já se falava, mas só que ninguém usava, tanto que as famílias eram numerosíssimas. No meu tempo teve gente que teve 23 filhos. (OLIVEIRA, 2007).

A despeito do peso da formação católica nos segmentos mais abastados, o medo da morte durante o parto ou em decorrência dele e o nascimento de natimortos e de crianças com problemas de saúde, desencadearam práticas contraceptivas, para as quais corroborou a medicalização da contracepção, que desponta no recorte em estudo.

Especialmente, nas primeiras décadas do século XX, era alta a mortalidade de mães e de crianças. O médico Antônio M. Correia, em 1937, argumentando em favor do acompanhamento médico da gestante, desde o início da gravidez, acentuava a respeito:

> É verdadeiramente alarmante o número de senhoras que perdem a vida, em nosso meio, em consequência de distúrbios e anomalias na gravidez e no parto. E infinitamente maior o número de crianças cuja morte durante a vida ultra-uterina, ao nascer, ou nos primeiros dias após o nascimento resulta da falta

> de assistência médica às mães durante a gestação. (CORREIA, 1937, p.7).

O aborto e a morbidade infantil ao que parece também eram altos. É o que infiro a partir da seguinte recomendação:

> Convém salientar inicialmente a noção já um pouco difundida mas que, nem por isto, deve ser menos repetida: a sífilis é a causa maior dos abortos, monstruosidades, aleijões e muitos outros males que irão perturbar o desenvolvimento da criança e frequentemente acarretar consequências deploráveis para o resto da vida. É por isto que, diagnosticada a gravidez, a primeira preocupação deverá ser averiguar se há suspeita de sífilis dos pais para, por meio de um tratamento conveniente e bem orientado, evitar o aborto ou as várias manifestações com que a sífilis castiga os inocentes, vítimas da ignorância ou da inconsciência dos pais. (CORREIA, 1937, p.7).

Em muitas famílias, o final de um trabalho de parto era um momento de celebração da vida e também de chorar a morte. O poeta Francisco da Costa e Silva, que perdeu sua primeira esposa, Alice, em 1919; no poema Os deuses lares, de 1927, com sensibilidade referiu-se à dor que envolvia a nova vida, ao irromper trazendo a morte.

> Benedito, meu filho, em teu sonho impoluto,
> Que não possas prever, nem sentir, nem supor
> Que, ao nascer, foste logo enfaixado de luto
> E embalou o teu berço o anjo da minha dor.
>
> Eu, que de cada filho o destino perscruto,
> Fico a pensar em ti que, embora humano, por
> Uma lei natural, tens sorte do fruto
> Que, na ânsia de viver, causa a morte da flor.
>
> Se no signo fatal que trouxeste medito,
> Rogo a Deus, como pai, para te conceder
> As virtudes e os dons do meu sonho infinito...
>
> Se nasceste infeliz, deves feliz viver,
> Para com fé e amor bendizer, Benedito,
> Aquela que morreu porque te deu o ser. (SILVA, 1982, p.142).

Vivenciando esse quadro, parturientes mantinham na memória casos de morte materna em decorrência de partos e de abortos, uma vez que permanecia a lembrança de parentas ou conhecidas, mortas nessas circunstâncias. A gravidez e o parto eram envolvidos pelo medo da morte, que invadia tanto parturientes quanto maridos, pais, mães e parentes. Com efeito, mulheres que experienciaram partos complicados sentiram a necessidade de cessá-los ou ao menos limitá-los, para preservar a vida e a saúde.

Em suas memórias, Lili Castelo Branco conta que, após o nascimento de seu segundo filho, em 1922, por sentir muito medo dos partos, procurou, no Rio de Janeiro, um médico especialista em doenças de senhoras, com o intuito de buscar meios para evitar novas gestações. Durante a consulta, o médico indicou o uso de uma esponja, vendida por ele em seu consultório. Nos termos da autora:

> [...] depois de explicar ao médico o medo que tinha dos partos, ele me disse:
> - Há um processo que é muito usado na França, infalível mas trabalhoso. Trabalhoso porque exige muita higiene, cuidados que terão de ser observados sempre. A esponja. Se a usar conforme prescrições não terá filhos. Isso eu lhe asseguro...
> A esponja, ele próprio a vendia no consultório, era uma bolinha redonda de onde pendia um cordão forte e comprido. Eu a usei, obedecendo às prescrições, seis anos seguidos, com absoluto êxito e tive a habilidade de esconder do marido, para não me desprestigiar, esse segredo, que até beneficia as senhoras que a usam.
> Sete anos depois, engravidei novamente. Íamos para a fazenda, julguei que não fosse a esponja que me evitasse filhos, e então deixei-a. Logo no fim de um mês no **Foge Homem** [fazenda] engravidei do Heitorzinho. Aí compreendi o erro de ter deixado a esponja, mas era tarde...
> Mais um filho que afinal foi um prêmio que Deus me ofereceu, pelo descuido. Daí por diante nunca mais deixei de usar a esponja e não concebi mais. (CASTELO BRANCO, L., 1983, p. 112, grifo da autora).

Nos anos 1920, a medicalização da contracepção era ainda muito incipiente. Ao que parece era necessário buscar assistência especializada em grandes cidades para controlar a natalidade através de métodos artificiais, como a esponja.

A única referência que encontrei em relação à interferência médica, em Teresina, no campo da reprodução, nos anos 1920, diz respeito à profilaxia da sífilis, iniciada em 1923, quando o Estado firmou convênio com o governo federal. É a partir dos anos 1930 que começa a se adensar a interferência médica nesse campo.

Pelos trabalhos médicos publicados na imprensa, é possível inferir que a intervenção era justificada como ação profilática, especialmente, em relação à sífilis congênita. Incorporando preocupações eugênicas características do pensamento médico, no Brasil, à época, em Teresina, médicos atuaram na profilaxia de doenças em nome da saúde, do futuro da pátria e do melhoramento da raça.

A sífilis, bastante recorrente até os anos 1940, era um dos principais inimigos a enfrentar. Tratava-se de uma doença tão comum, que, as moças falavam no assunto, sem constrangimentos. Prática que chocou o militar Carlos Pena Botto, quando trabalhou na cidade de Parnaíba (PI), entre 1929 e 1930.

> Outra coisa bastante chocante para mim, no início, era a maneira bastante despreocupada pela qual as moças falavam de 'sífilis'!
> É comum, em Parnaíba, quando se conversa com uma senhorita, ouvi-la dizer: - 'ano passado tive um forte ataque de sífilis', ou então: - estou tomando injeções de mercúrio, etc.
> Falam do terrível *morbus* com santa ingenuidade como se se tratasse de um resfriado ou de uma dor de dentes. (BOTTO, 1931, p.113).

Desde o início dos anos 1920, a sífilis era considerada um dos grandes problemas que atingiam a cidade. Em 1922, na mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo governador João Luís Ferreira, a sífilis, as verminoses e o impaludismo eram tidos como os grandes flagelos que atormentam a população. Na mesma fonte, lê-se:

> - Não podemos ainda, infelizmente, assinalar a existência de um arremedo sequer, de demografia sanitária, mas dos ligeiros dados colhidos no consultório do Posto Sanitário bem se pode ajuizar quão crescido é o número de indivíduos, que a sífilis rouba, diariamente, ao trabalho e à sociedade.
> Aborto, natimortos, inviáveis, imbecis, paralíticos, tabéticos, neurastênicos, epiléticos, toda essa comovente avalanche de

> destroços sifílicos, poderia ser favoravelmente diminuída por uma campanha tenaz e bem orientada. (ESTADO DO PIAUÍ, 1922, p. 31).

No início dos anos 1930, ora representando o Estado, ora aliando-se a ele, em nome da necessidade de evitar a sífilis congênita e outras doenças que poderiam comprometer a gestação, a saúde da mãe e da criança, alguns médicos vinham defendendo que a mãe fosse assistida desde o início da gravidez. Com a institucionalização dessa prática, através do Estado, a partir de 1938, delinearam-se intervenções médicas no campo da contracepção.

A prevenção da sífilis congênita, considerada uma das principais responsáveis, pela morbidade e mortalidade infantil, passava pelo controle da natalidade. Em 1937, Dr. Lineu Araújo acentuava que a profilaxia dessa doença processava-se através dos tratamentos pré-nupcial, dos pais antes da gravidez e da mulher grávida. Lembrava o médico que, para evitar a doença, era imprescindível que os pais a tratassem antes de conceber um filho. A necessidade de tratamento antes da gravidez para uma prole saudável, portanto, implicava controle da concepção e, respectivamente, na difusão de métodos contraceptivos.

A preocupação com a saúde da prole também influenciou a reprodução em casamentos consanguíneos, recorrentes ao longo da conjuntura em estudo. Houve casos de casais que optaram por não ter filhos, com receio de que nascessem doentes. E também casais que evitaram novos nascimentos, após a morte recorrente dos frutos do enlace. (MENDES, 2002; VASCONCELOS, 2003).

Com o crescimento dos partos à cesariana, a partir dos anos 1940, quando os médicos passaram a dispor de uma terapêutica mais segura, as esterilizações passaram a ser mais frequentes. Conforme é possível inferir a partir da genealogia da família Pires Ferreira, em que há dados acerca de famílias compostas por dois e três filhos nascidos logo após o matrimônio, certamente, sob o impacto da pressão feminina para encerrar os nascimentos, uma vez que os médicos não cediam facilmente ao anseio de esterilização. (MACHADO, 2008).

Vários motivos levavam as mulheres a limitar o número de filhos. Além do medo do parto e da preocupação com a saúde da

prole, já destacados, importa ressaltar que nos segmentos mais abastados, desde os anos 1920, a infância era percebida como uma idade específica da vida, que requeria cuidados especiais. (CASTELO BRANCO, P., 2005). Ademais, nas décadas de 1930, 1940 e 1950, a criança vista como dádiva e futuro da pátria fora constantemente valorizada, ao tempo em que a maternidade se tornou cada vez mais exigente, na medida em que os cuidados com as crianças passaram a se tornar incessantes.

A despeito da morte de crianças ser um fato recorrente, os pais e, especialmente, as mães não eram indiferentes à perda dos bebês. Memórias e depoimentos indicam a dor que atravessava pais e mães, quando da morte dos filhos. Augusto Castelo Branco, em seu depoimento, lembra da morte de sua irmã mais nova, em 1930, e da dor vivenciada pela família, notadamente, por sua mãe.

> A Teresinha viveu só nove meses. Naquele tempo não tinha penicilina, ela adquiriu uma infecção urinária, não houve remédio que a curasse, ela terminou morrendo. Ela amanheceu morta. Dormia todo mundo no mesmo quarto, eu, mamãe, papai, aí eu disse: mamãe, o que é que a Teresinha tem que está tão quietinha? Morreu, meu filho, a bichinha morreu! Aí começou todo mundo a chorar, aquela coisa toda. Antes de sair o enterro, [...] passavam assim uma escova nas mãos dela porque tinha uma dormência nas mãos, antes de sair o enterro. Sofreu muito mesmo, chorou muito, ficou muito triste. Ela viveu nove meses, parece que ela era de abril ou de maio. Ela morreu com nove meses de nascida. (CASTELO BRANCO, A., 2007).

Como a saúde e a sobrevivência da criança passaram a ser cada vez mais relacionadas à atenção, cuidado e vigilância da mãe, certamente, mulheres-mães procuraram limitar os nascimentos, para se dedicar com mais afinco aos filhos que já tinham.

A maternidade fora se alargando, na medida em que novas atribuições a definiam. Além de dar à luz, ser mãe acarretava nutrir, criar, cuidar, zelar e educar a prole. Para vivenciar esse padrão de maternidade, era necessário reduzir o número de filhos. Possivelmente, essa foi a opção de parte das mulheres.

Importante destacar que, a despeito de a mulher ser significada predominante, como mãe, na classe média, no decorrer do período em estudo cresceu a participação feminina no mercado de trabalho, o que impactou nas taxas de natalidade.

Quanto aos meios contraceptivos, havia o uso tanto de métodos naturais quanto artificiais. Eram mais comuns os métodos naturais como o aleitamento prolongado, abstinência e o coito interrompido. O uso de contraceptivos artificiais como a esponja e o dispositivo intra-uterino, bem como a laqueadura de trompas eram mais restritos.

O método que tem mais visibilidade na documentação pesquisada é o Ogino-Knauss,[1] conhecido por tabela, que consiste na abstinência sexual quando a mulher se encontra no período fértil. No início dos anos 1950, essa forma de controle encontrava-se difundida dentre os segmentos mais abastados. O método que em meados dos anos 1930, era recomendado por médicos, no Rio de Janeiro, a partir de seleção dos casos, em princípio da década de 1950, era bastante recorrente em Teresina. (RODHEN, 2003, p. 113).

Seu uso possibilitava que filhas tivessem uma trajetória reprodutiva bastante diferenciada daquela experienciada pela mãe. Este foi o caso de Maria Albuquerque. Sua mãe nascida, em 1909, casando-se aos 18 anos teve quinze filhos. Maria, por sua vez, é mãe de seis filhos. Maria, que se casou em 1950, aos 18 anos, controlava a natalidade através do emprego do método Ogino-Knauss. A aprendizagem do método, conforme informa a entrevistada processou-se através da leitura de um livro, adquirido por seu marido. (ALBUQUERQUE, 2008).

A medicalização da contracepção ainda incipiente nos anos 1920 foi sendo ampliada no decorrer do período em estudo. Nos segmentos mais abastados expandiu-se a assistência médica desde a gestação e também sua interferência no controle da natalidade.

A esse respeito importa destacar que o campo da reprodução nem sempre constituiu um espaço legítimo de intervenção médica. Sua legitimação, conforme mostra Fabíola Rohden, em estudo acerca da contracepção, do aborto e do infanticídio, no Rio de Janeiro,

1 Os estudos de Ogino e Knauss sobre a fisiologia da reprodução humana esclareceram pontos obscuros em relação à ovulação, indicando a existência de uma época de fecundidade e outra de esterilidade, no ciclo menstrual. RODHEN, 2003, p. 110.

delineou-se, paralelamente, à transformação do sexo e da reprodução em assunto de Estado, nas primeiras décadas do século XX, quando, no Brasil, a ideologia nacionalista promovia uma preocupação acentuada com a população. Isto porque o "crescimento do número de cidadãos adquiria uma importância estratégica, tanto no que se refere à garantia da soberania, por meio do poder militar, quanto da implantação da atividade industrial e do mercado em larga escala." (ROHDEN, 2003, p. 106).

Especialmente os médicos obstetras e ginecologistas, de forma cautelosa, passaram a abordar o tema. Estudando os *Annaes Brasileiros de Ginecologia*, a autora mostra que em meados dos anos 1930, havia

> por um lado, uma investida na justificação da anticoncepção e, por outro, uma tentativa de restringir o seu controle ao médico, que não apenas teria a posse dos meios de intervenção, mas julgaria os casos em questão (ROHDEN, 2003, p. 112).

Quanto ao aborto provocado, que estudos sobre contracepção têm demonstrado tratar-se de uma prática antiga e costumeira (PEDRO, 2003), "muitas vezes a primeira linha de defesa contra uma gravidez não desejada" (McLAREN, 1990, p. 15), no que diz respeito às casadas não tem visibilidade na documentação pesquisada. Em conversas informais, chegaram-me referências a mulheres multíparas que, na década de 1950, fizeram uso da prática para evitar novos nascimentos. E também de mulheres que, incorporando o ideal de beleza como obrigação feminina e a noção de que a maternidade envelhece a mulher, evitaram novos nascimentos através desse procedimento. Como o aborto espontâneo era comum no período, sobretudo, em decorrência da sífilis, é possível que abortos ditos naturais fossem provocados.

Nos segmentos mais elevados parece mais comum a provocação de aborto em caso de gravidez fora do casamento e também quando fruto de adultério, em situações em que não era possível atribuir a paternidade ao marido.

A valorização da maternidade, característica do período, não impedia que as mães que tinham filhos fora do casamento fossem estigmatizadas, socialmente. A maternidade enquanto valor entrava

em disputa com a honra. Em alguns casos, o desejo de manter uma imagem de mulher honrada prevaleceu sobre a maternidade.

Mesmo as mães separadas eram alvo de preconceito. Maria Francisca Monteiro de Souza casou-se em abril de 1940 obrigada por sua mãe de criação, que, com receio de morrer, deixando-a solteira, lhe impôs um noivo. Mãe de seis filhos, abandonada pelo marido, tornou-se a responsável pelo cuidado e sustento da prole. Contando com a ajuda de sua mãe biológica no cuidado com as crianças e na realização de costuras manuais, Maria sustentava a casa através de seu trabalho como costureira. Em 1954, sabendo da inauguração do Sanatório Meduna, Maria procurou um emprego, na instituição. Na oportunidade, em que se qualificava para assumir o possível emprego, foi alvo de preconceito, por ser separada:

> Soube que iria funcionar o Sanatório Meduna. Orientada por Cisalpina, minha prima, fui falar com Dr. Hugo Santana que compadecido com minha história, encaminhou-me até Dr. Clidenor Freitas Santos, proprietário do referido Hospital, e este me enviou para fazer um estágio no Hospital Psiquiátrico Areolino de Abreu, [...] provando assim meu desempenho.
> A superiora do Psiquiátrico era uma religiosa da Congregação das Filhas do Coração Imaculado de Maria, e na época fez resistências para me aceitar, alegando eu ser separada do marido. Porém, Deus escreve certo por linhas tortas, conforme Dr. Clidenor havia falado: fiz o estágio, saí-me bem, graças ao meu bom Deus, o sonho tornou-se realidade. Fui aprovada. (SOUZA, 2007, p. 43).

A representação de mãe de família nem sempre rebatia a de separada. Além das dificuldades para conseguir um emprego, a mulher separada do marido, caso se envolvesse com outro homem ou tivesse filhos fora do casamento, poderia, inclusive, perder o emprego. A esse respeito, relembra Yara Vilarinho que a separada

> Perdia até o emprego se fosse... Ela perdia o emprego! Se fosse provado, se alguém visse, se fosse provado que ela era separada e se ela namorasse outro, ela perdia até o emprego, se ela fosse empregada. Se ela fosse muito quieta, ficava no emprego, não perdia não. Mas geralmente uma mulher nova e separada procurava outro. Tinha que ficar... E os homens não respeitavam e, às vezes, nem ela, ela nem tinha culpa. Simplesmente eles

> não respeitavam. Eu conheci uma que foi posta para fora do emprego. [...] Porque ela separou e teve filho de outro cara. Foi posta para fora do emprego. (OLIVEIRA, 2007).

Até a década de 1960, esse tipo de prática se manteve. Francisco Ferreira Ramos, no Memorial do Hospital Getúlio Vargas (HGV), destaca que no Hospital, não era contratada mãe solteira. Para trabalhar na instituição, as mulheres deveriam ser solteiras sem filhos ou casadas. Mesmo aquelas que viviam em relações maritais estáveis, não eram admitidas. Em sua pesquisa, encontrou referências a cinco casos de jovens funcionárias que engravidaram. Houve o caso de uma atendente de enfermagem que engravidou de um fornecedor do Hospital, que, por não se casar, perdeu o emprego.

As relações de trabalho no HGV, em alguns casos transformaram-se em relações afetivas, que deram frutos. No início dos anos 1950, uma atendente de enfermagem ficou grávida de um médico. Tratava-se de uma jovem normalista, de 19 anos, pobre, que, conforme relato de sua filha, se apaixonou por um belo médico, com o qual trabalhava. Após longo tempo de namoro, a jovem engravidou e o namorado, quando soube da gravidez da jovem, casou-se com outra, de seu nível social. O médico não foi penalizado, enquanto a atendente de enfermagem perdeu o namorado, o emprego e ciclo de amizades.

Gravidez durante o namoro também ocorreu a uma funcionária de serviços gerais. Identificado o estado de gravidez no quinto mês, o casamento foi realizado às pressas, sob a ação do chefe da manutenção do Hospital, que, certamente, procurava evitar a demissão da funcionária. Contudo, mesmo casada, a jovem perdeu o emprego.

Outra funcionária também engravidou. Queixando-se de dor abdominal, vômitos e desmaios, a atendente foi examinada e o médico que a assistiu diagnosticou apendicite. Novamente, atendida pelo Dr. Francisco Ferreira Ramos, este suspeitou que fosse gravidez. Como a jovem negava ter havido relação sexual, o referido médico pediu o auxílio do Dr. Francílio Almeida, especializado em obstetrícia, que confirmou o diagnóstico do colega, através de toque retal. Uma vez que a jovem afirmava ser virgem, foi sugerido exame de virgindade, realizado pelo Dr. Martinelle, que era médico legista da Polícia Civil. Confirmou-se a integridade do hímen.

A importância de se confirmar o diagnóstico se relacionava à sua gravidade, conforme expressa Dr. Francisco Ferreira Ramos, no seguinte trecho:

> A história se espalhou logo pelos corredores e todos os setores do Hospital Getúlio Vargas. A essa altura o meu diagnóstico de suspeita de gravidez criou um mal estar frente a confirmação da virgindade da paciente. Eu mesmo cheguei a me questionar se não estaria errado, se não havia me precipitado na afirmação deste diagnóstico. Estava diante de uma situação muito grave de desconforto moral pelo erro: fazer o diagnóstico de gravidez em uma mulher virgem, que traria como consequências maiores afronta à honra e perda do emprego da paciente.
> Foi sugerido que a paciente fosse examinada no dia seguinte pelo Dr. Zenon, chefe da Clínica Cirúrgica. Veio então uma nova intervenção do Dr. Martinelle, amadurecido e experiente profissional frente a estes problemas, muito comuns na Polícia Civil. Aprofundou o diálogo com a paciente e não tardou chegar a conclusão de que a paciente estava realmente grávida.
> Havia praticado vários atos de relação sexual sem penetração. (RAMOS, 2003, p. 218).

A classificação feminina, a partir dos códigos de sexualidade e a desvalorização desencadeada pelo usufruto da sexualidade ilegítima, especialmente, quanto ela se tornava visível através de uma gravidez, bem como as punições que incidiam sobre as moças, as impeliam ao aborto. Para manter a imagem de moças de família, de separadas e viúvas honestas, algumas mulheres recorreram à interrupção da gravidez, não assumindo a maternidade ilegítima.

As mulheres que engravidavam fora dos laços do matrimônio, quando não contavam com o apoio do pai ou engravidavam de homens comprometidos, vivenciavam situações extremamente complexas, nos quais os valores que conformavam suas subjetividades se chocavam. Os constrangimentos e as escolhas femininas eram atravessados pela valorização da maternidade e a significação da mulher enquanto mãe; por códigos de sexualidade, que implicavam em desclassificação feminina, a partir da experiência sexual ilegítima; pelo risco de não contar com o apoio familiar; pelas restrições ao emprego de mães solteiras e pela possível ruptura com laços de sociabilidade e de

integração social. Assim, para parte das mulheres que vivenciou essa experiência, o aborto foi a opção escolhida.

Mesmo entre mulheres cujo peso da formação católica era mais denso – as freiras, esta foi uma possibilidade. Uma das irmãs de caridade que atuava no Hospital Getúlio Vargas, engravidou de um médico. E, segundo Francisco Ferreira Ramos, o

> Dr. Jurandi Mendes estava provisoriamente na chefia da clínica ginecológica, onde a chefe coordenadora era uma irmã de caridade. À noite fora chamado para atender uma paciente que estava passando mal. A paciente era a irmã coordenadora da clínica ginecológica e que apresentava metrorragia profusa.
> Tomou a decisão de fazer a curetagem. Levou a irmã para o Centro Cirúrgico e fez uma curetagem em absoluto sigilo. No dia seguinte a notícia corria à 'bandeiras despregadas' pelos corredores e todos os setores do Hospital Getúlio Vargas.
> Conversas, fofocas, um fuzuê agitava a vida daqueles que trabalhavam no Hospital.
> Um escândalo comentado aos cochichos.
> Por causa desse inusitado acontecimento Dr. Jurandi Mendes, constrangido, deixou o Hospital Getúlio Vargas para todo o sempre. (RAMOS, 2003, p. 220).

A situação revela a complexidade dos embates, nos quais estavam situadas as mulheres que engravidavam fora do casamento, em um contexto em que a respeitabilidade pública e a inserção social estavam diretamente relacionadas ao controle da sexualidade. Tal era sua importância, que, nas escolhas individuais, fazer um aborto poderia sobrepor-se à opção de ter o filho e se tornar uma mãe solteira, a despeito da condenação social e religiosa que incidia sobre a prática. Ela indica também como a capacidade reprodutora das mulheres poderia ser vivida como pesado ônus, uma vez que preconceitos incidiam sobre elas, quando se reproduziam fora dos laços do matrimônio.

Como era comum que mulheres solteiras assumissem a criação de sobrinhos e de sobrinhas, bem como de crianças órfãs, nem sempre a desonra era lavada com o sangue do fruto ilícito. Uma tática empregada pelas moças que engravidavam e não casavam, bem como por suas famílias, era negar publicamente a maternidade ilegítima. Nesses casos, as jovens escondiam a gravidez, confinando-se em casa,

ou vivenciando-as em outras cidades. E, quando os filhos nasciam, eram apresentados como filhos adotivos da verdadeira mãe ou ainda como irmãos adotivos.

Apesar de uma gravidez fora do casamento gerar conflito e drama, na família, parte das moças também contava com o apoio familiar. A jovem atendente de enfermagem que engravidou de um médico teve sua filha e contou com a assistência de seus pais, que criaram a neta como se fosse filha. Quando o namorado se casou com outra, a atendente, segundo sua filha,

> cortou para todo o sempre relacionamento com meu pai, não aceitou sequer a citação do seu nome em qualquer conversa. Registrou-me com o nome de solteira, sem citar o sobrenome do meu pai. Não aceitou qualquer ajuda dele, embora ele tenha reconhecido a paternidade e tentado aproximação.
> [...]
> Chorou muito, durante muito tempo derramou-se em lágrimas, choro compartilhado com o choro do meu avô e da minha avó aumentando-lhe o sofrimento.
> [...]
> Meu avô materno, modesto funcionário público, assumiu a minha mãe com aquele coração de pai bondoso e avô carinhoso. Junto com minha avó me deram uma esmerada criação com muito amor. (SENHORA, Maria de Nossa apud RAMOS, 2003, p. 218).

A dor da jovem atendente e de seus pais, rememorada por sua filha, não era uma experiência singular, uma vez que a gravidez e a maternidade fora do casamento eram vividos como drama. A condição de mãe, nessas circunstâncias, longe de ser valorizada e incentivada, era objeto, muitas vezes de conflitos familiares e de estigmatização social.

Quando a jovem engravidava fora do casamento era invadida pelo sentimento de vergonha. No caso referido acima, a jovem se isolou de amigos e amigas, ficando "voluntariamente confinada em casa", sob a proteção de seus pais. (SENHORA, Maria de Nossa apud RAMOS, 2003, p. 218).

Algumas moças além de ser invadidas pelo sentimento de vergonha, quando de uma gravidez ilegítima, perdiam o apoio dos pais. Houve casos em que as filhas foram expulsas de casa. Henriqueta

Pinheiro, nascida, em 1915, a esse respeito, rememora: "Quando engravidava o pai botava para fora de casa. Não deixava ficar em casa. Era uma tristeza, né? O pai botava a filha para fora de casa porque tinha feito vergonha, engravidara sem ter casado". (SILVA, H., 2007).

O estatuto que as mulheres adquiriam através da maternidade era ressignificado em função dos códigos de sexualidade. A maternidade sem matrimônio, em vez de valorização social, poderia implicar grande drama pessoal e familiar. Embora o período em estudo se caracterize por uma postura pró-natalista por parte do Estado e da Igreja, havia um espaço legítimo para a procriação, que era o casamento. Se a casada mãe de muitos filhos era valorizada, o mesmo não ocorria à solteira, à separada e à viúva que tinham filhos fora dos laços do matrimônio. Nesses casos, o nascimento de filhos implicava desonra e estigmatização social.

Referências

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Com afeto e disciplina: a invenção da infância entre a literatura e a história. In: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar; NASCIMENTO, Francisco Alcides do; PINHEIRO, Áurea Paz (Org.). *Histórias: cultura, sociedade, cidades*. Recife: Edições Bagaço, 2005. p. 91-100.

McLAREN, Augus. *História da contracepção*: da antiguidade à atualidade. Lisboa: Terramar, 1990.

PEDRO, Joana Maria (Org.). *Práticas proibidas*: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX. Florianopólis: Cidade Futura, 2003.

ROHDEN, Fabíola. *A arte de enganar a natureza*: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.

SOBRINHO, Délcio da Fonseca. *Estado e população*: uma história do planejamento familiar no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

Fontes

ALBUQUERQUE, Maria. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2007.

BOTTO, Carlos Penna. *Meu exílio no Piauí*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931. p. 113.

BRANCO FILHO, Moysés Castello. *Manuel Thomaz Ferreira*. Rio de Janeiro: Tip. Baptista de Souza, 1979.

CASTELO BRANCO, Augusto. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso e a Pedro Vilarinho Castelo Branco*. Teresina, 2007.

CASTELO BRANCO, Lili. *Fases do meu passado*. Teresina: [s.n.], 1983.

CORREIA, Antônio M. Aprenda a defender seu filho: conselhos indispensáveis às senhoras grávidas. *Diário Oficial*, Teresina, ano 7, n. 275, p. 7, 11 dez. 1937.

ESTADO DO PIAUÍ. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa pelo Exmo. Sr. Dr. João Luiz Ferreira, governador do Estado, no dia 1º de junho de 1922. Teresina: Tipografia d'O Piauí, 1922. p. 31.

FERREIRA, Edgardo Pires. *A mística do parentesco*: uma genealogia inacabada. São Paulo: Livraria Corrêa do Lago, 1990. v. 4.

FERREIRA, Edgardo Pires. *A mística do parentesco*: uma genealogia inacabada. São Paulo: Livraria Corrêa do Lago, 1993. v. 2, t. I.

FERREIRA, Edgardo Pires. *A mística do parentesco*: uma genealogia inacabada. São Paulo: Livraria Corrêa do Lago, 1992. v. 2, t. II.

FERREIRA, Edgardo Pires. *A mística do parentesco*: uma genealogia inacabada. v.3, t. 1.São Paulo: Livraria Correia do Lago, 1993.

FERREIRA, Edgardo Pires. *Os Castello Branco*: a mística do parentesco. Piauí: Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Parnaíba; São Paulo: Linear B Gráfica e Editora, 2008. v. 5.

MACHADO, Raimunda Ribeiro. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2008.

MENDES, Maria Cecília da Costa Araújo. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2002.

OLIVEIRA, Yara Maria de Sousa Vilarinho. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2007.

RAMOS, Francisco Ferreira. *Memorial do Hospital Getúlio Vargas*. Teresina: Gráfica do Povo, 2003.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2007.

SILVA, Francisco da Costa e. *Antologia*. 3. ed. Teresina: COMEPI, 1982.

SILVA, Henriqueta Pinheiro da. *Depoimento concedido a Elizangela Barbosa Cardoso*. Teresina, 2007.

VASCONCELOS, Daise Castelo Branco Rocha de. *Vinho inebriante do amor*: bodas de ouro de Pedro e Daise: meio século de amor e cumplicidade. Teresina: Ipanema, 2003.

O Parto Institucionalizado no Piauí[1]

Francisco Soares Cardoso Neto[2]
Marylu Alves de Oliveira[3]

Introdução

Durante a elaboração do trabalho de dissertação intitulado *Mãe Nasi*: Reminiscências de uma parteira e as políticas de institucionalização da saúde no Piauí nas décadas de 1930 e 1940, discutimos questões pertinentes ao processo de institucionalização da Saúde Pública no Brasil, tendo por base o estudo de caso biográfico de Raimunda Nonato de Castro, enfermeira parteira que atuou durante parte considerável de sua vida

1 Artigo fruto do desenvolvimento da dissertação intitulada *Mãe Nasi*: reminiscências de uma parteira e as políticas de institucionalização da saúde no Piauí nas décadas de 1930 e 1940, defendida no ano de 2019, na Universidade Federal do Piauí, pelo Programa de Pós Graduação em História do Brasil – PPGHB.

2 Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí. Pesquisador do Grupo SANA – Grupo de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde. Atua nas áreas de História, Saúde e Gênero. E-mail: francisco.soares.pi2016@gmail.com.

3 Doutora em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Professora do departamento de História da Universidade Federal do Piauí. Vice-líder do grupo de Pesquisa do CNPq História, Teatro, Música e Estética. Autora do livro Contra a Foice e o Martelo. Atua como pesquisadora nos seguintes temas: anticomunismo, política partidária, trabalhismo, movimentos sociais, história das emoções e literatura. E-mail: marylu.oliveira@gmail.com.

com práticas de partejar dentro do seu munícipio, Amarante, interior do Piauí.

Este artigo foi desenvolvido a partir desse trabalho e pretende perfazer uma análise da institucionalização do parto como processo mediador que influenciou nas práticas do partejar no Piauí. Como suporte teórico, esse texto está embasado nos estudos de Michel Foucault, na obra *O nascimento da clínica*, a partir das quais explanaremos a discussão acerca das biopolíticas como estratégias do poder normalizador. O texto está organizado em duas seções, nas quais discutiremos a condição médica no Piauí na década de 1930 e 1940, dando ênfase às questões relativas à medicina obstétrica. O intuito é determinar, por meio dos dados oferecidos, como essas questões influenciaram as práticas do partejar.

Misericórdias e partos: a condição médica no Piauí

A história da saúde é um campo que vem, com o passar dos anos, ganhando cada vez mais espaço dentro dos estudos e preocupações da história. A percepção trazida por Le Goff (1990, p. 10) do fato histórico como algo não dado e acabado nos leva a uma dimensão global de objetos de investigação disponíveis neste campo. Corpo, mente, sexualidade e doenças passam a ser objetos de estudo da história. A doença, para além da concepção biológica, passa a ter uma história. Essa problematização feita em torno da saúde, primeiramente por médicos higienistas em suas teses e trabalhos, subdivide-se em dois campos de investigação: a teológica e a hierarquizada.

Na teológica, temos a história da medicina sobre as práticas alternativas de saúde feitas por curandeiros e parteiras. Na hierarquizada, temos que estes estudos passam por um preconceito da medicina sobre outras artes e ofícios de cura. Ou seja, a história "oficial" feita pela medicina sobre a saúde incluía no seu rol uma visão pequena, restrita e, por vezes, preconceituosa sobre outras práticas. Neste ponto, a necessidade de se dar visibilidade sobre estas particularidades dentro da história da saúde é o norte que principiou esse trabalho. O parto, assim como o curandeirismo e o xamanismo, é vertente de uma história que, por muito tempo, foi vista sobre o espectro de uma classe.

Neste sentido, temos que entender que, ao levarmos a doença para além da dimensão biológica, devemos colocá-la como fruto de uma construção social e cultural, para então compreendermos além dos sintomas. Surge neste sentido uma questão: o parto é uma doença? A resposta mais coerente para esta questão é não, visto que todos os fenômenos que envolvem a gestação, o parto e o puerpério, são condições fisiológicas da mulher, ou seja, parte-se do biológico, mas a condução e a não assistência ou a assistência alternativa arduamente criticada pela classe médica durante o final do século XIX e boa parte do XX, geravam doenças. Logo, dentro da história do Brasil no século XX, a concepção do nascer, principalmente no Brasil pós-1930, compreendeu algo que deveria ser amparado pela classe médica para remediar ou diminuir os problemas gerados pela má assistência à saúde da mulher e da criança.

Deve-se entender que a gravidez e o parto são eventos sociais que integram a vida de homens e mulheres. Os profissionais envolvidos são coadjuvantes nesse processo, mas não percebem que esse momento é biológico e os mergulha em concepções técnicas e científicas. O corpo vira o esboço onde o patológico é mais valorizado. A saúde não deve se restringir, como fato dado pela historiografia médica, à prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação, mas deve ser abordada numa dimensão cultural, histórica e antropológica (BRASIL, 2001, p. 12). Condições externas influenciam as condições naturais e fisiológicas do corpo.

Logo, para a história, muito além do estudo das doenças propriamente ditas, temos a percepção de outro campo de investigação: o das doenças sociais. Essas doenças são as condições externas, como, por exemplo, alimentação, educação e finanças, que interagem com as questões naturais. Isso se relaciona à nossa problemática no sentido de que, durante as décadas de 1930 e 1940, no Brasil, as condições sociais são marcos e pesos que mediam as políticas públicas de saúde e o assistencialismo, principalmente no que se refere à saúde da mulher e da criança. Ratificamos, novamente, que o parto não é uma doença, mas as causas que levam à mortalidade materno-infantil, antes, durante e após o parto os são, e socialmente identificáveis.

Ao analisarmos essas condições determinantes, deve-se acrescentar ainda fatores relacionados à própria condição de gênero no período, por refletir sobre as mesmas concepções e padrões culturais dominantes no Brasil. Essa condição que marcar o estereótipo masculino e feminino marca a atuação dos médicos nas questões relacionadas à saúde da mulher. O discurso materno-infantil, presente no Brasil desde os meados do século XX, e dentro do Piauí com a exaltação da concepção das maternidades, traz intrínseco no seu ideário muito mais que a proteção da mulher das vulnerabilidades às quais poderiam ficar expostas, mas sim concretiza, em seu bojo, um processo de manutenção das relações de poder entre os sexos.

Foucault já debatia isso ao relacionar o poder envolvido nas relações de sexo:

> Toda esta atenção loquaz com que alvoroçamos em torno da sexualidade há dois ou três séculos não estaria ordenada senão em função de uma preocupação elementar: assegurar o povoamento, reproduzir a forma de trabalho, reproduzir as formas de relações sociais; em suma, proporcionar uma sexualidade útil e politicamente conservadora (FOUCALT, 1980, p. 37-38).

A medicalização e a interferência do Estado nas questões referentes à saúde, que anteriormente era exercida de maneira liberal e filantrópica, abrem um período de expansão do assistencialismo médico e formação de profissionais habilitados cientificamente para exercer tais funções. Ou seja, foi um período em que a medicina alternativa foi colocada como alvo de críticas e controvérsias, não apenas pelas questões científicas envolvidas, mas também como um ordenamento social das questões que dizem respeito à condição de gênero. Médicos, majoritariamente homens, conduzindo questões que eram pertinentes ao campo do feminino.

Ao tomarmos como exemplo um programa desenvolvido durante a década de 1930, chamado de "assistência pré-natal" e que fez parte do rol de programas desenvolvidos dentro do processo de institucionalização do parto, percebemos que a função desse projeto era observar e assistir o desenvolvimento de recém-nascido, de forma saudável e rentável por meio de sistemas e atendimentos

regulamentados que dispensavam o auxílio de parteiras para a diminuição dos índices de mortalidade infantil que assombravam o período.

Em nenhum momento este programa se preocupa com a proteção da mulher, mas sim com a puericultura intrauterina, ou seja, com os futuros cidadãos que dali viria. Com relação a isso, no Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, culparam-se até mesmo as mulheres pelas elevadas taxas de mortalidade infantil observadas no período. Sendo que o que fundamentava essa afirmação seriam as práticas adotadas para o cuidado dos seus filhos, tais como: troca de amamento, ou seja, as amas de leite, a questão da higiene pessoal, entre outros fatores. Com essas primeiras impressões gerais, vamos agora determinar o que foi a condição de institucionalização do parto no Piauí.

O termo instituição engloba um conjunto de saberes, ou seja, ideologias e linhas de pensamento político e social, e práticas que correspondem a maneiras de intervir na vida dos indivíduos dentro da sociedade. Podemos pensar as condições de institucionalização da saúde no Brasil, durante o início do século XX, como um jogo de táticas e estratégias (CERTEAU, 2008). De um lado, temos as estratégias utilizadas pelo poder dominante para impor a nova condição de constituição social e política do país, no período retratado pela pesquisa, utilizando-se de uma corrente de pensamento científico defendida pela classe médica vigente e facultada às classes urbanas como modelo técnico, muito antes que seguido, imposto. Do outro lado, temos as estratégias de fuga utilizadas pela população para burlar a nova ordem. O parto, quando se refere à institucionalização do período, articula-se neste jogo.

De uma maneira clara, a lógica do processo funcionava assim: havia sido imposto, no Brasil, um conjunto de políticas públicas de saúde, que perfaziam um rol de imposições médicas e científicas que ordenavam a vida social por meio práticas médicas institucionalizadas, tanto estruturalmente – e nesse caso vale ressaltar que essa forma seria tanto física, com a construção de hospitais e maternidades, como burocrática, por meio dos órgãos públicos que foram criados desde 1920 para "defesa" da saúde da mulher e das crianças – bem como de pessoal, visto a profissionalização da saúde galgada rapidamente a

partir de 1930. Essa profissionalização era uma forma direta de separar os profissionais de saúde dos ofícios de saúde, o que, por sua vez, excluiria os agentes alternativos, como parteiras leigas, curandeiras, benzedeiras, entre outros.

A população feminina, gestante e lactante do período, que, em muitas ocasiões foi acusada do quadro de mortalidade infantil que acometia o Brasil, não recorria a hospitais, tampouco a maternidades para atendimento de saúde, sendo um comportamento muito comum, neste recorte, a utilização de uma parteira familiar ou uma rezadeira da região para cuidar do tempo que levaria a gestação. A prática da medicina exercida por parte de um grande grupo hegemônico, como afirma Madel Luz em *As instituições médicas no Brasil*, defendeu sua institucionalização através de políticas de saúde, saberes médicos e suas práticas de atenção, o que objetivava a manutenção do controle social (LUZ, 1981), logo, esses comportamentos vão sendo relativamente sobrepostos, mas não deixam de existir. A parteira, sendo leiga ou não, foi um agente de manutenção da saúde.

No Piauí, a história da institucionalização do parto está intrinsicamente relacionada à constituição da própria súmula histórica da obstetrícia no Estado. A obstetrícia, segundo Rezende (1969), é o ramo da medicina que se preocupa com os fenômenos da reprodução da mulher, tendo como foco a gestação, o parto e o puerpério, bem como ela dita as regras de atuação e assistência em condições normais e anômalas.

No início do século XX, ainda não se tinha registro de atuação médica especializada no campo da obstetrícia no Piauí (PARENTE, 2003, p. 168). O primeiro médico que aportou no Estado data do século XIX, o Cirurgião-Mor José Luís da Silva, que nasceu em Lisboa e veio estabelecer residência em Oeiras, em 1803, e faleceu em 1842, atuando até o final da vida como médico, mas não há nenhum registro de que tenha exercido a obstetrícia aqui. Para Joaquim Vaz Parente (2003, p. 168), acredita-se que "a prática da assistência ao parto até o início deste século era feita no Piauí de modo exclusivo, ou quase, por parteiras leigas com conhecimentos primários sobre norma de assepsia, ou mesmo de manobras indispensáveis ao exercício deste mister".

Na primeira metade do século XX, a obstetrícia foi colocada de forma significativa, como meio técnico de se preservar a saúde materna. Ou seja, as técnicas eram desenvolvidas para preservar a saúde da mãe em detrimento à da criança. A maneira como o corpo feminino foi tratado a partir do momento em que este se transformou em objeto de saber e prática médica traz conjuntamente o conceito de medicalização. Segundo Elizabeth Nagahama e Silvia Maria Santiago (2005), essa medicalização do corpo feminino, que permeia a obstetrícia, compreende todo um processo que transforma aspectos da vida cotidiana em objetos da medicina, de forma a assegurar a continuidade de determinadas normas sociais. Retorno, com isso, à Foucault (1982), no qual afirma que a manipulação dos corpos é institucionalizada como uma forma de controle das classes pelo poder dominante.

Segundo os médicos Ursulino Veloso Martins e Renato Ferreira Paz,

> o despertar da medicina no Piauí ocorreu nos anos trinta, quando foi ampliada a Santa Casa de Misericórdia, no campo de Marte, em Teresina, que passou a contar com uma enfermaria de Obstetrícia com aproximadamente quarenta leitos, entregues aos cuidados do Doutor João Emilio Falcão Costa (MARTINS; PAZ, 2003, p. 127).

Observe que, no que tange à história social da medicina no Piauí, deve-se levar em conta a importância das instituições de caridade. As Santas Casas de Misericórdia representavam a face caritativa do Brasil, que dura até meados de 1938. Na década de 1940, inicia-se a fase assistencialista e filantrópica, em que vemos a transformação das unidades onde funcionavam os hospitais de caridade em centros hospitalares. A filantropia diferencia-se da caridade com relação aos seus objetivos. Muito mais que assistir, era preciso modificar o destino dos indivíduos, dando-os suporte e direcionamento.

No Piauí, contávamos com duas Santas Casas, sendo uma localizada em Teresina e outra, em Parnaíba. As duas funcionavam como pontes regulares de trânsito de pacientes, onde os serviços oferecidos serviam para regularizar de forma discreta a falta de um aparato hospitalar efetivo no Estado. Em Teresina, o Hospital de

Caridade data de muito antes da mudança da capital, em 1849, visto que o primeiro foi instalado em Oeiras. Foi no ano de 1854 que o mesmo passou a funcionar regulamente numa dependência de quartel de polícia (GUIMARÃES, 2003, p. 79).

Com problemas de ordem estrutural e de subsistência, o mesmo foi trocado de lugar, onde, na lateral do campo de marte, foi construído o Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Teresina. Segundo o seu regulamento, conforme decreto provincial n° 25, de 22 de Abril de 1890, o hospital ficaria a cargo da irmandade e ofereceria seus serviços conforme a natureza das doenças, divididas entre a clínica geral e a clínica cirúrgica, que abrangia as atividades para parturientes.

Até 1925, as Santas Casas do Piauí contavam apenas com médicos generalistas, visto que existiam apenas esses hospitais. Vale destacar a composição clínica do hospital no período, com destaque para os médicos João Virgílio dos Santos, Freire de Andrade, Anfrísio Lobão Veras Filho, José Marques Rocha e Jarbas de Sousa Avelino (GUIMARÃES, 2003, p. 80). Ficavam confiados aos médicos, neste primeiro momento, as cirurgias em sua grande maioria, sendo os partos relegados às parteiras, salvo os casos mais complicados. Na década de 1930, chegaram ao Piauí os primeiros médicos especialistas em obstetrícia, tais como João Emílio Falcão Costa e Antônio Maria Resende Correia.

Os dois médicos citados, conjuntamente com o radicado José Furtado Beleza, compõem a primeira junta médica responsável pelos partos de barriga aberta no Piauí[4]. Segundo Humberto Guimarães (2003, p. 81), vale destacar, também, a presença do médico pediatra Lindolfo Monteiro, que fora provedor do hospital a partir de 1920. O hospital da caridade do Piauí, assim como os demais hospitais de mesma linha no Brasil, sobrevivia das doações e de uma contrapartida do governo, que repassava as verbas de forma precária. No Piauí, as instituições hospitalares de Caridade, como a Santa Casa de Misericórdia, eram tentativas do governo de omitir-se dessa responsabilidade social, no que concerne aos serviços de prestação de saúde. A funcionalidade da Santa Casa até meados de 1930

4 Cirurgias Cesarianas.

caracterizava-se como uma divisão de responsabilidades no que tange a saúde.

No dia 5 de maio de 1940, foi inaugurado o então Hospital Getúlio Vargas, que recebeu os serviços oferecidos no hospital da caridade, passando a atender com um número maior de especialistas, haja vista o porte do estabelecimento e os investimentos feitos para tal empreendimento. Carvalho Junior (1989, p. 45) afirma que o Hospital Getúlio Vargas, pelo seu porte e empreendimento, acabou ligando do norte ao sul, bem como com as divisas geográficas com o Maranhão, tornando uma referência o atendimento médico hospitalar do Estado.

Durante o período que decorre sua construção, não existiu por parte do Departamento de Saúde Pública Nacional, envio de repasses ao empreendimento, solicitados pelo governador Leônidas de Castro Mello. Os recursos para construção dele foram provenientes de verbas próprias do Piauí. O hospital se configura como marco do processo de institucionalização dos aspectos relacionados à saúde pública no Estado.

Para Foucault,

> O primeiro fator da transformação foi não a busca de uma ação positiva do hospital sobre o doente ou a doença, mas simplesmente a anulação dos efeitos negativos do hospital. Não se procurou primeiramente medicalizar o hospital, mas purifica-lo dos efeitos nocivos, da desordem que ele acarretava. E desordem aqui significa doenças que ele podia suscitar nas pessoas internadas e espalhar na cidade em que estava situado, como também a desordem econômico-social de que ele era foco perpétuo (FOUCAULT, 1998, p. 79).

Era preciso muito mais que construir hospitais, como uma ação positiva que levaria a uma regularização dos aspectos relacionados a falta de atenção a este serviço dado a sociedade. Era preciso antes, desmitificar a função social do hospital em suma, para que ele fosse visto pela população não como um lugar que propagaria doenças, mas sim, como veículo disseminador de tratamentos. A população geral do período acreditava que os centros de saúde eram vistos como lugares de infortúnios. Alega-se o atendimento as classes mais abastadas, mas

reafirmava-se também a questão do hábito do atendimento domiciliar, seja por médicos, seja por profissionais não formados.

O grande impacto da inauguração do Hospital Getúlio Vargas para a constituição do parto institucionalizado no Piauí se refere à própria organização, ou melhor, reorganização dos serviços prestados em relação às parturientes, gestantes, lactantes e puérperas. O ambiente contava para além das clínicas já existentes, uma seção voltada para a pediatria, chefiada pelo então médico Noronha de Almeida. O corpo clínico coube à responsabilidade do doutor Lineu da Costa Araújo que, na década de 1970, viria a se tornar reitor da Universidade Federal do Piauí. O hospital também contava, já na transição do regime para uma redemocratização, em 1946, com a chefia do médico e governador do Piauí, José da Rocha Furtado.

Quanto à clínica obstétrica, que configurou a própria razão institucional de transformações no que tange aos aspectos relacionados à medicina do parto, ficou ao cargo do médico João Emílio Falcão Costa. O Hospital contava com uma ala destinada às gestantes, puérperas normais e infectadas, duas salas de parto e um berçário, sendo comum o uso das duas salas de cirurgia do local. Ainda podemos apontar nominalmente alguns médicos que atuaram e tiveram uma grande importância nesse período para a história da medicina estadual: doutor Ursulino Veloso de Sousa Martins e Renato Paz, notáveis obstetras que atuaram na clínica médica do Getúlio Vargas.

As enfermeiras parteiras que trabalhavam no recinto, com formação em escolas de enfermagem e partos do Maranhão eram as senhoras Evangelina Lima e Inês Maria dos Santos. Essas mulheres foram transferidas da antiga Santa Casa para trabalhar dentro do hospital. No que tange aos aspectos relacionados à obstetrícia dentro do Hospital Getúlio Vargas, identificou-se que seu funcionamento se deu de 1941 até meados de 1954. Em 1945, o então diretor e coordenador clínico João Emílio Falcão Costa afastou-se do cargo para assumir funções públicas de mandato eletivo, não mais voltando a atuar no local.

A chefia passa para o então médico assistente doutor Ursulino Martins, que como dito, foi o único especialista, ao lado de Renato Paz, a trabalhar diretamente com as atividades relacionadas à ala

obstétrica. Na época, doutor Ursulino Martins tanto assumiu a chefia do hospital, bem como a diretoria do Instituto de Administração Hospitalar do Piauí. Foi idealizada em 1951, a construção da primeira maternidade pública do Estado do Piauí, tendo por incentivadores, os médicos Helvídio Ferraz, diretor de saúde do Estado, Crowmell Carvalho, diretor do pronto socorro Estadual e Renato Paz, diretor da clínica obstétrica. Em 23 de fevereiro de 1954, inaugura-se a Maternidade São Vicente, concretizando, segundo percebe-se, o projeto de institucionalização e medicalização do parto no Piauí.

Observa-se que durante as décadas de 1930 e 1940, no Piauí, os serviços prestados à população em relação à assistência médica e hospitalar ainda se concentrava na capital, sendo que nos interiores ainda era uma cena comum existirem os então centros de higiene e posto de saúde, que funcionavam na maioria das vezes como hospitais regionais. A saúde ficava concentrada na capital e no polo econômico do Norte, em Parnaíba, e ao Sul, em Floriano, sendo fragmentada em pequenos centros que além de enfrentarem as dificuldades para a sua manutenção, ainda tinham que educar as populações locais sobre o uso de técnicas e procedimentos.

A institucionalização e o partejar no Piauí

Analisar a institucionalização e as questões de saúde no Piauí entre as décadas de 1930 e 1940 é também observar que até meados dos anos de 1920 os aspectos relativos ao tema eram escassos e tidos como gastos volumosos e desnecessários. Durante a primeira república, no Brasil, as questões relacionadas à saúde não eram ditas como obrigação por parte do Estado, não promovendo, portanto, ações diretas de impacto nesta área. No Piauí, estas ações ainda se tornam mais precárias devido a própria dinâmica de articulação do governo com as finanças do Estado. Se a capital estava em grande parte desamparada de determinados serviços, devemos repensar a situação do interior.

A atuação das parteiras dentro de um contexto de descaso com a saúde pública no interior do Piauí realça a importante dentro da história, das práticas tradicionais de cura, que foram criticadas por uma ciência que historicamente levou séculos para se consolidar. A

medicina nasce das práticas e observações do corpo e da natureza das próprias coisas. O partejar, os curandeirismos, as rezas de cura, nascem também desta mesma prática, mas diferentemente da medicina que se afirmar como ciência pelas experimentações e técnicas desenvolvidas durante o início do século XVIII, valorizam as raízes e os conhecimentos transcritos oralmente de geração a geração.

Ao tratar do corpo feminino e de suas manifestações naturais, as práticas de atenção médica percebem "a gravidez e a menopausa como doenças, transforma a menstruação em distúrbio crônico e o parto em um evento cirúrgico" (EHRENREICH; ENGLISH, 1973, p. 5, tradução nossa). Diferentemente desta percepção, as parteiras, por ser uma tradição eminentemente feminina, conduziam a gravidez e o parto como eventos naturais, sendo reconhecidas por suas experiências pela comunidade, e viam seu oficio tal qual um sacerdócio. Tinham conhecimento de manobras durante o parto que facilitariam sua condução e por longas experiências, sabiam como "conduzir o puerpério, sendo por estes motivos, muitas vezes solicitadas pelas pacientes, por diversas razões, tanto físicas, como o pudor ao mostrar as genitálias, como psicológicas, por saberem que mulheres conheceriam melhor outras mulheres" (ARRUDA, 1989, p. 654).

Correa Anayansi Brenes (1991, p. 137), retrata algumas particularidades da constituição da arte obstétrica no Brasil, ao narrar que a "entrada de médicos inaugura não só um condicionamento do corpo feminino as questões científicas, como também a produção de um saber fisiológico e anatômico da mulher". No que tange a estes aspectos, podemos colocar que as parteiras são mediadoras entre o popular e o científico, a observação da natureza e a prática do exercício acadêmico. Como mediadora, a atuação das parteiras nos faz observar um período de transição em que o Piauí se encontrava. Em um quadro de institucionalização dos saberes médicos, onde a dificuldade em encontrar profissionais especializados da área médica e a falta de recursos para a qualificação, o partejar ainda continuava dando àquelas mulheres conhecedoras dos saberes da natureza feminina a hegemonia sobre o momento do parir.

Durante a década de 1930, existiu uma necessidade de se reorganizar os quadros de saúde no Piauí, que eram bastante

deficientes. Com a criação dos distritos de saúde, no total de três, em zonas estratégicas que dividiam o Piauí de norte a sul, a saber: um em Teresina, um em Parnaíba e por último em Floriano, temos uma tentativa do governo Estadual de inserção da saúde para além da capital. Os Centros de saúde instalados, que eram como intermediários dos hospitais, com menos custos, mas com elevado número de atendimentos, estavam espalhados pelos interiores. Para Marinho,

> Pode ser observado que, com base nos dados crescentes de atendimentos no Centro de Saúde de Teresina, os serviços pareciam funcionar regularmente. Em 1938, a partir de novembro, quando foi inaugurado o Centro, foram 3.772 atendimentos. No ano de 1939 o número foi de 47.773, em 1940 foram 52.531, já em 1941 foram atendidas 61.045 pessoas, o ano de 1942 terminou com 66.569 atendimentos e em 1943 foram 70.980 pacientes. Contudo, essa tendência não era verificada nas instituições congêneres do interior do Piauí (MARINHO, 2017, p. 173).

Alguns destes centros chegaram a ser transformados em simples postos de higiene, como o que aconteceu ao de Floriano, em 1943 (MARINHO, 2017, p. 173). O quadro geral não era diferente nos demais distritos, com falta de médicos, de material, sendo que alguns nem dispunham de serviço de enfermeiras visitadoras. Muito dos diretores desses centros como aponta Marinho, deixavam seus cargos visto aos problemas que enfrentavam (MARINHO, 2017, p. 174). Os projetos que nortearam a construção destes centros tinham por base a proteção também das mulheres e crianças, mas, devido ao limite de atendimentos que poderiam ser prestados, a maioria das pacientes tinha que vir à Teresina para encontrar determinados tipos de serviço.

Olavo Correa Lima, pediatra piauiense afirma que, em relação à situação destes centros, que "há a necessidade de estender a assistência higiênico-social à infância a todo o interior do Piauí, tarefa para muitas gerações, difícil e dispendiosa, na qual a iniciativa particular é de valor inestimável" (LIMA, 1941, p. 12-16 *apud* MARINHO 2017, p. 174). A afirmação do médico ratifica a lógica das inciativas privadas tomando partido em relação as políticas públicas de saúde, como as ações e prestações de serviço realizadas por parteiras.

O governo Estadual, a partir de 1943, seguindo uma linha de preparação e aperfeiçoamento dos quadros de prestadores de serviços em prol da saúde, criou cursos de preparação, comissionados pelo departamento nacional de saúde, sob a chefia do doutor Anastásio Ribeiro Madeira Campos, médico tisiologista, e o doutor Diógenes de Melo Rebelo, encarregado da saúde pública do Estado. Ambos os médicos citados eram membros do departamento de saúde pública do Estado do Piauí. Esses cursos tinham o intuito de preparar enfermeiras visitadoras, bem como microscopistas. Todos que direta e indiretamente trabalhavam com saúde eram aconselhados a fazer. Os cursos eram oferecidos tanto na capital, como diretamente nos postos de higiene pública espalhados nos interiores.

Com essa ação significativa, já no final dos anos de 1930 e início dos anos de 1940, os serviços de fiscalização da medicina começaram a ser rotineiros. Primeiramente com o cadastramento dos profissionais e, por seguinte, sua fiscalização. Em grande parte, isso se tornaria um marco da normatização da saúde nos interiores, visto o papel que deveria ser desempenhado por médicos, como a clínica de pacientes e o partejar, sendo feito por farmacêuticos e parteiras, tanto leigas como letradas. Segundo Leônidas de Castro Melo,

> Melhorada, grandemente, a organização do fichário dos médicos, farmacêuticos e cirurgiões-dentistas registrados pelo departamento, atualizando o fichamento dos doentes em uso de entorpecentes, a Fiscalização da medicina iniciou, em 1943, a prática salutar das visitas aos consultórios médicos e odontológicos e, principalmente, das farmácias (PIAUÍ, 1938, p. 54).

Todas essas ações visavam aplanar os problemas enfrentados pelos interiores com as questões de saúde. Como a diretoria Estadual de saúde ficou dividida em duas sessões, sendo uma técnica e outra administrativa, o Estado, ficou dividido em três distritos, com as respectivas sedes em Teresina, Floriano e Parnaíba, possuindo ainda dois centros de saúde e 14 postos de higiene espalhados pelos interiores.

Nos subpostos aconteciam atividades diversas, tais como imunização de pré-escolares, principalmente contra varíola, registro

de doenças diversas, aplicação de vacinas e tratamento clínico, menos internamento, pois os casos mais complicados sempre eram encaminhados para o centro de saúde mais próximos, como Floriano, ou diretamente para Teresina. No que tange ao atendimento das gestantes, lactantes, quase sempre eram feitos por parteiras, salvos os casos de complicações por parto que também eram encaminhados. Tendo por base as atividades presentes no relatório anual enviando pelo governador interventor durante o ano de 1938 sobre o subposto de Amarante, temos:

> Epidemiologia – casos confirmados de disenterias sem epiteto 8; sarampo 39; tracoma 20; imunizações feitas contra varíola 213; contra tifoide 572; lepra, sífilis e doenças venéreas – casos confirmados de sífilis 238; gonorreia 9; cancro mole 42, granuloma 6; injeções intravenosas arsênicas aplicadas 25; mercuriais 27; intramusculares arsênicas aplicadas 88; bismutadas 385; mercuriais 124; gonovacínicas 233;outras 166; doses de sulfanilamida aplicadas 758, pequenas intervenções cirúrgicas 91; curativos de sífilis 324;gonorreia 137; cancro mole 87; outros 383 (PIAUÍ, 1938, p. 75).

Observem que a maioria das ações presentes nos postos era de cunho profilático, de tratamento e prevenção, não de intervenção. Assim como no subposto de Amarante, estes tipos de procedimentos aconteciam em todos os 14 subpostos presentes no Estado. Isso retrata apenas uma margem da dimensão de descaso da qual se encontrava a saúde nos interiores. Economicamente, a dotação orçamentária para a saúde pública nos anos de 1930, segundo os registros do anuário geral estatístico do Brasil estavam orçados em 326:209$ repassados pela União, 421:943$ pelo Estado do Piauí, dos quais 121:048$ eram repassados aos municípios (BRASIL, 1936).

Já no ano de 1943, as dotações orçamentárias corriam na casa dos Cr$ 24.941.139,00, dos quais eram repassados ao departamento de saúde pública Cr$ 3.276.684,00, tendo como verba suplementar Cr$102.112,00 (PIAUÍ, 1938, p. 5). Mas a maioria dos repasses ficava concentrados na capital e poucos postos de higiene circunvizinhos àquela cidade. Essa falta de repasse debilitava a atuação médica nos interiores, fazendo com que, na maioria dos casos, as práticas alternativas de saúde fossem a única alternativa viável. No tocante aos

quadros de ação direta em prol da infância e da maternidade feitas pelo departamento de saúde do Piauí, por meio da repartição de proteção à infância, observamos que a atuação dos especialistas em obstetrícia foi algo bastante recente frente ao descaso presente em décadas anteriores aos anos de 1930.

Existiu a adequação de espaços dentro dos centros de saúde na capital para o atendimento a gestantes e a necessidade de construção de um espaço próprio de atendimento que entrasse no rol de políticas públicas em prol da maternidade, mostraram que no Piauí, durante os anos de 1930 e 1940, era bastante irrisório. Constata-se por meio de mensagens enviadas pelo interventor estadual que o número de atendimentos, se contarmos com as pacientes que migravam entre os centros dos distritos, eram ainda irrisórios frente à dimensão populacional do Piauí (PIAUÍ, 1938, p. 6). Dessa forma, demonstra-se que, por meio da organização distrital, os interiores ainda eram centros debilitados de atendimentos clínicos e especializados para a maternidade.

Mesmo não atuando diretamente, as parteiras eram responsáveis por trazer ao seio da sociedade diversos novos cidadãos, em sua grande maioria com partos bem-sucedidos. Tanto os serviços prestados pelas parteiras, como as ações governamentais em prol de uma sistematização da saúde pública, norteiam e são identificadores de um processo de construção da política social brasileira durante o governo de Getúlio Vargas. As ações voltadas para a saúde das crianças e mulheres assumiram um papel bastante intervencionista e autoritário, tendo em vista o crescimento da nação, baseado num viés ideológico de que por meio de uma renovação do povo se podia reestruturar o Brasil. Vale ressaltar também a importância do período para a história da política social brasileira, pois foi durante as décadas de 1930 e 1940 que estabelecemos as bases para a construção de uma concepção de práticas assistencialistas de saúde pública.

Considerações Finais

No artigo, ao discutirmos a condição médica dentro do Estado, observamos como se deu a constituição e o desenvolvimento da classe médica aqui, e a relevância desta atuação profissional. Observamos

a constituição das instituições médicas hospitalares, onde se conclui que a construção dos hospitais, sejam eles posto de higiene ou centros de saúde, marcaram a própria efetivação das institucionalizações dentro do Piauí. Com isso, percebemos como se deu a instituição da medicina obstétrica no estado, a relevância dos especialistas, bem como a necessidade, mesmo que supervisionada, das parteiras.

A institucionalização da saúde, enquanto conceito, foi construído e desenvolvido através da percepção teorizada por Foucault sobre a normatização das sociedades, pela instituição de um discurso de poder. O poder, para o nosso caso, se desenvolveu enquanto biopolíticas públicas que atuaram durante as décadas de 1930 e 1940 e implicaram na reestruturação dos quadros, instituições e regularização dos profissionais em saúde. Perceber com isso que está institucionalização foi além do que observa as transformações que os setores relacionados à saúde vão passando, mas sim, questionar o sentido principal que essas mudanças provocariam. Espera-se com isso, que os temas aqui trabalhos, bem como outros, venham a despertar o interesse do corpo acadêmico para as questões pertinentes a história e saúde, campo do qual cada vez mais vem ganhando destaque dentro das discussões acadêmicas.

Referências

ARRUDA, A. Um atendimento ao parto para fazer ser e nascer. In: BRASIL. Ministério da Saúde. *Quando a paciente é mulher*. Relatório do Encontro Nacional da Campanha saúde da Mulher: um direito a ser conquistado. Brasília, 1989. p. 35-42.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Parto, aborto e puerpério*: assistência humanizada a mulher. Brasília: Secretária de políticas de saúde, 2001.

BRENES, Correa Anaysansi. História da parturição no Brasil. *In*: *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 135-149, abr./jun,1991.

CARVALHO JÚNIOR, Dagoberto. *A obstetrícia no Piauí*. Recife: Apipucos, 1989.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*: artes de fazer. v. 1. Petrópolis: Vozes, 2008.

EHRENREICH, Bárbara; ENGLISH, Deirdre. *Complaints and disorders*: the sexual politics of sickness. Londres: Writers and Readers, 1973.

FOUCALT, Michel. *História da sexualidade*: a vontade do saber. v. 1. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

GUIMARÃES, Humberto. História da Santa Casa de Misericórdia de Teresina. *In*: SANTOS JÚNIOR, Luiz Airton (Org.). *História da medicina no Piauí*. Teresina: Academia de Medicina do Piauí, 2003. p. 156-180.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1990.

LIMA, Olavo Alexandrino Corrêa. Assistência à infância no Piauí. *Revista da Associação Piauiense de Medicina*, Teresina, p. 12-16, 1941 *apud* MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. *Manter sadia a criança sã*: as políticas públicas de saúde no Piauí de 1930 a 1945. 2017. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. p. 174.

LUZ, Madel Therezinha. *As instituições médicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. *Manter sadia a criança sã*: as políticas públicas de saúde no Piauí de 1930 a 1945. 2017. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. 231f.

MARTINS, Ursulino Veloso de Sousa; PAZ, Renato Ferreira. História da Maternidade São Vicente. In: SANTOS JÚNIOR, Luiz Airton (Org.).

História da medicina no Piauí. Teresina: Academia de Medicina do Piauí, 2003. p. 127-130.

MOTT, Maria Lúcia. Assistência ao parto: do domicílio ao hospital (1830-1960). *In*: *Projeto História*, São Paulo, v. 25, p. 197-219, dez. 2002. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/10588/7878. Acesso em: 5 mar. 2019.

NAGHAMA, Elizabeth Eriko Ishida; SANTIAGO, Silvia Maria. A instituição médica do parto no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 651-657, abr. 2005. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/csc/2005.v10n3/651-657. Acesso em: 20 abr. 2019.

PARENTE, Joaquim Vaz. História da obstetrícia. *In*: SANTOS JUNIOR, Luiz Airton (Org.). *História da medicina no Piauí*. Teresina: Academia Piauiense de Medicina, 2003. p. 165-169.

PIAUÍ. Governo 1938. *Mensagem apresentada ao Governo Federal pelo Exm. Sr. Dr. Leônidas de Castro Mello, governador do estado do Piauí, no dia 1º de junho de 1938*. Teresina: Tip. do Piauí, 1938.

REZENDE, J. *Obstetrícia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1969.

Memória e vida: as memórias da emancipação política de Água Branca sob diferentes perspectivas (Piauí, 1954)[1]

Ábdon Eres da Silva Neto[2]

Introdução

O município de Água Branca do Piauí, localizado a aproximadamente 100 km da capital Teresina, conseguiu sua emancipação política em julho de 1954. Na localidade a data é comemorada todos os anos com festas, apresentações culturais ou discursos valorativos assim como em outros municípios. É imprescindível que se discuta como esse acontecimento político, que teve reverberações sociais e culturais, repercutiu entre os moradores. Neste artigo nos ateremos às memórias, colhidas mediante a metodologia da história oral, meio pelo qual percebemos os significados que a criação do município teve (e ainda tem) para eles. Tais significados – substâncias que permeiam suas memórias – são ainda elementos que nos permitem entender como tal acontecimento tocou cada um deles.

1 Este texto é fruto das discussões e reflexões realizadas na dissertação de mestrado do mesmo autor, defendida em 2018 no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí.

2 Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí. Email: abdon_eres@hotmail.com

Para analisar isso escolhemos a entrevista de quatro moradores da localidade que, à época da emancipação, realizavam atividades diferentes no seu dia a dia, para então observarmos como a criação do município os atingiu: Pedro Alves dos Reis (militante político), Milton Floriano Siqueira (vivenciou a emancipação política enquanto criança), Maria Soares Macedo (professora e contadora) e José Alves Teixeira (comerciante). Para analisar essas narrativas consideramos, a partir de Maurice Halbwachs (1990), o caráter coletivo da memória e, na perspectiva de Michael Pollak (1989, p.12), o trabalho psicológico do indivíduo em atenuar "as contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais". E, sem fugir às noções desses dois autores, as pesquisas de Éclea Bosi (1994), sobre memórias de velho e as de Verena Alberti (2005), sobre história oral, onde ressalta que esta é um terreno propício para analisarmos as representações e subjetividades do passado como dados objetivos.

A memória política de Pedro Alves dos Reis

> Eu quero em primeiro lugar dizer aqui, gravar aqui, o seguinte, meu nome é Pedro Alves dos Reis, nascido em Castelo do Piauí, no dia 10 de janeiro de 1928, filho legítimo de João Alves dos Reis e Maria Alves de Lima. Cheguei na cidade de Água Branca em 1950. Era, justamente, povoado de São Pedro do Piauí. Quando foi em 1954 Água Branca nascia na sua emancipação política e social. Vi, Água Branca nascer. [...] Então, como eleitor de Água Branca, que participei justamente do primeiro pleito político de Água Branca desde 54 até 2018 [...] Ajudei a criar alguma coisa, entre elas, a Prefeitura Municipal de Água Branca. Votei. Votei para comprar o terreno aonde é chamado Cemitério Novo, Cemitério Santo Antônio e continuava Água Branca assim. Então eu quero dizer aqui, a você, uma coisa é que mesmo eu tendo trabalhado 4 anos para Água Branca de graça como vereador, mas me sinto muito honrado [...] Quero dizer também uma coisa: eu tenho quatro irmãos já sepultados aqui em Água Branca, tudo isso que foi emigrado lá de Castelo do Piauí até aqui. Mamãe é sepultada aqui no cemitério. Minha ex-mulher é sepultada aqui. Depois casei, está aqui minha querida esposa [refere-se à senhora sentada quase à sua frente], justamente, Gonçala Ferreira da Silva Vitalina tem quatro filhos e três netos e, finalmente, vivo muito bem com ela graças a Deus. Esse é o meu testemunho! (REIS, 2018).

Falando como quem se dirige à posteridade ("eu quero [...] gravar aqui") Pedro Alves dos Reis, aposentado, ao ser perguntado sobre a criação da cidade de Água Branca narrou, em um resumo linear e que parecia decorado, a sua trajetória de vida: o seu nascimento em Castelo do Piauí, a ida para Água Branca, a época em que foi vereador, a perda da primeira esposa e o segundo casamento. O entrevistado selecionou os fatos da sua vida que desejava ressaltar, convertendo em palavras mais de nove décadas de experiência. De acordo Michael Pollak (1989), ao relatar sua história de vida, o sujeito tende a organizar a narrativa de forma coerente (definindo uma relação lógica entre os acontecimentos) e contínua (obedecendo uma ordem cronológica) acreditando que esses elementos sejam garantias da veracidade do que está sendo contado.

Figura 12 Pedro Alves dos Reis e sua esposa Gonçala Ferreira da Silva Vitalina

Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2018.

Mais que um conjunto de fatos, esse resumo deve ser considerado, tal qual aponta o já referido autor, "como instrumentos

de reconstrução da identidade" (POLLAK, 1989, p.13). Pedro Alves dos Reis enquadrou suas informações pessoais na história política do município criando a imagem de alguém que participou ativamente dela: "Vi Água Branca nascer", "participei do primeiro pleito político", "Votei para comprar o terreno", "eu tenho quatro irmãos já sepultados aqui". Esses são elementos que reforçam a sua conexão com o município, atestando para os seus ouvintes a importância e consistência do seu testemunho. Acreditamos que a entrevista em si, que representa a possibilidade de salvaguardar o que está sendo dito, foi algo que ajudou a definir a forma como o entrevistado nos apresentou a sua narrativa. Para Pollak (1989), o contexto em que uma história de vida é relatada pode influenciar na maneira como ela é apresentada. Assim, é interessante atentarmos para a possibilidade de a gravação da entrevista poder ser vista pelo entrevistado como um meio eternizar os feitos e comunicá-los a outros. É um trabalho de reconstrução de si e nos interessa na medida em que é, através dele, que o indivíduo define o seu lugar social e suas relações com os outros.

Essa relação com o social foi pertinente, pois nos ajudou a entender a partir de que lugar o indivíduo formou seu ponto de vista sobre algo. Quando perguntamos a Pedro Alves dos Reis o que tinha em Água Branca quando ele se mudou para lá, o entrevistado centrou sua resposta nos ofícios por ele executados desde quando veio morar na nova localidade. A memória sobre seus trabalhos se expressou no início pela especificação da função e da potencialidade das máquinas em que trabalhou. Parte de uma memória grupal, já que é usado o "nós" e muda de foco para a descrição de uma experiência particular, relatando que mudou de profissão algumas vezes. Ele diz

> Naquela época, que eu cheguei em Água Branca, aqui nós chegamos a ter uma base de 12 máquinas Zacarias de Pilar arroz. Tinha Máquina Zacarias que pilava 12 sacos, por hora, quer dizer, 120 sacos de arroz em 10 horas. Eu trabalhei em máquinas Zacarias aqui, montei máquina Zacarias. Cheguei ao ponto de ser comprador de arroz. Mudei de comprador de arroz para motorista de Praça. Fui o primeiro motorista a botar um carro e esperar para trabalhar e ganhar, e trabalhei na região todinha (REIS, 2018).

Para compreender essa forma de lembrar do entrevistado consideramos pertinente a análise de Bosi (1994), sobre a memória do trabalho dos sujeitos que entrevistou em sua pesquisa acerca de memórias de velhos. Segundo a referida autora, precisamos considerar duas significações do trabalho: "sua repercussão no tempo subjetivo do entrevistado e sua realidade objetiva no interior da estrutura capitalista." (BOSI, 1994, p. 471).

A primeira dimensão se refere à penetração da atividade na vida psicológica do indivíduo, no seu cotidiano. Segundo a autora "todo e qualquer trabalho, manual ou verbal, [...] acaba-se incorporando na sensibilidade, no sistema nervoso do trabalhador; este, ao recordá-lo na velhice, investirá na sua arte uma carga de significação e de valor talvez mais forte do que a atribuída no tempo da ação" (BOSI, 1994, p. 471). Pedro Alves dos Reis trata dos seus ofícios com orgulho, pois ressaltou, em outro momento da entrevista, a importância deles na época em que os executava: "Fui o primeiro motorista a botar um carro e esperar para trabalhar e ganhar, e trabalhei na região todinha [...] Então, eu fui o motorista que cuidei muito de pessoas, porque naquela época não tinha ambulância em Água Branca, está entendendo" (REIS, 2018).

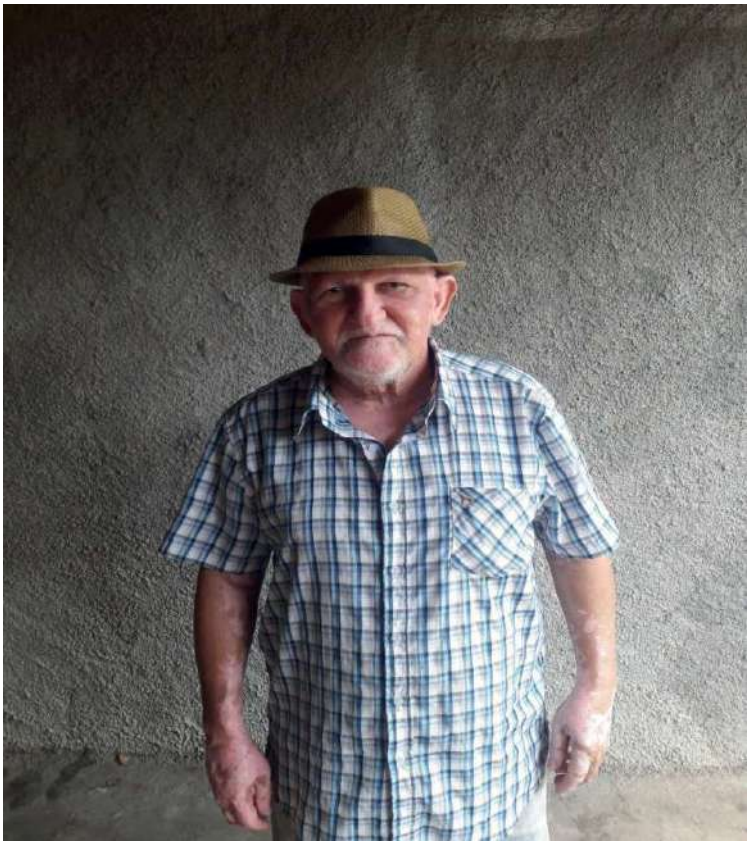
A segunda dimensão nos permite pensar que esses trabalhos, além de uma fonte de rendas para Pedro Alves dos Reis, significaram a sua inserção no sistema capitalista: "Ele [o trabalho] é um *emprego*, não só como fonte salarial, mas também como lugar na hierarquia de uma sociedade feita de classes e grupos de *status*." (BOSI, 1994, p. 471). Mais que uma descrição, a fala do entrevistado demonstra que ele fazia parte de um grupo com poder aquisitivo suficiente para adquirir máquinas de descascar arroz: "nós chegamos a ter uma base de 12 máquinas".

Nesse sentido, as suas memórias sobre a emancipação de Água Branca é de quem teve participação nos assuntos políticos da localidade, fato que norteou suas explicações acerca desse acontecimento: "Quando nós criamos o município de Água Branca [...]", "Nós queríamos emancipar Água Branca porque nós queríamos ter nosso próprio prefeito [...]". Ele lembra como representante de um grupo político, mesmo que já não tenha uma atuação direta.

Então, percebemos que a narrativa de Pedro Alves dos Reis é pautada pelo viés político. Ele vivenciou esse momento de perto, como integrante do grupo de pessoas que estava mais envolvido com os trâmites do processo. Desta maneira, os fatos relacionados à sua vida pessoal associam-se aos eventos políticos da localidade, sem deixar que os primeiros se sobrepusessem a estes últimos em grau de importância. O entrevistado ressaltou sua atuação no município e até fatos que poderiam se justificar por causas pessoais como a mudança de trabalho é justificada pela função de vereador desempenhada no município.

A memória de infância de Milton Floriano Siqueira

Figura 13 Milton Floriano Siqueira



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2019.

Milton Floriano Siqueira nasceu em Água Branca, em 1944, quando esta ainda era subordinada a São Pedro do Piauí. Aposentado pela prefeitura do município que seria criado posteriormente, esse entrevistado apresentou, desde o início da sua narração, familiaridade

com os assuntos políticos municipais, discorrendo detalhadamente episódios que dataram de quando ele ainda era criança. A emancipação política de Água Branca aconteceu em 1954, quando ele tinha 10 anos de idade, no entanto ele diz recorda-se de um episódio que aconteceu antes disso.

> Lembro de um comício que o candidato era Cleanto Jales de Carvalho, candidato a prefeito de São Pedro e prometeu botar luz, botar luz elétrica no povoado. E o Raimundo Rodrigues Matos que era pretenso a ser prefeito daqui de Água Branca não acreditou e disse: se ele colocasse luz aqui em Água Branca ele vestiria saia e esta promessa ele cumpriu e o Raimundo Matos não vestiu a saia. Das lembranças que eu tenho aqui como povoado, aqui era povoado na época... campanha política era de São Pedro do Piauí (SIQUEIRA, 2018)

Como seria possível que Milton Floriano Siqueira, com a idade que possuía, fosse capaz de lembrar com exatidão de acontecimentos políticos e mais, ser capaz de discernir os grupos que disputaram as propostas e formas de pensamento que julgamos serem muito difíceis de acompanhar com aquela idade? Maurice Halbwachs (1990), e a ideia de que lembramos a partir de um contexto social nos ajudou a pensar essa memória. Ao refletir sobre as lembranças de infância Halbwachs (1990, p. 46) afirma que "uma corrente de pensamento social normalmente é tão invisível quanto a atmosfera que respiramos", realçando que por mais que achemos que uma lembrança mais profunda esteja imune aos quadros sociais, o que acontece é que estamos tão ligados a ela que não percebemos a sua existência.

A título de exemplo, o referido autor cita o caso de Charles Blondel. Blondel diz que, na época de criança, quando estava explorando uma casa abandonada afundou metade do corpo em um buraco. O sujeito que recorda, reforça que lembrou sozinho, pois não estava com os pais e nem contou para eles sobre esse acidente. Entretanto, ressalta Maurice Halbwachs (1990, p 46), "ele pensava nos seus e estava sozinho apenas em aparência [...] É o pensamento da família ausente que fornece o contexto [...]" e assim a criança não precisa reconstituir o ambiente da lembrança, porque já se apresenta nesse mesmo contexto. O que Maurice Halbwachs quer chamar a

atenção é para o motivo que fez essa lembrança ser conservada, o que teria feito Charles Blondel lembrar esse episódio. E a resposta está na própria família, ou melhor, na ausência dela. O ambiente diferente, o susto de estar num lugar não familiar, o medo e a insegurança de estar longe dos pais é o que lhe fez lembrar.

Isto também se aplica à lembrança de Floriano Siqueira. Ele não lembra sozinho, mas de dentro do ponto de vista de outros grupos. "A família é o grupo do qual a criança participa mais intimamente nessa época de sua vida e está sempre à sua volta" (HALBWACHS, 1990, p. 46); por mais que o entrevistado não mencione seus pais ou parentes, podemos sugerir que a sua recordação foi construída pelo contato dele com o círculo de pessoas adultas em seu entorno (pais, avós, amigos, vizinhos, etc.). É, assim, uma memória coletiva porque ela aglutina o posicionamento das pessoas com quem Milton Floriano Siqueira convivia, sendo construída também pelo que ele ouvia e observava.

Os fatos relacionados à emancipação política de Água Branca foram um contexto do qual Milton Floriano Siqueira participou, mas que a sua mente de criança não compreendeu por completo, entretanto, ficaram gravados em sua memória pela importância dada a eles pelas pessoas com quem convivia. Quando cresceu, o entrevistado passou a refletir mais sobre o assunto. O contato com outras pessoas que vivenciaram os mesmos acontecimentos, as leituras, as conversas e opiniões de outros se fundiram às suas lembranças pessoais contribuindo para enriquecê-las com mais informações: "É assim que a memória se enriquece com as contribuições de fora que, depois de tomarem raízes e depois de terem encontrado seu lugar, não se distinguem mais de outras lembranças." (HALBWACHS, 1990, p. 98).

Lembremos ainda que "em medida muito grande, a lembrança é uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo do presente e preparados por outras reconstruções feitas em épocas anteriores [...]". (HALBWACHS, 1990, p. 91). A narrativa de Milton Floriano Siqueira é assim, constituída com base em uma interação entre suas lembranças pessoais, suas representações de crianças, as representações dos seus familiares e grupos de contato e das suas reflexões feitas no momento presente. O resultado é o acréscimo de mais informações, podendo ocasionar ou não alterações nas suas lembranças pessoais. Não é que a memória de Pedro Alves

dos Reis não traga em sua constituição aspectos do presente. Em consonância com Bosi (1994), o caso é que em sua narrativa o vínculo com outra época parece mais forte, como se o alento para significar a sua vida atual estivesse lá.

A narrativa de Milton Floriano Siqueira é dessa forma, fundamentada em suas memórias de infância, entretanto, como vimos, estas não se dissociaram das suas experiências posteriores. A descrição do processo de emancipação política é feita de modo distante, evidenciando que o processo foi visto com certo distanciamento, o que não impediu que a descrição fosse dotada de detalhes, estes oriundos do contexto social no qual o entrevistado se inseria.

Professora e contadora: a memória de Maria Soares Macedo

Figura 14 Maria Soares Macedo

Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2019.

Foi escolha da senhora Maria Macedo ser fotografada com a Constituição Brasileira, presente recém-adquirido de um conhecido político.

Maria Soares Macedo nasceu em 1929, em Independência no Ceará. Veio morar em Água Branca em 1952. Narrou que seu irmão Chico Termino, que era vice-prefeito de São Pedro do Piauí foi ao Ceará

e convenceu seu pai de vir para Água Branca, argumentando que lá havia mais facilidades para o seu filho menor, fruto de um segundo casamento, estudar. A primeira atuação como professora em Água Branca que ela lembra foi na fazenda de seu irmão Chico Termino, quando deu aulas particulares para preparar as pessoas para votar:

> Meu irmão tinha uma propriedade chamada Sossego [...] aí eu fui morar lá para ensinar a noite e tudo. Estavam querendo fazer daqui cidade e queriam preparar o povo para votar. [...] Muita gente não tinha estudado nem nada, eu fui contratada para ensinar o povo, eu ensinava a noite, o povo ia trabalhar de dia nas roças e a noite tinha um salão lá e eu era professora deste povo velho, casados e tudo. (MACEDO, 2018).

Nesse fragmento de sua narrativa podemos observar que a função de professora esteve associada a uma função política. Mas além de professora era também contadora. Essa dupla formação foi para ela o motivo que lhe fazia ser requisitada pelos prefeitos de cidades vizinhas para trabalhar com eles.

> Era querida do povo. Todo mundo me queria. Era professora, mas tinha o curso de contabilidade aí eu sabia um pouco de prefeitura. E aí fiquei, desde 1971 pra cá trabalhei com esses prefeitos tudinho, Joaquim Callado, Joel, Toinho, Dedino, trabalhei com Callado Neto e aí de lá pra cá tou plantada aqui, morando aqui vizinha de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Aposentada, num quero nem saber, eu e a Santa[3] aliviada de tanto trabalho." (MACEDO, 2018).

Maria Soares Macedo fala de um tempo cheio de conteúdo, fundamentado em sua vivência pessoal e social. Esse tempo abarca as suas lembranças e podemos perceber que a sua apreensão depende da ação passada e da ação presente (BOSI, 1994). Essa separação temporal fica evidente pela utilização dos termos "De lá" e "Para cá". O primeiro se refere a quando a entrevistada trabalhava e era muito requisitada tanto para dar aula como para ser contadora nas prefeituras, momento em que teve que se mudar algumas vezes. O

3 A entrevistada refere-se a uma amiga que estava sentada à sua frente no momento da entrevista: Maria Madalena da Paz Lima.

segundo refere-se à atualidade. É quando está aposentada, aliviada "de tanto trabalho". Ressaltamos ainda que a palavra "plantada" pode representar, em sua fala, o fim de uma fase ativa para outra de maior repouso, significando uma oposição entre o tempo que se deslocava entre as localidades vizinhas e o agora, quando reside próximo da Igreja que frequenta.

Assim como os entrevistados de Bosi (1994), cuja memória vem acompanhada de uma valorização do trabalho e de uma crítica, Maria Soares Macedo em sua memória também deixa evidente a valorização das atividades que fazia, especialmente quando destaca que era reconhecida pela qualificação que possuía, era professora e tinha o curso de contabilidade: "eu era querida de todo mundo" e, em outro trecho, de um estranhamento ao modo como se dão as coisas atualmente: "Hoje a dificuldade no aluno e no profissional eu vou lhe dizer qual é, antigamente, nós aprendíamos a colocar nossa inteligência em funcionamento. Hoje você não coloca mais, você tem a máquina" (MACEDO, 2018).

Nesse trecho, Maria Soares Macedo coloca em evidência as duas profissões que exerceu: a de professora (quando se refere ao aluno) e a de contadora (quando se refere ao profissional). Ela admite a existência de problemas na atuação desses dois grupos e aponta que é a utilização da máquina. Como contadora, provavelmente fazia os cálculos de balancetes na prefeitura manualmente, o que exigia trabalho mais árduo do que os que hoje têm disponíveis máquinas de calcular. O esforço mental que o cálculo manual requer é o que tornaria melhor o aluno e profissional da época que ela fala. Entendemos a argumentação da entrevistada em consonância com Ecléa Bosi (1994, p. 481): não se trata de um saudosismo, mas sim de passar como um valor, a outra geração, "aquilo que se viu e se conheceu bem, aquilo que custou anos de aprendizado e que, afinal, sustentou uma existência".

Lembremos novamente de Michael Pollak (1989). A trajetória de vida de um indivíduo é construída de forma coerente e linear e, para além dos fatos, denotam um esforço de reconstituir os fatos que considera mais importante em sua vida, de forma a torná-los inteligíveis ao ouvinte e de modo a construir uma identidade. Se na narrativa de Pedro Alves dos Reis as ações políticas são os principais elementos realçados por ele para constituir sua identidade, na de

Maria Soares Macedo a sua atuação enquanto contadora e professora é o que lhe dá orgulho de falar é, enfim, o fio que guia a sua narração, enfatizando a sua ação individual e deixando de lado outros fatores que, por ventura, poderiam ter contribuído para ser tão requisitada em outras localidades, como por exemplo, a influência política do irmão.

A marcação temporal na narrativa de Maria Soares Macedo também nos chama a atenção no fragmento a seguir.

> Aí faz ano, ano, quando foi em 1954 foi criado a Lei que passava aqui cidade, aqui é de 1954, [...] quando foi em 1956 eu fui convidada pelo prefeito de Regeneração para tomar conta de um Grupo Escolar que ele tinha feito num lugarejo, povoado... [...] Eu fiquei assim, imaginando como era que eu ia me socar num interior [...] mas para ganhar dinheiro a gente fazia tudo, não é? Eu sei que eu aceitei e fui. Aqui passou a cidade em 1954, passei 1955, quando foi em 1956 eu fui, no povoado Baixa do Coco, aí fui morar lá. [...]1964 lá passou a cidade. Fizeram de lá São Gonçalo do Piauí. [...] Em 1964 entrou a ditadura [...] aí cassaram o prefeito de Água Branca, o seu Luís Padre, o vice era o João Leite [4][...] e convidou: "Maria saia de São Gonçalo, venha me ajudar aqui". Eu trabalhava com o João Leite, passei dois anos. Ai quando teve a eleição e o prefeito de São Gonçalo veio me buscar para mim ir para lá. Professor Valmir Cruz, e eu voltei. (MACEDO, 2018).

Dessa vez, a marcação do tempo se faz por meio de datas e sua posterior relação com aspectos da vida pessoal, profissional ou política. 1954 é referenciado como o ano da emancipação política de Água Branca. 1956 teve a marca profissional (pois foi quando foi convidada para trabalhar fora) e pessoal (que se refere à insegurança de mudar-se para um lugar distante e desconhecido). 1964 é marcado por três acontecimentos externos (a ditadura militar, a emancipação

4 Filho de cearenses, João Leite Benevides nasceu em 24 de julho de 1920. Veio para São Pedro fugindo da seca de 1936. Seu primeiro emprego foi como classificador de produtos animais e vegetais no posto Estaca Zero, junto à Secretaria de Fazenda. Tornou-se vendedor ambulante nas feiras de Água Branca, São Pedro e Barro Duro e posteriormente tabelião de notas no cartório de Água Branca. Em 1951 elegeu-se vereador de São Pedro. Foi eleito vice-prefeito de Água Branca duas vezes: em 1964 e 1972. Faleceu em três de março de 2015.

política de São Gonçalo do Piauí e a cassação do prefeito de Água Branca) e por um pessoal (a sua volta para Água Branca a convite de João Leite). Esses deslocamentos tornaram-se marcos onde a significação da sua vida se concentrou (BOSI, 1994, p. 415), servindo de referência para organizar sua narrativa.

Entretanto, mais que isso essas marcações permitem pensarmos o significado que a emancipação política de Água Branca teve para a entrevistada. Diferente das demais datas, a descrição do ano de 1954 não foi acompanhada de um elemento relevante em sua vida pessoal ou profissional. Se "Cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que permanecem como pontos de demarcação em sua história" (BOSI, 1994, p. 415), para Maria Soares Macedo a emancipação política de Água Branca não parece ter tido mais significado que a emancipação de São Gonçalo do Piauí, cuja menção deixa transparecer um sentido político distante de suas vivências.

Considerando o exposto, podemos afirmar que a memória de Maria Soares Macedo sobre os assuntos políticos do município, nos quais a emancipação se insere é significada mais pelos laços familiares que por uma afinidade ideológica e militante com as questões municipais. Ressaltamos que isso pode ser em virtude do fato de ser mulher, condição que, na época, pode tê-la afastado dos assuntos políticos. Por mais que ela tenha sido solicitada por políticos para trabalhar nas prefeituras, para dar aulas ou que tenha trabalhado num escritório para seu irmão, é importante percebermos que os elementos que marcam sua memória são os referentes às funções que desempenhava e não à luta política.

Figura 15 José Alves Teixeira

Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2019.

José Alves Teixeira nasceu em 1931 em Palmeirais. Veio morar em 1945 no Baixão do Coco dos Carlos, povoado pertencente a São Pedro do Piauí. A relação desse entrevistado com Água Branca se fez pela atividade de comerciante que exerceu na localidade por muitos anos: José Alves Teixeira tinha um açougue e vendia carne no mercado, deslocava-se todos os dias para lá até se mudar efetivamente em 1966.

Em toda a entrevista de José Alves Teixeira foi marcante as comparações entre o que era o comércio quando ele era açougueiro e o hoje, quando está aposentado. O cerne dessa sua memória comparativa é a atenção que dá as mudanças pelas quais Água Branca passou ao longo do tempo, especialmente relacionada aos locais onde se realizavam trocas comerciais. Ao ser perguntado sobre como eram as feiras em Água Branca ele diz:

> Aqui a feira de primeiro, a gente começava a noite, de madrugada e ia até de tardezinha. A gente andava de jumento, de cavalo. Era boa a feira. Quando era de tarde, essa hora tinha gente bêbada. Hoje a feira tudo acaba 8 horas. Não tem mais feira, tudo no supermercado, compra carne, verdura e vai embora. Acabou as feiras. (TEIXEIRA, 2018).

O fragmento anterior deixa transparecer a noção de mudança que José Alves Teixeira percebe. Sua observação se faz em dois tempos: um tempo anterior, delimitado pela expressão "de primeiro" e o tempo atual, definido pela palavra "hoje". A duração da feira quando ele ainda era vendedor é o que parece ao entrevistado ser o critério que a definia como boa, ao passo que o surgimento dos supermercados é um elemento que, na sua concepção, serve para explicar o fato de a feira durar menos. Quando ele diz que "acabou as feiras" não quer dizer que elas não existem mais, pois sabemos que elas ainda acontecem todos os domingos, entretanto, em seu pensamento elas não têm mais a intensidade e importância que tinham anteriormente.

Mais uma vez podemos perceber que a memória do trabalho vem acompanhada de uma crítica ("Era boa a feira) e uma valorização do ofício realizado em outra época ("a gente começava a noite, de madrugada e ia até de tardezinha"). Nas palavras de Ecléa Bosi (1994, p. 481), "A memória do trabalho é o sentido, é a justificação de toda uma biografia". Para José Alves Teixeira as atividades que garantiam o seu sustento e a família é o que justificaram a sua vida e deixa isso evidente quando diz: "E aí eu fiquei trabalhando em meu açougue o tempo todo e na roça, criei a família, 7 filhos, tudo trabalhando na roça" (TEIXEIRA, 2018).

Quando perguntamos as lembranças que José Alves Teixeira tem da emancipação política de Água Branca ele associa o acontecimento político à sua atividade comercial. "Quando passou a cidade eu já estava trabalhando em meu açougue há muito tempo. Em 1954 eu já tinha 25 anos". Tal qual a memória de Maria Soares Macedo sobre a emancipação política a de José Alves Teixeira não se atém a detalhes. Isso nos remete a Halbwachs (1990), quando diz que

> Temos de levar em conta o fato de que os habitantes são levados a prestar uma atenção muito desigual ao que chamamos de

> aspecto material da cidade, mas que a maior parte certamente se sentiria bem mais sensibilizada com o desaparecimento dessa rua, desse prédio, daquela casa, do que pelos acontecimentos nacionais, religiosos, políticos mais sérios (p.161).

O autor referido chama a atenção para o fato de que mudanças no espaço físico podem sensibilizar os indivíduos de um determinado lugar muito mais do que acontecimentos políticos, especialmente se estes últimos não alterarem o ambiente em que ele constrói sua vida. Essa reflexão nos é útil para pensarmos a memória de José Alves Teixeira sobre a criação do município de Água Branca. Como um acontecimento em primeiro lugar político, seus efeitos não foram sentidos de modo imediato pelo entrevistado, provavelmente ocupado com a família e com o trabalho no comércio. A mudança de status de povoado para cidade de Água Branca não trouxe transformações marcantes para a memória do entrevistado e que lhe fizesse associar esse momento com a sua vida. Reparamos que ele deu mais atenção a modificações nos espaços de comércio e no modo como era realizado na cidade.

Quando lhe perguntamos o que a emancipação política mudou em sua vida ele nos responde: "Não, a minha vida mudou porque ficou mais liberto, apareceu mais movimento para a gente trabalhar, para pegar em dinheiro que não tinha". A negação no início da frase transpareceu para nós como uma modificação de sentido. A pergunta feita ao entrevistado era sobre sua vida pessoal, mas ele transfere na resposta o sentido pessoal para o geral, como se as modificações do processo político que desmembrou Água Branca de São Pedro não tivessem uma incidência direta sobre ele, atingindo-o apenas com o reflexo das mudanças que proporcionou a outras áreas.

Assim, podemos perceber que a memória de José Alves Teixeira enfatiza aspectos relacionados a mudanças no espaço da cidade. Descrições detalhadas sobre o processo político parecem ficar em segundo plano, ofuscadas pela atividade no comércio e na agricultura que o entrevistado desempenhava, o que evidencia a emancipação política enquanto acontecimento que não foi tão marcante em sua vida.

Considerações finais

Os quatro sujeitos entrevistados, a partir das suas especificidades, nos permitem perceber que a criação do município perpassou a vida dos entrevistados de modo diferente. Pedro Reis e Milton Floriano, como estiveram mais envolvidos nos meios políticos, sabem falar mais em detalhes sobre o processo, deixando a impressão de familiaridade, seja pela participação direta, como parte dos grupos envolvidos, seja pela participação indireta, por meio do contato com os círculos sociais. Maria Macedo e José Teixeira, por sua vez, demonstraram certo distanciamento. Para a primeira, a criação do município parece ter tido um significado mais pessoal ao passo que, para o segundo, o processo parece não ter sido mais relevante que as atividades necessárias à sua vida. Essas duas maneiras de conceber a emancipação do município demonstra que esta não marcou os entrevistados da mesma maneira, evidenciando-a como um processo político cuja importância não foi a mesma para os diversos grupos sociais.

Entender as memórias sobre a emancipação política em seu caráter múltiplo nos permite compreender que esse acontecimento repercutiu de modo diferenciado entre os moradores. A criação do município foi significada de formas variadas, resultado das diferentes vivências dos moradores. Mesmo havendo uma memória oficial, esta não foi capaz de apagar as impressões pessoais.

Entender o processo de emancipação política é ir além das mudanças concretas que ele proporcionou, portanto é evidenciar que significados elas tiveram para a população. A mudança no status político que pode ter sido essencial para determinado grupo de pessoas ingressarem em cargos políticos, pode não ter sido importante para o agricultor ou para o morador da zona rural que não obteve melhoras em seu cotidiano. Desta maneira, em virtude das especificidades das pessoas ou dos grupos, seja pela posição social ou pela ocupação, a emancipação tem sentidos diversos, podendo ter desde significados identitários num sentido coletivo até significados de cunho mais particulares.

Referências

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*: Lembranças dos velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

MACEDO, Maria Soares. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca, Nov 2018.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

REIS, Pedro Alves dos. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca. Abril, 2018.

SIQUEIRA, Milton Floriano. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca. Maio, 2018.

TEIXEIRA, José Alves. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca, Novembro, 2018.

Os espaços (mal) ditos e os lugares proibidos: As zonas de prostituição no espaço urbano de Floriano- PI[1]

Irisneide Máximo[2]

Introdução

A cidade nos proporciona de diferentes leituras diversas representações e também diferentes realidades sociais no seu espaço. Entendê-la na sua complexidade, diante de sua multiplicidade, exige uma "reflexão a partir das representações sociais que produz e que se objetivam em práticas sociais". (FENELLON, 1999, p. 6). Para se entender a cidade é preciso analisá-la a partir do que ela representa para cada indivíduo, levando em conta "os modos de viver, de morar, de lutar, de trabalhar e de se divertir dos moradores". (FENELLON, 1999, p. 6). Traduzir as cidades em discursos ou imagens envolve além de percepção um emblemático conjunto de logicas sociais. Entender as tramas de uma cidade implica análise de muitos fatores, desde as concepções de espaço urbano ao das vivências de seus moradores (PESAVENTO, 1995, p. 5).

1 Este artigo foi produzido a partir das discussões elaboradas na dissertação de mestrado desta autora, apresentada em 2019 ao programa de pós-graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí.

2 Mestre em História do Brasil – UFPI. Email: irisneidemaximo@outlook.com

Para Michel de Certeau (1998), os espaços são lugares praticados, e também resultados das narrativas dessas práticas, das representações que produzem espacialidades, que estabelece formas de enxergá-las e de se relacionar com elas. São essas representações que permitirá a exploração dos espaços (mal) ditos e dos lugares proibidos para moças de família, assim como, para prostitutas. O objetivo desse artigo é entender como as relações de gênero criaram fronteiras simbólicas que tinham como objetivo controlar os corpos e os comportamentos, principalmente das mulheres, construindo discursos de modo a qualificar ou desqualificar os espaços e os lugares que poderiam frequentar.

Trata-se de uma análise de como foram construídas fronteiras simbólicas que limitavam os espaços os quais as mulheres poderiam frequentar ou não. De acordo com os objetivos a metodologia aplicada foi a de revisão bibliográfica em pesquisas que abordem conceitos e assuntos como: história, história oral, memória, cidade e prostituição, entre outros, além do uso da história oral, metodologia que nos permitiu através da memória viva dos personagens que vivenciaram e/ou protagonizaram o mundo da prostituição reconstruir sob diferentes perspectivas os acontecimentos, os lugares e os momentos em que atuavam, sempre com a convicção de que as imagens possíveis de ser recolhidas se encontram distorcidas de diferentes formas pelos olhares que são construídos no presente, muitas vezes permeados de preconceitos e juízo de valor que de antemão os condicionam.

A zona do meretrício nasceu e cresceu com a cidade. Deu origem a uma história repleta de significações, desejos, prazeres ilícitos e vícios, entre outras práticas transgressoras. Seus agentes, sujeitos historicamente marginalizados, foram durante muito tempo silenciados por uma história das elites. Hoje, com as novas concepções da história, estes sujeitos, boêmios, ébrios, prostitutas, malandros e outros marginais, cada vez mais, tem se tornado objeto de estudo dos historiadores que analisam e problematizam suas vidas.

Floriano, tem sua identidade atrelada ao porto. Entre as décadas de 1930 e 1970 seu ancoradouro, estrategicamente localizado na região do médio Parnaíba, foi um grande exportador de produtos de origem extrativista. O traçado geométrico urbano de Floriano evidencia a importância do seu porto para o desenvolvimento da cidade. As ruas do

centro e dos bairros próximos foram traçadas paralelas e transversais ao rio Parnaíba. Parte da população, a maioria, a menos abastarda, se concentrou nas proximidades do porto, local de trabalho de muitos habitantes.

No Cais da Beira Rio, estavam instalados grandes armazéns de companhias de comércio de exportação e importação, estrangeiras e locais, além de outros estabelecimentos comerciais. Local de negociações, era intenso o fluxo da população masculina. Entre os frequentadores do cais estavam, principalmente, viajantes, caixeiros, homens de negócio, marinheiros, estivadores, vareiros, prostitutas, vagabundos e curiosos. Esses personagens podem ser considerados os primeiros agentes da prostituição, cuja prática se estenderia para além daquele espaço geográfico do porto. No cais, além da comercialização de mercadorias, a prostituição teve certa representatividade, ainda que de forma peculiar. O cais gerava a economia da cidade e a prostituição era mais uma das inúmeras negociações que se desenrolavam ali. A expansão da cidade configurou e produziu uma infinidade de sujeitos sociais, sendo as prostitutas e os cabarés parte dessa nova configuração.

A mitologia que envolve a prostituição relacionada a boemia, a marginalidade e a violência é construída por seus detratores, exagerando o perigo, criando um universo confuso, um discurso inebriado que proporciona medo e fascínio ao mesmo tempo. A sociedade burguesa instituiu uma representação moralista de mundo ideal que entra em choque com o comportamento de grupos marginais. As regras de conduta impostas se enquadram a uma pequena parcela da população familiar, que é aversa aos excessos e à desordem, mas essas mesmas regras nem sempre se adequam às condições de existência de indivíduos de diferentes origens. Sendo assim, qualquer comportamento que fuja às regras pode entrar em confronto com o modelo ideal de vida.

O fantasma das Zonas de prostituição

O mundo da prostituição é complexo, enseja um conjunto de questões que vão além da comercialização do sexo. É parte de um cosmos maior que é a sexualidade humana, trata-se da problemática

da presença feminina no espaço social, machista, repressor, onde o corpo é normatizado, e diz respeito também a relações de poder e dominação. O cotidiano do meretrício envolve muitos personagens que protagonizam esses espaços: prostitutas profissionais ou ocasionais, boêmios, criminosos, jovens em busca de iniciação nos prazeres sexuais, todos envolvidos num universo comum e paralelo ao modelo ideal, do qual se torna essencial salientar as diferenças entre o seu mundo e o da ordem.

Diante desses fatos e de uma sociedade interiorana e conservadora, as Zonas de prostituição com seus personagens *sui generes* passaram a simbolizar a alteridade. A construção das Zonas como um fantasma atingia alguns alvos estratégicos precisos: "instituía as fronteiras simbólicas que não deveriam ser ultrapassadas pelas moças respeitáveis, ao mesmo tempo que organizava as relações sexuais num espaço geográfico da cidade destinado à evasão, aos encontros amorosos, à vida boêmia" (RAGO, 2008, p.46).

Foi no perímetro urbano ribeirinho, marcado por intensas negociações, entre elas a venda de sexo, que surgiram e funcionaram até meados de 1980, as mais antigas e mais famosas zonas de prostituição de Floriano. Foi ao longo da Avenida Beira Rio e adjacências que se constituiu a Zona do baixo meretrício. Esses espaços foram transformados em lugares de prazer e maldição, lugares marcados moralmente. Como indica Maria Izilda Santos de Matos (2007, p. 25), "cabe entender as cidades como territórios que condicionam múltiplas experiências pessoais e coletivas. Sob a cidade fisicamente tangível descortinam-se cidades análogas invisíveis [...]".

Num período em que a cidade passava por um processo de expansão e modernização a questão da moral era também de grande preocupação, sendo o disciplinamento dos espaços uma necessidade substancial. Dessa forma, foram construídos os espaços de intensa e permanente vigilância e dominação no interior da cidade. Uma maneira eficaz de disciplinar o espaço urbano era a separação dos espaços, delimitando para cada um deles atividades determinadas. Assim, criava-se condições para manter o controle social e moral, para que as condutas e até mesmo os corpos estivessem constantemente sob vigilância, estabelecendo limites aos comportamentos. Deveriam

ser seguidos os valores morais e normas de convivência impostos pelas instituições de controle disciplinar, entre eles a Igreja.

A questão do controle moral avança sobre o moralismo, o corpo, a sexualidade, os desejos e os costumes. Se insere numa gama de relações sociais que ultrapassa questões como a honra, por exemplo. As elites e as classes mais conservadoras da sociedade em geral eram responsáveis pela manutenção da vigilância da moral, que criam um modelo ideal de indivíduo. E simultaneamente também constroem representações e estereótipos de pessoas, condutas e mesmo classes marginais.

É a noite que os lugares proibidos se apresentam de forma mais intensa. Pode-se pensar a Zona de meretrício como espaço de lazer, entretenimento e de sociabilidades, mas devemos entendê-la também como local propício a eventualidades. A cidade noturna é percebida culturalmente como um lugar encantador, alegre, sedutor, pacífica e contraditoriamente perigosa, dada as práticas criminosas, imorais e indesejáveis. É na noite que se constroem as tramas de prazeres, estimulados pela cumplicidade de homens e mulheres infames que praticam ilicitudes. (SÁ FILHO, 2017, p. 53-54)

Embora para uns a noite representasse perigo, reservando esse horário para o descanso e o recolhimento ao lar, para outros a chegada da noite significava o momento em que a diversão iria começar sem pretensões de hora para acabar. Em Floriano, diferente de outras cidades, não houve uma tentativa de zoneamento compulsório ou de expulsão das casas de prostituição dos locais em que se instituíram. Apesar de existirem casas de prostituição em vários bairros da cidade, as principais Zonas de meretrício nasceram, cresceram e até a década de 1980, quando entraram em decadência, funcionaram no mesmo lugar: nos arredores do porto. Se não houve uma tentativa de expulsão ou um zoneamento compulsório instituído legalmente, fronteiras simbólicas foram criadas, visavam não confundir o espaço das famílias florianenses com espaço da sexualidade desregrada. As condições de gênero determinavam os locais apropriados para a circulação de homens e mulheres.

Embora houvesse espaços comuns de sociabilidades, moças de família e mulheres casadas buscavam manter distância das prostitutas. Entre elas havia uma fronteira moral que restringia suas companhias,

as amizades, os espaços que costumavam frequentar na cidade. Sobre a prostituta e as zonas de prostituição pesam vários estereótipos, elas representam tudo que uma boa mulher ou uma moça casadoura não deveria ser. Seu comportamento e seu modo de viver a classifica e a identifica moralmente de forma que se criam estigmas, dessa forma, de acordo com Erving Goffman:

> Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida: Construímos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social. (GOFFMAN, 1988, p. 15).

Nesse sentido, a criação de estigmas entorno da prostituição são construções ideológicas numa tentativa de explicar a sua inferioridade e apontar o perigo que ela representa. Significa racionalizar as animosidades baseadas em outras diferenças, como o sexo e as desigualdades entre as classes sociais. Os discursos criados sobre as prostitutas e as zonas passam pela construção de personagens e territorialidades, por representações simbólicas que criam e desenvolvem práticas sociais discriminatórias.

O investimento social sobre a prostituição foi mais incisivo na criação de um fantasma que perseguiu, por muitas décadas, as mulheres, que sobre as meretrizes de fato ou sobre o espaço geográfico da zona. "O enquadramento conceitual 'rainha do lar' X 'mulher da vida' foi o caminho que os homens cultos do período encontraram para se referirem à condição feminina" (RAGO, 2008, p. 22).

Assim, as moças donzelas, independente de classe social, que quisessem preservar a sua honra por meio da virgindade e que desejavam manter boa reputação, não deveriam permanecer na rua a noite após às 21:00h, horário em que o relógio da igreja começava a badalar. Não havia uma proibição formal, instituída legalmente, mas uma "lei" imposta pelas famílias. Como nos informa o professor Djalma José Nunes Filho:

> Não existiu oficialmente, mas existiu uma determinada pelas famílias, por exemplo, tinha a missa das 7 horas, normalmente celebrada pelo padre Pedro, então, as meninas iam para missa, por exemplo, de vestido de alça, todas elas tinham um coletezinho que era para vestir na hora da missa, porque se não: botava para fora, botava para fora mesmo! É tanto que, quando terminava a missa elas iam passear na praça, aí ela tirava um coletezinho. Aí passeavam, o relógio da Matriz funcionava, eu achava interessante isso aí, ele começava a badalar as nove horas, quando ele terminava a última badalada, parece que era uma expressão assim: "soltaram a onça" que eles falavam, pois, as meninas voltavam imediatamente para casa, imediatamente! Era uma coisa que elas faziam com a orientação da família, como se fosse uma coisa oficial, só que não tinha nada oficializando aquilo ali, mas é um comportamento que elas obedeciam imediatamente, era o relógio da igreja. (NUNES FILHO, 2018).

O controle social era determinado pelo controle temporal, uma estratégia que manipulava ou determinava horários, interferindo na liberdade de ir e vir dos sujeitos, principalmente da figura feminina, seja noite ou seja dia. Em Floriano era uma prática comum as pessoas irem se despedir ou receber parentes que estavam de viagem, indo ou vindo, no porto. Aglomeravam-se muitas pessoas nas ribanceiras do rio, homens e mulheres se dirigiam ao porto para festejar a atracação das embarcações ou para ver o pouso e decolagem dos hidroaviões.

É importante destacar que as principais Zonas de prostituição da cidade ficavam próximos ou no entorno do porto, região onde funcionavam grandes comércios, ponto de ônibus e outros lugares que favoreciam a circulação de clientes e prostitutas para as zonas de prostituição. Então, para as mulheres que se dirigiam ao porto, ou a qualquer parte da cidade, era terminantemente proibido passar pelas ruas ou próximo das zonas de prostituição.

Os espaços (mal) ditos: a localização das Zonas

Figura: localização das Zonas de prostituição

Fonte: Google Maps.

A região portuária abrigava as três principais zonas de prostituição, o Lajedos, o Pau Não Cessa, e o Sovaco do Cão. Essas áreas eram marcadas pela pobreza. O estado de pauperização associada a carência de atividades lúdicas, talvez ajude a compreender por que essas áreas urbanas eram dominadas por uma infinidade de prostíbulos e a importância que essas zonas tiveram para a cidade e a população masculina. Cabe ressaltar que os espaços destinados à comercialização de sexo não se restringiam apenas a região ribeirinha, fora dessa área geográfica também existiam outras casas de prostituição.

A Avenida Beira Rio, em sua parte final, que hoje tem uma parte denominada de Av. Esmaragdo de Freitas e parte Av. Frei Antônio Cúrcio, ainda durante o processo de formação da cidade era conhecida como Pau D`água, que segundo Luiz Paulo Lopes "deve-se ao fato de ali haver existido uma árvore silvestre cujas raízes segregam um líquido que serve para se beber em caso de extrema necessidade" (LOPES, 1997, p. 305). Na extensão final localizavam-se bodegas e muitas casas de prostituição, mas foi por causa da Rua Rui Barbosa, uma ruela estreita e curta, que essa Zona ficou conhecida como Sovaco do Cão. Ali aportavam barcas e balsas onde a frequência de tripulantes dessas embarcações era constante.

Essa região era de extrema pobreza, suja, com casas de taipas cobertas com palha, com poucas condições de higiene e muito violenta, o que pode explicar essa conotação, Sovaco do Cão. Sobre a rua Luiz Paulo Lopes afirma:

> O Pau d` água era um lugar de cabras valentes, brigadores com peixeiras. Muitos se lembram de uma figura folclórica daquele lugar que era um certo senhor conhecido como Chanduca Milho Duro. Metido a valente, sempre fazia arruaças e escorava muita gente na faca. Ali também se pescava mandi, as mulheres da vida trocavam prosa com os vareiros (pessoas que faziam a balsa navegar através do impulso feito com as varas enormes), ou tomavam cachaça nas bodegas da beira rio (LOPES, 1997, p. 305).

A Rua Silva Jardim, mais conhecida como Rua do Pau Não Cessa, era conhecida assim devido as constantes confusões que ali aconteciam, também faz alusão à prática da prostituição, já que fica sugestivo o duplo sentido. Com a grande movimentação de vapores na cidade a circulação de marinheiros, vareiros e demais trabalhadores das embarcações nessa rua era uma constante. A bebedeira e algazarra chamava a atenção da polícia local, que diariamente entrava em conflito, muitas vezes armado, com esses homens. "Todo dia era assim". "O pau não cessava!" (LOPES, 1997, p. 105).

Essa rua e adjacências também foi, durante muitas décadas, zona de baixo meretrício: "Embora fosse uma rua cheia de quintas nos anos vinte ela tinha algumas construções como a casa de Reinaldo Meneses, o velho Casarão, a casa do Rogério, famoso bar e casa de cômodos para mulheres, a boate Casa Amarela e o bar da Joana Preta". (LOPES, 1997, p. 104-105) "Dois de Ouros e Cai N` água eram os cabarés lotados nesta rua" segundo Sobral Neto (1997, p. 172-173).

A Rua do Caracol, tinha o terreno acidentado e tortuoso "parecido com o rastro de um Caracol". (LOPES 1997, p. 103). Posteriormente recebeu o nome de rua das Flores e hoje tem o nome de Coelho Rodrigues. No passado foi por muitas décadas zona de boemia, de meretrício. "Ali funcionavam os grandes e afamados cabarés de Floriano como a Boite Ping Pong, a Boite Amazonas de Eva Pedrina de Assis, o Bar da Ditosa, o Bar da Pretinha, A Umbelina,

e tantas outras casas de tolerância" (LOPES 1997, p. 103). A Zona do Lajedos era bastante movimentada, ali as festas eram grandiosas e o álcool, o fumo e luxúria reinavam, essas casas de "tolerância" se destacavam pelo luxo e pelo requinte das suas putas.

O professor Djalma, destaca as fronteiras simbólicas que as mulheres de boa reputação não deveriam ultrapassar:

> Era tipo assim uma fronteira, aonde elas não ultrapassavam de maneira nenhuma, eu vou lhe dizer onde eram. As fronteiras... não tem onde é ali hoje aquela lanchonete Subway?[3] Pronto! Ali era o limite, quando você dobrava aquilo ali, você já sabia para onde ia, quem era. Então, para elas, para as mulheres da sociedade isso aí nem pensar! Nem de dia, nem de noite, muito menos de noite! A outra fronteira era onde tinha aquela loja do Ibraim, que era subir ali e você dava logo de cara com um chamado Pão de Açúcar, entendeu? E o cacique ficava aqui de lado. (NUNES FILHO, 2018).

As fronteiras morais destacadas pelo professor Djalma, definiam bons e maus lugares, eram as principais portas de entrada, a primeira para o Pau Não Cessa e a segunda para os Lajedos ou Lajeiros como também era conhecida, famosas Zonas de prostituição, bem como a do Sovaco do Cão, que não foi citada pelo entrevistado, mas que também e, talvez fosse a que mais causava repulsa. Como indica Luís Paulo Lopes ao falar sobre essa Zona e também sobre a Zona do Pau Não Cessa. Segundo ele, o Sovaco do Cão, era um lugar muito conflitado, as brigas e assassinatos constantes e a rua era tão pequena que se dizia: "aquilo é um sovaco do cão!" As pessoas não passavam por lá, assim como as famílias tinham verdadeira assepsia para passar na Silva Jardim, Zona do Pau Não Cessa. (LOPES, 2018)

Quando questionado se essa Zona era perigosa, Luís Paulo respondeu que: "não é perigosa, é uma região muito debochada, né?" Independente de concordarem ou não, sobre a violência das zonas, todos os entrevistados compartilham da mesma afirmativa, de que as pessoas que se diziam de família ou de ilibada conduta evitavam a qualquer custo passar por esses locais. Alguns enfatizam a violência e

3 Nesse ponto, funcionou um hotel de propriedade de seu José Bruno dos Santos, fica no cruzamento da hoje Av. Getúlio Vargas com a Rua Silva Jardim.

as confusões, outros não a negam tampouco tentam escondê-las, mas transparecem uma outra percepção, menos inquisitiva e mais sensível para perceber aspectos outros, como é o caso de dona Iolanda Pereira dos Santos, 76 anos, filha de dona Joana, mais conhecida como Indande, uma famosa madame, que viveu na Zona do Sovaco do Cão.

Dona Iolanda viveu toda a sua infância na região ribeirinha entre as Zonas do Pau não Cessa e do Sovaco do Cão onde sua mãe manteve um bordel. Quando perguntada sobre sua infância e adolescência nessa região ela relata uma vida simples em casinhas de palha, mas revela uma experiência feliz, ao lado de outras crianças da região. Para se divertir, brincavam de Reis, Bumba Meu Boi, encenavam dramas e espetáculos de circo. Quando questionada sobre a violência e a sujeira atribuídas à Zona do Sovaco do Cão ela diz o seguinte:

> É mentira! Eu tenho sessenta e tantos anos nessa casa bem aqui, mamãe comprou em 63, [...] Não! Não, era não! O povo só tinha medo era dos embarcadiços, quando os embarcadiços chegavam, né? Que eram os que viajavam nas lanchas, aí o povo tinha assim... porque era embarcadiço, né? Mas aqui não minha filha, lhe digo, não tinha esse negócio não! (SANTOS, 2018).

Perceba que, apesar de a princípio ela negar a violência existente nessa Zona, não consegue esconder que sobre ela e seus frequentadores pairava o medo. Já seu José Bruno dos Santos em seu livro de memórias, revela ter sido um frequentador assíduo das Zonas de prostituição e nos proporciona uma outra visão. Ele afirma que visitou muitas vezes esses ambientes, que viu verdadeiros artistas se apresentarem, dando um show de gafieira, que os espetáculos eram bonitos e os dançarinos dignos de serem admirados (SANTOS, 1999, p. 348).

Seu José Bruno lança sobre esses espaços, malditos/malvistos, um olhar tão sensível quanto o de dona Iolanda, onde priorizam outros aspectos. Ele capta as festas, os artistas dignos de serem vistos que ali se apresentavam, as amizades tecidas nos grandes e nos mais simples cabarés. Esse olhar mais sutil é capaz de se deslumbrar com os dançarinos de classe e, não apenas isso, é capaz de admirar a beleza das mulheres sem com isso questionar a sua moral, classificar o ato

de prostituir-se ou frequentar os bordéis como danosos à família e aos bons costumes.

Os lugares proibidos

As fronteiras simbólicas e morais existentes tinham um duplo viés, se por um lado determinava os trajetos e comportamentos que deveriam ser seguidos pelas mulheres "direitas", por outro lado, também determinavam os lugares que as mulheres prostitutas poderiam frequentar livremente e os que elas não eram bem-vindas ou eram proibidas de frequentar. Essas fronteiras eram seguidas e na maioria das vezes obedecidas pelas próprias prostitutas. Dona Beta,[4] que viveu na zona do Pau Não Cessa, não nega ter sido prostituta e posteriormente madame, mas afirma que sentia vergonha de ser reconhecida como tal quando saia na rua e por isso evitava sair. "Eu não ia nem no mercado daquele lá, porque eu tinha vergonha daquele nome, das pessoas me reconhecerem lá na rua e dizer 'lá vai a rapariga'. Ave Maria... eu tinha vergonha [...]" (SOUZA NETA, 2018).

Quando perguntada se ela sofria algum tipo de preconceito ou ataque quando saia, ela respondeu: "Não, porque eu andava na rua era bem vestida, os vestidos que eu vestia aqui eu não vestia para sair na rua. E aí quando eu via aqueles homens, eu baixava a cabeça pelo outro lado. Nunca desrespeitei ninguém, graças a Deus! Nunca descasei ninguém"! (SOUZA NETA, 2018). Dona Beta, acredita que não sofria ataques por se comportar e se vestir de forma diferente de como se vestia ou se comportava na Zona.

Sobre a livre circulação e os locais onde as prostitutas poderiam ou não frequentar, também há divergências entre os entrevistados, para alguns elas poderiam transitar livremente, para outros não. Quando perguntados se as prostitutas poderiam frequentar o centro, os clubes e a igreja, por exemplo, segundo seu Aldemar José Soares elas ficavam presas nas Zonas, ele afirma de forma enfática que:

4 Dona Raimunda Nonata de Souza Neta (Beta) é original de Oeiras, órfã de pai e mãe foi criada pela avó materna. Começou a trabalhar como prostituta em Floriano aos 16 anos de idade, após ser expulsa de casa por ter perdido a virgindade.

> Era a sociedade que não tinha como deixar elas irem ... eram presas na beira do rio [...] a coisa que eu mais conheci foi cabaré (gargalhadas) [...]. Frequentavam não menina! Para uma mulher daquela sair na rua era muito bem escondida, sabe? Porque logo, que chamava naquele tempo era mulher devassa, né? Andavam com a chave no dedo, rodando, com um cigarro no dedo, né? Era assim. Para mim, foi o tempo que eu mais vi mulher sofrer foi naquele tempo. Fazia pena, ainda hoje eu tenho pena (SOARES, 2018).

Segundo Luís Paulo Lopes, em raras ocasiões elas frequentavam a igreja, como trabalhavam a noite, durante o dia elas dormiam.

> Frequentavam, mas era raro, não tinham tempo, amanheciam mortas de sono, dormindo. Iam procissões, essas coisas assim [...] agora não podiam frequentar certas coisas da igreja, como ser madrinha, né? Madrinha de casamento, madrinha de batismo, de crisma, aí não podia porque elas não eram casadas. Mas em caso de morte, o padre ia lá. Eu tinha um tio que era padre, ele ia lá dentro dá os sacramentos de morte e tudo, fazer a unção dos enfermos. Cansei de ver ele indo, eu era menino e ele ia, passava lá no Pau Não Cessa (SOARES, 2018).

Dona Socorro, a Pereirona, afirma que frequentava a igreja, "eu toda vida gostei da igreja, eu toda vida tenho minha moral, sentava e ainda ia lá para frente, eu não gosto de assistir missa lá atrás não. Eu gosto é o padre lá no altar e eu bem aqui ó"! (OLIVEIRA, 2014). Já dona Beta, quando perguntada se os padres as proibiam de frequentar a igreja respondeu que não. "A gente que não ia mesmo, nós nunca ligamos para ir, nem ligava para ir. Só queria saber da roça[5], minha profissão era aquela, não está vendo eu lhe dizer mulher? Era de dia e de noite, era a hora que aparecesse" (SOUZA NETA).

Dona Beta não demonstra na época ter interesse em frequentar igreja, talvez pela vergonha que sentia de ser reconhecida como prostituta, ou por medo de ser discriminada. Segundo dona Iolanda, as prostitutas da época iam a igreja. "Iam... não tinha disso não. O padre daqui que era o padre Pedro e Padre Luís Paulo, eles não

5 Por várias vezes ela usa a expressão roça para fazer referência ao trabalho da prostituta na zona.

impediam não. As mulheres da vida daquele tempo eram melhores do que as de hoje, se davam respeito"! (SANTOS, 2018).

Segundo o professor Djalma não existiu uma proibição "oficial", mas existiu uma proibição moral e ética. Essas existiam e eram claras. Para eles as prostitutas sabiam onde podiam ir, cita como exemplo o cinema, após as sessões as famílias costumavam tomar soverte no bar do mesmo complexo, lá elas não iam, não eram bem-vindas, além disso eram proibidas de frequentar. Se precisassem ir ao centro, comprar nas lojas, elas até iam, mas de forma discreta. "O que mais chamava atenção delas nessa época eram as vestimentas que eram assim meio espalhafatosas cheias de adereços, muitas coisas e chamava atenção, mas que elas não frequentavam, isso aí eu tenho absoluta certeza" (NUNES FILHO, 2018).

Dona Socorro é a única que relata a existência de uma fiscalização por parte da polícia em relação à circulação das prostitutas na região central da cidade. Segundo ela, a polícia as proibia de circular após a meia noite, ou próximo dos clubes, como por exemplo, o Floriano Clube. "Lá ninguém entrava não, se ia, ia presa. Não podia sair na rua meia noite não! Se a polícia pegasse fora de hora... não é hoje que as meninas ainda nem endurece os peitos e já anda caçando vara. A polícia fiscalizava a noite todinha" (OLIVEIRA, 2014).

Nas falas das mulheres que viveram nas zonas de prostituição, elas tentam enfatizar que, as prostitutas da época eram diferentes das de hoje. Isso pode ser entendido como uma tentativa de chamar a atenção para uma outra imagem da prostituta, uma mulher que apesar de viver fora dos padrões comportamentais, eram muito influenciadas pelas questões morais e regras de boa convivência. No entanto, nem sempre isso era possível, as bulas ocasionalmente aconteciam. Dona Socorro, revela que às vezes ia para a igreja e ao término da missa ficava na calçada observando as pessoas que iam ao cinema, olhando os homens entrarem com suas namoradas e de longe gritava "ei corno! Ei ladrão! Tu vai ser é corno, ladrão! Eles faziam de conta que não era nem com eles, quando chegava em casa baixava a taca, e nós chamávamos a polícia para eles"! (OLIVEIRA, 2014). Em outro momento, relata uma tática para burlar as regras que lhes eram impostas.

> Ali no Floriano Clube quando tinha festa a gente ficava de longe, na calçada, quando a polícia vinha nós desabávamos. Eles iam perguntar o quê que a gente estava fazendo lá. Aí a gente dizia "nam... eu vim comprar um cigarro, porque lá embaixo não tem, e nós viemos comprar aqui umas laranjas. Aí disse "pois já comprou? Pois vai embora! Dois segundos, se eu pegar aqui taco no xadrez", aí a gente ia embora (OLIVEIRA, 2014).

O cinema embora fosse um espaço comum de sociabilidades, mulheres respeitáveis e prostitutas procuravam manter distância, a presença de prostitutas não era algo corriqueiro, dificilmente elas iam ao cinema, mas quando iam era geralmente na última cessão e se mantinham distante, geralmente se sentavam na última fileira de cadeiras. Segundo dona Beta para uma prostituta ir ao cinema tinha, "tinha que ir muito bem vestida, no salto, toda fina" (SOUZA NETA, 2018). Mais uma vez ela teria que mudar seu comportamento e suas vestimentas para adaptar-se ao ambiente que não era o seu. Tanto dona Beta quanto dona Socorro, afirmam ter ido poucas vezes ao cinema.

Considerações finais

As narrativas apresentadas, são por vezes, incongruentes. No entanto, não há por parte desta pesquisadora a intenção de questionar a veracidade ou não dos fatos. As narrativas não são isentas de preconceitos, eles existem e estão presentes no discurso, mesmo que de forma furtiva. Toda via, não se identificou julgamento ou condenação. Os discursos são de recordação e as Zonas também são percebidas enquanto lugar de sociabilidades.

Durante a análise dos relatos orais, foram levados em consideração os ensinamentos de Paul Tompson (1992), atentando para o que cada entrevistado dizia sobre si, como ordenavam a sua fala, ao que dava destaque e ao que deixava de lado. E aos de Verena Alberti(2005), que nos ensina que, "a relação de entrevista, assim como a entrevista em si, deve ser tida e analisada como um todo, importando tanto o conteúdo do que se deixa gravado quanto a forma com que é enunciado" (ALBERTI, 2005, p. 71).

Portanto é importante entender que essas recordações apresentam as Zonas como territórios, o que permite pensá-las enquanto lugares construídos culturalmente, históricos. Que evocam memórias, que produzem identidades e noção de pertencimento. As representações que identificam e classificam os lugares e as pessoas, as práticas dos espaços, temporalidades outras, foi o que se buscou apreender na narrativa dos entrevistados.

Referências

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro. Editora: FGV, 2005.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano:* artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

FENELON, Déa (Org.). Cidades. São Paulo: Editora Olho D`água, 1999.

FILHO, Djalma José Nunes. *Djalma José Nunes Filho (Entrevista, 2018)*. Floriano: Irisneide Máximo, 2018.

GOFFMAN, Erving. *Estigma*: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

LOPES, Luís Paulo. *Luís Paulo Lopes (Entrevista, 2018)*. Floriano: Irisneide Máximo, 2018.

LOPES, Luiz Paulo. *Flagrantes de uma cidade*. Teresina: Jollene, 1997.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *A cidade, a noite e o cronista*: São Paulo e Adoniran Barbosa. Bauru. São Paulo: EDUSC, 2007.

OLIVEIRA, Maria do Socorro de. *Maria do Socorro de Oliveira (entrevista, 2014)*. Floriano: Irisneide Máximo, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy *Muito além do espaço:* por uma história cultural do urbano, 1995.

Rago, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. *CARTOGRAFIAS DO PRAZER*: Corpo, Boemia e Prostituição em Teresina (1930-1970). 2017. 189 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

SANTOS, Iolanda Pereira dos. *Iolanda Pereira dos Santos (entrevista 2018)* Floriano: Irisneide Máximo, 2018.

SANTOS, José Bruno dos Santos. *Transpondo Barreiras*. 2º Ed. Teresina. COMEPI, 1999, p. 348.

SOBRAL NETO, Teodoro Ferreira. *Floriano de Hoje e de Ontem*. Teresina: Halley, 1997.

SOUZANETA, Raimunda Nonata de. *Raimunda Nonata de Souza Neta (Entrevista, 2018)*. Floriano: Irisneide Máximo, 2018.
THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Entre o "doce progresso" e o "amargo transporte": os desafios do transporte coletivo em Teresina na década de 1970[1]

Allan Ricelli Rodrigues de Pinho[2]
Cláudia Cristina da Silva Fontineles[3]

Por que ruas tão largas?
Por que ruas tão retas?
Meu passo torto
Foi regulado pelos becos tortos
De onde venho.
Não sei andar na vastidão simétrica
Implacável.
Cidade grande é isso?
Cidades são passagens sinuosas
De esconde-esconde

1 O presente artigo é derivado das pesquisas que resultaram na dissertação de mestrado desenvolvida no PPGHB - Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI- Universidade Federal do Piauí.

2 Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí. Professor de História da iniciativa privada. E-mail: allanricelli2010@hotmail.com.

3 Doutora em História (Universidade Federal de Pernambuco). Atualmente é Professora Associada da Universidade Federal do Piauí e Coordenadora de História PIBID/CAPES da Universidade Federal do Piauí, atuando no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (Doutorado e Mestrado) e no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Bolsista em Produtividade Científica/UFPI. E-mail: cfontinelles@gmail.com

Em que as casas aparecem-desaparecem
Quando bem entendem [...]
Aqui tudo é exposto
Evidente
Cintilante. Aqui obrigam-me a nascer de novo, desarmado[4]

Introdução

Teresina, durante a década de 1970, assim como muitas cidades brasileiras, foi entrecortada pelos discursos de modernidade e progresso. De acordo com Francisco Alcides do Nascimento, visava-se com isso "transformar a cidade, dando-lhe o porte de uma metrópole, seguindo-se o modelo aplicado a outras" (NASCIMENTO, 2007, p. 207). Os jornais em circulação do período incitavam o "novo", como se quisessem inserir a capital piauiense entre os grandes centros do país. A cidade do esconde-esconde e de passagens sinuosas, como descrita na poesia de Carlos Drummond de Andrade, agora se entusiasmava com "ruas largas na vastidão simétrica" do asfaltamento, aparato urbano que traria os "ares do progresso" para Teresina.

Entretanto, ao tempo em que os jornais apresentavam tais discursos, os moradores das periferias e bairros mais afastados do centro ressentiam-se de direitos sociais básicos, ligados à infraestrutura, saneamento e transporte coletivo, objeto de análise deste artigo. Nesse sentido, o presente estudo busca discutir a relação entre as políticas de modernização implantadas no cenário piauiense dos anos 1970 e as dificuldades em torno da oferta de transportes coletivos na capital. O cenário teresinense, no período, ficou caracterizado pelo crescimento e modernização da cidade, principalmente nas dimensões infraestruturais, geradas pela construção e abertura de muitas ruas e avenidas. A cidade, durante o período analisado, como aponta Cláudia Cristina da Silva Fontineles, foi palco de obras que alteraram o seu espaço urbano, sendo fruto de uma política nacional durante o regime civil-militar, que ficaria conhecida como "milagre econômico" (FONTINELES, 2016). No entanto, é preciso ressaltar que

4 ANDRADE, Carlos Drummond de. *Esquecer para lembrar*. 1ed. São Paulo: Companhia das letras. 2017.

este crescimento é marcado por forte concentração de renda, além do assolamento das desigualdades sociais no país.

É necessário notar que as mudanças ocorridas na cidade de Teresina, capital do Piauí, no início dos anos 1970, tanto no transporte coletivo, quanto no próprio espaço urbano, não se deram sem negociações, conflitos, contradições e disputas políticas, em virtude da importância que essa dimensão representa na vida da urbe. Afinal, o transporte coletivo está ligado a agentes diversos, dentre eles, usuários, empresários, gestores públicos e funcionários do setor de transportes, cada um destes com interesses distintos.

Ao procurar analisar como os anseios por símbolos modernizadores marcaram os debates nos jornais, sobretudo relacionados ao desejo por um transporte que pudesse satisfazer as necessidades de uma cidade em franco processo de expansão demográfica e espacial. É importante lembrar que os jornais do período eram grandes propagadores de um tempo de "euforia", difundido pelo discurso em defesa do que era entendido como progresso. (FONTINELES, 2015), embora isso fosse produzido num contexto de muitos problemas sociais.

A modernização que afeta a estrutura urbana integra o próprio cenário construído pela modernidade. Nesse sentido, Antonio Paulo Rezende ressalta que "as suas repercussões, a sua penetração nos múltiplos espaços do fazer político, social, econômico dizem muito das relações de poder existentes." (REZENDE, 1997, p.117) O pensador prossegue, esclarecendo que isso "efetivamente, é um processo contraditório, cria conflitos, destrói valores, inventa concepções de mundo e de vida" (REZENDE, 1997, p.117).

Como fontes para a pesquisa, além do levantamento bibliográfico e do uso de edições do jornal *O Dia*, na década em apreço, utilizamos também a metodologia da História Oral, reconhecendo que o seu uso "reforça a responsabilidade e o rigor de quem colhe, interpreta e divulga entrevistas, pois é preciso ter claro que a entrevista não é um "retrato" do passado" (ALBERTI, 2008, p.170).

Embora não seja tão vasta a bibliografia no campo historiográfico que discuta as cidades sob a ótica dos transportes coletivos, ela é muito qualificada e possibilita o entendimento sobre a relevância do tema. Em grande medida, a bibliografia ainda se encontra no campo

da Engenharia e do Urbanismo, todavia, nesta pesquisa, a entendamos como uma dimensão articulada a várias dimensões da vida social, como salienta Charles Leslie Wrigth "embora não se possa negar a importância de fatores técnicos, o tipo e a qualidade do transporte são determinados, em boa parte, pelas estruturas econômicas, sociais, políticas, ou até mesmo por fatores culturais" (WRIGTH, 1988, p.12). Ou seja, as questões que perpassam o transporte coletivo vão muito além de razões técnicas, daí a relevância de que o historiador considere em suas pesquisas todas as dimensões que o estudo do transporte coletivo envolve.

Urbanização e transporte coletivo em Teresina: lugar de desejos e contradições

Em texto publicado no Jornal *O Dia*, no ano de 1970, o jornalista celebra o "doce" do progresso, sentido a partir do asfaltamento na cidade de Teresina neste período.

> Teresina toma aspectos de metrópole. A cidade se espraia e pouco-a-pouco a piçarra vermelha vem sendo substituída pelo negro do asfalto. É o progresso que caminha e embala em doce ciranda a capital piauiense. O velho Poti deixou de ser fronteira, para se incorporar à paisagem do centro da cidade. Teresina vai crescendo. Incorporou a Socopo – hoje um grande bairro. O Parque Piauí é outro respeitável núcleo populacional. Piçarra e Barrocão começam a cantar de centro. É a cidade que cresce.
> Mas há, infelizmente, setores que não acompanham esse surto febricitante de crescimento e progresso de Teresina. Somos, talvez, a cidade mais desassistida do País em matéria de transportes coletivos. Além de poucos veículos, as empresas que se dedicam à exploração desse ramo de atividades não prestam um serviço à altura, à comunidade. As tarifas são extorsivas. Não bastasse só isso, estabelece-se um sistema realmente revoltante para sugar ainda mais a minguada economia popular.
> É o que se verifica com os ônibus da Empresa Rio Poti que fazem o percurso circular. Nas grandes metrópoles não se tem conhecimento de que os usuários sejam obrigados a pagar mais de uma passagem. Essa prática condenável é, entretanto, aqui executada sem a menor cerimônia. Veja-se como é acintosa: o passageiro que tomar o ônibus circular na praça Pedro II com destino ao seu ponto terminal, na praça Deodoro, fica sujeito

> ao pagamento da passagem, mesmo que queira se dirigir à Piçarra. Se desse bairro, pretende demandar ao centro é obrigado ao pagamento de duas tarifas, já que o coletivo toca, antes, o Parque Piauí, e existe uma outra tarifa entre os dois núcleos.
>
> Verdadeiro absurdo. Um esbulho que merece ser reprimido com energia. Fala-se, com insistência, que a exploração de transportes coletivos não é atividade rentábil. Como se justificar, todavia, os investimentos dos empresários na renovação de suas frotas de ônibus? Não se tem conhecimento de nenhum deles em dificuldades financeiras.
>
> É certo que o homem de visão, que conhece o seu ramo e sabe explorá-lo, deve progredir. Não se admite, entretanto, é que não respeite uma faia de lucros justa e se coloque contra a economia de quase toda uma comunidade. Transporte coletivo é serviço de utilidade pública. Se não respeitar a economia do povo, perde aquele sentido e é aí que se faz urgente a presença das autoridades responsáveis, para evitar a sangria à bolsa popular(COLETIVOS e absurdos. *O Dia*. Teresina. 17 dez.1970, p. 3).

Quase que poeticamente, o autor aponta que o avanço, que chegou à capital, vinha embalado por uma "doce ciranda", e que os bairros mais afastados do centro, como Socopo (12 km), e Parque Piauí (7,3 km), estavam incorporando-se ao centro de Teresina, fazendo, assim, com que houvesse o crescimento da cidade, como é possível ver no texto descrito a seguir. É importante apontar que o conceito de progresso era muito utilizado pelos jornais locais analisados neste estudo, pois além desta palavra estar ligada aos avanços tecnicistas e às obras que mudavam a arquitetura da cidade, existia um forte desejo dos periódicos de colocar Teresina nos moldes de urbanização das mais importantes capitais do país, como Rio de Janeiro, São Paulo e Recife.

A partir da análise da fonte, é possível notar o entusiasmo do jornalista com o "doce progresso" de Teresina. Porém, na mesma fonte, podemos observar a faceta amarga dessas transformações, pois o texto destaca que ainda existem, na capital do Piauí, "setores que não acompanham esse surto febricitante de crescimento e progresso [...]", como o sistema de transporte coletivo, que segundo o autor da matéria, seria o mais desassistido do país na década de 1970. Além de

poucos veículos, a crítica do autor parte ainda para os altos preços das passagens de coletivos, que seriam segundo ele, extorsivas.

Dessa forma, são relevantes as comparações que eram realizadas pelas fontes analisadas, frequentemente utilizando dos modelos viários de outras cidades para fomentar as discussões em nível local. A matéria jornalística ainda exigedos empresários de coletivos da cidade os investimentos para renovação de sua frota e melhoria do serviço, fato que não estava ocorrendo no cotidiano da capital. A análise feita questiona também o discurso de alguns empresários, que afirmavam que o ramo dos transportes coletivos não era algo rentável. No entanto, o autor da matéria contrapunha isso, ao declarar que não tinha conhecimento nenhum de dificuldades financeiras das empresas que atuavam em Teresina neste período.

Essas contradições, envolvendo os processos de modernização, crescimento espacial e os desejos pelo "progresso" em Teresina, estavam presentes nas discussões que envolviam os transportes coletivos, tanto nos periódicos analisados, quanto nos relatos de usuários que utilizavam o sistema na época.

De acordo com Marshall Berman (1986, p.11), ser moderno é se encontrar em um ambiente que garante "aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos". A busca dos sujeitos pelo ser moderno é entendido pelo autor como algo que altera tudo ao redor, mas essa busca pelo novo também pode ameaçar a vida dos sujeitos, pois é sentida de forma diferenciada por cada um. Nesse sentido, compreendemos que, apesar das novidades trazidas pelo moderno promoverem sentimentos bons, existe o lado amargo, capaz de apagar memórias, lugares e provocar transformações na vida de muitos sujeitos.

Assim, como exposto na discussão acima, podemos compreender que nos anos setenta do século XX, apesar dos aparatos modernizadores trazidos pelo processo de urbanização na capital no período, muitos moradores não tiveram acesso a tais intervenções. Naquele período as modificações aconteciam, sobretudo, no entorno do centro da capital, não contemplando vários dos bairros mais afastados nas periferias, que ficavam invizibilizados em meio a este processo. Estas

contradições provocaram a produção de memórias plurais em torno do projeto de modernização implantado no período. Segundo Pierre Nora (2006), a memória não é estática, nem seu conteúdo fixo, sendo construída em cada presente, em conexão com interesses e objetivos particulares.

Na Teresina dos anos 1970, o termo "embelezar" era frequente no discurso de gestores e da imprensa local, que viam nas obras públicas construídas naquele momento, um meio eficiente para deixar a cidade com aspecto mais agradável. Sobre este período de euforia nacional que reverberou em Teresina na década de 1970, é preciso entender que:

> É indissociável entender o investimento em urbanização ocorrido na capital piauiense e os caminhos assumidos pelo Regime Autoritário implantado no Brasil após o Golpe Civil-Militar ocorrido em 1964, que passou a semear e a difundir o discurso de euforia na construção de um Brasil Gigante, que teria no crescimento urbano e no investimento maciço em obras arquitetônicas de grande envergadura e impacto social como símbolo maior de sua marca na história do país. (FONTINELES, 2016, p. 170).

Em muitas publicações, os novos contornos que a cidade vinha adquirindo eram elogiados e encarados como orgulho nos periódicos analisados, pois deste modo à cidade, com grandes prédios e asfalto nas principais avenidas, seria um belo cartão de visitas.

> NOVA ROUPAGEM
> O centro está bonito e com mais alguns remendos ficará lindo não fazendo vergonha que seja mostrando a nenhum visitante. É o asfalto que chega, é o atual Prefeito empenhado numa campanha de limpeza inaudita. Ruas são pavimentadas e para isso uniram-se, Governo do Estado e Prefeitura Municipal. Até a tradicional feira-livre, ganhou, na administração passada, um parque, muito embora o velho mercado continua ali bem pertinho com suas inconveniências gritantes e até mesmo absurdas.
> O centro no entanto, parece de uma capital, embora não dê ainda a entender que trata-se de uma metrópole. Os novos edifícios recentemente construídos Banco do Estado, INPS, Octávio Miranda Prédio da Administração e outros de menor

> porte mais de grande efeito embelezador[...] (TERESINA e seus Dramas. O Duro Contraste: Asfalto e Favelas. *O DIA*. Teresina, 26/27 jul. 1970, s/p.)

O cronista reforça a ideia de que a partir das intervenções, Teresina não fará vergonha a ninguém. "É o asfalto que chega", possibilitando a pavimentação de ruas e trazendo ares modernos a capital. Entretanto, o cronista também parece demonstrar insatisfação com a presença de feiras e do mercado, ao apresentarem "inconveniências gritantes" com as mudanças realizadas na área central da capital. Necessário lembrar que os mercados municipais abrigavam uma série de trabalhadores que saiam dos bairros mais afastados da capital para vender mercadorias no local.

Desse modo, podemos inferir que embelezar a cidade de Teresina não tinha relação com amenizar as carências sociais das quais sofriam seus moradores, pois, não se via nas matérias analisadas a preocupação em aprimorar a vida daqueles que aqui habitavam em condições de vulnerabilidade. A preocupação mais evidente era passar uma imagem de "cidade moderna" para outros estados pelos aspectos urbanísticos, esquecendo-se da população que sofria com inúmeras mazelas e parecia invisível aos olhos de muitos. Quem dá vida à cidade é quem nela habita, construindo-a e consumindo-a cotidianamente, porém isto parecia não ser relevante para muitos na década de 1970 no Piauí.

É importante salientar que, com o crescimento populacional na década de 1970, aumentaram também os problemas infraestruturais da cidade, e consequentemente suas mazelas, com a falta de água, luz, emprego, educação, transporte, dentre muitos outros serviços nas regiões periféricas. De acordo com Karlene Araújo e Francisco Alcides do Nascimento (2012), tanto os imigrantes como a população mais carente, sofreram com a falta de moradias, já que muitos moradores, que residiam no centro, tiveram que se retirar em nome de um progresso sonhado e planejado por gestores e imprensa local. Eles fixaram-se na periferia com inúmeras carências. Ainda sobre este assunto, os autores apontam:

> Nos jornais da época quase que diariamente apareciam matérias relacionadas a aberturas de novas favelas na capital.

> Esses lugares não tinham a menor estrutura para abrigar tantas famílias, as casas eram construídas muito próximas umas das outras, simples e de palha o que provocava medo na população marginalizada porque eram casebres inseguros, geralmente com dois cômodos e com uma grande quantidade de pessoas morando no mesmo espaço físico. Saneamento não existia, nem água, nem saúde, nem luz, ou seja, as famílias eram simplesmente jogadas para áreas distantes do centro e não recebiam nenhuma assistência. (ARAUJO; NASCIMENTO, 2012, p. 7).

Além das temáticas expostas nos jornais locais relacionadas às favelas que surgiam na capital, estavam presentes também, as discussões referentes às obras para urbanizar e "embelezar" a cidade de Teresina, sugerindo que algumas mudanças apavoraram os moradores da capital, que sentiam receio de que tais mudanças mexessem com o cotidiano. Uma dessas alterações aconteceu justamente no sistema de transportes coletivos, para o qual foi proposta a mudança nos terminais e itinerários dos coletivos no início dos anos setenta.

Esta modificação foi implantada pelo Departamento de Serviços Urbanos, órgão responsável no período pela fiscalização e organização dos transportes coletivos na capital. A decisão deixou parte da população apreensiva, pois, mesmo com o discurso de que essas mudanças ajudariam a desafogar o tráfego de coletivos do centro da cidade e atender às modificações que existiam no programa urbanístico de Teresina, algumas pessoas sentiram dificuldades, visto que aumentaram seus trajetos, ou até mesmo tiveram que andar a pé até os novos pontos de ônibus. Segundo Fontineles, durante a década de 1970, "vivenciou-se uma época de muita euforia no campo da modernização das cidades, promovida pela crença da inserção nos modelos de consumo dos países de economia central" (FONTINELES, 2009, p. 334),porém toda essa empolgação foi enfraquecendo na medida em que não eram todas as promessas que conseguiriam ser cumpridas, dentre elas, colocar em um curto espaço de tempo o Brasil ao lado de países desenvolvidos.

Em agosto de 1971, o periódico *O Dia* publica a matéria "Modificação no itinerário de ônibus deixa população a pé", mostrando a insatisfação de moradores dos bairros da zona sul e norte, que, conforme a publicação, estavam sendo obrigados a andar

a pé depois das mudanças dos terminais. Ainda são citados nomes de empresários do sistema de coletivos que também estavam insatisfeitos com as alterações realizadas pela Prefeitura, chegando a sugerirem ajustes que, em consonância com eles, seriam ideais para o trajeto dos coletivos, como é possível ver no trecho transcrito:

> Grande parte dos moradores dos bairros da zona Sul e Norte de Teresina estão sendo obrigados a andar a pé, depois que o Departamento de Serviços Urbanos resolveu retirar os ônibus do cento da cidade, estabelecendo a Praça da Liberdade como terminal de coletivos. Os maiores prejudicados são as pessoas que trabalham ou fazem compras no Mercado Central e que agora estão sendo obrigadas a andarem a pé mais de 10 quarteirões até chegarem as paradas de ônibus que os levarão as suas residências.
> SUGESTÕES
> Alguns empresários de transporte coletivos apresentaram várias sugestões que poderiam beneficiar os usuários dos ônibus. O sr. Antônio Venâncio da Viação Rio Poti apresentou como sugestão que os ônibus procedentes da zona Sul poderiam seguir seus itinerários normais até a Praça da Liberdade e de lá atingir a rua 24 de janeiro, em seguida a José dos Santos e Silva, até o Mercado, onde fariam a parada.
> O proprietário da auto Viação Coimbra disse que uma solução seria os ônibus da zona Norte ao atingirem a Igreja de São Benedito, achariam a 24 de Janeiro, atingindo depois a Desembargador Freitas, até o Mercado, onde fariam ponto final. Segundo os empresários a mudança do itinerário vem causando sérios transtornos para população [...]. (MODIFICAÇÃO no itinerário de ônibus deixa população a pé. *O Dia*. Teresina. 11 ago. 1971. p.3).

Ao analisar a matéria, é importante ressaltar que o texto jornalístico informa que o trânsito vai além dos meios de circulação, envolvendo principalmente as experiências cotidianas dos moradores de uma cidade. Nesse sentido, decisões aparentemente simples, como a mudança de itinerários de transportes coletivos, como ocorreu na década de 1970, em Teresina, afetou diretamente a vida dos usuários. Dessa maneira, como destaca Eduardo Alcântara Vasconcelos "é preciso também analisar como o trânsito se forma, como as pessoas participam dele, quais são seus interesses e necessidades" (VASCONCELOS, 1985, p.11).

Assim, ao considerar as fontes e reclamações sobre as modificações nos terminais e paradas de coletivos da cidade, pode-se inferir que as transformações ocorridas naquele espaço, nos anos setenta do século XX, não levaram em consideraçãoa maioria das necessidades dos moradores. A justificativa se deve que a alteração implantada foi baseada principalmente em características técnicas, para urbanizar e modernizar a cidade, sem ouvir aqueles que de fato fazem o sistema de coletivos existir: os usuários.

Em depoimento oral[5], Raimundo Nonato Vasconcelos, que era barqueiro e comerciante nos anos 1970, relata que saiu do Ceará ainda criança com sua família. No final da década de 1950, instalou-se em Teresina, e após a morte de sua mãe, passou a morar na cidade vizinha da capital piauiense, Timon (MA). Na década de 1970, Raimundo Nonato era usuário do transporte coletivo da cidade, e relembra alguns desencantos com a experiência do ônibus na cidade, que incluía demora, lotação, falta de segurança e um serviço de má qualidade para atender os bairros.

> No início de 1970 eu morava em Timon, ali na beira do rio, onde hoje é a Avenida Piauí. Às vezes utilizava o transporte coletivo na cidade, mas era muito ruim, pior do que é hoje [...] tinha uma empresa chamada Manuel Morais, que quando eu trabalhava na Vermelha, em uma lanchonete, eu pegava o ônibus muito lotado, teve uma vez que eu quase caí pela porta traseira do ônibus, só não caí porque um cidadão me segurou. Hoje tá ruim, porque os ônibus estão tudo sucateados, mas antes era pior. Pegava ônibus até a Praça da Bandeira, tinha um terminal, depois eu pegava um pra Timon. Era só dois ônibus, aí você demorava 3, 4 horas pra pegar, era a Dois irmãos, tinha só dois ônibus na época. Muitas vezes eu ia a pé, chegava

5 De acordo com Verena Alberti, as entrevistas temáticas são aquelas que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido, enquanto as de história de vida têm como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou de que se inteirou. Neste estudo a opção por este tipo de entrevista deu-se pelo envolvimento do tema na trajetória de vida dos depoentes, bem como sua experiência nos acontecimentos que envolveram o transporte coletivo na década de 1970, em Teresina. ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. Rio de Janeiro. FGV, 2013, p. 48.

> mais rápido que o ônibus, muitas vezes eu fazia o percurso da Piçarra, da Vermelha, daquela igreja da Vermelha até a rua 100 a pé e chegava muito mais rápido. Pra vermelha pegava o ônibus que ia para o Sacy, da empresa Manuel Morais, serviço péssimo, ônibus cheio. Quebrava o ônibus muitas vezes, o socorro demorava e você perdia a passagem porque não ia esperar outro [...] A condição dos ônibus era ruim, não tinha segurança nenhuma. (VASCONCELOS, 2016).

O relato de Vasconcelos informa a respeito da péssima condição do transporte coletivo, ainda demonstra que, apesar dos discursos propagados pelos periódicos e poder público para dotar a capital de símbolos urbanos modernos, como por exemplo, um sistema de transporte urbano com veículos novos, estava longe da realidade vivida por muitos sujeitos, que no seu dia a dia enfrentavam dificuldades de locomoção. De acordo com Alberti, cada sujeito produz memórias e experiências diferentes em relação ao tempo vivido. Daí a relevância das fontes orais para "mostrar que a constituição da memória é objeto de contínua negociação"(ALBERTI, 2008, p. 167).

Os discursos sobre o moderno, na Teresina dos anos 1970, foram, em muitos casos, propagados tanto por gestores para promover as novidades e intervenções realizadas nos espaços urbanos, quanto pelos jornais que alimentaram os sujeitos com propagandas e novidades lançadas, com o objetivo de promover uma fantasia do que seria ter um futuro moderno.

Mesmo a cidade estando cercada de problemas sociais, a preocupação com o transporte coletivo, como símbolo do moderno, estava estampada em muitas publicações dos impressos analisados e na voz de muitos gestores. Em matéria publicada no periódico *O Estado*, em 1975, "Rápido Teresina vai receber novos ônibus", é possível notar o entusiasmo do periódico com a prestação de serviço de uma empresa de ônibus que operava linhas para a Universidade Federal do Piauí.

> Os bairros Jockey Clube, Universidade e São Cristóvão podem ser considerados como os que melhor são servidos por linha de transportes coletivos. Para isso a concessionária daquelas linhas mantém uma linha de modernização de sua frota e melhoria de atendimento ao púbico que vem sendo elogiada

> até mesmo pelos críticos mais rigorosos. Além de adquirir novas viaturas e recondicionar as que vinham prestando serviços, a empresa Rápido Teresina tem como maior preocupação manter pontualidade em seus horários e para isso mantem fiscais de tráfego nos terminais das suas linhas, controlando as saídas de 15 em 15 minutos, especialmente os que demandam ao Campus Universitário, fato que já chegou a ser elogiado pela própria Reitoria. Contando atualmente com oito unidades, a empresa Rápido Teresina estará recebendo novo ônibus até meados de junho, com o que passará a condição de empresa com maior número de veículos no serviço de transportes coletivos da capital. (RÁPIDO Teresina vai receber novos ônibus. Teresina *O Estado*. 23 mai. 1975. p. 5).

O jornalista aponta que a empresa mantinha uma linha de modernização de sua frota, que fazia com que até os mais rigorosos críticos tecessem elogios. Com a frota de coletivos novos, que chegaria à empresa em julho, ela se tornaria a maior da cidade. O texto ainda faz referência à pontualidade e frequência com que a empresa colocava seus veículos em circulação na Universidade Federal do Piauí. Segundo o autor, a cada 15 minutos, um ônibus saía para fazer uma viagem, fato que destoava de grande parte das matérias analisadas neste estudo, pois a ineficiência ou completa ausência de transporte coletivo na capital era sentida por muitos.

Desta maneira, o transporte coletivo na cidade de Teresina nos anos 1970 provoca interesse, pois o enredo construído em torno deste objeto, durante o período, é fortemente marcado pelos discursos de "progresso", pois ter um sistema de transporte coletivo que aproximasse Teresina das metrópoles brasileiras traria ares de modernidade à capital piauiense. Entretanto, este é um momento também assinalado por muitos contrastes sociais na capital piauiense e, entender este contexto e suas implicações para a vida dos moradores da capital, é fundamental para compreender os desafios e demandas sociais ligadas ao transporte coletivo, questão histórica que afeta o cotidiano dos moradores de uma cidade, bem como a maneira com estes a vivenciam. Cláudia Fontineles ressalta que "as seduções e encantos emitidos pela cidade tem desafiado o entendimento humano, pois os labirintos da história encontram em seu seio o lugar privilegiado para

se abrigar e de lá irradiar suas provocações e construir seus enredos" (FONTINELES, 2015, p. 197).

A matéria "Teresina e seus Dramas. O Duro Contraste: Asfalto e Favelas", publicada no jornal *O Dia* em julho de 1970, destaca as dificuldades enfrentadas por este "crescimento desordenado".

> OS BAIRROS
> [...] Esta população se localiza na sua maioria nos bairros da capital e nos bairros pobres, desconfortáveis, sem água, de pouca luz, sem esgotos e higiene, sem escolas e clubes de diversão. Por enquanto, Cabral, Tabuleta, Piçarra, Poty Velho, Redenção, e outros bairros de Teresina crescem desengonçadamente, sem planejamento e sem nada. É o crescimento que ao invés de trazer orgulho, traz um certo constrangimento e até tristeza pois significa algo de errado e lamentável.
> COLETIVOS
> Embora Teresina tenha apenas cerca de 110 ônibus servindo como transporte coletivo na zona urbana, eles dão muitas dores de cabeças. Nesta boa terra nenhum motorista de ônibus obedece o que manda o Trânsito com referência a paradas. Apanha e solta passageiros no meio da rua e em qualquer lugar, congestiona todo o trânsito; confia-se que está conduzindo um carro que suporta toda pancada e assim vai colocando constantemente perigo a vida dos outros[...] (Teresina e seus Dramas. O Duro Contraste: Asfalto e Favelas. *O DIA*. Teresina, 26/27 jul. 1970, s/p.)

O texto acima destaca o quadro de crescimento da população urbana e os problemas que são trazidos junto disto. Para reforçar estes assuntos, a reportagem traz as fotos de Carvalho Marques, para ilustrar algumas cenas do cotidiano da cidade, como as avenidas asfaltadas, o trânsito e o transporte coletivo que era retratado neste momento, como o causador de muitos problemas, dentre eles, a descida irregular de passageiros. Isso sucedia, pois, a falta de paradas fazia com que a subida e descida de passageiros fosse feita em qualquer lugar, colocando em risco a vida de muitos sujeitos. Além disso, o texto questiona o progresso da capital, ao argumentar que vários bairros da cidade cresciam "desengonçadamente, sem planejamento, sem nada" (Teresina e seus Dramas. O Duro Contraste: Asfalto e Favelas. *O DIA*. Teresina, 26/27 jul. 1970, s/p.), provocando assim, ao invés de orgulho, um sentimento de constrangimento e tristeza, algo que deveria ser lamentado e que evidenciava a contradição entre o progresso e os muitos

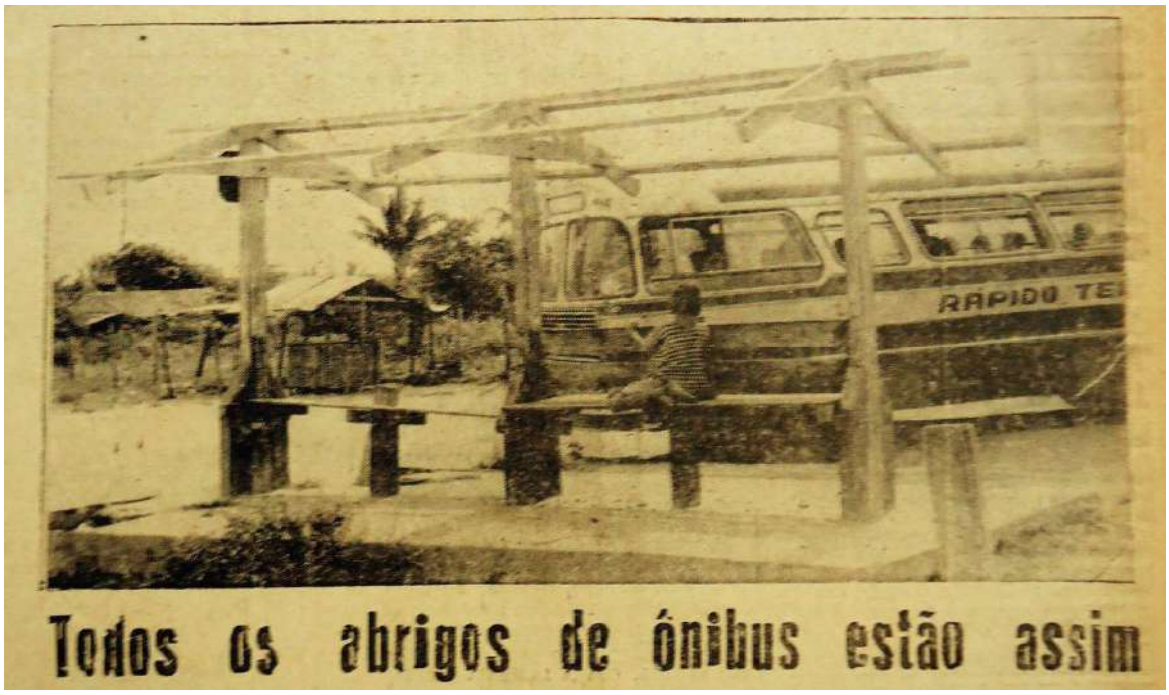
> problemas enfrentados pelos moradores dos bairros da cidade de Teresina.
> Esses desafios que envolviam o crescimento da capital estavam relacionados principalmente com o aumento da população no período analisado. Segundo Regianny Monte (2010), a população de Teresina quase dobrou em relação à década anterior, passando de 98.329 para 181.071 habitantes. Dessa maneira, o crescimento populacional desencadeia a expansão espacial de Teresina, iniciada ainda na década de 1960, com o surgimento de novos bairros, em sua maioria carente de serviços básicos, como escolas, saúde, transportes, água encanada, dentre outros.

As dificuldades com a ausência de transportes coletivos ou mau funcionamento desses para atender os bairros da cidade, podem ser percebidas por meio dos relatos orais e das experiências dos usuários de ônibus nos anos 1970. Dona Maria da Luz Rosa Lima, que chegou à capital ainda no final da década de 1960, com a família, destaca, em seu relato, os desafios enfrentados para poder trabalhar e sobreviver na década de 1970 na cidade. A falta de transporte coletivo no bairro Poty Velho, onde residia, fazia com que ela fosse a pé, com a bacia de verduras na cabeça, até o bairro Mafuá, cerca de 6 km de distância, próximo ao centro da capital, onde vendia seus produtos. Além disso, a moradora recorda que, como residia em uma área muito pobre, ao conseguir pegar um ônibus, era motivo de felicidade, pois além da grande espera nas paradas, o preço da passagem era elevado para muitos teresinenses, que possuíam uma renda mínima para custear os gastos da família, sobrando, assim, pouco ou quase nenhum recurso financeiro para pagar a passagem de transporte.

> Eu trabalhava vendendo verdura no Mafuá ia a pé com a bacia de cheiro-verde na cabeça, eram muitas mulheres com o cheiro-verde na cabeça e os homens com os peixes enfiados em um pau nas costas. Não tinha ônibus para pegar, só tinha algumas viagens durante o dia, mas como nós saíamos quatro horas pra chegar lá seis, sete horas, aí voltava pra chegar aqui uma da tarde [...] Naquele tempo todo mundo era pobre e ninguém achava ruim, quando pegava um ônibus todo mundo ficava contando que foi para o centro de coletivo e comemorando, era aquela felicidade. (LIMA, 2016).

Essas dificuldades enfrentadas no transporte coletivo também se evidenciavam em algumas matérias jornalísticas que mostravam os problemas do transporte coletivo na capital. Em publicação veiculada na capa do Jornal *O Dia* em um domingo, 17 de janeiro de 1971, destacava-se a situação das paradas de ônibus nos bairros. A imagem é significativa para analisarmos as disparidades encontradas na cidade no período, como a situação dos abrigos de ônibus. É possível notar na fotografia traços rurais, que destoavam dos discursos "embelezadores" apresentados nos periódicos locais.

Figura 1: Todos os abrigos de ônibus estão assim.



Fonte: Todos os abrigos de ônibus estão assim. O Dia. Teresina. 17 jan. 1971, p. 1.

O abrigo era feito de madeira e sem nenhuma cobertura, ao fundo é possível ver casebres de palha e cercas de arame, o que demonstra os contrastes entre os discursos propagadores do novo, e a realidade vivenciada pelos teresinenses que dependiam do transporte coletivo nos bairros mais distantes da cidade.

A paisagem urbana da capital piauiense estava repleta de símbolos que permeavam o antigo e o moderno, pois, ao mesmo tempo em que os discursos exaltavam a modernidade que "chegava" à cidade, a população que vivia nas áreas periféricas se ressentia com os dramas da capital, dentre eles as dificuldades enfrentadas para

se deslocar, a demora entre as conduções e a falta de paradas em condições adequadas para se abrigar.

Apesar da "celebração" do urbano constatada nos periódicos analisados, a cidade de Teresina apresentava um panorama recheado de contradições sociais, que divergiam dos discursos manifestados pelos gestores e reforçado pela imprensa local. Muito além da vinda de imigrantes para a cidade, que era apontada como uma das principais causas do aumento dos problemas sociais, os dramas enfrentados pela população pareciam ser menos importantes do que as impressões de uma cidade atrasada, distante do progresso almejado e que era apresentada nos discursos jornalísticos.

O relato de Adão Barbosa Soares, morador do bairro Vermelha nos anos 1970, distante cerca de 3 km do centro de Teresina, reforça os desafios daqueles que precisavam utilizar o transporte coletivo no período e provava o lado amargo da "cidade do progresso" proferida pelos jornais. Ao relembrar dos momentos em que precisava de transporte coletivo para o lazer, Soares lembra-se das condições que esses veículos circulavam pelo seu bairro dificultando a locomoção pela capital.

> No início de 1970 eu usava o ônibus, me deslocava da vermelha pra cá(centro), da vermelha pra Praça Pedro II pra assistir um filme, lá para o cinema [...] a noite ele era assim mais cheio, porque naquela época o pessoal vinha muito ver filme assim na Praça Pedro II, no Cine Rex, Cine Royal, essas coisas, naquele tempo o pessoal usava muito as praças, era lotado, aí os ônibus ficavam cheio, pra ir e pra voltar. [...] O sistema de transporte era devagar, ônibus velho, calhau velho, nem freio às vezes não tinha, tinha que encostar o pneu no meio fio pra poder parar, se não ia parar muito longe de onde o pessoal pedia. (SOARES, 2016).

Assim, a vida da população mais carente continuou prejudicada nas áreas da saúde, educação, lazer e principalmente o transporte, objeto de estudo deste trabalho. Ao enaltecer o "doce" do progresso e culpar os sujeitos mais pobres pelos ares sujos e interioranos que Teresina ainda possuía, os periódicos acentuavam a segregação sofrida pelas populações que viviam nos bairros mais afastados do centro

capital piauiense, e que amargavam dificuldades sem um transporte coletivo que atendesse as suas demandas.

Considerações finais

O presente estudo analisou como se deu a relação entre os discursos de progresso difundidos nos periódicos locais, as transformações ocorridas no espaço urbano, e seus contrastes com a realidade do transporte coletivo em Teresina nos anos 1970. Este é um momento marcado por grande "euforia" nacional e, de grandes investimentos em infraestrutura na capital piauiense. Entender como este cenário influenciou na por um transporte coletivo em Teresina, considerado mais moderno, assinalando as mudanças urbanísticas, a busca pelo progresso, defendido por gestores e cronistas da época, além das demandas sociais que assolavam os moradores da capital nos anos setenta do século XX. Vale ressaltar que o período é de grande relevância para a definição dos papéis do setor de transportes coletivos, onde é possível perceber tentativas de se estruturar e regulamentar as empresas que operavam linhas em Teresina.

A partir das fontes orais e de análises de matérias do jornal *O Dia*, foi possível perceber como a cidade vai sendo entrecortada por desejos, seduções e busca pelo moderno, inclusive no âmbito dos coletivos em Teresina. Notou-se, na investigação, que o sistema funcionava em grande parte em condições precárias, não atendendo à demanda social da população e do crescente número de bairros que surgiam. Dessa forma, esta pesquisa permite abordar fragmentos da história do transporte e da capital, visto que muitas dasquestões analisadas na pesquisa, ainda continuam a vigorar e suscitar perguntas no tempo presente.

Referências

ALBERTI, V. História dentro da História. In: **Fontes históricas**: Carla BassaneziPinsky, (Org.). 3°ed. São Paulo: Contexto, 2008.

ARAUJO, Karlene Sayanne Ferreira; NASCIMENTO, Francisco Alcides do. A capital do Piauí na década de 1970: Teresina sonhada,

construída e vivida pelos pobres urbanos. **VI Simpósio Nacional de História Cultural**. 2012.

BERMAN, Marshall**. Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. São Paulo. Companhia das Letras, 1986.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica:** maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015.

_____. **O recinto do elogio e da crítica:** maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. 2009. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco– UFPE.

_____. **Patrimônios arquitetônicos em Teresina:** combates pela memória (Década de 1970). Revista História e Perspectivas. Uberlândia, vol. 29, n.54, jan/jun., 2016.

MONTE, Regianny Lima. **A cidade esquecida [manuscrito]:** (res) sentimentos e representações dos pobres em Teresina na década de 1970. (Dissertação). Universidade Federal do Piauí, UFPI. 2010.

NASCIMENTO, Francisco Alcides. **Cajuína e cristalina:** as transformações espaciais vistas pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH, vol. 27, n.53, jan.-jun. 2007.

NASCIMENTO, Francisco Alcides. **A cidade sob o fogo***:* modernização e violência policial em Teresina (1937/1945). EDUFPI. Teresina. 2015.

NORA, Pierre Nora e o ofício do historiador: "A França doente de sua memória". Entrevista concedida a Jacques Buob et Alain Frachon. **Le Monde** 2. Hors Série. Colunies. Um dêbatfrançais. Mai-juin 2006, p. 7-9.

REZENDE, Antonio Paulo. **(Des)encantos modernos**: histórias da cidade do Recife na década de XX. Recife: Fundarpe, 1997.

VASCONCELOS, Eduardo A. **O que é trânsito?** São Paulo, Ed. Brasiliense. 1985.

WRIGHT. Charles Leslie. **O que é transporte urbano.**São Paulo. Ed. Brasiliense.1988.

Entrevistas

SOARES, Adão Barbosa. Entrevista concedida a Allan Ricelli Rodrigues de Pinho, no Mercado Central. Teresina, fev. 2016.

LIMA, Maria Luz Rosa Lima. Entrevista concedida a Allan Ricelli Rodrigues de Pinho. Teresina, fev. 2016.

VASCONCELOS, Raimundo Nonato. Entrevista concedida a Allan Ricelli Rodrigues de Pinho. Teresina, fev. 2016.

Jornais

TERESINA e seus Dramas. O Duro Contraste: Asfalto e Favelas. *O DIA*. Teresina, 26/27 jul. 1970, s/p.

MODIFICAÇÃO no itinerário de ônibus deixa população a pé. *O Dia*. Teresina. 11 ago. 1971. p.3

RÁPIDO Teresina vai receber novos ônibus. Teresina *O Estado*. 23 mai. 1975. p. 5

TODOS os abrigos de ônibus estão assim. O Dia. Teresina. 17 jan. 1971, p. 1.

Quando nasce a Vila da Paz: uma história de Luta e Resistência[1]

Karina Viana da Silva[2]
Marcelo de Sousa Neto[3]

Introdução

A trajetória histórica da Vila da Paz começou a ser construída no ano de 1986, quando um grupo de pessoas ocupou um terreno particular localizado nas proximidades da BR-343, avenida Presidente Getúlio Vargas, em uma

1 A pesquisa é parte do resultado da dissertação de mestrado em história do Brasil, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

2 Possui graduação em história pela Universidade Estadual do Piauí UESPI (2015) é mestra pelo Programa de Pós-graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí UFPI (2019). e-mail: karina27viana@gmail.com.

3 Professor e advogado (OAB-PI n. 15727), possui Pós-doutorado em História pela UFPI (PNPD/CAPES - 2015), Doutorado em História pela Universidade Federal do Pernambuco - UFPE (2009) e Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí - UFPI (2003). Licenciado em História e Bacharel em Direito pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), possui ainda especialização em História Política (UESPI) e História Sociocultural (UFPI). Atualmente é professor Associado do curso de História da Universidade Estadual do Piauí e Professor da Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Tem experiência na área de História da Educação, História Política, História e Cidade, História das Religiões, Biografia, História e Movimentos Sociais e História do Brasil Imperial, e-mail: marcelo@ccm.uespi.br.

área acidentada e recortada por um enorme grotão[4]. Para o estudo da área ocupada, tornou-se necessário realçar seus espaços enquanto elementos de análise histórica que, localizada na região sul da Capital, era marcada pela falta de infraestrutura para receber seus novos habitantes.

No entanto, com o passar dos anos e com a continuidade ou o surgimento de novas demandas, o espaço da Vila vem sofrendo significativas mudanças com o processo de urbanização pela qual essa comunidade vem passando, ocasionando a visível transformação espacial do lugar, resultado de intensas e tensas reivindicações conduzidas por seus moradores e que teve seus contornos traçados por meio do protagonismo destes, legitimado, sobretudo pelas lutas e resistência no início da ocupação.

Assim, pontua-se que o objetivo do artigo é analisar a ocupação da Vila da Paz, investigando como se constituiu o protagonismo dos seus primeiros moradores, consubstanciado pelas lutas e manifestações na implantação dos serviços básicos. Para as transformações urbanas ocorridas no espaço, para tanto, volta-se para a apresentação do contexto histórico do objeto de estudo, a presença da Igreja Católica, bem como as ações tomadas tanto por seus moradores, quanto pelas autoridades responsáveis para dotar o local de infraestrutura e, assim, torná-lo habitável.

Nesse percurso de análise, quanto ao apoio metodológico e documental, adotou-se a metodologia da História Oral associada ao estudo bibliográfico e a análise das fontes hemerográficas, além do processo de reintegração de posse da área ocupada, postos em diálogo com os pesquisadores Roberto Lobato Corrêa, Ângela Oliveira Viera, Antonio Cardoso Façanha, Sandra Jatahy Pesavento, entre outros que nos auxiliaram para a construção da narrativa.

Desenvolvimento

Inicialmente, cabe-nos esclarecer o nome que foi dado a ocupação que ocorreu entre os dias 26, 27, 28 e 29 de setembro do

4 Grande cavidade, depressão geológica profunda, que se forma pela ação da água da chuva, situada entre relevos fortemente desnivelado.

ano de 1986 ao terreno denominado de Catarina, encravado Data Covas, no município de Teresina, com 81 hectares, dentre os quais o poder público a nível estadual já havia desapropriado uma área de 16 hectares, 99 ares e 11 centiares para a construção do prédio que se tornaria a rodoviária da capital, além de outra parte desapropriada para loteamento da Vila São José da Costa Rica, pois, segundo relatos dos primeiros moradores, um dos fatores para entrada na área restante foi que a região não havia comportado o número de pessoas que não possuía casa própria.

Para complementar a apresentação do objeto de estudo, é necessário esclarecer a diferença entre os termos ocupação/invasão e vila/favela, tendo em vista que a utilização de determinados binômios é carregado de preconceito, sendo os sujeitos envolvidos nessa conjuntura muitas vezes classificados de forma pejorativa, por aqueles que desconhecem a real necessidade de famílias que lutam por uma casa. A ocupação difere da invasão justamente pelo uso dado a terra, visto que "o termo "invasão" significa tomar algo que esteja sendo utilizado de forma adequada por seu proprietário, e "ocupação" diz respeito estar de posse de uma área que não esteja adequadamente utilizada, ou seja, não está assumindo sua função social" (VIERA; FAÇANHA, 2015, p. 2431). Assim, compreende-se que a Vila da Paz atende ao que pontua o termo ocupação, pois o terreno estava abandonado e, consequentemente, não atendia a legislação sobre o uso da terra.

O nome dado a Vila, ainda segundo relatos dos moradores, se deu em virtude de sua ocupação coincidir com o reconhecimento da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Ano Internacional da Paz, em alusão ao quadragésimo aniversário da organização. No entanto, a iniciativa foi proposta pela primeira vez durante a conferência do conselho econômico e social em novembro de 1981, sendo instituído o dia 21 de setembro para fazer menção à iniciativa.

A Vila da Paz, como outras favelas, teve o seu nome modificado, numa ação da Prefeitura Municipal de Teresina, ao lançar, no ano de 1997, o projeto Vila-Bairro, programa cujo objetivo geral era consolidar as vilas em verdadeiros bairros com o padrão mínimo de urbanização. Entre as ações, a que mais se destacou foi a alteração do nome favela para vila, medida já iniciada com o Censo de Vilas

e Favelas, mas legitimada pelo programa Vila-Bairro. Dessa maneira, compreende-se a trajetória do nome da favela mais expressiva da zona sul nos anos finais da década de oitenta.

Outro fato também se associa ao nome dado à ocupação, a partir do qual o nome Vila da Paz seria uma homenagem a uma das primeiras lideranças que desenvolveu um importante trabalho na comunidade, sobretudo, nos anos iniciais da favela, cujo nome era Maria da Paz. Sobre isso, o senhor José Félix de Paula relata: "ela ajudou a organizar a documentação, cadastramento, ela era uma menina muito inteligente, muito esforçada, apesar de ser doente, era muito esforçada"[5]. O morador reconheceu o engajamento na organização na parte burocrática, por se tratar de uma pessoa com carisma popular, além de possuir poder de persuasão no relacionamento com as autoridades públicas.

A favela era considerada violenta, servindo de lugar para o esconderijo de roubos, taxada inicialmente de Vila do Facão, tanto por essa questão quanto pelo fato da divisão dos terrenos, visto que, iniciados os trabalhos de capina dos matos, era necessário logo demarcar a área, para não correr o risco de perder o terreno para outra pessoa, fatos relembrados pela moradora Antonia Rodrigues do Nascimento Barros:

> E o que que acontecia com esse terreno aqui?! Era chamada a mata do negão porque aqui se escondia todos os roubos a gente encontrou muita bicicleta, pedaço de bicicleta, porque eles roubavam e escondia aqui certo?! [...]Quando eu cheguei aqui, o primeiro terreno que eu peguei foi ali bem aqui quase em frente da rodoviária, você vai aqui e tem aquelas casas ali dos tratores, tem outra casa passa a Rua 11, pois aquela casa bem ali foi eu que rocei, só que hoje não é a pessoa que me tomou não (risos) já é outra família, quando eu cheguei, no outro dia já tinha uma casa armada, aí eu fiquei meu Deus, aí eu rocei outro aqui, no outro dia... Porque eu não tinha com o que fazer, e eu não ia ficar aqui com os meus quatro filhos

5 FÉLIX DE PAULA, José. **Entrevista concedida a Karina Viana da Silva**, na residência do entrevistado. Teresina, 09 ago. 2016. Morador participante da ocupação da Vila da Paz, atualmente tem a idade de 79 anos, aposentado, exerceu a profissão de policial militar, é casado, teve três filhos, e participou ativamente da associação dos moradores da Vila.

> pequenos, a Mônica tinha dois anos, aqui a noite todinha sem nenhuma proteção nem nada, nada, eu voltava pra essa casa de aluguel lá no Paraguai. Rocei, no terceiro foi que eu dei uma de valente e botei pra fora.[6]

O relato da moradora evidencia muitas questões que envolveram o contexto histórico da ocupação, que inicialmente nomeou o lugar como Mata do Negão, mas o nome se referia a vizinha Vila Costa Rica, onde o terreno era todo cercado e vigiado por um morador, visando evitar que outras pessoas pudessem adentrar na área, diferente do terreno que ocorreu a Vila da Paz, que estava abandonado pelos supostos proprietários, sendo mencionado, na fala da entrevistada, o fato de os primeiros ocupantes encontrarem objetos que, segundo ela, seriam oriundos de roubo. O trecho ainda chama atenção ao protagonismo dos primeiros moradores, sobretudo ao feminino, pois as mulheres assumiram papéis que evidenciaram a sua força e persistência na luta para conseguir um teto para a família.

Ainda sobre o relato da moradora, nota-se o destaque dado à falta de condições de permanecer no terreno que foi roçado por ela, por não possuir condições financeiras para construir ao menos uma casa de barro e cobri-la de palha, pois morava de aluguel, que, segundo a mesma, estava atrasado, e o proprietário constantemente a ameaçava de despejo. Essa foi uma das muitas situações que acometeu diversas famílias no contexto dos anos oitenta, pois a entrevistada era mãe solteira, com quatro filhos e desempregada, que não se sentia assistida pela política habitacional. Desta forma, os sujeitos que estavam inseridos nessas mesmas situações enxergaram na ocupação da Vila da Paz a oportunidade de possuírem um teto sobre a cabeça.

Entender o próprio fenômeno sócio urbano que vivenciavam, e como forma de enfrentar "as calunias lançadas contra a ocupação da Vila da Paz" (O Dia. Fev. 1987), os próprios moradores, apoiados pela Associação de Moradores dos Três Andares e pelo Centro Piauiense

6 BARROS, Antonia Rodrigues do Nascimento. **Entrevista concedida a Karina Viana da Silva**, nas instalações da Fundação Nossa Senhora da Paz, Teresina. 09 de out. 2018. Moradora participante da ocupação da Vila da Paz, tem 50 anos, é presidente da fundação Nossa Senhora da Paz, é viúva desde 1992, teve quatro filhos, presidiu a associação de moradores da Vila da Paz por três mandatos.

de Ação Cultural – CEPAC, em 18 de janeiro de 1987, realizaram pesquisa sobre a ocupação, de forma a traçar um perfil do que estava se tornando a Vila e o perfil de seus moradores. Como resultado, a pesquisa apontou que havia 209 casas construídas com famílias residindo e 605 casas em construção. A pesquisa aprofunda mais o estudo ao pontuar que existiam 209 famílias totalizando 1.126 pessoas, das quais 371 são pais, mães e alguns poucos casais ainda sem filhos. As demais 755 pessoas são filhos, sendo que destes (84,24%) eram menores de idade.

A pesquisa nos possibilitou destacar que o número de filhos por famílias era entre quatro a cinco, dada a grande quantidade de pessoas menores de idade nos anos iniciais da comunidade. Além disso, as 209 casas já eram ocupadas por 1.126 moradores, e as demais 605 famílias estavam construindo suas moradias na ocupação, que deveria, em breve, triplicar o número total de moradores.

O estudo destacou, ainda, a naturalidade dos sujeitos, revelando que a maioria era originária do interior do Estado, destacando o forte movimento de migração presente na história da capital, posto que 48,8% dos chefes de família já residentes nasceram no interior do Piauí, 27,75% em Teresina e 23,44% em outros estados. Sobre a última moradia, 81,81% já se encontrava em Teresina devido aos efeitos da migração campo cidade, vagando pelas ruas, bairros e galpões, enfrentando a falta de moradia e sem condições de pagar aluguel.

Sobre o trabalho, a pesquisa ressaltou a construção civil no mercado formal como a atividade que mais empregou os chefes de família, cerca de 20,57%; em seguida os trabalhadores rurais, com 8,61%; os desempregados, 7,65%; aposentados 5,75%; motoristas, 3,34%; e militares, 2,87%. Percebe-se, então, que até mesmo servidores do Estado enfrentavam a problemática da moradia, dado a amplitude que a situação alcançou, atingindo até mesmo as pessoas que podiam comprovar renda e participar da política habitacional na busca pela casa própria. Sobre as etapas de tal política, um morador observa que:

> Tinha que pagar e a gente tinha que ir para o sorteio, pra pelo menos a pessoa ser sorteado. Eu pelo menos me inscrevi ainda no Conjunto Renascença e não fui contemplado. Naquele

> tempo também, quando tinha um conjunto pra ser entregue, o pessoal tinha muita influência política. Aqueles deputados tinha muita influência política pra arranjar pra pessoas deles. Aí era difícil a pessoa ser sorteado. (FÉLIX DE PAULA, 2018)

O relato do morador, que era policial militar, destaca a dificuldade das etapas para se obter uma casa, pois, mesmo comprovando renda, os inscritos ainda tinham que participar de sorteio e contar com a sorte, sorte essa que, segundo a fala do habitante, ainda passava pelo crivo da influência política, o que reforça a compreensão de como, por vezes, as relações sociais são perpassadas por conchavos políticos que transformam serviços e instituições públicas em verdadeiras moedas de troca.

Sobre as formas de trabalho, a pesquisa informou que, no mercado informal e no subemprego se destacaram: biscateiros e ambulantes, 8,61%; domésticas, 6,22%; lavradores, 3,82%; e lavador de carro, 2,87%. No que tange aos salários, o estudo realçou que todos os são de fome e subsistência, posto que 31,57% das famílias têm renda mensal inferior a um salário mínimo, 53,5% chegam à renda de um salário mínimo, apenas 11,96% se situam na faixa de um a dois salários mínimos, e somente 0,95% das famílias têm renda superior a dois salários mínimos.

Todas essas informações nos evidenciam as condições das pessoas que ocuparam a Vila da Paz, à medida que a pesquisa foi precisa em apontar, sobretudo, a questão econômica do grupo que ali insistia para alcançar o sonho da casa própria. Além disso, é válido pontuar os fatores que levaram as pessoas a se sujeitar a morar de maneira improvisada, entre os quais se pode destacar: o desemprego e o subemprego, a política salarial decrescente, ocasionando o baixo poder aquisitivo, elevado reajuste dos alugueis, política habitacional desarticulada da realidade socioeconômica, marginalizando os sem teto assalariados (Matos, 1995, p.22). Todos esses elementos foram observados no contexto da Vila da Paz, pois no local estavam também pessoas que possuíam emprego formal com a carteira assinada, e mesmo assim não foram assistidos pelas políticas de habitação, considerando que essa era uma das exigências.

Consequentemente, delinear o contexto histórico desse lugar em parte nos foi possível por meio do uso da metodologia da História Oral, que se torna ainda mais relevante pela necessidade de investigar as memórias dos primeiros moradores de forma a ajudar a traçar as trajetórias tomadas por esses, na perspectiva apontada por Pesavento, ao observar que:

> Entram em cena, assim, os recursos de uma história oral, recuperando depoimentos e relatos de memória, que retraçam uma experiência do vivido e do possível de ser recuperado pela reminiscência, transmitido no presente para aqueles que não estiveram na cidade do passado. Fala-se e conta-se, então, dos mortos, dos lugares que não mais existem, de sociabilidades e ritos já desaparecidos, de formas de falar desusadas, de valores desatualizados. Traz-se ao momento do agora, de certa forma, o testemunho de sobreviventes de um outro tempo, de habitantes de uma cidade que não mais existe. Essa é, sem dúvida alguma, uma história de fragmentos, de composição em mosaico. Pouco fiável, dirão alguns, pois aquele que rememora não apenas reconta o que viveu a cada momento evocativo, como lida com o gap inegável existente entre o tempo do vivido e o tempo da narrativa. A história oral de uma cidade é tecida e retecida continuamente. O depoente, no caso, é o senhor do tempo, refazendo o que diz sobre o passado da cidade em cada vez que discorre sobre ele. (PESAVENTO, 2007, p.20)

Analisar os fragmentos do mosaico de uma cidade que não existe mais, perscrutada por meio das memórias de sobreviventes de um outro tempo, representa um dos caminhos a percorrer para colocar em evidência o protagonismo assumido por estes no desejo de tecer o espaço que lhes fora relegado, conforme às suas necessidades.

Nesse sentido, a luta e a resistência dos primeiros moradores da Vila da Paz se fizeram presente desde muito cedo, visto que inicialmente tiveram que conviver em meio a péssimas condições de moradia, amedrontados com a ideia de despejo, posto que o terreno ocupado era de propriedade particular, alegado pelo então juiz Cícero Leôncio Pereira Ferraz, residente em Fortaleza e inventariante herdeiro de sua esposa Maria Alice Alves Cavalcanti Ferraz, pois, segundo informações presente nos autos do processo de reintegração de posse, o terreno era mantido sob a posse de Maria Alice desde o ano de 1976.

Dessa maneira, os moradores viram o seu pesadelo acontecer pouco depois de transcorridos quatro meses da ocupação, quando a justiça interferiu a favor do sujeito que se julgava proprietário do terreno, visto que o terreno era alvo de demanda judicial na ação de litígio, considerando que foi uma das alegações utilizadas pelo poder público para decretar a desapropriação da área, em notícia veiculada no periódico da época. O advogado que representava a outra parte no processo de litígio escreveu uma nota em que tecia vários argumentos sobre a situação do terreno que abrigava a favela Vila da Paz, entre as quais é preciso ressaltar as seguintes:

> 1- São proprietários de toda a área objeto de decreto em referência Gilda Arcanjo de Meneses Batista, Gilma Arcanjo de Meneses do Carmo e Gasilda Meneses do Carmo, filhas e herdeiras legítimas de Júlio Arcanjo do Carmo e de Francisca Emília Meneses do Carmo, cujo título originário de propriedade do imóvel designava uma área de 171 hectares, 15 ares e 76 centiares.
> 2- Concluído o inventário de seus genitores em 1986, foi passado às herdeiras o competente Formal de Partilha, que levaram a registro no Cartório do 1º Ofício desta capital.
> 3- De posse dos respectivos títulos de propriedade requereram, junto à justiça federal (a União é um dos confinantes), a demarcação da área, resultando provado que a área remanescente era de 91 hectares, 54 ares e 76 centiares. (O Dia. 18 fev.1987, p.03)

Pelas declarações do advogado, nota-se a sua preocupação ao destacar que as pessoas citadas na nota eram de fato as herdeiras legítimas do terreno, baseando o seu argumento na posse do título de propriedade, bem como nos chama atenção que a ação de litígio estava sob julgamento na instância federal, nos levando a crer que o imbróglio já datava de algum tempo. Além disso, é nos dado a noção da extensão do terreno, reforçando o número de pessoas que adentraram na Vila, apontados na pesquisa. O fato de o representante legal utilizar, na sua narrativa, a expressão herdeiras legítimas, coloca em suspeição a condição do proponente da ação de reintegração de posse, visto que, se Cícero Ferraz era o cônjuge de uma das supostas herdeiras do terreno, isso o colocava em posição inferior em relação às ditas herdeiras legitimas.

A grande questão dessa disputa judicial levanta o questionamento sobre o porquê de tamanho interesse pela área, o que nos leva a supor os seguintes elementos: tratava-se de uma região próxima ao rio Poti, as margens da avenida Getúlio Vargas e BR-343, e em frente ao Terminal Rodoviário Governador Lucídio Portella, localizada no entroncamento rodoviário das BR's 343 e 316, situada na zona sul, região que mais crescia na cidade, próximo também a um dos maiores conjuntos habitacionais da cidade. Todas essas questões nos fomenta o entendimento sobre o interesse e a briga judicial estabelecida entre os sujeitos que se julgavam donos do terreno, porquanto, historicamente, a posse de grandes extensões de terra é sinônimo de ganhos financeiros, além de ser alvo da especulação imobiliária.

O resultado do litígio nos é vedado a conhecer, tendo em vista as possibilidades e limites das fontes pesquisadas, mas compreende-se que os primeiros ocupantes mostraram sua força e resistência percorrendo o caminho para afirmar o seu protagonismo, de modo que, independente de quem era o proprietário legal, aqueles que detinham a posse do terreno e lhe deram destinação, os moradores da Vila assumiram o seu papel para colocar em prática a função social do solo, transformando a outrora ocupação em local de moradia.

Nesse sentido, os primeiros moradores, ao serem instigados a relembrar os anos iniciais na comunidade, mencionaram a situação que se encontrava o terreno, haja vista que, em análise das fontes orais, nota-se como a memória conserva certas informações o que nos possibilita compreender a inexistência de benfeitorias e o total abandono da área, ocupada apenas por "muito mato" (Félix de Paula, 2016).

No entanto, a postura assumida pelo proponente do processo de reintegração de posse foi outra, a de subjugar aqueles personagens, caracterizados nos autos do processo de invasores, defendendo, nos argumentos utilizados, que o terreno estava sendo utilizado. Com isso, tentaram transformar e criminalizar o que seria a ocupação da Vila da Paz em invasão, tendo esse ato encontrado também legitimidade nos discursos da imprensa escrita que, em suas matérias, não hesitava em denominar de invasão o movimento pelo acesso à moradia.

Sobre a diferenciação entre os termos vila e favela, ressalta-se que a urbanização é o principal ponto que marca distinção entre as duas maneiras de morar, uma vez que:

> **Vila**: área de moradia (comunidade) surgida a partir de ocupação por famílias sem-teto sem obedecer às exigências feitas pela lei de parcelamento do solo, mas possível de ser regularizada, saneada e urbanizada. **Favela**: área de moradia (comunidade) surgida a partir de ocupação por famílias sem-teto geralmente localizada em áreas de risco iminente (alagamento/desmoronamento) ou em leito de vias públicas (ruas e/ou avenidas) sujeitas quase sempre a remoção. (VIERA;FAÇANHA, 2015, p. 2431)

Os conceitos, apresentados no fragmento produzido pelo poder público no Censo de Vilas e Favelas dos anos 2000, evidenciam a forçada tentativa de distanciamento entre o que viria a ser Vila e Favela. Nessa ação, a administração municipal procurou afasta-se do estereótipo carregado pelo conceito favela, visando se livrar da marca de cidade favelada para preservar a imagem de cidade moderna. Por outro lado, a Vila da Paz enquadrou-se nos dois conceitos, dado que a ocupação ocorreu em área de risco, decorrente do grotão que corta toda a extensão do terreno, e muitas famílias construíram suas casas nas encostas dos morros e sobre partes alagadas, o que causa, em tempo chuvoso, a invasão de algumas casas pelas águas, em virtude da falta de escoamento e pelo aumento no volume do rio Poti. No entanto, considera-se a comunidade como Vila, pois o seu espaço passou a ser regularizado, saneado e urbanizado por medidas realizadas de maneira deficitárias, que somente foram realizadas após duas décadas de existência.

O que se observou com o uso de tais termos foi que, muitas ocupações ocorridas no espaço da capital evitaram ser associadas ao termo "favela" por considerá-lo mais pejorativo do que "vila", como relembra a moradora Antonia Barros, a destacar que:

> [...] então assim, o que que acontece, não foi fácil a conquista do terreno, porque a gente teve muita ajuda, muitos parceiros, mas também tivemos muita resistência, o preconceito é muito grande, "Ah aqueles favelados estão invadindo o terreno dos

> outros, não sei o que", a gente ouvia muito isso, mas ouvia também muito apoio, palavras de apoio, carinho, por exemplo, a associação dos Três Andares que a presidente era a Maria do Carmo. (BARROS, 2018).

A fala da moradora põe em evidência a difícil condição de ter que viver sob o julgamento feito aos sujeitos que buscavam o direito à moradia, alcançado por meio da ocupação de terras de cunho particular, mas também chama atenção para o apoio encontrado na figura de pessoas e organizações, entre as quais ela cita a associação de moradores do bairro vizinho e sua presidente, bem como na definição dos espaços da Vila, o papel da Igreja católica se fez manifesto por meio de seus representantes e, de forma especial, por meio da presença do padre suíço Pedro Balzi, responsável por importante obra de evangelização, idealização e construção de igrejas e escolas na região, de modo que somado ao protagonismo dos primeiros moradores, assumiu um papel de fundamental importância para a consolidação da Vila da Paz.

O fato é que discorrer sobre a configuração histórica da Vila da Paz, é também perceber a existência de uma relação imbricada com o trabalho social, sacerdotal e missionário do padre Pedro, o encontro estabelecido entre os dois personagens da história da comunidade ocorreu após os ocupantes terem vivenciado o pesadelo da tentativa do despejo, que movidos pela necessidade de alcançar a sua segurança frente as intempéries do viver citadino e conhecedores do papel assumido e desenvolvido pela autoridade municipal, os moradores colocaram em destaque o protagonismo que lhes cabia e foram em busca do direito de permanecer no terreno e, assim, alcançar o sonho da casa própria. Para isso, resolveram recepcionar o prefeito no aeroporto como mencionado anteriormente. Agora, embarcar-se-á em um exercício de imaginação levando em consideração o relato da moradora Maria da Cruz[7], que, relembra, "se juntou uma

7 SILVA. Maria da Cruz Viana da. **Entrevista concedida a Karina Viana da Silva**, na residência da entrevistada. Teresina, 02 maio. 2017. Moradora e participante da ocupação da Vila da Paz. Tem a idade de 52 anos, dona de casa, casada, teve quatro filhos, vivenciou o início da ocupação, as lutas por melhorias e o momento da reintegração de posse do terreno.

comitiva de gente pra ir lá, um bocado, um caminhão grande". A situação ocorrida no dia 13 de fevereiro de 1987, em meio à execução da ordem de despejo, inúmeras pessoas tomaram um lugar em cima de um caminhão e saíram em manifestação pelas ruas da cidade, partindo do ponto de referência do Terminal Rodoviário, localizado na zona sul, até ao aeroporto na zona norte, e, durante esse trajeto, conseguiram dar visibilidade ao que ocorria em uma determinada parte da cidade, sendo essa ação elementar para fazer nascer e fortalecer o protagonismo conferido aos primeiros moradores.

Naquele momento, ele se recusou a dialogar com os manifestantes, e, segundo relatos sobre o acontecimento, falou umas grosserias e logo classificou os sujeitos que ali estavam de aproveitadores. Quando o prefeito taxou os manifestantes de aproveitadores, provavelmente se referia as entidades de luta pela moradia, simbolizadas na figura da associação de moradores do bairro Três Andares, na Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários – FAMCC e no Centro Piauiense de Ação Cultural – CEPAC, que na época eram classificados como incentivadores das ocupações e de reforçar a "indústria de favelas" (O Dia, 07/08 set. 1980, p.05) na capital. No entanto, as duas entidades voltavam as suas ações para o apoio às lutas por moradia, tendo em vista que a FAMCC se consolidou no contexto de criação da Vila da Paz, posto que:

> A Federação das Associações de Moradores e Conselhos comunitários do Piauí – FAMCC-PI, fundada em 07 de dezembro/86, é uma entidade democrática, autônoma, de natureza civil, sem fins lucrativos e com sede e foro em Teresina, Capital do Estado do Piauí, que visa defender os interesses, direitos e reivindicações dos moradores de bairros e vilas deste Estado, coordenado as entidades e ela filiadas – Art. 1º do Estatuto da FAMCC. (MEDEIROS, 2004, p.65)

A passagem, além de mencionar a fundação da entidade, chama atenção para o objetivo da Federação na defesa dos direitos dos moradores de vila e bairro, mas, além disso, observou-se que o ano de 1986 foi importante porque marcou o retorno dos movimentos sociais, em virtude da redemocratização do país, de modo que esses podiam expor e lutar pelas causas dos menos favorecidos, pois a entidade,

desde a sua criação, se fez presente em vários episódios de ocupação, dentre os quais pode-se destacar a criação da Vila da Paz (1986), Vila Alto da Ressurreição (1996), e Vila Irmã Dulce (1998).

Iniciado o processo de estruturação da Vila, com a chegada dos primeiros aparelhos e serviços públicos, o aprimoramento e novas demandas foram sendo abertas e os contornos e cores da Vila da Paz foram sendo definidas e, em meio a esse processo, o trabalho da Igreja Católica assumiu papel de destaque na mediação entre o Estado e as demandas da comunidade, configurado na pessoa do Padre Pedro Balzi.

A própria presença da Igreja já sinalizava para solução de demandas da comunidade, pois, com a construção de duas grandes escolas na região, uma de Educação Infantil, a Creche Nossa Senhora da Paz, e outra de Ensino Fundamental e profissionalizante, Escola Técnica Popular Nossa Senhora da Paz, estas oportunizaram a abertura de várias vagas de emprego, beneficiando pessoas da comunidade e permitindo a circulação de renda. Somado a isso, destaca-se que as escolas ofereciam cursos profissionalizantes à comunidade, fortalecendo a competitividade de moradores da Vila junto ao mercado de trabalho.

Padre Pedro chegou a Teresina no dia 14 de março de 1987 e no mês de maio se fixa na Vila da Paz, pois, em passagem pela BR 343, observou as condições vivenciadas por aqueles sujeitos, e escolheu aquele lugar recém-criado e marcado pela necessidade para viver os últimos anos de sua vida, desenvolvendo ações no atendimento das demandas da população carente.

Ainda sobre a ocasião da chegada do padre Pedro na Vila da Paz, recorre-se ao fragmento do texto escrito por seu irmão e pelo próprio sacerdote, no qual o primeiro relata em linhas gerais o contexto adotado por Pedro e o próprio aborda minimamente a situação que escolheu para viver a sua mais nova missão, ao destacarem:

> Em Teresina, capital do Estado do Piauí, na parte norte oriental do Brasil, **Padre Pedro chega no dia 14 de março de 1987**, justamente no terceiro aniversário da morte de sua mãe, coincidência na qual vê um motivo; é necessário esperar o mês de setembro para ter notícias suas na primeira carta brasileira, na qual não fala de si, mas limita-se a dizer: **"Escrevo-lhes aqui**

> **da minha cabana, onde me sinto muito bem e com muita alegria no coração, porque posso viver no meio de pessoas mais necessitadas."** Sobre a sua nova habitação não diz nada, mas sabemos que se trata de uma das muitas cabanas das favelas, feita de barro e palha, sem nenhum outro conforto além de um teto precário sobre a cabeça. (BALZI, Giovanni; CARIISSONI, Anna. 2013, p.115)

A partir da passagem, nos é evidenciado a satisfação de Pedro em poder servir os menos favorecidos, mesmo vivendo debaixo de uma cabana semelhante às demais em várias ocupações nas redondezas. A alegria sinalizada por ele também nos revela sobre a opção que fez ao dedicar o seu sacerdócio à ação missionária, pois é imprescindível, para a construção da narrativa sobre a atuação do padre no contexto de criação da Vila, entender sua posição na organização da instituição Igreja. Dentre as muitas comunidades missionárias ligadas à Igreja Católica, padre Pedro Balzi fazia parte da "Paradiso", de Bérgamo, na Itália, que pregava a construção de igrejas e estruturas paroquiais do alicerce até o total estabelecimento do prédio, cujo trabalho deveria ser destinado as localidades descristianizadas, os grandes bairros operários, de modo que nesses lugares a ação dos missionários possibilitasse a reconstrução de uma consciência religiosa e moral cristã, além de organizar a vida religiosa, que por vezes se daria em condições hostis (BALZI, Giovanni; CARIISSONI, Anna. 2013, p.18).

Foi levando em consideração essas recomendações que padre Pedro deixou a Bolívia, depois de 22 anos onde já tinha desenvolvido um trabalho social representativo, sobretudo com a construção do hospital Juan XXIII, que era voltado especialmente para o atendimento das vítimas da hanseníase. Para a dar continuidade a sua missão, Pedro aceitou o convite do então Arcebispo de Teresina, Dom Miguel Fenelon Câmara Filho (1984-2001), o qual tomou conhecimento sobre o trabalho do padre através das Irmãs Ursulinas, congregação que já o auxiliava na Bolívia. O bispo tomou, então, as providências para trazer o missionário para o Brasil, processo que se iniciou no final de outubro de 1986 e somente aprovado no dia 07 de março de 1987, refletindo a burocracia do Estado brasileiro, pois, segundo a compreensão do próprio Pedro: "Sempre havia novas dificuldades, novos documentos novas assinaturas...."(BALZI, Pedro. 2009, p.13).

Considerações Finais

Nesse sentido, buscou-se apresentar o objeto de estudo, para assim construir uma análise situada no tempo e no espaço, de modo que se possa compreender a configuração histórica do lugar que causou relevante clamor na sociedade teresinense, bem como atraiu a atenção do poder público, representado, sobretudo, na luta por moradia.

Em sua luta pelo direito à cidade, mediada pelos sonhos e necessidades, os moradores da Vila da Paz assumiram o protagonismo de remodelar uma parcela da cidade e, por meio de suas "táticas do fraco", como definiu Michel de Certeau, tornaram-se produtores de sua história e da história da cidade através de suas vivências com o cenário urbano que lhes era possibilitado através do espaço conquistado como local de moradia e de convivência.

Assim a trajetória histórica da Vila da Paz, ganhou destaque com os interesses e processos que permitiram sua formação e relação com a cidade, bem como as maneiras como seus moradores experimentaram e sentiram o novo espaço urbano, além de seu protagonismo no diálogo construído com os poderes do Estado e da Igreja Católica.

Referências

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano.** 1. Artes de fazer, 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão; 7ª edição; Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.

LIMA, Antônia Jesuíta de. **Favela COHEBE**: uma história de luta por habitação popular. Teresina: EDUFPI, 2010.

MATOS, Maria de Fátima Aquino. **Localização e Caracterização da Pobreza Urbana na Grande Pobreza**. Carta Cepro, Teresina. v.16, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo. vol.17. n. 53, julho de 2007.

PIAUÍ. Tribunal de Justiça. Ação de Reintegração de Posse nº 86. Requerente: Maria Alice Alves Cavalcante Ferraz: Contra: Ananias Luiz Pereira e Outros. Relator: juiz da 5ª Vara Cível: Osires Neves de Melo Filho. Teresina, 21 de Outubro de 1986.

TERESINA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação geral. **Projeto Vila-Bairro**. Teresina: PMT, 1997.

VIERA, Ângela Oliveira.; FAÇANHA, Antonio Cardoso. **Ocupação Vila Irmã Dulce: Uma Experiência na Luta Urbana de Teresina (PI)**. Anais do XI- Encontro Nacional da ANPEGE. ISSN2175-8875. Out. 9 a 12 de 2015.

ENTREVISTAS:

BARROS, Antônia Rodrigues do Nascimento. **Entrevista concedida a Karina Viana da Silva**, nas instalações da Fundação Nossa Senhora da Paz. Teresina, 09 de out. 2018.

PAULA, José Félix de. **Entrevista concedida a Karina Viana da Silva**, na residência do entrevistado. Teresina, 09 ago. 2016.

PAULA, José Félix de. **Entrevista concedida a Karina Viana da Silva**, na residência do entrevistado. Teresina, 16 abr. 2018.

SILVA. Maria da Cruz Viana da. **Entrevista concedida a Karina Viana da Silva**, na residência da entrevistada. Teresina, 29 jun. 2018.

FONTES HEMEROGRÁFICAS:

FAVELADOS da Vila da Paz correm risco de despejo. **O Dia**, 21 jan. 1987, p. 07.

INDÚSTRIA da favela... **O Dia**, 07/08 set. 1980, p. 05.

TODA VERDADE... **O Dia**. 18 Fev. 1987, p.03.

VILA da Paz....**O Dia**. 18 fev.1987, p.03.

VILA da Paz um povo em....**O Dia**. fev.1987, página principal.

Dupla de ataque: futebol e política na história do Brasil

Joaquim Kayk Breno Conrado[1]
Cláudia Cristina da Silva Fontineles[2]

Introdução

A proposta desse artigo é analisar as relações entre futebol e política dentro das estruturas nacional e local durante a década de 1970 e entender de que forma o Piauí se inseriu dentro do discurso de modernização e progresso do período que teve no futebol um dos alicerces dessa narrativa. Para desenvolver o trabalho, consultamos matérias jornalísticas, revistas e pronunciamentos oficiais da presidência, além de fontes orais.

Analisamos o futebol enquanto um dos símbolos da integração nacional durante o regime ditatorial, que utilizou politicamente o maior esporte nacional como evento legitimador do regime ditatorial,

1 Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí. Professor Efetivo da Rede Municipal de Teresina. Endereço eletrônico: joaqconrado@gmail.com

2 Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bolsista em Produtividade Científica/UFPI. Professora Associada do Departamento de História da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí e do Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí. E-mail: cfontinelles@gmail.com.

sobretudo a partir da conquista pela Seleção Brasileira da Copa do Mundo de 1970, quando se recorreu à construção de diversos estádios de futebol e ao aumento do número de participantes do campeonato brasileiro como política de integração nacional. Discutimos, ainda, em que medida a constituição dos times de futebol de Teresina e a sua relação umbilical com a política relacionaram-se com as disputas políticas durante o período.

O Brasil veste a camisa: o futebol dentro do projeto de integração nacional

Os militares que comandaram o país entre os anos de 1964 e 1985 herdaram diversas características da ditadura anterior (1930-1945), dentre elas, o uso das práticas esportivas – na qual o futebol desempenhou papel fundamental – ao papel centralizador do projeto governista. É importante esclarecer que, em termos de conquistas, o futebol brasileiro já havia se consolidado como uma das principais seleções do mundo após as conquistas das copas de 1958 e de 1962, sendo, portanto, um símbolo já reconhecido da cultura e da identidade do povo brasileiro. Todavia, tal simbolismo intensificou-se durante a Copa do Mundo de 1970, no México, onde o escrete brasileiro sagrou-se Tricampeão Mundial. Por esse motivo, o historiador Euclides de Freitas Couto, em sua obra "Da ditadura à ditadura: uma história política do futebol brasileiro (1930-1978)", explica que o Estado brasileiro utilizou o futebol como espaço de interlocução e manipulação política das massas, fazendo da popularidade do esporte um mecanismo de expressividade da cultura nacional.

O regime político em vigência no país soube utilizar de forma eficaz a imprensa como dispositivo de divulgação das conquistas esportivas, visando conquistar o apoio da população ao governo, principalmente após a eleição, realizada pelo colégio eleitoral, do General Emílio Garrastazu Médici[3]. A relação entre o governo e o

3 Emílio Garrastazu Médici (1905-1985) foi o terceiro presidente do Brasil no período ditatorial, ao longo do seu governo a ditadura atingiu seu pleno auge, sobretudo no que diz respeito à repressão, do uso sistemático da tortura e do assassinato.

futebol ficou mais intensa durante o governo de Médici, que se valia da condição de torcedor para aproximar-se da população:

> São facilmente encontráveis, a cada passo, em todas as versões da mídia, narrativas históricas sobre as copas do mundo, evocando heróis e vilões, sucessos e fracassos dos selecionados brasileiros [...] São incontáveis as propagandas que exaltam o sentimento nacional, colaborando na construção das representações coletivas sobre um Brasil mestiço, misturado, unificado pelo seu futebol, representado como único e peculiar (GUEDES, 2014, p. 59).

A propaganda embalou a seleção desde sua viagem para o México. A canção "Pra Frente, Brasil"[4] era tocada nas rádios, nos programas de televisão, a música aclamava um sentimento de união do brasileiro, "parece que o Brasil deu a mão". Mais uma vez, sob o uso político, o regime militar, através da propaganda, buscou solidificar a nacionalidade brasileira a partir de um elemento exterior à política, através das conquistas no plano esportivo. Se o futebol já era o principal instrumento da propaganda do governo militar a conquista do tricampeonato serviu para camuflar ainda mais as arbitrariedades do governo ditatorial[5]. Para aqueles que não contestavam o governo, a mensagem transmitida era outra totalmente diferente daquela repassada a seus opositores. Os pronunciamentos governamentais objetivavam divulgar junto ao povo um Brasil que, assim como no futebol, trilhava o caminho certo:

> Neste momento de vitória, trago ao povo a minha homenagem, identificando-me todo com a alegria e a emoção de todas as ruas, para festejar em nossa incomparável Seleção de Futebol, a própria afirmação do valor do homem brasileiro.
> Na hora em que a Seleção Nacional de Futebol conquista definitivamente a Copa do Mundo, após memorável campanha, na qual só enfrentou e venceu adversários do mais alto valor, desejo que todos vejam no Presidente da República um brasileiro igual a todos os brasileiros, como um homem comum, como

4 A canção Pra frente Brasil foi composta por Miguel Gustavo e ganhou ritmo com o som da banda Os incríveis..

5 Sobre o período ditatorial,conferir Cláudia Fontineles (2015), Daniel Aarão Reis (2014), Rodrigo Patto de Sá Motta (2014) eCarlos Fico (2007).

> um brasileiro que acima de todas as coisas, tem um imenso amor ao Brasil e uma crença inabalável nesse país e nesse povo, sinto-me profundamente feliz, pois nenhuma alegria é maior no meu coração do que a alegria de ver a felicidade de nosso povo, no sentimento da mais pura exaltação patriótica.
>
> Na vitória esportiva, a prevalência de princípios que nos devemos armar para a própria luta em favor do desenvolvimento nacional. É desse ciclo a nossa conquista, a vitória da unidade e da conquista de esforços. A vitória da inteligência e da bravura, da confiança e da humildade, da constância e serenidade dos capacitados, da técnica, do preparo físico e da categoria. Mas é preciso que se diga, sobretudo, que os nossos jogadores venceram porque souberam ser uma harmoniosa equipe, em que, mais alto que a genialidade individual, afirmou-se a vontade coletiva.
>
> Neste momento de vitória, trago ao povo a minha homenagem, identificando-me todo com a alegria e a emoção de todas as ruas, rjara festejar, em nossa incomparável Seleção de Futebol, a própria afirmação do valor do homem brasileiro! (MÉDICI, apud BRASIL, Secretaria de Administração, 1970, s/p).

No pronunciamento, feito logo após a conquista do tricampeonato mundial, dia 21 de junho de 1970, há uma busca não só de aproximação com o povo, mas também de identificação, pois era importante que cada brasileiro se visse representado na figura do presidente. Imagem essa que se difundia como sendo representada pela simplicidade do homem comum que, assim como o país, teria sua força proveniente de amor a coisas simples, como o futebol. Para a pesquisadora Lívia Gonçalves Magalhães, "o presidente enfatizava que a vitória era do povo de seu país, nem só dos jogadores nem era exatamente do regime; era o povo o responsável pelo êxito" (MAGALHÃES, 2013, p. 158). A exaltação da coletividade até mesmo sobre o notável talento individual da seleção dava o tom de que a "conquista era também dos líderes, a partir do momento em que eles também eram parte do povo, e, não apenas criavam um canal de identidade com as massas, como também canalizavam para si a vitória esportiva" (MAGALHÃES, 2013, p. 158).

Fazer isso era tentar atribuir mérito para coletividade, mas, principalmente para quem a governava e propunha sua integração em nível nacional, ou seja, os governos dos generais. E ao fazer isso, pretendia-se constituir no imaginário popular que os governantes

"jogavam" do lado deste projeto, e que todo aquele que o questionasse "jogava" contra o Brasil, isto é, a todo opositor ao regime autoritário era impingida a pecha de ser contra o país e sua prosperidade.

Imagem 1 – Médici levanta a taça da Copa de 1970.

Fonte: Arquivo Nacional. **Imagens e documentos do período de 64 a 85**. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/galeria-de-imagens-2/12-imagens-e-documentos-do-periodo-de-64-a-85/detail/355-imagens-e-documentos-do-periodo-de-64-a-85>. Acesso em 03 abril 2020.

Como procura propor a fotografia, Médici associou sua imagem às conquistas do futebol na Copa do Mundo ao evocar o patriotismo de torcer pela seleção. A autopromoção do presidente através dos pronunciamentos refletia também as "benesses do governo" através das intervenções governamentais na reestruturação dos meios de comunicação do país, pois antes mesmo da conquista do tricampeonato mundial, o regime cuidou para que a futura conquista pudesse ser assistida pelo povo, através das transmissões feitas por televisores. Dessa forma, o governo destacava a assistência governamental nos mais diversos aspectos da vida cotidiana, em discurso em razão da comemoração do aniversário de São Paulo,

o então presidente declarou: "solidariedade também é juntar-se às paixões da alma popular. E, nas asas dessa paixão, meu governo se empenhou para que trouxéssemos o México à plateia de todos os lares do Brasil" (MÉDICI *apud* BRASIL, Secretaria de Administração, 1970, s/p).

O discurso de união passava também por outras instâncias futebolísticas que ultrapassavam as quatro linhas, sendo elas a criação da Loteria Esportiva[6], em 1970, a reformulação[7] do campeonato nacional de futebol e a construção de diversos estádios de futebol por boa parte do país. Tais projetos seguiam o modelo nacional de integração, característica da excessiva centralização política que tinha como interesse fortalecer o Poder Executivo:

> A simbiose entre esporte e política é talvez mais bem ilustrada pela Loteria Esportiva. (...) Além de produzir recursos financeiros, a loteria contribuiu para uma desejada unificação do território nacional. (...) As regras do jogo obrigavam a inclusão de todas as regiões do país entre os 13 jogos, apesar do fato de que o melhor futebol sempre foi praticado no sul do país. (...) A promoção da loteria levou a uma mudança direta na estrutura do futebol brasileiro que também proporcionou unificação geográfica. O governo pediu que a CBD [Confederação Brasileira de Desportos] estabelecesse um campeonato nacional, para que pudesse haver loteria o ano inteiro (LEVER p. 91 *apud* GUTERMAN, 2006, p.71,).

A criação da Loteria Esportiva estava diretamente ligada a uma reformulação no campeonato nacional de clubes, uma vez que as receitas angariadas com o jogo de apostas permitiram que a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) – atual CBF – alavancasse os seus cofres e passasse a investir em um novo torneio nacional. A

6 Atualmente denominada Loteca, a antiga Loteria Esportiva, é uma modalidade de loteria brasileira, mantida pela Caixa Econômica Federal, com o objetivo de prognosticar resultados de partidas de futebol.

7 O campeonato Roberto Gomes Pedrosa foi substituído pelo Campeonato Nacional de Clubes. Nesse novo certame houve a introdução de diversos times que representavam os mais variados Estados do Brasil além da adoção de duas divisões.

taça Brasil[8] deu lugar ao torneio Roberto Gomes Pedrosa[9], conhecido como Robertão, a partir de 1967, Internacional e Grêmio (RS), Atlético e Cruzeiro (MG) e Ferroviário (PR) foram convidados a se juntarem às equipes de São Paulo e do Rio de Janeiro[10].

Assim, o Robertão, já demonstrava os indícios da competição que representasse os ideais de integração nacional, já propostos por em outras políticas desenvolvimentistas como a construção da rodovia Transamazônica, a expansão da fronteira agrícola[11]. É a partir desse projeto que se deu a criação de um novo campeonato nacional, o Campeonato Brasileiro, em 1971, que representava a concepção de que o país era indivisível e que era necessário a integração das regiões periféricas às demais áreas do país. Seguindo essa premissa, o novo certame continha 20 clubes, dobrando a quantidade em 1973, Esse crescimento prosseguiu nos anos seguintes, chegando a atingir a marca de 94 participantes, no ano de 1979, o que permite afirmar que a estratégia de ampliação do campeonato nacional se deu pela incorporação de novas áreas ao cenário futebolístico do país, e com isso, conquistou-se a adesão e aprovação de vários grupos sociais ligados diretamente ou indiretamente ao futebol, inclusive entre os torcedores das regiões participantes pelo país afora.

No rastro do Brasil grande: o Piauí moderno

No Piauí, os ideais de progresso presentes no discurso oficial do governo federal eram propagados e difundidos pela gestão de Alberto Tavares Silva, então governador do estado, nomeado pelos militares. Seu primeiro governo (1971-1975) foi marcado pela realização de

8 Taça Brasil foi o nome oficial utilizado para designar os campeonatos nacionais realizados entre 1959 e 1968.

9 O torneio Roberto Gomes Pedrosa foi resultado da ampliação do torneio Rio-São Paulo, com o convite a equipes de outros estados.

10 Para mais informações sobre a história dos campeonatos nacionais ver: PERES; CUNHA, 2011.

11 Apesar das grandes construções e do suposto crescimento econômico havia uma grande dependência em relação ao capital estrangeiro, além de uma crescente dívida externa que chegava a níveis alarmantes. Na verdade, o período conhecido como "milagre econômico" gerou uma acentuada desigualdade da distribuição de renda e uma crise econômica que marcou por décadas o país.

diversas obras de grande porte, tal qual as realizadas em âmbito federal. A historiadora Cláudia Cristina da Silva Fontineles destaca que suas ações pretendiam também "inscrever imagens na memória coletiva piauiense", entre as quais projetava a própria imagem, por meio do que era uma das formas que este gestor encontrava de "durar na memória e na história do Piauí" (FONTINELES, 2015, p. 54).

> São recorrentes os destaques atribuídos às iniciativas associadas à infraestrutura do Estado, a exemplo da construção de estradas vicinais e asfaltadas, como a Transpiauí; a construção de e implantação do terminal de petróleo em Teresina [...] a construção de hospitais, inaugurando cerca de 600 novos leitos, destacando-se a reforma e ampliação do Hospital Getúlio Vargas, assim como de outros hospitais como o do Hospital de Doenças Infecto-Contagiosas, o de Parnaíba e o de Floriano, bem como na contratação e construção da maternidade pré-fabricada de Teresina, Dona Evangelina Rosa [...] assim como construções de várias obras como a do Instituto de Educação Antonino Freire, do Palácio da Justiça, do Zoobotânico de Teresina, da penitenciária agroindustrial de Teresina, do Monumento Heróis do Jenipapo na cidade de Campo Maior, além da reforma de muitos prédios públicos, como o Palácio de Karnak, o Teatro 4 de Setembro e o Hotel do Piauí. Entre as principais obras da década de 1970 constam também o estádio de futebol Albertão, a Universidade Federal do Piauí, a construção do prédio da CEPISA e do palácio do Tribunal de Justiça (FONTINELES, 2015, p. 154).

Obras de grande porte marcaram a gestão e estão diretamente ligadas ao ideal desenvolvimentista e modernizador. Destas obras, a que mais nos interessa é a construção do estádio de futebol Albertão, pois este representa bem uma política de integração nacional que se fez presente em boa parte do país, sobretudo nas regiões norte e nordeste. A construção não só do estádio da capital piauiense, mas de diversos estádios pelo país faz parte da proposta de expansão do campeonato nacional, onde houve a capitalização da promoção de um campeonato nacional por meio dos meios de comunicação e a ação da loteria esportiva, ambos atuando em conjunto para a realização de um certame em nível nacional. Tal associação funcionava

da seguinte forma, os meios de comunicação, como a Revista Placar[12], acompanhavam todos os jogos da loteca e ajudavam com palpites, enquanto a televisão passava a veicular os gols da rodada, merecendo destaque o quadro "zebrinha"[13], exibido no fantástico, na Rede Globo de Televisão.

Imagem 2 – Dicas de resultados na Revista Placar.

BOLÃO TESTE 345

INFORMES ESPECIAIS

1 PERU E BRASIL
Cáli, Colômbia (d)

Para sorte nossa, o Peru joga no ponto passado: só a discrição de falsas certidões de idade impede que Chumpitaz, Menéndez e acompanhantes sejam mais que exemplos de longevidade. Há os craques — como Sotil — vindos de fora. Há a positiva lembrança das lições de Didi. E só.

O Brasil tem a firmeza de Leão, a aplicação de Zé Maria, passes de Rivelino, classe de Paulo César, valentia de Roberto. E, principalmente, necessidade de vencer. Como cansou de vencer, mesmo sem overlapping. Este deve ser guardado para confrontos mais sérios. Para o de agora, basta a inocência.

4 ATLÉTICO E COLORADO
Couto Pereira (d)

Com a entrada de Cabral ao lado de Bira Lopes e com a deslocação de Katinha para sua antiga posição, o Atlético mostrou maior movimentação. No Atle-Tiba criou muitas oportunidades de gol. Não as aproveitou. Mas o aplauso da torcida mostra que o time cresceu.

O Colorado, domingo passado, jogou muito mal. Vai enfrentar o Atlético com uma única esperança: a de que se confirme a tradição de equilíbrio no clássico. É bom ficar atento ao seu desempenho, no meio da semana, frente ao Londrina. Mas, em função do que vêm jogando os dois times, não há dúvida de que o Atlético merece maior confiança.

7 VILA NOVA E ATLÉTICO
Nova Lima (d)

O Galo vai a Nova Lima sem sete titulares, e terá de agüentar tremenda pressão, do Vila e sua torcida. Explica-se a disposição belicosa: no primeiro turno, no Mineirão, os torcedores do Vila Nova, além de verem seu time goleado por 5 a 1, agüentaram pedradas e desaforos.

Isso pode influir muito. Time por time, o Galo é o mesmo que goleou o Vila, pois já estava bem desfalcado. O Vila Nova também é o mesmo, só que, em seu campo, cresce. E não respeita nada — talvez nem mesmo a sua má fase atual.

Se o Atlético é, apesar de tudo, favorito, bom mesmo é contar com a possibilidade de uma zebra.

8 BOTAFOGO E TREZE
João Pessoa (d)

O Botafogo venceu o Auto e ganhou motivação. Agora, anuncia com alegria o lançamento de Zé Carlos, emprestado pelo São Paulo, e o retorno de Fantik.

O Treze perdeu para o Campinense. E passou a dividir a liderança do

Zeca na lateral-esquerda foi uma boa experiência.

É verdade que, contra a Santista, se dispensaria tanta bondade. O máximo que a Portuguesinha pode tentar é repetir o empate obtido no primeiro turno, fechando-se totalmente. Mas até essa é uma possibilidade distante: o jogo agora é no Parque Antártica, onde sobra espaço para os movimentos do Palmeiras.

11 COMERCIAL E SÃO PAULO
Rib. Preto (d)

Primeiro turno abaixo da crítica. Depois — tendo chamado Alfredinho de volta —, o Comercial melhorou. Empatou com o Guarani em Campinas, com a Santista em Santos. E prepara-se para fazer, em Ribeirão, o São Paulo suar frio.

Murici será operado, Chicão e Teodoro dificilmente ganharão condição de jogo. Terto, sem fôlego, deve continuar de fora. Com Muller na direita e Viana no meio — ajudando e aprendendo com Pedro Rocha —, não se tem um time ideal. Mas rápido e, por isso, perigoso.

Jogo difícil, sujeito a surpresas — mas, de qualquer modo, melhor para o São Paulo.

Fonte: Revista Placar, n. 396, 1977. Disponível em: < https://ludopedio.com.br/biblioteca/placar-n-396/>. Acesso em 19 jun. 2021.

A edição da Revista Placar, como de costume, trazia aos apostadores diversos palpites sobre os jogos, apontando as equipes com mais condições de obter êxito. Como a revista era de circulação nacional, a qual nem todos tinham acesso, os meios mais comuns de se informar sobre os jogos no Piauí, era por meio do rádio ou da televisão. O alcance da Loteria ao público era bastante eficaz e fez com que muitos governantes buscassem no futebol uma forma de difundir entre a população o sentimento de integração, tão apregoado pelo discurso do Plano de Integração Nacional[14].

12 Placar é uma revista brasileira especializada em esporte. Lançada em 1970 pela Editora Abril

13 O programa fantástico apresentava aos domingos os resultados da Loteria Esportiva, cada vez que o apresentador anunciava um dos resultados a zebrinha qual a coluna correspondia ao resultado do jogo.

14 Plano de Integração Nacional (PIN), foi estabelecido em 16 de junho de 1970 através da assinatura do Decreto-Lei nº 1.106, durante o governo do general

Inserir o time no campeonato nacional significava integrar a comunidade local do estado ou do município, por mais que a cidade fosse pequena, não tivesse recursos financeiros e não fosse populosa, tentava-se criar o sentido que estava plenamente inserida no projeto nacional através do futebol.

É interessante destacar que tal participação tinha como condição necessária a construção ou ampliação de estádios propícios para a prática futebolística e que acomodassem uma multidão de pessoas.

Imagem 3 – Lista de estádios construídos ou reformados durante o regime militar.

Estádio	Cidade	Ano de inauguração
Palma Travassos	Ribeirão Preto-SP	1964
Mineirão	Belo Horizonte-MG	1965
Barão de Serra Negra	Piracicaba-SP	1965
Lomantão	Vitória da Conquista-BA	1966
Abreuzão	Marília-SP	1967
Santa Cruz	Ribeirão Preto-SP	1968
Rei Pelé	Maceió-AL	1968
Vila Euclides	São Bernardo-SP	1968
Beira-Rio	Porto Alegre-RS	1969
Batistão	Aracaju-SE	1969
Vermelhão da Serra	Passo Fundo-RS	1969
Morumbi	São Paulo-SP	1970*
Colosso da Lagoa	Erechim-RS	1970
Martins Pereira	São José dos Campos-SP	1970
Lanchão	Franca-SP	1970
Vivaldão	Manaus-AM	1970
Romeirão	Juazeiro do Norte-CE	1970
Morenão	Campo Grande-MS	1971
Presidente Médici	Itabaiana-SE	1971
Arruda	Recife-PE	1972
Uberabão	Uberaba-MG	1972
Machadão	Natal-RN	1972
Albertão	Teresina-PI	1973
Castelão	Fortaleza-CE	1973
Jauzão	Jaú-SP	1973
Mané Garrincha	Brasília-DF	1974

Estádio	Cidade	Ano de inauguração
Almeidão	João Pessoa-PB	1975
Alfredo Jaconi	Caxias-RS	1975
Amigão	Campina Grande-PB	1975
Serra Dourada	Goiânia-GO	1975
Verdão	Cuiabá-MT	1976
Índio Condá	Chapecó-SC	1976
Centenário	Caxias-RS	1976
Estádio do Café	Londrina-PR	1976
Willie Davids	Maringá-PR	1976*
JK	Itumbiara-GO	1976
Bezerrão	Gama-DF	1977
Décio Vitta	Americana-SP	1977
Limeirão	Limeira-SP	1977
Mangueirão	Belém-PA	1978
Walter Ribeiro	Sorocaba-SP	1978
Serejão	Taguatinga-DF	1978
Pituaçu	Salvador-BA	1979
Lacerdão	Caruaru-PE	1980
Romildão	Mogi Mirim-SP	1981
Moacyrzão	Macaé-RJ	1982
Olímpico Regional	Cascavel-PR	1982
Castelão	São Luís-MA	1982
Prudentão	Presidente Prudente-SP	1982
Ipatingão	Ipatinga-MG	1982
Parque do Sabiá	Uberlândia-MG	1982
Kleber Andrade	Cariacica-ES	1983

Fonte: Trivela. Disponível em: <https://trivela.com.br/brasil/da-criacao-brasileirao-aos-elefantes-brancos-como-o-futebol-entrou-plano-de-integracao-nacional/>. Acesso em 19 ago.2021.

A tabela anterior mostra a construção e também a ampliação de estádios futebolísticos que foram inaugurados durante o governo ditatorial, boa parte destes construídos em regiões nas quais o futebol não apresentava uma demanda de público tão expressiva, , mas que, contraditoriamente, os estádios possuíam capacidade de público enorme. Essas construções revelam mais a necessidade de demonstrar

Emílio Garrastazu Médici. Tinha por objetivo implementar obras de infraestrutura econômica e social no Norte e no Nordeste do país.

a grandiosidade de um projeto político do que propriamente a capacidade esportiva das regiões nas quais eram construídas. Eram obras gigantescas para dar visibilidade ao clima de euforia que se pretendia difundir no país, uma forma para o governo marcar presença, por esse motivo essas obras eram fiscalizadas de perto por membros da Confederação Brasileira de Desportos:

> O Sr. Abílio de Almeida, diretor da CBD, anunciou no Rio de Janeiro que no início da primeira quinzena de fevereiro iniciará viagem pelo Brasil, onde verificará as obras dos estádios em construção[...]. Logo depois que Abílio de Almeida visitar as obras do Albertão irá até Belém, onde visitará o Mangabeirão, estádio do Paissandu. Logo depois seguirá para o Paraná, onde conhecerá o Pinheirão e ainda vai até Goiás, onde iniciaram as obras de terraplanagem do estádio Caiadão (**O PIAUÍ...**, O DIA, 4 jan., 1973, p. 7).

Esses locais visitados possuíam o sufixo "ão", que pretendia demonstrar a dimensão ufânica e eufórica que se atribuía aos empreendimentos, muitos dos quais também faziam homenagem àqueles que estavam no poder, como o caso de Alberto Silva, no Piauí, e de Leonino Caiado[15], no estado de Goiás. Os ares de grandeza e de suposta modernidade que esses estádios simbolizavam embalavam as manchetes dos jornais que em euforia, comemoravam até antecipadamente as obras, como no Piauí, que um ano antes da inauguração, já glorificava o fato do que esse estádio representaria para o jornal denominava de: "Albertão, a obra do século" (**ALBERTÃO...,** O DIA, 22 jun. 1972, p. 9).

15 Leonino Di Ramos Caiado é um político brasileiro. Foi prefeito de Goiânia e governador de Goiás durante entre os anos de 1971 E 1975, esteve ligado à ARENA em seus mandatos.

Imagem 4 – Vista aérea da construção do estádio Albertão.

Fonte: Coordenação de Registro e Conservação – CRC. Disponível em: < https://crcfundacpiaui.wordpress.com/page/3/>. Acesso em 19 agosto 2021.

Em nível local, a construção de uma grande praça de prática esportiva estava associada também à figura do progresso, "o estádio de futebol era mais um dos símbolos da prosperidade, pois junto a ele outros elementos poderiam ganhar visibilidade pública, como a eletricidade" (FONTINELES, 2015, p. 167), assim, o Albertão fez parte dos mais de trinta estádios de futebol inaugurados durante a década de 1970.Mais o que simples construções, os espaços destinados para a prática futebolística tinham como plano de fundo o fortalecimento do governo federal e de seus nomeados em todas as regiões do país, inclusive no Piauí, o que conferia apoio das lideranças regionais ao regime em vigência no país:

> O dirigente da CBD declarou que em Teresina manterá reuniões com o presidente da federação local e com os dirigentes dos clubes, para discutir assuntos diversos. Disse que isto tudo porque o Piauí estará, possivelmente, no nacional extra desse ano. Abílio de Almeida informou ainda que o Piauí tem uma promessa de João Havelange, para participar do campeonato nacional da divisão extra, e por isso também estará em Teresina, em fevereiro, verificando obras do estádio Albertão (**O PIAUÍ...**, O DIA, 4 jan., 1973, p. 7).

A construção do Albertão significava não só a participação de um representante piauiense no principal campeonato de futebol do país, mas também a concretização de planos políticos próprios das disputas políticas piauienses. Para Alberto Silva, o estádio teresinense representava anseios pessoais com fins políticos:

> No caso piauiense, essa representação se deu no cotidiano da população, tanto através do campo simbólico, quanto nos espaços físicos através da construção e da valorização dos vestígios materiais, associando representação e ação. A maior expressão disso foi a construção do principal e maior estádio de futebol do Estado, denominado de Estádio Governador Alberto Tavares Silva – o Albertão –, em homenagem explícita ao governador da época, em uma espécie de autoelogio, que ensejava a inscrição de si na memória e na história do Piauí como forma de combater os riscos do esquecimento (FONTINELES, 2017, p. 431).

A inauguração do estádio de futebol em 1973 se deu com a promessa da inserção de clubes piauienses no recém criado Campeonato Brasileiro. Com a perspectiva de que prestigiados times do Brasil viriam à Teresina, o grande palco futebolístico garantiria ao então mandatário uma repercussão de longas datas, tendo em vista que o palco da participação piauiense no certame levava o seu nome, ele estando ou não no poder. Projetos como estes denotam a força da história e da memória e a luta por controla-las, uma vez o passado é continuamente reconstruído no presente.

> Fizemos um estádio porque me procuraram e me disseram "Governador, o Piauí é o único Estado que não pertence, não participa do campeonato nacional". Aí eu disse: "Por quê? É por que não tem estádio?". E na época, do tri do Pelé, no auge com seus companheiros, Marco Antonio e toda aquela turma da seleção de 70, né, que era aquele hino, que empolgava todo mundo, o Piauí também tava empolgado, queria um estádio, e aí, muito bem, então vamos fazer um estádio. Comuniquei ao presidente Médici. Eu disse que queria um estádio e ele disse "Você tem dinheiro lá, então tá certo, então é com o senhor", "E eu vou fazer um estádio, extremamente econômico, o senhor vai ver". Aí nós começamos a trabalhar no estádio, a trabalhar nas bases, no campo de futebol, etc..., e eu tava convencido que a CBD, naquele tempo o João Havelange era o dirigente,

> ele não nos daria a autorização pro Piauí entrar no campeonato nacional. Um dia, lembro bem a data, 21 de abril, o João Havelange ligou pra mim e disse: "Governador, nós fizemos um estudo aqui, o Piauí vai entrar no campeonato nacional". Eu disse: "Não me diga!". Aí eu disse ao João Havelange: "Quando é que vai ser o primeiro jogo?", "Dia 26 de agosto". Eu disse: "Faltam menos de 180 dias e o que é que eu preciso fazer?", "Só o estádio", eu digo: "De quanto?", "No mínimo de 40.000 lugares." (SILVA, apud FONTINELES, 2015, p. 431).

Em entrevista concedida recentemente ao historiador Deusdete da Rocha Barros, autor de um relevante e pioneiro estudo sobre a profissionalização do futebol no Piauí, Delson Castelo Branco – ex-presidente do River – expõe sua visão sobre a representatividade do estádio Albertão para a sociedade piauiense:

> Hoje ele é considerado, assim, um elefante branco. Porque tá abandonado, o público não condiz com a grandiosidade do estádio. Mas se houvesse uma melhora ainda hoje nesse sentido, o público voltaria a lotar. Eu lembro que no Albertão, River e Flamengo, botaram quarenta mil, na decisão do campeonato de 77. Então... o governador Alberto Silva naquela época quis dar um choque no Piauí todo (CASTELO BRANCO apud BARROS, 2017).

O historiador trabalha com pistas, indícios e sintomas (GINZBURG, 1989) e através desses rastros da memória narrados pelo entrevistado que podemos perceber as motivações do então governador, essa lembrança não é estritamente uma impressão individual do entrevistado, ela é uma lembrança reconhecida e reconstruída, dentro de uma mesma sociedade e de um mesmo grupo (HALBWACHS, 2003, p. 39).

Esse projeto de difusão da "euforia" pode ser percebido em todo o Piauí, pode ser apreendido quase que no sentido literal da palavra, afinal se deu no governo de Alberto Silva a ampliação da rede elétrica do estado, subsidiada pela construção da hidrelétrica de Boa Esperança. As grandes construções significavam "os ares desenvolvimentistas, propostos como insígnias dos governos autoritários do período, que atingiram e seduziram o Piauí da década de 1970 e reverberaram nas décadas seguintes" (FONTINELES, 2017, p. 432).

Ainda sobre o Albertão, o ex-mandatário riverino complementa:

> O Piauí era sempre humilhado, não tinha nada, era gozado. E ele construiu um grande estádio para o Piauí. Se representa ou não o efeito custo-benefício... É uma coisa que não representa muito, viu? Mas o Piauí se orgulhou durante muito tempo do nosso estádio (CASTELO BRANCO apud BARROS, 2017).

O discurso sobre buscar por melhorar a imagem do estado que ocupou o posto de mais pobre da federação marca os pronunciamentos do então governador, que em consonância com o pensamento modernizador da época ajudou a implementar a primeira emissora de televisão do estado, que teve como principal interlocutor e beneficiário Valter Alencar[16].

O slogan da TV Clube[17] reflete bem a intenção do momento, criar "a boa imagem do Piauí" em sintonia com o cenário nacional, no qual os slogans de campanhas de propaganda e publicidade eram utilizados como alusivos aos governos da época.s mais conhecidos foram: "Ninguém segura o Brasil" (resultante da conquista, pela seleção do Brasil, da Copa do Mundo de futebol em 1970), "Este é um país que vai pra frente", e "O Brasil é feito por nós" (FICO, 2007, p. 198).

16 Valter Alencar foi um homem de muitas atuações. Foi advogado, promotor público, chefe de polícia, secretário de segurança, chefe do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e professor da Faculdade Piauiense de Direito. Além disso foi o fundador da primeira emissora de televisão do Piauí, a TV Clube.

17 TV Clube é uma emissora de televisão brasileira sediada em Teresina, capital do estado do Piauí. Opera no canal 4 (26 UHF digital), e é afiliada à Rede Globo. Foi fundada no dia 3 de dezembro de 1972, pelo engenheiro e professor Valter Alencar, sendo a primeira emissora de TV do Piauí.

Imagem 5 – Campanha publicitária sobre a construção do Albertão.

Fonte: Acervo pessoal Severino Gomes de Oliveira Filho apud BARROS, 2018.

A propaganda política do regime valorizava os ideais de modernização e de progresso vivenciados no período, no Piauí. Os feitos governamentais eram amplamente veiculados nos meios de comunicação, na intenção de tornarem o governador Alberto Silva conhecido como um dos principais administradores do seu tempo. Ademais, suas ações governamentais, erigidas ainda nos anos 1970, "funcionaram como verdadeiros palácios de memória" e geraram aplausos e reconhecimento social (FONTINELES, 2017, p. 430)

Considerações Finais

Não só o governo federal utilizou o futebol como um meio de promoção das conquistas nacionais, como no Piauí ocorreu algo semelhante. As tramas entre o futebol e a política seguiram, em nível local, a lógica do cenário nacional e produziram laços que se refletiram na política local. A construção do estádio Alberto Silva foi um dos principais símbolos utilizados para propagar a ideia de progresso do Piauí durante o primeiro governo daquele que dá nome ao estádio.

A construção desse estádio possibilitou a participação dos clubes locais no certame nacional, o que colaborou para, segundo o governo, criar uma imagem positiva para o Piauí e, também para seu governo. Mas, junto a isso, conquistavam-se aliados e apoiadores para o projeto de governo em vigor no Brasil e no Piauí e se lhes associava a ideia de progresso.

No Brasil, essas obras representavam o Brasil potência: a Transamazônica, a ponte Rio-Niterói, a hidrelétrica de Itaipu. O Piauí, por sua vez, seguia esse rastro por meio dos projetos de engenharia civil: o Estádio, a usina de Boa Esperança, o Zoobotânico, a implantação da Universidade Federal do Piauí. Todas elas seguiam um mesmo critério: promover o clima de entusiasmo pelo governo a custos astronômicos.

Referências

ALBERTÃO, a obra do século, **O Dia**, 22 junho 1972, p. 9.

BARROS, Deusdete da Rocha. **Futebol Piauiense**: entre tramas e memórias (décadas de 60 e 70). Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018.

BOLÃO Teste 345. Revista Placar n. 376. **Revista Placar**. São Paulo, n. 376, 1977-07-08.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Arquivo Nacional. Memórias Reveladas. **Imagens e documentos do período de 64 a 85**. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/galeria-de-imagens-2/12-imagens-e-documentos-do-periodo-de-64-a-85/detail/355-imagens-e-documentos-do-periodo-de-64-a-85>. Acesso em 03 abril 2020.

BRASIL. Secretaria de Administração. Diretoria da Administração de pessoas. Coordenação Geral de Documentação e Informação. Coordenação de Biblioteca. **Valor do homem brasileiro**. 1970, p. 82-84. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1970/16/view>. Acesso em: 02 abril de 2020.

BRASIL. Secretaria de Administração. Diretoria da Administração de pessoas. Coordenação Geral de Documentação e Informação. Coordenação de Biblioteca. **Na praça do povo**. 1970, p. 21. Disponível em: < http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1970/03/view>. Acesso em: 02 abril de 2020.

CARLOS PERES, José; CUNHA, Odir. **Dossiê – Unificação dos Títulos Brasileiros a partir de 1959**. José Carlos Peres e Odir Cunha. São Paulo, Brasil, 2011.

CASTELO BRANCO, Delson. [Entrevista concedida a] BARROS, D. R. **Arquivo pessoal** de Deusdete da Rocha Barros. Teresina, 19 de dezembro de 2017.

COORDENAÇÃO de Registro e Conservação – CRC. Disponível em: < https://crcfundacpiaui.wordpress.com/page/3/>. Acesso em 19 agosto 2021.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. O cenário esportivo como arena de disputas políticas: entre a memória recitada e o apagamento de rastros. **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 428-441, maio-ago. 2017. DOI: https://doi.org/10.15448/1980-864X.2017.2.24744. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/24744>. Acesso em: 14 de julho de 2020.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GUEDES, Simoni Lahud. A dádiva e os diálogos identitários através das copas do mundo no Brasil. In: CAMPOS e ALFONSI (Organizadores). *Futebol objeto*. São Paulo: Leya, 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

GUSTAVO, Miguel. Pra frente Brasil. *In* **Copa'70 ritmos**. Rio de Janeiro: Codil, 1970.

GUTERMAN, Marcos. **O futebol explica o Brasil**: o Caso da Copa de 70. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2006.

MAGALHÃES, Gonçalves Lívia. **Com a taça nas mãos**: sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e na Argentina. 2013. Tese (Doutorado em História Social). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá**. As universidades e o regime militar – cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014

O PIAUÍ também vai crescer com a bola nos pés. **O DIA**, 15 janeiro,1973, p. 7.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

TRIVELA. Disponível em: <https://trivela.com.br/da-criacao-brasileirao-aos-elefantes-brancos-como-o-futebol-entrou-plano-de-integracao-nacional/>. Acesso em 18 maio 2020.

Planejamento urbano-regional no Brasil: trajetória e perspectivas[1]

Rodrigo da Silva Rodrigues[2]

Introdução

Este artigo tem como objetivo traçar a trajetória histórica do planejamento urbano-regional no Brasil. Elencamos os principais marcos institucionais da trajetória desse processo no país e suas principais características e diretrizes, desde o início desta atividade até os dias atuais. Além do levantamento das legislações que classificamos como importantes diretrizes para o planejamento urbano-regional brasileiro, utilizamos como norteadores para construção do texto, autores como Klink (2009a; 2009b), Garson (2009), Costa (2018), entre outros.

O artigo está estruturado em três partes, além de introdução e conclusão. Inicialmente, caracterizaremos o início dessa atividade, na primeira metade da década de 1970. Em segundo lugar, mostraremos a mudança nas diretrizes da criação e gestão dos espaços urbano-

1 Este artigo apresenta parte dos resultados da tese de doutorado do autor: RODRIGUES, Rodrigo da Silva. Concentrações e interações urbano-regionais na Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina. Recife: Pós-Graduação em Geografia (Tese de Doutorado), 2020.

2 Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: rodrigo.geo.grafia@hotmail.com

metropolitanos no país, decorrente da Constituição de 1988 e do processo de redemocratização, que concedeu maior autonomia para os entes federados e retirou da União o poder de criar estes arranjos municipais institucionalizados, transferindo-o para os estados. Por fim, faremos uma reflexão do panorama atual do planejamento e governança de espaços urbano-regionais no país a partir, especialmente, da publicação do Estatuto da Metrópole (BRASIL, 2015), que se configura num marco fundamental para o trato da questão urbano-regional na segunda década deste século XXI no país.

Início do planejamento urbano-regional brasileiro

Embora as primeiras Regiões Metropolitanas no Brasil tenham sido instituídas no final dos anos 1960, já antes deste período, o país já apresentava um processo crescimento populacional e de urbanização avançados, o que estimulava debates e intervenções por parte do governo em relação ao tema urbano-regional. Ademais, podemos elencar importantes marcos políticos e institucionais, que levaram ao início do planejamento urbano-regional no país, como a instauração de um Governo Militar no Brasil, em 1964; a publicação da Constituição Federal, em 1967; e, por fim, a Lei Complementar nº 14, de 1973, que criou as oito primeiras Regiões Metropolitanas do país.

No contexto de uma urbanização cada vez mais intensa do território brasileiro, da formação e consolidação de espaços metropolitanos no país e destas discussões e debates mencionados há pouco, alguns estados, especialmente aqueles nos quais o fenômeno metropolitano se manifestava de forma mais intensa, tomam algumas iniciativas no sentido de equalizar a problemática urbano-regional.

> "[...] foi nessa fase que presenciamos a consolidação de vários órgãos estaduais de planejamento metropolitano, alguns dos quais ainda atuantes. Houve também fontes de financiamento setoriais relativamente estáveis e alocadas numa escala metropolitana, principalmente ligadas a setores como habitação, saneamento básico e transporte. Vários dos organismos metropolitanos conseguiram captar financiamentos internacionais." (KLINK, 2009b, p. 419).

Os municípios também reagiram a esta nova realidade, na medida em que o fenômeno da metropolização se manifestava em diversas áreas brasileiras, até pelo próprio caráter da urbanização em países subdesenvolvidos, de natureza pontual e concentradora. Assim, alguns municípios, em diferentes regiões do país, que tinham grande influência sobre outros de seu entorno, tomaram algumas iniciativas:

> [...] em Porto Alegre, os municípios tomaram a frente do processo e, em Belém, a Prefeitura se articulou com o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU para o planejamento metropolitano. No Rio de Janeiro, onde os municípios metropolitanos se distribuíam em dois estados, o governo federal criou o Grupo de Estudos da Área Metropolitana – GERMET (GRASON, 2009, p. 100-101).

Entretanto, percebeu-se que a problemática urbana-regional concentrava problemas de grande magnitude, tanto no que se refere à gravidade e complexidade destes quanto em relação a suas escalas de abrangência (muitas vezes englobando a área de vários municípios ou até mesmo áreas de mais de um estado). Desta forma, ficava relativamente nítido que a União deveria assumir o protagonismo do trato da questão urbana-regional no país. "Caberia, assim, ao governo federal tomar a iniciativa de integrar, de forma planejada, a ação de estados e municípios nessas regiões" (GARSON, 2009, p. 101).

Neste cenário, dois marcos importantes que consolidarão o novo papel da União no que concerne a essa temática são, primeiramente, a instituição do Governo Militar no Brasil, em 1964, que fortaleceu a centralização do poder da União, de modo geral, e posteriormente, a promulgação da Constituição Federal de 1967, que no seu parágrafo 10, do Art.157, conferiu à União a instituição de Regiões Metropolitanas, através de Lei Complementar.

Sete anos após esta prerrogativa legal ocorre a instituição das 8 primeiras Regiões Metropolitanas no Brasil, por meio da Lei Complementar n° 14, de 8 de junho de 1973: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém. Em 1974, foi instituída a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, por meio da Lei Complementar n° 20, de 01 de julho de 1974 (simultaneamente à fusão do Estado da Guanabara).

A lei que criou as primeiras Regiões Metropolitanas brasileiras também definiu os serviços de interesse comum das RMs, como saneamento básico, transportes e sistema viário, aproveitamento dos recursos hídricos, subordinando o uso do solo metropolitano a essa definição/organização. Além disso, os municípios das RMs também deveriam participar de projetos integrados e de serviços comuns, para que tivessem acesso prioritário a recursos federais e estaduais. Ela também definiu as suas estruturas de gestão: um conselho deliberativo e um conselho consultivo, ambos mantidos por recursos estaduais, basicamente.

Outra preocupação bem nítida por parte da União, no que tange ao tema, foi a criação de mecanismos ou instrumentos para o financiamento dos serviços e infraestruturas urbanos desses espaços metropolitanos recém-institucionalizados. O Decreto nº 72.800, de 14 de setembro de 1973, por exemplo, restringiu o acesso de recursos para infraestrutura urbana a projetos compatíveis com os planos formulados para essas Regiões Metropolitanas. Já o Decreto Federal nº 73.600, de 08 de fevereiro de 1974, propôs o destino de pelo menos 5% dos recursos do Fundo de Participação dos Estados para o financiamento dos projetos comuns das Regiões Metropolitanas. Por sua vez, a Lei 6.256, de 22 de outubro de 1975, criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano (FNDU), que destinava recursos a projetos de desenvolvimento urbano de responsabilidade dos estados, Distrito Federal e dos municípios, preferencialmente pela modalidade não reembolsável, o que permitia maior flexibilidade para a alocação dos recursos. Além disso, é importante destacar o papel do Banco Nacional de Habitação (BNH).

> [...] do ponto de vista setorial, o BNH era o mais importante instrumento federal. Em estudo apresentado em 1976, apontava que os empréstimos previstos para 1973/75 correspondiam a mais do dobro do orçamento do Estado de São Paulo em 1972 e a 84,0% do orçamento da União para o mesmo ano. Sua atuação se ampliou, passando do financiamento da habitação para o do saneamento e atuando através de diversos fundos urbanos (IPEA, 1976, p.76-81 apud GARSON, 2009, p. 103).

Infelizmente, apesar da preocupação por parte do governo federal de estabelecer o embasamento institucional para elaboração,

fomento e financiamento do planejamento urbano-regional (através destes aparatos legais descritos) no país, a destinação dos recursos foi afetada por pressões políticas e interesses setoriais de outros atores, especialmente dos estados. "O processo de mediação entre o Estado e a sociedade [...] conferia às demandas clientelistas nova roupagem, sob o manto do exame técnico conduzido pela burocracia estadual, em atendimento aos chefes do Poder Executivo dos estados" (GARSON, 2009, p. 104). De toda forma, podemos observar, no quadro 1, uma síntese dos principais marcos institucionais dessa primeira geração de Regiões Metropolitanas no país:

Quadro 1 - Marcos institucionais da primeira geração de Regiões Metropolitanas no Brasil

Legislações	Ações
Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973.	• Criou oito regiões metropolitanas, definindo os municípios constituintes e dando-lhes um tratamento simétrico; • Definiu os serviços de interesse comum, independente de peculiaridades regionais (saneamento básico, transportes e sistema viário, aproveitamento dos recursos hídricos, entre outros); • Subordinou o uso do solo metropolitano a esse planejamento; • Definiu a estrutura de gestão (conselho deliberativo e conselho consultivo) a ser mantida com recursos estaduais. O conselho deliberativo seria nomeado pelo governador do estado (um membro representaria o município da capital; e outro, os demais municípios). O conselho consultivo, composto por representantes dos municípios, seria presidido pelo presidente do conselho deliberativo, garantindo o poder decisório no governo estadual; • Elencou mecanismos de coordenação de programas e projetos, que deveriam, sempre que possível, buscar a unificação dos serviços comuns; • Priorizou os municípios que participem de projetos integrados e dos serviços comuns, para fins de acesso a recursos federais e estaduais.
Lei Complementar nº 20, de 01 de julho de 1974.	• Criou a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, simultaneamente à fusão do Estado da Guanabara.
Decreto nº 72.800, de 14 de setembro de 1973.	• Restringiu o acesso de recursos para infraestrutura urbana a projetos compatíveis com os planos formulados para essas Regiões Metropolitanas.

Decreto Federal nº 73.600, de 08 de fevereiro de 1974.	• Propôs o destino de pelo menos 5% dos recursos do Fundo de Participação dos Estados para o financiamento dos projetos comuns das Regiões Metropolitanas.
Lei 6.256, de 22 de outubro de 1975.	• Criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano (FNDU), que destinava recursos a projetos de desenvolvimento urbano de responsabilidade dos estados, Distrito Federal e dos municípios.

Fonte: Garson (2009), organizado pelo autor.

No fim da década de 1970 e ao longo da década de 1980, fatores como "a crise fiscal, a redemocratização e o surgimento de novos atores sociais fizeram com que esse modelo de organização metropolitana enfrentasse um processo de esgotamento crescente nos anos 1980" (KLINK, 2009b, p. 419). Desta maneira, todo o arcabouço institucional arquitetado para a criação e manutenção das Regiões Metropolitanas se desgasta.

Em relação ao financiamento metropolitano ao longo dos anos 1980, o cenário do custeio das ações nesses espaços ainda se baseava num modelo de "parceria" entre estados e a União, de acordo com Costa (2018). Os primeiros eram responsáveis por manter as estruturas de planejamento e gestão das RMs, enquanto a União se responsabilizava por fornecer os recursos para os investimentos, tanto na infraestrutura urbana quanto para a realização das políticas habitacionais, especialmente nos espaços urbanos-regionais mais importantes e considerados estratégicos para o desenvolvimento econômico brasileiro.

Ademais, ao final da década de 1980, o desgaste do modelo de criação e gestão dos espaços urbanos-metropolitanos no país, concomitante ao desgaste do modelo de governo que a Ditadura Militar instituiu no Brasil, termina por ter como consequência uma grande transformação no trato das Regiões Metropolitanas, inclusive, como novos modelos de aglomerados ou agrupamentos de municípios, para além das RMs, previstos na então nova constituição brasileira. Descreveremos essa nova fase no tópico seguinte.

O planejamento urbano-regional brasileiro no período pós-redemocratização

Ao final da década de 1980, surge um novo arcabouço institucional que propicia a institucionalização de Regiões Metropolitanas, porém, num novo modelo. Esse novo modelo é estabelecido pela nova Constituição Federal, de 1988. De modo geral, o governo federal transfere a responsabilidade da criação de Regiões Metropolitanas para os governos estaduais, do Art. 25, parágrafo 3º. Outra mudança importante é que os municípios também ganharam mais autonomia, sendo considerados como membros da federação, ocupando uma posição semelhante à posição que os estados no que tange à autonomia. De toda forma, isso representou uma descentralização do poder, que até então estava concentrado no governo federal, e pode ser considerado, sim, um avanço.

Contudo, este novo formato de institucionalização de Regiões Metropolitanas também possui gargalos e limitações. Klink (2009b, p. 419-420) tece algumas críticas a este modelo de planejamento e governança encabeçado não mais pelo governo federal e sim pelos estados, uma vez que, "com poucas exceções, as estruturas institucionais montadas pelos estados nas regiões metropolitanas limitam-se à função de planejamento, com pouca capacidade de alavancar a efetiva execução de serviços de interesse comum".

Assim, temos um cenário em que se deu, por um lado, mais autonomia (decisória e também de capacidade de financiamento) para estados e municípios, por outro lado, essa característica acirra a competitividade local entre os municípios, o que não contribuiu em nada para movimentos e ações de âmbito cooperativo para o trato de problemas de interesse comum nos espaços metropolitanos, onde esses fenômenos se potencializam.

Outros fatores que se apresentaram como obstáculos a esse modelo estadualizado de criação e coordenação de Regiões Metropolitanas podem ser destacados. Primeiramente, uma das características que se percebe é que boa parte dos órgãos de coordenação metropolitana tem sua atuação limitada apenas ao arcabouço técnico dos municípios das RMs, o que, evidentemente, restringe sua capacidade de realização de ações mais efetivas (tendo

em vista o nítido componente político de que as ações dessa natureza necessitam).

Outro elemento que se apresentou como barreira a este segundo grande modelo é a grande heterogeneidade dos municípios que fazem parte das Regiões Metropolitanas, o que resulta, obviamente, no estabelecimento de objetivos distintos entre estes municípios, tendo em vista as diferentes necessidades e carências apresentadas por eles que, por sua vez, corroem as possibilidades da realização de ações de natureza cooperativa. Klink (2009b) critica tanto o modelo da década de 1970, que criou as primeiras RMs no país, capitaneado pelo governo federal, e o do fim dos anos 1980, quando essa responsabilidade foi passada para os governos estaduais. Assim,

> Tanto em relação à sistemática de gestão das RMs instituídas nos anos 70, quanto das constituídas pelos estados, após 1988, permanecem entraves para a consolidação de modelos operacionais capazes de responder às necessidades da gestão compartilhada. A organização da gestão apoiada nos conselhos consultivos e deliberativos das leis anteriores não logrou operacionalidade, mesmo assim, muitas das novas legislações incorporaram disposições quanto a modelos similares. A estruturação de órgãos técnicos para planejamento e gestão metropolitana também deparou com limitações, de sorte que entre as primeiras RMs instituídas, poucas mantiveram seus entes em funcionamento, mesmo assim, precariamente (BRASIL, 20005, p. 88 apud KLINK, 2009b, p.420).

Ao analisar a primeira década dos anos 2000, Klink (2009a, p. 220) destaca o peso da ausência de uma política metropolitana mais abrangente por parte do governo federal, em que "a política de abertura descontrolada (isto é, sem políticas industrial e tecnológica) adotada pelo governo federal repercutiu de maneira especialmente dramática nas regiões metropolitanas em termos de perdas de emprego e desestruturação das cadeias produtivas". Ademais, o cenário dos anos 1990, marcado por crise financeira e reestruturação produtiva no país como um todo, terminou por fomentar (nos diversos atores envolvidos no contexto da governança nos espaços metropolitanos) a consciência de que os modelos até então propostos para a governança

nos espaços metropolitanos não respondiam às necessidades que estas áreas urgiam de forma cada vez mais crítica.

Garson (2009) fez um levantamento interessante sobre as legislações específicas dos estados que tangenciam a temática urbano-regional. De modo geral, o autor encontrou alguns elementos comuns nas legislações levantadas dos estados, como o fato de que quase sempre a concordância do município é exigida para a institucionalização da RM, podendo haver situações em que a não concordância de um município pode impedir a criação da RM, quando, por exemplo, não se mantém a continuidade territorial, exigida na Constituição de 1988. Outro ponto identificado refere-se a estados que possuem mais de uma RM, em que existe um tratamento diferenciado para estas nas legislações estaduais.

Outro aspecto identificado nas legislações dos estados foi que as estruturas de gestão evoluem de formas nem sempre coincidentes; a frequência muito grande da transferência da gestão metropolitana de um órgão ou secretaria pra outra em espaços curtos de tempo, "o que dificulta a constituição de uma burocracia especializada, tal como requerida para o trato das matérias complexas envolvidas no planejamento urbano" (GARSON, 2009, p. 110).

Em síntese, nos anos 2000 apresentaram-se alguns avanços no que tange à temática. Além da Lei dos Consórcios Públicos, de 2005, um pouco antes disso, a própria criação do Ministério das Cidades[3], em 2003, traz um impacto considerável no tratamento e preocupação com as cidades e, também, com os espaços metropolitanos, na medida em que ocupou um vazio institucional já que a última proposta de política urbana implementada pelo governo federal havia se dado no governo militar (MARICATO, 2006).

Além disso, entre os avanços que podemos destacar na primeira década do século XXI, temos um reforço dos canais de diálogos entre os diversos entes federativos, por iniciativa do governo federal, através

3 A MPV nº 103 de 1 de janeiro de 2003, art. 31, convertida na Lei nº 10.683, de 28/05/2003, inciso VIII, transformou a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano- SEDU, em Ministério das Cidades, e o art. 27, inciso III, tratou das áreas de competência desse Ministério. O art. 35 criou o cargo de Ministro de Estado das Cidades. O Decreto nº 4665, de 3 de abril de 2003, aprovou a estrutura regimental desse Ministério.

da criação e consolidação de uma estrutura para essas articulações entre os entes, na tentativa de promover um processo gradual de repactuação federativa, além de iniciativas surgidas nos estados.

Perspectivas atuais do planejamento urbano-regional no Brasil

Avançando para a segunda década do século XXI, temos como marco relativamente recente da governança metropolitana no Brasil um importante instrumento: a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, o Estatuto da Metrópole (EM). A legislação que antecedeu ao Estatuto da Metrópole foi o Projeto de Lei (PL) nº 3.460/2004, substituída pelo PL nº 5/2014.

O EM está estruturado em 6 capítulos. O primeiro deles é traz as disposições preliminares, destacando as diretrizes e objetivos da lei, além de trazer conceitos importantes para o trato da questão metropolitana. Já o segundo capítulo, composto por 3 artigos, trata das normativas par a instituição de regiões metropolitanas e de aglomerações urbanas, além da estrutura ou elementos mínimos das leis complementares que instituem as RMs; O capítulo seguinte também possui 3 artigos e trata, especificamente, da governança interfederativa das regiões metropolitanas e das aglomerações urbanas, suas diretrizes e sua estrutura ou elementos mínimos. Composto por dez artigos (entre os quais, dois foram vetados, posteriormente), o quarto capítulo do EM apresenta instrumentos para a promoção do desenvolvimento urbano integrado na RM ou AU, com destaque dado ao plano de desenvolvimento urbano integrado. O quinto capítulo do EM normatiza, ainda que de modo não muito detalhado, a atuação da União sobre os demais entes federados, com o objetivo de promover o desenvolvimento urbano integrado, sendo constituídos de 6 artigos, dos quais, dois foram vetados posteriormente. O último capítulo do EM traz as disposições finais da lei.

Santos (2018) realiza valiosas contribuições no exercício de interpretação das possibilidades e lacunas que a lei oferece[4]. Inicialmente, a autora caracteriza o Estatuto da Metrópole como um

4 O texto de Santos (2018) recebeu contribuições de especialistas na temática, os quais fizeram, inclusive, sugestões de alteração no texto da autora, servindo

> diploma normativo inovador para fomentar o desenvolvimento metropolitano e, sobretudo, para estimular e viabilizar, por meio dos instrumentos que apresenta, ações integradas entre a União, os estados e os municípios, visando ao planejamento urbano em territórios que ultrapassem os limites de um único município – as aglomerações urbanas (AUs) e RMs (SANTOS, 2018, p. 458).

O EM tem um papel importante de complementar o Estatuto das Cidades (BRASIL, 2001) no disciplinamento do direito urbanístico no país, na medida em que este último é limitado ao espaço de um município. O artigo 2º do EM, inclusive, destaca que o Estatuto deve se adequar a outras normas importantes do direito urbanístico do país, em especial, ao EC. "Isso porque as normas que visam estruturar uma política nacional de desenvolvimento metropolitano devem, necessariamente, se efetivar de forma articulada com diversas políticas nacionais que lhes são diretamente relacionadas" (SANTOS, 2018, p. 460). Ademais, Santos (2018, p. 460) identifica 4 grandes objetivos do EM, que consistem em estabelecer:

> i) as diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução de FPICs em AUs e RMs instituídas pelos estados; ii) as normas gerais para a elaboração do plano de desenvolvimento urbano integrado (PDUI); iii) as normas gerais para a elaboração dos instrumentos de governança interfederativa; e iv) os critérios para o apoio da União a ações que envolvam governança interfederativa no campo do desenvolvimento urbano.

Uma das principais contribuições que o EM trouxe pro trato da questão metropolitana, foi a definição de alguns conceitos centrais no trato da questão urbano-regional. Podemos visualizar no quadro 2, a seguir:

---

de base para a oficina de trabalho "Interpretando o Estatuto da Metrópole", realizada no dia 31 de março de 2017, na cidade de Brasília, o que torna este texto ainda mais enriquecedor para o debate.

Quadro 2 - Conceitos relacionados aos espaços urbano-regionais definidos pelo EM

Conceito	Definição
Aglomeração urbana	Unidade territorial urbana constituída pelo agrupamento de 2 (dois) ou mais municípios limítrofes, caracterizada por complementaridade funcional e integração das dinâmicas geográficas, ambientais, políticas e socioeconômicas.
Função pública de interesse comum	Política pública ou ação nela inserida cuja realização por parte de um município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto em municípios limítrofes.
Gestão plena	Condição de região metropolitana ou de aglomeração urbana que possui: a) formalização e delimitação mediante lei complementar estadual; b) estrutura de governança interfederativa própria, nos termos do art. 8º do EM; e c) plano de desenvolvimento urbano integrado aprovado mediante lei estadual.
Governança interfederativa	Compartilhamento de responsabilidades e ações entre entes da Federação em termos de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum.
Metrópole	Espaço urbano com continuidade territorial que, em razão de sua população e relevância política e socioeconômica, tem influência nacional ou sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma capital regional, conforme os critérios adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
Plano de desenvolvimento urbano integrado	Instrumento que estabelece, com base em processo permanente de planejamento, as diretrizes para o desenvolvimento urbano da região metropolitana ou aglomeração urbana.
Região metropolitana	Aglomeração urbana que configure uma metrópole.

Fonte: Brasil, 2015 (organizado pelo autor).

Talvez a definição mais significativa destas apresentadas no EM seja em relação à metrópole, que ganha agora legitimação jurídico-normativa para que sejam considerados critérios técnico-científicos na sua definição (no caso, estabelecidos pelo IBGE), sendo agora, portanto, "fruto de processo histórico, socioespacial e altamente dinâmico que parte da conurbação, [...] onde o espaço é reconhecido como comum, e os recursos, a infraestrutura, os serviços e os problemas ultrapassam os limites administrativos de um único território municipal" (SANTOS, 2018, p. 463). Isso talvez contribua

para que diminua o fenômeno da metropolização institucional ou fetiche institucional (COSTA; TSUKUMO, 2013; KLINK, 2009a) e, assim, reduza-se a proliferação de RMs no país, agregando municípios que não possuam, de fato, características de espaços metropolitanos.

Apesar desse avanço, podemos identificar, no mínimo, duas lacunas nessa iniciativa. A primeira é a limitação inevitável na tentativa de encontrar um denominador comum entre a ocorrência do fenômeno metropolitano de fato com a sua institucionalização, na medida em que a metropolização, enquanto fenômeno socioespacial, é, por natureza, dinâmica, volátil e em constante mutação, algo impossível de ser retratado em sua plenitude por qualquer instrumento normativo. A segunda lacuna diz respeito à generalização que se estabelece quando o EM delega a responsabilidade dos critérios técnico-científicos ao IBGE, sem dar maiores detalhamentos sobre que documentos, estudos ou pesquisas deverão ser considerados, já que essa instituição possui vasto acervo sobre o tema. Santos (2018) sugere que sejam consultados os estudos "Regiões de Influência das Cidades" e "Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil", do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Outro conceito importante dentro da discussão da gestão de espaços metropolitanos é o de Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs). Uma primeira menção a esse conceito pode ser encontrada na Constituição de 1967 e, posteriormente, na lei de 1973 que criou as primeiras RMs do país, mas que utilizou a expressão "serviços de interesse comum". A expressão "funções públicas de interesse comum" aparece na Constituição de 1988, passando a ser usada nas leis estaduais que tratavam de RMs, a partir de então. No EM esse conceito ganha relevo e uma nova concepção:

> Com o Estatuto da Metrópole, as FPICs passaram a estar atreladas à ideia de "reorganização" das capacidades dos municípios para realizar funções públicas. Ou seja: as políticas públicas, ou ações nela inseridas, que forem viáveis de serem realizadas por um município isolado e que não causem impacto a outros municípios, são funções públicas municipais; as funções que causem impacto em outros municípios, e cuja realização por apenas um município não seja viável, são FPICs (SANTOS, 2018, p. 465-466).

Uma lacuna que podemos elencar reside na questão da "inviabilidade" mencionada na lei. Esse termo, da forma como está colocado, torna-se vago para definir a que inviabilidade em tratar do serviço específico a lei comportasse refere: se é inviável ao município executar aquele serviço porque não dispõe de recursos financeiros suficientes, se não dispõe de recursos humanos ou profissionais capacitados para o trato daquela problemática etc.

Além de definir conceitos, o que em si, já é uma grande colaboração para a problemática, outra contribuição diz respeito às regras para a instituição de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, tratadas no capítulo 3 do EM. De grosso modo, mantém-se a regra de essas unidades territoriais serem criadas mediante leis complementares estaduais, contudo, apresenta algumas particularidades. Um primeiro desafio nessa questão diz respeito ao combate ao fenômeno da metropolização institucional ou fetiche institucional (COSTA; TSUKUMO, 2013; KLINK, 2009a), mencionados há pouco.

Além de trazer contribuições sobre a definição de conceitos balizadores sobre a questão metropolitana e a normatização das regras de instituição, uma das principais colaborações do EM diz respeito ao relevo dado à governança interfederativa. Primeiramente, a governança interfederativa é entendida enquanto "o conjunto de arranjos político-institucionais, de processos decisórios, de correlação de forças e de mecanismos de gestão e financiamento voltados para solucionar funções públicas que interessam a mais de um município numa mesma RM ou AU" (SANTOS, 2018, p. 471).

Assim, esta deve ser construída seguindo alguns princípios: a prevalência do interesse comum sobre o local; o compartilhamento de responsabilidades para a promoção do desenvolvimento urbano integrado na RM ou na AU; a autonomia dos entes da Federação (municípios e estados que constituem a RM ou a AU; a observância das particularidades regionais e locais; a gestão democrática da cidade, de acordo com o Estatuto das Cidades (mais especificamente, dos artigos 43 a 45); a efetividade no uso dos recursos públicos; e ainda, a busca pelo desenvolvimento sustentável (SANTOS, 2018).

A promoção da governança interfederativa traz um grande desafio, na medida em que a relação entre uma gestão realizada

de forma cooperada e compartilhada entre os entes federados envolvidos num arranjo urbano-regional e o respeito à autonomia de cada um destes entes envolvidos é complexa e, muitas vezes, tênue. Outro conceito importante relacionado à governança cooperativa é o de funções púbicas de interesse comum (FPICs), tendo em vista que é preponderante que haja uma gestão compartilhada entre os envolvidos.

Mesmo em temas nos quais parece mais nítido que a escala de impacto transcende os limites de um município e, logo, é necessária a gestão regional (como a mobilidade urbana), cada caso deve ser pensado em particular. Convém destacar que nem todas as linhas e trajetos do transporte público, ainda que numa grande metrópole fortemente cornurbada com os demais municípios da RM, são de fato, metropolitanos. Portanto, o planejamento e gestão devem ser realizados de forma cooperada.

O EM também definiu a estrutura mínima da governança interfederativa que deve ser construída nos espaços metropolitanos, devendo ser composta por: uma instância executiva constituída pelos representantes do Poder Executivo de todos os entes federados integrantes dos arranjos criados; uma instância colegiada deliberativa com representantes da sociedade civil; uma organização pública responsável por funções técnico-consultivas; e um sistema integrado para alocação de recursos e de prestação de contas (SANTOS, 2018). É importante, entretanto, aproveitar experiências já existentes (como os conselhos de desenvolvimento urbano, comuns no Brasil, historicamente).

O EM apresenta também, em seu capítulo IV, uma série de instrumentos para a promoção do desenvolvimento urbano integrado nos arranjos criados e, entre esses, o plano de desenvolvimento urbano integrado ganha especial relevo. Basicamente, são dez instrumentos propostos no EM: 1) o plano de desenvolvimento urbano integrado; 2) os planos setoriais interfederativos; 3) os fundos públicos; 4) as operações urbanas consorciadas interfederativas; 5) as zonas para aplicação compartilhada dos instrumentos urbanísticos previstos na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (o Estatuto das Cidades; 6) os consórcios públicos (Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005; 7) os convênios de cooperação; 8) os contratos de gestão; 9) a compensação

por serviços ambientais ou outros serviços prestados pelo Município à unidade territorial urbana; e ainda, 10) as parcerias público-privadas interfederativas. Ademais, evidentemente, outros mecanismos não previstos no EM podem ser utilizados para a promoção do desenvolvimento urbano integrado, desde que não desobedeçam a algum condicionante das leis vigentes.

O Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) é o principal instrumento de desenvolvimento urbano integrado no âmbito dos espaços urbano-regionais (RMs e AUs). Ele engloba todos os demais instrumentos e estabelece as diretrizes para que estes se apliquem. O PDUI deve ser revisto a cada 10 anos, pelo menos, e abranger tantos as áreas urbanas como as rurais, dentro dos municípios que fazem parte da RM ou AU estabelecida. Sua estrutura deve ser composta, minimamente, de: diretrizes para as funções públicas de interesse comum, incluindo projetos estratégicos e ações prioritárias para investimentos; macrozoneamento da unidade territorial urbana; diretrizes quanto à articulação dos municípios no parcelamento, uso e ocupação no solo urbano; diretrizes quanto à articulação intersetorial das políticas públicas afetas à unidade territorial urbana; delimitação das áreas com restrições à urbanização visando à proteção do patrimônio ambiental ou cultural, bem como das áreas sujeitas a controle especial pelo risco de desastres naturais, se existirem; e sistema de acompanhamento e controle de suas disposições (BRASIL, 2015).

A construção do PDUI deve está parametrizada sob o princípio de um planejamento e gestão democrática e participativa. Sendo assim, prevê-se a realização de audiências públicas e debates com a participação de representantes da sociedade civil e da população, de modo geral, em todos os municípios integrantes da RM ou AU e o acompanhamento pelo Ministério Público ao longo de todo o processo.

A princípio, o prazo para a elaboração do plano de desenvolvimento urbano integrado das RMs e AUs instituídas até a data de entrada em vigor do EM corresponderia a 3 anos (findados, portanto, em 12 de janeiro de 2018). Entretanto, a MP nº 818/2018 alterou o prazo de elaboração e aprovação do PDUI pelas RMs ou AUs que já existiam antes da instituição do Estatuto da Metrópole para

31 de dezembro de 2021. Já as RMs ou AUs criadas após a instituição do Estatuto da Metrópole têm o prazo de cinco anos para aprovarem seus planos.

Contribuindo com a análise do EM, Costa (2018) faz uma crítica ao tratamento não diferenciado dado às RMs e AUs pela lei. Para ele, esse tratamento pode ser danoso, no sentido de que temos no país um quadro muito amplo, diverso e complexo de situações que exigiriam tratamentos específicos, além de atribuições de responsabilidades distintas.

Outras lacunas podem ser pontuadas como o poder rarefeito de se adaptar ou equalizar a situação das RMs já criadas antes do EM, sem os critérios mínimos necessários (o que restringe bastante a eficácia desta do EM, na medida em que a quase totalidade das RMs do país são de antes da sua publicação). Além disso, há o desafio de promover, de fato, tanto a governança interfederativa (dadas as difíceis articulações entre os atores políticos dos diversos municípios que fazem parte das RMs), como os princípios de uma gestão mais democrática e participativa, que aglutine e dê voz aos diversos atores envolvidos da sociedade civil. Por fim, ainda temos o desafio de repensar a escala regional no que tange às articulações desses espaços, "reconhecendo as múltiplas escalas que interagem em seu interior e se relacionam com escalas exteriores, sem romper a essência de sua totalidade" (MOURA, 2016, p. 21).

Apesar destas críticas, o EM é uma grande contribuição para o trato da questão urbano-regional no país. Além de trazer todo um aporte para a definição mais adequada de uma Região Metropolitana, com critérios técnico-científicos (combatendo assim o fetiche institucional e a criação desenfreada de RMs no país), reforça a concepção de que estes espaços urbano-regionais devem ser criados com o objetivo da realização de FPICs. Também oferece subsídios e a estruturação mínima para a governança interfederativa, colocando esta como condição essencial para a legitimação dessas unidades territoriais.

De toda forma, na última atualização realizada pelo IBGE, referente à data de 31 de dezembro de 2019, o Brasil possui, atualmente, 74 Regiões Metropolitanas, sendo que os estados que contam com maior número de RMs são Paraíba (com 12 RMs), Santa Catarina (com

11 RMs), Alagoas (com 9 RMs) e Paraná (com 8 RMs). Em relação às aglomerações urbanas, existem 5 destas unidades territoriais no país, sendo duas no Rio Grande do Sul e três no estado de São Paulo. O país conta ainda com 3 Regiões Integradas de Desenvolvimento.

Considerações Finais

Vimos que as origens do planejamento urbano-regional no país ocorrem na primeira metade da década de 1970, quando a União detinha o poder de criar RMs. Os pressupostos desta prática, contudo, residiram na década anterior, alavancados pelos processos de industrialização e urbanização cada vez mais fortes e a formação de espaços urbanos cada vez mais integrados entre si. Politicamente, o país vivia sob a égide de um Governo Militar, marcado pela centralização do poder, contribuindo assim, para um maior controle da gestão e organização espacial, urbana e regional no país.

Também vimos que a partir da Constituição de 1988 e do processo de redemocratização, ocorrerão diversas mudanças nas diretrizes da criação e gestão dos espaços metropolitanos no país, onde foi concedida maior autonomia para os entes federados. Assim, os estados passaram a ser os responsáveis pela criação de RMs. Como vimos, isso gerou uma explosão na criação de RMs no país, sem critérios claros para o agrupamento de municípios que não expressavam condições socioespaciais (como integração, conurbação, intensos movimentos pendulares para trabalho ou estudo etc.) que justificassem as suas criações.

Observamos ainda que, atualmente, a partir da publicação do Estatuto das Metrópoles, surgiram novas diretrizes no trato da questão urbano-regional no país, especialmente no que tange à instituição de novas Regiões Metropolitanas, que deve ser baseada em critérios técnicos e estudos de credibilidade reconhecida, além de orientar como deve se feita uma governança interfederativa entre os entes federados envolvidos, e ainda, especifica um conjunto de instrumentos para a promoção do desenvolvimento urbano de modo harmonioso nos arranjos criados com destaque para o plano de desenvolvimento urbano integrado.

Entre as lacunas e os desafios do Estatuto da Matrópole, temos o tratamento não diferenciado dado às distintas RMs do país, a capacidade ainda limitada de se equalizar a situação das RMs já criadas antes do EM (a quase totalidade destes arranjos), sem os critérios mínimos necessários; o desafio de promover uma governança interfederativa, frente as difíceis articulações entre os atores políticos envolvidos nos variados contextos das RMs; e por fim, o desafio de repensar a escala regional no que tange às articulações desses espaços.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,* Brasília, DF, 12 jan. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13089.htm>. Acesso em: 30 out. 2020.

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta o artigos 182 e 183 da Constituição, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *República Federativa do Brasil,* Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 30 out. 2020.

COSTA, Marco Aurélio. Financiamento metropolitano no Brasil: um panorama de suas condições, seus desafios e suas perspectivas. In: MARGUTI, Bárbara Oliveira; COSTA, Marco Aurélio; FAVARÃO , César Buno (organizadores*). Brasil metropolitano em foco*: desafios à implementação do Estatuto da Metrópole. Brasília: Ipea, 2018, p. 137-177.

COSTA, Marco Aurélio; TSUKUMO, Isadora Tami Lemos. Para uma análise-síntese: uma proposta tipológica para os sistemas de gestão das Regiões Metropolitanas do Brasil. In: COSTA, Marco Aurélio; TSUKUMO, Isadora Tami Lemos (organizadores). *40 Anos de Regiões Metropolitanas no Brasil*. Brasília: Ipea, 2013, p. 15-44.

GARSON, Sol. *Regiões metropolitanas*: por que não cooperam? Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles; Belo Horizonte, MG: PUC, 2009.

KLINK, Jeroen. Regionalismo e reestruturação urbana: uma perspectiva brasileira de governança metropolitana. *Educação*, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 217-226, maio/ago., 2009a.

KLINK, Jeroen. Novas governanças para as áreas metropolitanas. O panorama internacional e as perspectivas para o caso brasileiro. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 11, p. 415-434, 2009b.

MARICATO, Ermínia. O Ministério das Cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano. IN: *Políticas sociais, acompanhamento e análise*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Diretoria de Estudos Sociais, n. 1, p. 211-220, fev. 2006.

MOURA, Rosa. O complexo diálogo entre o urbano e o regional. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, Blumenau, 4 (2), p. 27-48, primavera de 2016.

SANTOS, Marcela de Oliveira. Interpretando o Estatuto da Metrópole: comentários sobre a Lei no 13.089/2015. In: MARGUTI, Bárbara Oliveira; COSTA, Marco Aurélio; FAVARÃO, César Buno (organizadores). *Brasil metropolitano em foco*: desafios à implementação do Estatuto da Metrópole. Brasília: Ipea, 2018a, p. 457-513.

Geografia em som e imagens: experiências de práticas na Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Aline Camilo Barbosa[1]
Ângela Oliveira Vieira[2]

Introdução

Educação de Jovens e Adultos (EJA), não temos experiências com essa modalidade! Como iremos fazer? Alguém pode nos ajudar? Essas são questões iniciais que foram vivenciadas por *nós,* (você leitor, se inclui nessas questões?) durante a nossa primeira experiência na modalidade da EJA. O questionamento principal: como ensinar geografia de maneira mais atrativa aos alunos da modalidade EJA? O intrigante nessa questão era saber que durante a formação inicial de uma grande maioria dos professores (na qual estamos incluídas) os diálogos e leituras ligadas a essa modalidade de ensino foram ínfimas.

Essas preocupações iniciais foram essenciais para buscarmos novas leituras e práticas docentes relacionadas a modalidade EJA. E

1 1Mestra em Geografia (UFPI). Professora da Educação Básica (SEMED/Santa Inês – MA). E-mail: alinecamilo_barbosa@hotmail.com
2 Mestra em Geografia (UFPI). Tutora à Distância (CEAD/UFPI). Professora da Educação Básica (SEMED/São Luís-MA). E-mail: angelavieira14@gmail.com

como primeira lição, descobrimos que o diálogo era ação fundamental nesta modalidade, visto que, ter uma boa comunicação com os alunos facilitava o desenvolvimento de trabalhos mais dinâmicos, além do que, era necessário planejamento e diversificação de materiais (convencionais ou não convencionais).

Na tentativa de aproximar o conteúdo de geografia ao contexto dos alunos, buscou-se utilizar em sala de aula recursos/instrumento próximos de sua realidade e que fossem capazes de despertar suas curiosidades e, consequentemente, o interesse pelo conhecimento geográfico. Neste sentido, o uso de recursos a exemplo do cinema e da música apareceram como uma possibilidade de melhor a assimilação dos conteúdos geográficos.

Reiteramos que o uso desses recursos em sala de aula não é uma prática recente, e em algumas coleções de livros didáticos há sugestões do uso de atividades com o intuito de instigar a percepção e interpretação dos conteúdos geográficos visto que a associação e inserção do aprendiz em uma situação de contextualização amplia consideravelmente as possibilidades de aprendizagem. Assim, ao utilizarmos esses instrumentos apropriamo-nos das cores, sons e movimento o que dinamizam a interpretação dos conceitos geográficos. Dessa maneira, a apropriação/adequação dos conteúdos ministrados apresenta maior possibilidade de torná-los atrativos aos alunos da EJA, analisando-se que esse público precisa de propostas dinâmicas para que possa permanecer frequente e assíduo na sala de aula.

Feitas essas considerações, ressaltamos que o presente relato tem o propósito de apresentar práticas desenvolvidas na disciplina de geografia na modalidade EJA em duas instituições diferentes. O uso do cinema ocorreu no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí-IFPI, *Campus* Picos-PI, enquanto que a utilização da música ocorreu no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão-IFMA, *Campus* Barreirinhas-MA. Ambas as experiências foram realizadas em turmas de nível médio do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.

Ao observar os conteúdos geográficos no currículo da EJA buscamos recursos que auxiliariam em aulas mais atrativas e dinâmicas.

O transcorrer das práticas desenvolvidas e aqui apresentadas é pautado e embasado em leituras relacionadas ao ensino de geografia na modalidade EJA, do uso de recursos didáticos não convencionais em sala de aula e análises da organização curricular das turmas.

Para fins didáticos, o presente texto foi desenvolvido da seguinte forma: inicia-se com a introdução, na sequência apresenta-se um panorama relacionado à formação do professor de geografia, após este tópico, daremos destaque aos recursos didáticos não convencionais com ênfase na utilização do cinema e da música, onde são apresentadas práticas desenvolvidas na disciplina de geografia na modalidade EJA e, por fim, são postas as considerações finais e as referências utilizadas.

Apontamentos sobre a formação do professor de geografia

O ensino de geografia por muito tempo esteve relacionado a descrição de lugares no espaço terrestre. Autores como Silva (2011) e Kaercher (2007) apresentam que esse modelo descritivo e mnemônico ainda se constitui como herança nas aulas de geografia e na concepção de alguns alunos com relação a essa ciência. Essa perspectiva pode ter relação com a formação inicial dos licenciados em geografia, uma vez que em sua maioria apresentam uma lógica conteudista e dicotômica e como afirma Kaercher (2007, p.2), a formação“ [...] está calcado excessivamente na crença da racionalidade, que coloca ênfase, quase exclusiva, no professor como um repassador de informações, um agente que se relaciona com seus alunos apenas através do seu lado racional”. Mudar esse paradigma é o desafio da atualidade seja em qualquer nível e modalidade de ensino.

Kaercher (2007) ainda afirma que essa lacuna na constituição dos saberes acadêmicos é histórica, e sua mudança é um processo. Ao analisar as afirmações do autor, observou-se que existe um hiato nos currículos dos cursos de geografia com relação a modalidade EJA. Ao analisar algumas propostas de currículo de Licenciatura em geografia, a exemplo da Universidade Federal do Piauí[3], verificou-se que não

3 O currículo analisado foi do curso de Licenciatura em Geografia, modalidade presencial, Campus CCHL - UFPI (Teresina-PI) aprovado em 2018. Disponível

há nenhuma disciplina na grade curricular com o direcionamento de como trabalhar na modalidade EJA. Corroborando com essa análise Silva e Araújo (2018 p.2) afirmam que "a educação de jovens e adultos é uma modalidade da educação básica, que carece de atenção especial às suas particularidades e, consequentemente, também a formação de professores".

A modalidade EJA, segundo as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96 (LDB, 1996, p.17) "será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida". Contudo, ao analisarmos essa lei verificamos que a mesma não apresenta especificação para formação de professores para essa modalidade. Segundo Laffin (2012, p.5) isso constitui um obstáculo em relação a ações didáticas, visto à complexidade diferencial desta modalidade de ensino, para o referido autor: "A EJA é compreendida como uma modalidade da educação básica, nas suas etapas fundamental e média que requer um tratamento e o atendimento às suas particularidades, o que remete a pensar também a formação docente".

Como visto, há deficiências nos cursos de licenciaturas em relação aos currículos implementados. Estes não apresentam disciplinas que contemplem orientações referente ao trabalho na EJA, o que se constitui como um contratempo aos professores das disciplinas específicas, a exemplo da geografia, consequentemente práticas pedagógicas podem tornar-se problemáticas. Além de contratempos na formação inicial, Silva (2011) aponta impasses do uso de metodologias e recursos dos professores de geografia em sala de aula. A autora afirma que existe pouca diversificação no uso de metodologias atrativas no ensino de geografia e que se faz necessário uma maior reflexão sobre a prática pedagógica dos professores.

Frente a essas inquietações, propõe-se a seguinte questão: como ensinar geografia de maneira atrativa para esses sujeitos? Os desafios são imensos, porém é possível aplicar propostas de atividades problematizadoras. Essa afirmação foi possível com a

em:https://sigaa.ufpi.br/sigaa/link/public/curso/curriculo/24526626. Acesso em: 17 jul. 2020.

investigação de alguns textos que relacionavam o ensino de geografia na EJA. Nestes observamos algumas ações importantes para serem trabalhadas na modalidade de ensino em questão. Dentre essas ações, destaca-se a utilização de recursos e metodologias atrativas, o que garantia a permanência e continuidade dos estudos pelos alunos nessa modalidade. Um exemplo verifica-se a partir do relato de Brito e Batista (2019), que em seu trabalho revelam a possiblidade de ensinar geografia na EJA tendo como referência o espaço urbano dos alunos. Brito e Batista (2019, p.6) utilizaram como metodologia, atividades em grupo e recursos como a fotografia, onde:

> Cada grupo recebeu algumas fotografias que representavam distintos bairros da cidade de sua residência, a fim de que pudessem identificar o local fotografado, registrar o endereço, interpretar as imagens para que fossem destacadas as características dos lugares, problemas e possíveis soluções e, por fim, proceder à socialização do conteúdo estudado, de modo a verificar aspectos do processo de urbanização da cidade onde residiam.

Atividades como estas podem contribuir para que os alunos reconheçam o seu lugar no espaço geográfico, aproximando a ciência geográfica com a realidade vivida, e assim dinamizar as discussões do conteúdo. Outro texto que apresenta possiblidades do ensino geográfico no ensino da EJA é de Verges (2013), o autor aponta nos seus escritos um panorama da EJA, bem como a necessidades de solidificação desta modalidade pedagógica mediante os quadros relativos à educação no Brasil. Verges (2013) apresenta uma proposta didática para a temática das migrações no território nacional, trabalhada junto aos alunos do EJA nas turmas do 7° ano do Ensino Fundamental II.

Cruz (2014) também indica em seu texto uma experiência metodológica de geografia na EJA, tendo como base o diálogo, ela utilizou como metodologia didático-pedagógica a proposta de autoria do pedagogo brasileiro Paulo Freire, apresentando que "Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo" (FREIRE, 1987, p. 39). Partindo dessas reflexões a autora salientou que os alunos eram parte

do contexto de modificação do espaço geográficos. Além disso, Cruz (2014, p.4) optou por utilizar em sua prática:

> [...] trechos de filmes, clipes musicais e imagens marcantes para auxiliar na compreensão dos fatos e fenômenos cotidianos, os quais são veiculados pela mídia e, portanto, tema de conversas entre jovens e adultos. Essas conversas, se direcionadas por referencial teórico da Geografia e estimuladas a serem debatidas em sala de aula, visam auxiliar na construção da cidadania.

Apesar dos problemas na formação inicial com relação a essa modalidade de ensino, apontados anteriormente, tivemos como referências em nossas ações as propostas formativas de autores como, Brito e Batista (2019); Verges (2013) e Cruz (2014), uma vez que nos revelaram metodologias, recursos e práticas envolventes e positivas na modalidade EJA. Assim, analisando esses relatos fizemos opções pelo uso de recursos cinema e música para melhorar a compreensão geográfica dos alunos e envolvê-los nas aulas de geografia. Com o *feedback* positivo dos alunos optamos por apresentar nossas experiências e contribuir com ideias possíveis no ensino de geografia na modalidade de ensino em questão. Além do mais, já alertara Kaercher (2007, p. 2) para essas lacunas, que são históricas no processo de formação, e [...], "não há solução, a não ser fazer o que já está ocorrendo: estudar e escrever sobre a Geografia e seus temas. Publicizar nossas ideias para que elas sejam postas à discussão pública e assim fazer avançar a geografia".

Diante do exposto, apontamos que essas reflexões não pretendem trazer conteúdos e metodologias prontas, pois cabe a cada professor analisar e compreender o espaço/tempo em que está inserido e qual seu público alvo. O presente texto apenas aponta direcionamentos que podem servir de referência para outros professores, principalmente àqueles ligados à área de geografia. A seguir faremos uma análise do cinema e música como recursos no ensino de geografia na modalidade EJA.

Geografia em som (música) e imagens (cinema): uma possiblidade para sala de aula

Atualmente, para compreensão dos fenômenos contemporâneos, faz-se necessário a capacidade técnica e cognitiva de abstraí-los e, como destacam Santos e Silveira (1996, p. 5) "o nosso tempo, pleno de contradições, obriga a um contínuo esforço de interpretação da realidade". Quanto as formas de abstração, Castrogiovanni (1992. p.4) aponta dois tipos, sendo a empírica e a reflexiva. Para ele, a primeira ocorre quando o sujeito extrai o conhecimento diretamente dos objetos e/ou das ações exercidas sobre os mesmos. Enquanto que a segunda é "[...] refletida no instante em que houver a tomada de consciência do sujeito quanto ao ato de construir conhecimento".

Neste sentido, a contemporaneidade em meio aos anseios da tecnologia, exige múltiplas formas de análises para compreender as mudanças sejam nos processos sociais, econômicos, políticos e culturais, e a escola incorporada a este contexto precisa estar atenta a tais modificações. Deste modo, Gouvêa (2006, p.4) destaca que "Enquanto a escola trabalha a questão cultural pelo viés da tradição escrita, a cultura contemporânea tem na produção e difusão imagéticas seu fenômeno central".

Com bases sólidas no que se tem discutido, sabe-se que o cinema e a música estão constantemente presentes no cotidiano da população brasileira. O primeiro, considerado uma forma de expressão artística e cultural ao mesmo tempo em que compõe a indústria do entretenimento. O segundo está presente em diversas manifestações populares, como carnaval e celebrações religiosas, entre outras. E nas escolas, em que contextos esses recursos podem ser utilizados?

No campo da educação o cinema e a música podem ser instrumentos dinamizadores do ensino, visto que, agregam expressões de sentimentos e pensamentos. Assim, tais recursos são amplos e podem apresentar a relação entre os diferentes espaços e as ações do homem sobre meio. Para Miranda (1988, p. 15):

> A relação entre imagem e educação problematiza a própria educação, pois o estudo da imagem, enquanto produtos da cultura [...], problematiza o olhar, nosso movimento interno em

> busca de significações. Portanto, problematiza o conhecimento e o trabalho escolar. Vincular a imagem à educação é vincular a educação a cultura.

Visto essas caraterísticas e concepções referentes ao cinema e a música, consideramos que ambos, no âmbito educacional, configuram-se como recurso didáticos não convencionais. Essa classificação tem como referência Silva (2011, p. 17) que aponta:

> [...] como recursos didáticos não convencionais os materiais utilizados ou utilizáveis por professores, na Educação Básica, mas que não tenham sido elaborados especificamente para esse fim. Em geral são produções sociais, com grande alcance de público, que revelam o comportamento das pessoas em sociedade ou buscam refletir sobre esse comportamento. Para exemplificar, podemos mencionar os meios de comunicação tais como o rádio, a televisão, os jornais e a internet; ou, ainda, as produções artísticas em geral, o cinema, a poesia, a música, a literatura de cordel, a fotografia, artes plásticas em geral e as histórias em quadrinhos.

Observando a conceituação de Silva (2011) tais recursos, mesmo não sendo exclusivos para a educação, podem reinventar o processo de ensino, ensejando uma nova forma de pensar a prática pedagógica e uma possibilidade de ensinar geografia de maneira diferente. Desse modo, o uso do cinema e da música podem contribuir com novos caminhos para uma aprendizagem geográfica significativa.

Para Oliveira e Portugal (2013, p. 245) o cinema traz "[...] uma linguagem audiovisual provocativa, o cinema pode influenciar, direta ou indiretamente, na forma como as pessoas pensam, aprendem, constroem e modificam os espaços [...]". Desta forma, esse instrumento pode dinamizar o ensino de geografia, bem como de outras áreas do conhecimento, além de proporcionar atividades atrativas e influenciar na formação da criticidade dos alunos.

Com relação a música, Andrade e Rocha (2011, p.120) aponta que "No âmbito educacional, a música tem como objetivo proporcionar raciocínio, contextualização, percepção, concentração, desinibição, criatividade e aproximação da realidade do educando". Tal afirmação

é possível porque esses autores acreditam que a música tem como característica favorecer o desenvolvimento o cognitivo dos "sujeitos".

Ao remeter ao conhecimento geográfico, o cinema pode ser considerado um objeto de análise geográfica isso por que "[...] agrega diferentes elementos passíveis de serem explorados, como os cenários, os figurinos, a música e o enredo uma vez que entrelaça arte e realidade e alimenta a criatividade das pessoas (OLIVEIRA; PORTUGAL, 2013, p. 245).

Para Goes e Rodrigues (2013) a música é uma constate na vida dos alunos e trás em suas letras expressões de diferentes espaços que podem ser analisados com espacialidade geográfica. Visto isso, esses recursos possibilitam agregar conhecimentos geográficos, além de estabelecer as correlações com os conteúdos ministrados em sala de aula e seus contextos sociais refletindo sobre a sociedade em que está inserido.

Com relação a aplicabilidade em sala de aula, alertamos aos professores que fiquem atentos à interpretação desses instrumentos, visto que, no caso do cinema tem-se relação próxima entre realidade e fantasia. De tal modo, nem tudo que é exposto na tela é completamente verdadeiro e nem completamente falso, a produção cinematográfica não é neutra em sua construção. Da mesma forma, as músicas podem apresentarem em suas letras ambiguidade de conteúdo e interpretações. Portanto, reiteramos que o uso de quaisquer recursos, seja convencional ou não convencional, requer um planejamento adequado, alinhado ao plano de aula e ao conteúdo aplicado.

Convém ressaltar que não pretendemos aqui dizer como o professor deve fazer uso desses recursos e/ou produções culturais, mas sim, apresentarmos práticas que foram desenvolvidas com tais recursos nas aulas de geografia na modalidade EJA, em especial, apresentando suas potencialidades, seja para esta ou outra modalidade de ensino. A seguir realizaremos os relatos de como se deu o processo de observação nos *campi* supracitados, detalharemos mais o *lócus*, caracterizaremos os sujeitos envolvidos no processo e discutiremos os dados e percepções adquiridas com o feito.

Cinema no ensino de Geografia

A aplicação do cinema no ensino de geografia ocorreu na turma do PROEJA do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí-IFPI, *Campus* Picos-PI. O PROEJA é o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. O programa tem como objetivo ofertar ensino profissionalizante que atenda às requisições postas na LDB (1996) para esta modalidade, constituindo-se como instrumento para o mercado de trabalho, bem como a aprendizagem ao longo da vida. As aulas são ofertadas no período noturno e integram as disciplinas do currículo básico e as disciplinas do curso profissionalizante.

Como visto, os alunos dessa modalidade apresentam como características a busca por qualificação e melhor colocação no mercado de trabalho. Silva (2011a, p. 50-51) destaca que "são jovens e adultos das camadas populares inseridos no mercado de trabalho, ou na expectativa da inserção, que buscam recuperar a oportunidade de se escolarizar para, no futuro, alcançar melhores condições de sobrevivência por meio da melhoria salarial".

No senso comum, a modalidade EJA apresenta uma menor exigência com relação aos conteúdos disciplinares e menor qualidade na educação, a sociedade em sua grande parte não reconhece o esforço do tripé aluno-professor-instituição o que desqualifica as ações desenvolvidas na EJA. Com objetivo de descontruir essa representação com relação a essa modalidade, desenvolvemos práticas diferenciadas na disciplina de geografia com uso de recursos variados para estimular a aprendizagem dos estudantes. Com isso, o relato a seguir caracteriza uma atividade utilizando o cinema, visto ser um recurso didático não convencional no ensino. A referida atividade foi desenvolvida no segundo semestre de 2018 e teve como temática os diferentes modelos de produção fabril.

Segundo Silva (2011a, p. 54) "[...] o valor dos recursos didáticos está condicionado à forma como eles são utilizados". Assim, as escolhas de um recuso na educação devem estar ligadas à suas possibilidades de ampliar o conhecimento do conteúdo. Além disso, é necessário conhecer os educandos para avaliar seus gostos

particulares e maturidade de compreensão, com isso ampliar o interesse desde com relação a disciplina. Tendo esses elementos como critérios, inicialmente realizamos um questionário com os alunos para identificar suas preferências pessoais.

A partir dos dados obtidos, visualizamos que a grande maioria tinha como formas de lazer o ato de assistir filmes em casa ou frequentar os cinemas da cidade. Ao realizar um breve levantamento em sala sobre o tipo de gênero preferível, 90% respondeu que tinha como primeira opção o gênero comédia. Assim, a escolha da produção cinematográfica recaiu sobre o gênero comédia e que atendesse ao objetivo da aula que era identificar os principais modelos de produção fabril. Decidimos pelo filme *Tempos modernos* com a direção de Charles Chaplin, uma vez que este apresenta a temática industrial, destacando o modelo de produção da década de 30, bem como as consequências da crise de 1929 nas indústrias.

O filme é classificado como uma comédia e tem no seu conteúdo críticas à sociedade da época. Charles Chaplin é um personagem extremamente atrapalhado e representa bem a figura do operário que é manipulado pelo meio de produção, além disso, o filme tem caráter interdisciplinar, apresentando tanto aspectos geográficos quanto históricos.

O desenvolvimento da atividade contou com a preparação para sessão de cinema durante a aula de geografia e para isso, com antecedência, reservamos o auditório e recursos audiovisuais (computador, *data-show* e caixa de som), além do material avaliativo que constava de um roteiro impresso. Nisto, questionamos aos alunos se estes já tinham, em algum momento, assistido ao filme e poucos afirmaram já ter tido contato com a produção, fato que tornou a dinâmica diferente para estes. Antes da exibição do filme fizemos uma introdução do assunto que seria tratado apresentando aspectos gerais sobre as caraterísticas dos modelos industriais e na aula seguinte realizamos a sessão cinematográfica.

No dia da exibição do filme os alunos receberam um roteiro impresso para acompanhar a produção e realizamos, posteriormente, um diálogo sobre a temática. Com o final da sessão cinematográfica, iniciamos a avaliação do impacto que o filme causou nos alunos. Nessa etapa os alunos apresentaram quais foram suas percepções diante do

filme e suas relações com o conteúdo geográfico. De forma geral, a cena mais marcante para os alunos foi a cena que retrata o momento em que Charles Chaplin, o operário, tem um colapso nervoso, por consequência de um trabalho exaustivo, repetitivo e alienado, na linha de montagem, o que caracteriza bem o modelo de produção fabril *Taylorista*.

Outra cena mencionada pelos alunos foi a cena que retrata a menina do cais, que tem o pai desempregado e que precisava roubar para alimentar sua família. Essa personagem representava a marginalização das pessoas no sistema capitalista. Além disso, os alunos também puderam identificar os diferentes espaços geográficos que o enredo contemplava, pois as imagens facilitavam sua visualização, além do tempo histórico. Por fim, concluímos o uso desse recurso com a socialização dos roteiros que foram preenchidos pelos alunos. Esse momento foi bastante positivo, os alunos apresentaram suas análises e conclusões sobre o conteúdo onde foi possível perceber a compreensão do conteúdo geográfico em suas falas.

Música no ensino de Geografia

A aplicação da música no ensino de geografia deu-se na turma do PROEJA do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão-IFMA, *Campus* Barrerinhas-MA. Nessa prática tivemos como ênfase a temática dos conceitos geográficos. Em vista disso, enfatizamos que nas aulas de geografia se faz necessário a percepção e caracterização desta ciência a partir da primazia de estudos referentes ao espaço geográfico, visto este ser seu objeto de estudo. Silva (2015, p. 237), ressalta que para melhor "[...] compreensão do espaço, o geógrafo dispõe de um conjunto de categorias analíticas, que estão contidas no espaço geográfico, a saber: paisagem, lugar, território e região". Ainda de acordo com o autor, essas categorias de análises possuem variadas concepções que contribuem com a apreensão do objeto de estudo da geografia.

Considerando-se as múltiplas concepções relacionadas às categorias mencionadas, Machado (2012, p. 41) destaca que "[...] a paisagem constitui tema central para compreender os diferentes aspectos da organização espacial [...]". Assim, objetivando uma

reflexão diante do conteúdo de paisagem geográfica é que surgiu a proposta de se trabalhar esta temática a partir da utilização da música.

No primeiro momento houve a idealização em realizar aula a partir deste recurso, visto suas potencialidades já mencionadas. Após isso, o plano de execução da aula foi elaborado contemplando a música, visto este ter sido o recurso não convencional utilizado. Para tanto, a atividade foi desenvolvida no primeiro semestre de 2019 e teve como objetivo associar o conteúdo ao cotidiano dos alunos, bem como aguçar a percepção destes sobre a paisagem geográfica a partir da música: *Paisagem da Janela* de Milton Nascimento (Figura 1). Antes de dar início a atividade, alguns questionamentos (de caráter diagnóstico) foram lançados aos alunos com o intuito de identificar o nível de conhecimento que tinham sobre o conteúdo a ser trabalhado, e neste momento os alunos puderam se expressar verbalmente.

Figura 1 – Letra da Música utilizada na atividade

Música: Paisagem da Janela Artista: Milton nascimento	
Da janela lateral do quarto de dormir *Vejo uma igreja, um sinal de glória* *Vejo um muro branco e um vôo pássaro* *Vejo uma grade, um velho sinal* *Mensageiro natural de coisas naturais* *Quando eu falava dessas cores mórbidas* *Quando eu falava desses homens sórdidos* *Quando eu falava desse temporal* *Você não escutou* *Você não quis acreditar* *Mas isso é tão normal* *Você não quis acreditar* *E eu apenas era*	*Cavaleiro marginal lavado em ribeirão* *Cavaleiro negro que viveu mistérios* *Cavaleiro e senhor de casa e árvores* *Sem querer descanso nem dominical* *Cavaleiro marginal banhado em ribeirão* *Conheci as torres e os cemitérios* *Conheci os homens e os seus velórios* *Quando olhava da janela lateral* *Do quarto de dormir* *Você não quis acreditar* *Mas isso tão normal* *Você não quis acreditar* *Mas isso tão normal* *Um cavaleiro marginal* *Banhado em ribeirão* *Você não quis acreditar*

Fonte: https://www.letras.mus.br/milton-nascimento/47443/. Acesso em: 27 fev, 2019.

O transcorrer da atividade se deu da seguinte forma: todos ouviram a música sem acesso a letra. Posteriormente, houve repetição, mas acompanhada da letra (impressa). Após este momento de audição e leitura da letra da música, alguns questionamentos formam realizados, tais como: que elementos (naturais e/ou culturais) predominam na paisagem apresentada? É possível identificar elementos visíveis e invisíveis existentes neste lugar? Se sim, quais? Como a paisagem foi descrita? Para melhor sistematização, foi dado um tempo para que os alunos registrassem no caderno o que conseguiram perceber a partir da música e dos questionamentos propostos.

Após esta etapa, foi realizada uma roda de conversa para que os alunos pudessem expor as suas impressões sobre a música e os questionamentos em questão. Houve uma participação significativa dos presentes, ainda que alguns tenham se esquivado em expor seus argumentos. Embora isso, dos que se posicionaram ficou perceptível que a grande maioria, não tinha muita segurança em definir, corretamente, o conceito de paisagem geográfica, uma vez que esta transcende o aspecto do visível e dos elementos naturais, e um percentual mínimo de alunos conseguiu fazer tais associações. Apesar disso, muito de suas falas remetiam aos conhecimentos obtidos no senso comum onde a paisagem é muito associada a categoria do visível e do natural.

Ao final da atividade, todos os registros/anotações foram recolhidos para melhor acompanhamento dos que não participaram do momento interativo da aula. Como a discussão perpassou para mais duas aulas (posteriores), foi possível fazer um acompanhamento de forma mais detalhada, onde os alunos foram instigados a perceber a paisagem para além do estático, do visível e do palpável, visto que a paisagem pode revelar diferentes formas, momentos e conteúdo da sociedade, ou seja, revela os diferentes aspectos da organização espacial e temporal como destacado por Machado (2012).

Desse modo, ao finalizar a atividade verificamos que os alunos estavam mais ávidos quanto à utilização do recurso utilizado, uma vez que os estes demonstraram satisfação e entusiasmo com a atividade desenvolvida. Além disso, percebemos que houve um avanço significativo na compreensão da categoria paisagem geográfica, o

que facilitou significativamente o avanço nos demais conteúdos e, posteriormente, tralhados. Com isso, podemos concluir que o uso da música foi significativo para a intepretação do conceito de paisagem pelos alunos.

Considerações finais

A motivação para a escrita desse relato remete a ideia de contribuir com práticas pedagógicas no âmbito da geografia, visto que as experiências compartilhadas podem auxiliar outros profissionais em suas ações na modalidade da EJA. Ao longo da construção do texto percebemos que a formação inicial, em especial na geografia, não apresenta especificidade para tal modalidade o que evidencia a necessidade do incentivo aos profissionais da educação a uma formação continuada.

Em vista disso, vale ressaltar a partir das práticas apresentadas, que é possível dinamizar as aulas de geografia, desde que elementos/recursos diversos sejam utilizados no intuito de aguçar e estimular a participação do aluno junto ao conteúdo trabalhado. E mesmo ciente das diversas dificuldades existentes perante este grupo, ignorar as práticas didáticas e ações que remetem ao cotidiano do educando pode configurar-se, ainda que não propositalmente, como certa omissão quanto ao processo de ensino aprendizagem.

Além disso, sabemos da dinamicidade dos fenômenos contemporâneos e compreendê-los exige múltiplas formas de análises, que podem ser adquiridas tanto de maneira informal (senso comum) como de maneira formal, onde a escola incorpora a função de difundir este conhecimento. Além disso, a busca pelo conhecimento perpassa por diferentes formas de aquisição do conteúdo, e o som (música) e imagens (cinema), como demonstrado no decorrer do texto, configuram-se como excelente possiblidade para sala de aula.

Apesar da aparente dificuldade de permeância e continuidade dos alunos na modalidade EJA, para as práticas aqui apresentadas, optamos por buscar recursos que aliassem compressão do conteúdo e fossem atrativos aos alunos. Assim, foi possível construir com essas turmas de PROEJA uma dinâmica nas aulas de geografia, o que corroborou positivamente para compreensão dos temas abordados.

Em vista do exposto, acreditamos que esse relato possa incentivar outros professores a dinamizar suas aulas e possa ajudar a pensar em novas possibilidades no ensino de geografia superando o ensino tradicional (mnemônico e descritivo) para construção de uma aprendizagem mais significativa estimulando, assim, a finalização dos estudos pelos alunos dessa modalidade de ensino.

Referências

ANDRADE, Carlos Sait Pereira de; ROCHA, Humberto Augusto Lima. As aulas de Geografia no ritmo da música. In: SILVA, Josélia Saraiva e. *Construindo Ferramentas para o ensino de geografia*. Teresina: EDUFPI, 2011, p.117-126.

BRASIL. *Lei nº 9496*, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 22 ago. 2020.

BRITO, Vanessa Luciano, BATISTA, Marize Damiana Batista e. Ensino de geografia na EJA: algumas reflexões a partir do estágio supervisionado. *Revista Brasileira de Educação Básica* (online). v. 4, n. 14. p. 1-9, Jul. – Set. 2019. Disponível em: http://pensaraeducacao.com.br/rbeducacaobasica/wp-content/uploads/sites/5/2019/10/07-Vanessa-Luciano-ENSINO-DE-GEOGRAFIA-NA-EJA_ALGUMAS-REFLEXÕES-A-PARTIR-DO-ESTÁGIO-SUPERVISIONADO.pdf. Acesso em: 05 jun. 2020.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. A teoria construtivista...O construir a Geografia. In: *Boletim Gaúcho de Geografia*. Porto Alegre: AGB, n.19, p. 5-17.

CRUZ, Aline Rozenthal de Souza. O Ensino da Geografia na Educação de Jovens e Adultos (EJA): uma experiência didático-pedagógica. In: *VII Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG)*, 2014, Vitória - ES. Disponível em: http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1403367206_ARQUIVO_OEnsinodaGeografianaEducacaodeJovenseAdulto_trabalhocompleto.pdf. Acesso em: 08 jun. 2020.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Ed. 17ª, Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1987.

GOES, Vinícius Anselmo; RODRIGUES, Maria da Paz de Jesus. *Geografia e música*: leituras geográficas no pagode baiano. In: PORTUGAL, Jussara Fraga; OLIVEIRA, Simone Santos de; PEREIRA, Tânia Regina Dias Silva. Geografias e linguagens: concepções, pesquisas e experiências formativas. Curitiba: CRV, 2013. p. 221-243.

GOUVÊA, Guaracira. Imagem e formação de professores. *Revista Teias*: Rio de Janeiro, v. 7, nº 13-14, p.11, jan/dez 2006. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/issue/view/1342. Acesso em: 03 ago. 2020.

KAERCHER, Nestor André. Quando a geografia crítica é um pastel de vento e nós, seus professores, Midas. In: *IX COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA - LOS PROBLEMAS DEL MUNDO ACTUAL. SOLUCIONES Y ALTERNATIVAS DESDE LA GEOGRAFÍA Y LAS CIENCIAS SOCIALES*. [artigo científico] 2007. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/9porto/nestor.htm. Acesso em: 03 jun. 2020.

LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. A constituição da docência na educação de jovens e adultos. *Currículo sem Fronteiras* (online) v.12, n.1, p. 210-228, Jan/Abr 2012. Disponível em: http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/laffin.pdf. Acesso em: 12 ago. 2020.

MACHADO, Lucy Marion Calderini Philadelpho. *Percepção da paisagem, conceituação, observação, descrição, vivência* - volume 9 - D22 - Unesp/UNIVESP - 1a edição 2012 graduação em Pedagogia. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/47176. Acesso em: 20 fev. 2019.

MATRIZ CURRICULAR. *Licenciatura em Geografia, modalidade presencial, Campus CCHL - UFPI*. Disponível em: https://sigaa.ufpi.br/sigaa/link/public/curso/curriculo/24526626. Acesso em: 17 jul. 2020.

MIRANDA, Carlos Henrique Albuquerque. Ver filmes, dizer educação, olhar cultura. *Revista de Educação PUC-Campinas*, n. 5, 2012.

Disponível em: http://seer.sis.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reveducacao/article/viewFile/433/413. Acesso em: 02 ago. 2020.

OLIVEIRA, Simone Santos de; PORTUGAL, Jussara Fraga. *Os "sonhos" de Akira Kurosawa*: imagem, arte e aprendizagem geográfica In: PORTUGAL, Jussara Fraga; OLIVEIRA, Simone Santos de; PEREIRA, Tânia Regina Dias Silva. Geografias e linguagens: concepções, pesquisas e experiências formativas. Curitiba: CRV, 2013. p. 245-265.

PAISAGEM DA JANELA [*música*]. Disponível em: https://www.letras.mus.br/milton-nascimento/47443/. Acesso em: 10 fev. 2019.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. Globalização e Geografia: a compartimentação do espaço. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 1, n. 18, p. 5-17, 1996. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7229. Acesso em: 03 jun. 2020.

SILVA, Josélia Saraiva e. Recursos didáticos não convencionas no ensino de geografia. In: SILVA, Josélia Saraiva e. *Construindo Ferramentas para o ensino de geografia*. Teresina: EDUFPI, 2011, p. 13-20.

SILVA, Josélia Saraiva e. Escola noturna, cinema, geografia escolar. In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos; REGO, Nelson; KAERCHER, Nestor André. *Geografia:* práticas pedagógicas para o ensino médio volume 2. Porto Alegre: Penso, 2011a. p. 48 - 59.

SILVA, Julio César Félix da. Categorias analíticas da geografia: caminhos para leitura do espaço geográfico. *Revista Diálogos*, v.1, n. 14, p. 237-250, ago./set. 2015. Disponível em: http://www.revistadialogos.com.br/Dialogos_14/dial_14_Felix_Silva.htm. Acesso em: 10 ago. 2020.

SILVA, Luís Fabiano de Aguiar; ARAÚJO, Raimundo Lenilde de. A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. In: I Colóquio Internacional de Educação Geográfica e IV Seminário Ensinar Geografia na Contemporaneidade, 2018, Maceió - AL, *Anais do I Colóquio Internacional de Educação Geográfica e do IV Seminário Ensinar Geografia na Contemporaneidade*, 2018, Maceió - AL, p. 613-625.

TEMPOS MODERNOS *[filme]*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HAPilyrEzC4. Acesso em: 24 jun. 2019.

VERGES, João Vitor Gobis. O ensino de geografia na educação de jovens e adultos (EJA): uma perspectiva metodológica a partir dos movimentos migratórios brasileiros. *Caminhos de Geografia (UFU*) (online), v. 14, n. 45, p. 152 -160, março, 2013. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/20996/12209. Acesso em: 07 jun. 2020.

“Tecido faz o bom caimento”: a importância das lojas de tecido e das boutiques para o mercado de moda em Teresina

Nathércia Vasconcelos Santos[1]
Nilsângela Cardoso Lima[2]

Introdução

Os símbolos de moda compartilhados pelos indivíduos variam de um lugar para outro e podem ganhar significados diferentes em cada sociedade e contexto histórico. Assim como os símbolos, as práticas de consumo possuem suas particularidades que podem ser diferenciadas pela condição financeira, gosto e faixa etária, por exemplo.

Mais do que olhar para o produto em si, estudar moda requer uma análise muito mais ampla que abarca questões sociais, culturais, econômicas, políticas e simbólicas. Envolve ainda a compreensão de

1 Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí. E-mail: natherciavs@gmail.com.
2 Doutora em Ciências da Comunicação e Doutoranda em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) e do Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo da Universidade Federal do Piauí. E-mail: nilcardoso@gmail.com.

um processo complexo que se inicia na produção da matéria-prima, comercialização, confecção, divulgação do produto nos meios de comunicação e se finda no consumo pelos diferentes públicos.

As práticas de consumo, por sua vez, podem variar de uma região para outra e até mesmo segregar os indivíduos em virtude da sua aproximação ou distância dos grandes centros urbanos, da diferença do poder aquisitivo ou ainda dos estilos de vida diversos. Para além disso, deve-se levar em conta os padrões de beleza instituídos em cada período histórico e que são difundidos através de discursos e práticas sociais.

A moda, compreendida como sistema, é um dos meios pelo qual se oferta bens de consumo, movimenta o mercado, transmite mensagens e confere status social aos indivíduos. Através do conceito de "belo" e das novas modelagens, que são periodicamente renovadas e oferecidas pela publicidade e revistas especializadas, os indivíduos são inseridos numa cultura de consumo.

Segundo Featherstone (1995), não se pode colocar o consumo como consequência direta da produção, pois é algo que vem se tornando uma prática cultural por excelência entre os indivíduos desde a segunda metade do século XX com as mudanças sociais, econômicas, técnicas/tecnológicas e culturais nas sociedades.

No início do século XX, a moda ganha maior relevância entre as mulheres que buscavam um vestuário para se adequar à modernidade anunciada, tendo como parâmetro as tendências e modelagens que estavam em voga pelos grandes centros. No Piauí, de acordo com Castelo Branco (2005, p. 15), acompanhar a moda neste momento tornou-se uma "exigência para muitas moçoilas que tentavam, com os novos modelitos, atrair a atenção masculina e a inveja feminina. O modelo feminino marcado pelo recato e pudor era substituído por uma mulher que utilizava artifícios para se fazer mais bonita e elegante".

Realidade que começa a ganhar novas proporções a partir da segunda metade do século XX, quando surgem novas indústrias têxteis no Piauí, lojas especializadas, vendas a varejo e no crediário e as boutiques no centro urbano de Teresina. As boutiques se juntam às lojas de tecidos e passam a movimentar ainda mais o mercado de moda na cidade, por meio de desfiles e vendas de coleções adquiridas

de outros polos de moda do Brasil. Segundo os jornalistas locais, os ares modernos estavam chegando à capital piauiense.

A moda movimentou a economia da cidade, ampliou os espaços de sociabilidade e ofereceu novas pautas para a imprensa local na década de 1970, assunto abordado neste artigo, que apresenta uma narrativa histórica sobre o jornalismo de moda e as lojas de tecidos e boutiques em Teresina. Tendo como material empírico as editorias femininas e/ou colunas sociais dos jornais *O Dia* e *O Estado* de 1970 e as fontes orais, a análise do *corpus* selecionado para a pesquisa foi realizada com base nos autores Joffily (1991), Nascimento (2009), Aragão e Ferreira (2015) e Miranda (2014).

Economia de Teresina e a moda na década de 1970

O jornalismo de moda no Piauí está direta e indiretamente relacionado ao contexto político, social, cultural e econômico da década de 1970. O setor econômico, por exemplo, se apresenta como um dos eixos fundamentais neste período, uma vez que a cidade de Teresina presencia o desenvolvimento dos negócios de moda, com o surgimento de lojas de tecidos, as boutiques e as vendas no crediário.

Com isso, observa-se não só um aumento do movimento no comércio da capital piauiense, mas também, com ele, a realização de eventos que buscavam impulsionar as vendas do setor de moda, tais como: desfiles, promoções, lançamento de coleções, inaugurações de boutiques, etc. Tais acontecimentos contaram com a cobertura jornalística que dedicava determinados espaços do jornal para publicar matérias de moda e práticas de consumo.

De acordo Nascimento (2009), nos anos 1970, autoridades piauienses adotaram um modelo político de modernização em conformidade com o plano nacional de desenvolvimento[3]. Este

3 Faz-se necessário destacar que, durante a década de 1970, o país atravessava o auge do seu período de ditadura militar, conhecido como "anos de chumbo" devido à grande repressão, censura de meios de comunicação, torturas e exílios durante o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici. Neste momento, há o período conhecido como "Milagre econômico", entre 1969 e 1973, em que o país obteve altas taxas de crescimento, grandes projetos custeados pelo capital externo. A facilidade de créditos internacionais levaria o Brasil a contrair,

tinha como objetivo garantir o crescimento do país por meio da industrialização, dotando de infraestrutura as cidades com sistema de abastecimento de água, construção de avenidas, energia elétrica, entre outros serviços. Desta maneira, o poder público abriria caminhos para a modernização da capital piauiense, transformando-a em um grande canteiro de obras.

Embora as medidas de desenvolvimento urbano adotadas para Teresina prometessem transformações e progressos, verifica-se que, junto ao crescimento espacial e populacional da cidade, houve uma sobrecarga dos serviços básicos de saúde, educação e transporte. Era o outro lado do progresso e da modernização que se revelava com o desnudar dos problemas sociais, políticos e econômicos latentes em Teresina na segunda metade do século XX.

O Piauí, por sua vez, tem, durante todo o período da década de 1970, o crescimento populacional da capital ocasionado, em grande parte, pelo grande fluxo de imigrantes. Estes, em decorrência das dificuldades de se manter na zona rural do Estado, bem como na busca de uma melhor qualidade de vida, se deslocavam para a capital. De acordo com Bacellar (1994), em 1950, a população de Teresina era constituída por 90.723 habitantes; em 1970, atingia 363.666 habitantes; e, em 1980, somava 538.294 habitantes. A maioria dessa população é oriunda de pequenas cidades piauienses, principalmente da zona rural, mas também de outros estados do Nordeste.

Nos anos 70 do século XX, houve um processo de concentração urbana na capital, pois, além das oportunidades de empregos criadas na construção civil, devido às obras realizadas em Teresina, a criação de empresas construtoras[4] e indústrias de cerâmica[5], o setor público passou a oferecer vagas de trabalho com a criação de estatais, como

---

na época do regime militar, a maior dívida externa da sua história. Com isso, o governo praticamente abandona os programas sociais, os salários ficam baixos e os empregos inseguros devido ao crescente endividamento do país. Ademais, a mortalidade infantil aumenta, crescendo a miséria da população.

4 São exemplos de indústrias de construção civil criadas na década de 1970 em Teresina: Construtora Lourival Parente, Construtora Poti, Construtora Piauí e Construtora Jole (SANTANA, 1995).

5 As indústrias de cerâmica que se destacam nos anos setenta são: Cerâmica Poti, Cerâmica Mafrense, Cerâmica Industrial – CIL e Cerâmica Fortes (SANTANA, 1995).

a Secretaria de Indústria e Comércio, Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado do Piauí (COMDEPI) e Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí (CODIPI) (SANTANA, 1995).

Além disso, as atividades comerciais em Teresina passam a se diversificar nos anos 1970, com transformações importantes no setor econômico. Santana (1995) aponta o desenvolvimento das vendas a crediário por algumas lojas, como "Credisady", "Casa São José", "Pedro Machado S/A", "Diacuy Variedades", "Palácio dos Móveis", "Casa Gomes", "A Vencedora", "Casa Juçara" e "A Bela Aurora", como fator impulsionador de negócios na capital, assim como a instalação de empreendimentos industriais, que, segundo o autor, se inserem na capital em diferentes setores.

> No setor de bebidas, a fábrica da Coca-cola. No setor alimentício, a fábrica da Mapil, produzindo massas e biscoitos. A Plac foi a primeira indústria de pasteurização de leite do Estado. O grupo Claudino implanta a Guadalajara, em 1973, indústria de confecções detentora da marca ônix, e a Socimol, que produz colchões e móveis residenciais. Ao final da década, inaugura-se em Picos as Indústrias Coelho, grande tecelagem, de alta importância para a região pelo elevado número de empregos que gera (SANTANA, 1995, p. 149).

Deste modo, o comércio, setor que caracteriza Teresina desde a sua fundação[6], sofre transformações importantes nessa década, principalmente no setor de varejo, que era estimulado pelo governo

6 "A vocação econômica de Teresina para o comércio e a prestação de serviços tem um fundamento histórico, que vem desde sua fundação para ser a capital da província do Piauí, pois, até então (1852), a capital era Oeiras – conhecida na época por Vila da Mocha – que, estando localizada na região semiárida, à aproximadamente 180 km do rio Parnaíba, dificultava a comunicação com toda a província, especialmente com o litoral piauiense, que já se constituía num importante posto de comércio externo e interno. A transferência da capital para Teresina (até então Vila Nova do Poti) tinha como motivação principal facilitar o comércio através do rio Parnaíba, que, sendo navegável, se tornava importante via de transporte. Além de ser um meio de transporte fundamental para o desenvolvimento econômico, a utilização do rio Parnaíba contribuiria para que a capital da província do Piauí deixasse de ser subordinada, comercialmente, a próspera cidade de Caxias, no vizinho estado do Maranhão." (FORTES, 2010, p. 12).

do Estado e detinha uma maior variedade de bens (TAJRA; TAJRA FILHO, 1995 *in:* SANTANA, 1995). De acordo com Façanha (2003, p. 3), o comércio de Teresina nos anos setenta do século XX enfrentava os efeitos do que acontecia em nível nacional, tendo o surgimento de várias concessionárias no setor de automóveis, aumentando ao mesmo tempo a seção de "autopeças e pneus, com a criação de lojas especializadas. Esse processo socioespacial foi visível nos corredores das avenidas Miguel Rosa e Barão de Gurguéia, ambas localizadas na zona Sul".

Paralelo ao crescimento da malha urbana da capital, estava o setor comercial, que demonstrava sinais de plena vitalidade. Em maio de 1970, o *Jornal do Piauí* noticiava a cidade de Teresina como um "entreposto" comercial à medida que atendia aos municípios do Piauí e boa parte do Maranhão:

> Teresina funciona como entreposto, especialmente de tecidos, artigos eletrodomésticos, bicicletas, veículos, móveis, comércio de secos e molhados, principalmente na parte que abastece grande do Piauí e boa porção dos municípios do Maranhão. Isto se verifica em razão da convergência para Teresina de quase toda a produção agro-pécuária, de cereais e produtos primários tanto para o consumo como para exportação. É natural que o abastecimento dessas zonas se faça principalmente se aí se localizem as fontes de créditos e financiamento (PRIMEIRA PALAVRA DO TÍTULO, 1970, p. 6).

O panorama econômico da capital do Piauí nos anos 1970 era utilizado por políticos, a exemplo do Governador Alberto Silva (1971-1975) e do Prefeito da capital, Joel Ribeiro (1971-1975), como instrumento de propagandas de seus mandatos. Para os gestores, fazia-se necessário construir uma imagem de Teresina como moderna e urbana, para que tantos os empresários quanto os turistas formassem um julgamento positivo da cidade. Ao mesmo tempo, reforçavam a ideia de que era preciso modificar e desenvolver o Piauí, começando pela capital.

Para isso, várias iniciativas para mudar a estrutura urbana da cidade foram realizadas. Dentre essas ações podemos destacar a reforma do Hotel Piauí, do Palácio de Karnak e da Praça Marechal Deodoro da Fonseca, no centro da cidade, além da construção de

avenidas e de grandes conjuntos habitacionais, tais como: Tabuleta, Primavera I, Monte Castelo e São Raimundo. Porém, em razão do grande fluxo de migrantes que Teresina recebia na segunda metade do século XX, a capital acabou vendo seus problemas sociais aumentarem com a falta de emprego, educação, saúde, transporte e moradia.

Para Nascimento (2009), Teresina, desde os anos iniciais da década de 1970, foi também beneficiada com investimentos no setor primário da economia, como a construção da barragem de Boa Esperança. Essa obra foi basilar para aperfeiçoar o setor industrial da capital. É nesse momento que as áreas de construção civil, têxtil e de produção alimentícia e de imóveis crescem, mas não conseguem absorver toda a mão de obra "desocupada" existente na capital.

Por isso, o comércio ambulante destaca-se, ao tempo em que é alvo de críticas de alguns jornais da época, que avaliam o emprego informal como negativo para a imagem da cidade e passam a cobrar das autoridades providências para retirá-los do centro urbano e criar estratégias para que os que dependiam deste tipo de trabalho encontrem outra ocupação para sobreviver.

Na edição de 24 de maio de 1970 do *Jornal Piauí,* é publicada uma nota na coluna "Notícias Diversas", intitulada "Comércio nas calçadas", na qual expressa o incômodo do redator frente ao crescimento do comércio ambulante nas calçadas de Teresina. Embora assinale o lado humano do problema, seu discurso registra a crítica à prática social existente, que destoa do desejado pelo discurso civilizador, progressista e de modernização do centro urbano da capital.

> Voltou a dominar em Teresina o comércio ambulante nas calçadas. Aquilo não pode continuar muito embora se conheça que, os que assim procedem são pessoas que carecem de ajuda e querem trabalhar. Todavia em nosso entender, se é que se deve atentar para o lado humano no caso, então, que se escolha um local só, e lá o coloquem, dando-lhes oportunidade a prosseguirem, mas com responsabilidades definidas, evitando-se desta forma aquele atropelo que aí está. E isso sem preterição, nem vexames (COMÉRCIO..., 1970, p. 6).

Com o rápido processo de desenvolvimento que a cidade passou no início dos anos 1970 e com seu crescimento populacional e espacial, diversos problemas de estrutura urbana aconteceram em Teresina. A falta de oportunidades de empregos formais pode ser citada como um dos motivos que levou uma parcela da população a trabalhar por meio do comércio ambulante ou até abrir o seu próprio negócio. Porém, essa segunda opção ficava restrita àqueles que detinham maior poder aquisitivo.

A relação cotidiana da cidade e da moda como um negócio tem seu reflexo nas matérias de moda publicadas nos jornais piauienses, pois estes contemplavam as inaugurações, desfiles e novas coleções que chegavam às boutiques e lojas de tecido espalhadas pela capital, evidenciando não apenas o que seria tendência moderna de se vestir bem, como também revelando quem frequentava esses espaços de sociabilidade. A moda se tornou cultura de consumo em Teresina, ligada aos hábitos e aos costumes dos citadinos. E os jornais de Teresina contribuíram para este cenário.

Refletir sobre o comércio de moda em Teresina, na década de 1970, implica na necessidade de se compreender como se deu o seu desenvolvimento e o seu papel nas atividades econômicas e socioculturais com o surgimento das lojas de tecidos no cenário urbano. Vale destacar que de 1930 até 1960 não se encontravam lojas de confecções na capital piauiense que oferecessem roupas prontas para o uso.

Assim, comprar tecidos e levá-los à costureira ou mesmo confeccionar em casa era uma rotina dos citadinos na capital. Situação que começa a apresentar sinais de mudança e novidades a partir dos anos 1970, com o surgimento de uma nova indústria têxtil no Piauí, lojas especializadas, boutiques e a venda a varejo e no crediário.

Lojas de Tecido e boutiques movimentam mercado de moda e o jornalismo local

Um dos principais fatores para o desenvolvimento econômico e comercial da moda no Piauí foi a criação de indústrias têxteis, a exemplo da "Fábrica de Fiação de Tecidos Piauhyense", inaugurada em 1893. Sua produção funcionou até os anos 50, com a fabricação

de brins, lonas e algodãozinho. Anos depois, as empresas de confecção foram sediadas em Teresina, dando impulso à indústria e ao comércio, sendo uma delas a Guadalajara, fundada em 1973.

Os anos sessenta do século XX também foram marcantes para o comércio de Teresina, principalmente para o setor varejista, que possibilitou a integração do Piauí com outras regiões do país. Tajra e Tajra Filho (1995, p. 151) afirmam que, neste período, o comércio da capital passou por amplas transformações promovidas pela maior variedade de bens de consumo oferecidos pela indústria do sul do Brasil e pelo desenvolvimento das vendas a crediário[7]. Nos anos 1970, o comércio local já atingia várias zonas da cidade e contava com lojas especializadas e variedade de produtos até então de difícil acesso ao consumidor piauiense. Segundo dados da pesquisa realizada por Tajra e Tajra (1995, p. 151).

> Em 1974, a chegada das Lojas Brasileiras trouxe um novo conceito em lojas de armarinho. No mesmo ano também ocorreu a inauguração das Casas Pernambucanas, sendo que esta possuía três andares, elevador e escadas rolantes. A partir da instalação da mesma, começou a mudar a visão dos varejistas quanto à arrumação e ao conforto de suas lojas. Em 1975, a loja Jet, do Senhor José Elias Tajra, foi inaugurada em estilo arrojado, possuindo ar condicionado, sendo especializada em cine, fotos e som. O grupo Pintos, do Senhor Agostinho Inácio Pinto foi inaugurada em 1978, um grande magazine, instalado em modernos prédios de nove andares, dos quais três com exposição de mercadorias

As pesquisadoras Aragão e Ferreira (2015) também apontam que, no século XX, a presença de lojas famosas, que ofereciam tecidos e aviamentos[8], já era uma realidade, como as conhecidas "*Bon Marche*"

7 Em 1960, "[...] destacavam-se lojas como Credisady, Casa São José, Pedro Machado S/A, Palácio dos Moveis, SG Variedades, Diacury Variedades, CasaGomes, A vencedora, Casa Juçara, A Bela Aurora, várias delas funcionando até a atualidade. Posteriormente começa a ganhar importância o comércio de veículos, embora ainda não houvesse concessórias nos moldes atuais. Nessa década que foi fundada uma das lojas mais conhecidas no comércio de varejo em Teresina, a Casa Juçara." (TAJRA; TAJRA FILHO, 1995 in: SANTANA, 1995, p. 148)

8 Termo que descreve a miscelânea de itens empregados para complementar uma

e “Samaritana”. Estas lojas ofereciam variedade de produtos, como “[...] os tecidos de algodão rústicos mais elaborados como rendas francesas, tafetás e seda pura, trazidos diretamente da Europa, estes últimos eram os mais procurados para a confecção de roupas de festa naquele período” (ARAGÃO; FERREIRA, 2015, p. 653).

Com a chegada de novas lojas de tecidos no centro urbano de Teresina e oferta de tecidos para confecção, alguns empresários passaram a contratar estilistas de moda para atender os clientes e criar um vestuário para cada tipo de pessoa. Essa prática movimentava o setor lojista de tecidos através da propaganda de exclusividade dos modelos criados pelos estilistas para cada cliente e tipo de tecido comprado. Com isso, algumas lojas investiram em publicar notas nas colunas e/ou fazer publicidade, difundindo a ideia de que um modelo exclusivo de determinado estilista era sinal de status no meio social ou como apresenta a publicidade do “Armazéns Abreu” no jornal *O Dia*:

> Problemas com tecidos, só tem quem quer. Só o seu gosto é apurado e gosta de estar sempre por dentro da onda, dê um pulinho ao ARMAZÉNS ABREU. CREDI-ABREU, para tudo que você quiser levar, além de seu modelo exclusivo criado na hora pelo figurinista mais badalado, curtido e incrementado da paróquia: MIGUEL PRÓ. Visite hoje mesmo ao ARMAZENS ABREU se você é mesmo pra frente. Rua Coelho Rodrigues 1129 (TECIDOS, 1974, p. 2).

Com o fortalecimento dos conteúdos de moda nas páginas dos jornais *O Dia* e *O Estado*, na década de 1970, os desenhos desses estilistas e/ou figurinistas piauienses passam a fazer parte dos periódicos, nos quais são propostos modelos e ideais para a mulher da época. Vale destacar que a oferta dos estilistas de moda nas lojas de tecido de Teresina e o investimento na publicidade nos jornais eram a constatação de que os empresários acompanhavam o mercado de moda do Sul do país.

---

vestimenta. Podem ter funções práticas, como fitas em viés, para arrematar bordas ou botões, colchetes de pressão e zíperes para fechos. Agulhas, linhas e ombreiras também se encaixam entre os aviamentos, assim como acabamentos decorativos, como fitas, rendas e miçangas. (ANGUS; BAUDIS; WOODCOCK, 2015)

Jofilly (1991) esclarece que os desenhos nas matérias de moda surgem em nível nacional nas décadas de 1940 e 1950. A revista *O Cruzeiro* foi uma das primeiras a publicar o conteúdo em suas páginas, a saber: a editoria "Moda e Moldes", com ilustrações de Alceu Penna, que trazia modelagens para mulheres que costuravam ou mantinham o hábito de encomendar roupas com costureiras.

No Piauí, em virtude da carência de edição de revistas, o conteúdo de moda apareceu fortemente nos jornais. Tal fato decorre ainda da relação de proximidade existente entre os jornalistas e os proprietários de boutiques e lojas de tecidos de Teresina, que "abria" espaço na coluna social para divulgar o nome da boutique, as novidades que chegaram às lojas, os desfiles e demais eventos que eram realizados pelo setor da moda e os *croquis*. No caso dos jornais *O Dia* e *O Estado*, comprovou-se que o conteúdo de moda foi pauta da editoria feminina.

O jornal impresso de Teresina, na década de 1970, parece ter sido um parceiro fiel dos lojistas de moda e da(o)s proprietária(o)s das boutiques. Tratando especificamente dos estilistas de moda que trabalhavam nos armazéns da cidade, constatou-se que seus desenhos não ficaram restritos aos clientes que compravam tecidos e garantiam a exclusividade do modelo assinado.

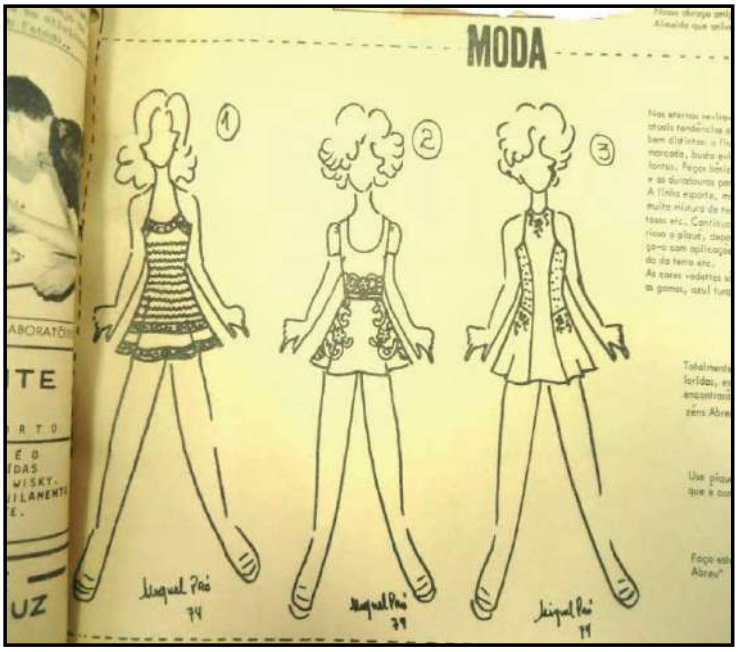
A partir de 1973, as modelagens do figurinista Miguel Pró Furtado de Magalhães podem ser localizadas no jornal *O Estado*. Miguel Pró não apenas assinava os *croquis* no "Armazéns Abreu", como também assinava uma editoria feminina no jornal *O Estado*. Com isso, seus *croquis* passaram a ser editados em *O Estado*, geralmente, acompanhados de uma legenda explicativa sobre modelos e indicação de tecidos a serem usados.

A Figura 1 são três *croquis* publicados por Miguel Pró no ano de 1974, com a seguinte nota explicativa: "(1) Totalmente trabalho em cianinhas e gregas coloridas, este modelo de gabarlene[9] que você encontrará em 10 cores diferentes nos Armazéns Abreu". "(2)

9 Conhecido também como gabardine. Tecido firme, feito de lã, algodão ou mistura de várias fibras.

Use pique[10] liso e broderi[11] para este modelo que é completamente para bordados coloridos", e "(3) Faça este modelo com tecidos dos Armazéns Abreu" (PRÓ, 1974a, p. 9).

Figura 1 - *Croquis* assinados por Miguel Pró, na página "Sempre aos Domingos"



Fonte: PRÓ, M. Sempre aos Domingos. *O Estado*, Teresina, n. 454, p. 9, 31/01 abr./maio 1974.

Destaca-se que as notas explicativas que acompanhavam os *croquis* de Miguel Pró fazem referência ao "Armazém Abreu", uma loja de tecidos da cidade e que patrocinava sua coluna. Jornalismo, moda e publicidade atuavam conjuntamente nas editorias, oferecendo e anunciando qual tecido e onde seria a melhor opção de compra para aquela modelagem e/ou tendência que estava sendo proposta.

Os anúncios das lojas de tecidos estavam presentes não apenas nas editorias femininas, como também nas colunas sociais, onde os cronistas abordavam, por meio de notinhas, as novidades que

10 Piquet é um tecido que combina algodão e poliéster, o que proporciona maior resistência. Porém, devido a micro furos na sua textura, oferece leveza para peças. Ideal para a confecção de shorts e vestidos.

11 Geralmente é feito de algodão ou misturado com poliéster. Tem seu bordado na mesma cor do tecido, formando pequenos furos arrematados com pontos. Bastante utilizado para aplicação de detalhes nas peças.

chegavam. O discurso com ênfase para o "bom-gosto" e "elegância" era recorrente nos anúncios, nas colunas sociais e nas editorias femininas nas quais se divulgavam os *croquis* e o nome das lojas de tecido.

É preciso esclarecer que havia uma linha muito tênue na diferença dos anunciantes e dos patrocinadores das editorias femininas. Denota-se que os donos das lojas de tecidos e das boutiques estabeleciam relações de "amizade" e "troca de favores" com os proprietários dos jornais, jornalistas ou colunistas sociais para terem sua marca divulgada nas edições ou notas publicadas nas colunas sociais falando das inaugurações, dos desfiles e da chegada de mercadorias das lojas de tecidos e das boutiques.

Na figura 2, por exemplo, encontra-se um anúncio dos "Armazéns Abreu" que patrocinava a coluna "Sempre aos Domingos", assinada pelo estilista Miguel Pró, no jornal *O Estado,* a partir de 16/17 de dezembro de 1973.

Figura 2 – Anúncio "Armazéns Abreu"

Fonte: PRÓ, M. Sempre aos Domingos. *O Estado.* Teresina, n. 389, p. 9,6/7 jan. 1974.

Além dos "Armazéns Abreu", outra loja que divulgava seus produtos nos jornais era a loja "Casas Pernambucanas". A estratégia discursiva não se diferenciava tanto daquela usada pela publicidade dos "Armazéns Abreu". Ou seja, as palavras "bom-gosto" e "elegância" foram utilizadas pela loja para a divulgação das novas estampas e produtos que chegavam. Nas edições de 1972 do jornal *O Estado*, as "Casas Pernambucanas" apelava pela atenção dos consumidores teresinenses através do discurso de facilidade de crédito e renovação do guarda-roupa.

Em 5 de maio de 1972, anunciava: "AS CASAS PERNAMBUCANAS na praça comercial de Teresina estão fazendo uma fabulosa promoção de tecidos. Vá lá e use para seu bem o Crediário Tentação, que lhe dá doze meses para pagar" (AS CASAS, 1972, p. 2). E, em junho de 1972, chamava a atenção dos consumidores para a necessidade de consumo: "RENOVE com bom gosto o seu guarda-roupa de elegante: as CASAS PERNAMBUCANAS estão dando show de lindos tecidos" (RENOVE, 1972, p. 2).

Entretanto, a chegada de uma nova loja de tecido na cidade de Teresina nem sempre foi vista pelos jornalistas como sinal de progresso, civilização e modernidade. Em 6 de maio de 1975, foi publicada uma matéria no jornal *O Estado* intitulada "Multidão atrás de preço baixo", a qual destacava que uma aglomeração provocou a interdição do trânsito na Praça Rio Branco em decorrência da grande quantidade de pessoas que aguardavam a abertura da loja "O Romeirão".

A inauguração do novo estabelecimento comercial especializado em tecidos no centro urbano de Teresina (Figura 3) não foi bem vista pelo redator de *O Estado,* que avaliou a concentração de populares na frente da loja como "baderna", sendo necessário que a polícia fosse acionada, pois: "Cada um queria levar um pedacinho de chita[12] a preço popular" (MULTIDÃO..., 1975, p. 1).

Figura 3 - "Multidão atrás de preço baixo"

Fonte: MULTIDÃO ATRÁS DE PREÇO BAIXO. *O Estado*, Teresina, n. 754, p. 1, 6 de maio de 1975.

12 Tecido de algodão barato e avaliado com menor qualidade. Geralmente, traz estampas de cores fortes, florais, e tramas simples. A estamparia é feita sobre o tecido conhecido como morim.

A matéria "Multidão atrás de preço baixo", publicada pelo jornal *O Estado*, é significativa para se analisar a produção dos discursos dos jornalistas para as lojas de tecido voltadas para consumidores de baixo poder aquisitivo. Enquanto as lojas de tecidos destinadas à clientela de alto e médio poder financeiro eram apresentadas como renovação de bom-gosto e elegância, mesmo quando ofereciam promoções, a oferta da chita, tecido com preço acessível e mais simples, pela loja "O Romeirão", não foi interpretada da mesma forma.

Antes, foi decodificada pelo redator de *O Estado* como falta de bom gosto, requinte, civilização e progresso, ou seja, práticas sociais exigidas pelos ideais da modernidade. Embora não se tenha encontrado mais dados sobre a loja, o nome "O Romeirão" já simbolizava a imagem do romeiro e classe popular.

Considerando que o consumo dos produtos de moda aproxima ou distancia as pessoas, o fator econômico ainda é considerado um dos mais relevantes nesse processo. Ao consumir os produtos de moda, os indivíduos lançam mão do sistema para modificar sua aparência, se adequar conforme o lugar que irá frequentar a fim de causar impressões para os interpretantes.

Esta característica de significação faz com que os sujeitos se sintam vinculados a determinado lugar social. Através do ato de consumir, a sociedade institui um sistema que proporciona aos seus indivíduos três possibilidades de pertencer: "comprar, ter e ser". Por conseguinte, "a propriedade de produtos como símbolos servem como identificação, ou seja, se o sistema faz com que exista a crença que ter é igual a ser, os integrantes dessa sociedade podem comunicar-se por meio desse processo de classificação" (MIRANDA, 2014, p. 35).

Após adquirir tecidos nas lojas espalhadas pela capital, muitas mulheres, especialmente aquelas que detinham maior poder aquisitivo, procuravam modistas para a confecção de seus modelos, enquanto outras costuravam suas próprias peças em casa. Alda Caddah comenta que frequentava costureiras famosas em Teresina, como Gercina Barbosa, Jesus Melo e Florisa Silva, "todas elas, costureiras muito bacanas, que costuravam para a alta sociedade" (informação verbal)[13].

13 Entrevista com Alda Fortes Caddah concedida a Nathércia Vasconcelos no dia

Gercina Barbosa, citada por Alda Caddah, foi uma das mais renomadas modistas do Estado, recebendo, na década de 1970, o título de "agulha de ouro do Piauí". Em evento realizado pelo colunista social Mauro Junior, no Iate Clube de Teresina, costureiras do Norte-Nordeste apresentaram uma peça confeccionada por elas, por meio de desfile de modelos para um júri incumbido de escolher o melhor traje da noite.

Localizado na Rua Tersandro Paz, centro de Teresina, o ateliê de Gercina Barbosa era frequentado, em sua maioria, por mulheres da alta sociedade, que buscavam vestidos para casamentos, festas e bailes que aconteciam pela capital. Segundo Silvia Helena, filha de Gercina, o ateliê estava sempre lotado, pois havia muita procura e sua mãe buscava atender a todos: "Como o ateliê era lá em casa, tomava café mais ou menos umas 15 pessoas. Quem estava lá à tarde, três horas tinha um café, com pão, com tudo, que ia pra loja, mas quem estava lá comia também. Era um ambiente corrido, porém todo mundo se dava bem" (informação verbal)[14].

No decorrer de sua carreira, a modista construiu uma relação cordial com clientes e colunistas de jornais e TV que publicaram diversas notas sobre as vestimentas confeccionadas por ela e que foram usadas por damas da elite piauiense em eventos importantes que aconteciam na capital. Ainda sobre a relação de Gercina Barbosa com sua clientela e jornalistas, Silvia Helena Nogueira rememora que:

> A relação era excelente, com todo mundo. Com os colunistas, com o pessoal da TV, e com as clientes também. Ela fazia tudo que a cliente queria. Elas ficavam muito tempo no ateliê. [...] E convites para eventos não faltavam. Colocávamos em cima da mesa, pra saber aonde ir. Ela ia para quase todos os casamentos, e ela fazia muita questão de está com a noiva na porta da igreja, ali ajeitando. Às vezes ela nem ia ao casamento, mas ela se arrumava para estar ali. Ela sempre andava dentro da bolsa, com um alfinete, agulha, tesoura, com todas as coisas que ela ia precisar, para qualquer imprevisto (informação verbal)[15].

30 de novembro de 2017, em Teresina (PI).

14 Entrevista com Silvia Helena Nogueira concedida a Nathércia Vasconcelos no dia 27 de março de 2018, em Teresina (PI).

15 Entrevista com Silvia Helena Nogueira concedida a Nathércia Vasconcelos no dia 27 de março de 2018, em Teresina (PI).

A respeito das notas nos jornais, a "agulha de ouro do Piauí" estava constantemente nas páginas dos periódicos *O Dia* e *O Estado*, tanto através das imagens dos vestidos confeccionados por ela, como sendo exaltada pelo bom gosto de se vestir e talento na confecção de peças. Na edição do jornal *O Dia*, do dia 7/8 de julho de 1974, Elvira Raulino publica uma nota na coluna "Aqui Sociedade" acompanhada de uma foto da modista com a seguinte legenda: "Gercina, uma das melhores costureiras da cidade, é uma mulher de muito bom gosto. Comparece às reuniões sociais sempre muito bem vestida" (SOCIEDADE, 1974, p. 6).

Apesar de o ateliê ser em sua própria casa, Silvia Helena Nogueira conta que sua mãe sempre foi vaidosa: "Acordava de manhã cedo, e já banhava, se maquiava, todo tempo estava de salto. Ela não andava a vontade no ateliê não, ela estava sempre bem apresentada. Cabelo impecável, feito toda semana, ela era muito vaidosa" (informação verbal)[16].

Considerações finais

Ressalta-se que as lojas de tecidos que foram inauguradas na cidade de Teresina durante a década de 1970 ganharam visibilidade nos impressos como espaços onde era possível tornar o teresinense "elegante" e de "bom gosto", ou seja, imprimindo novas práticas de consumo por meio das novas estampas e texturas que chegavam a determinadas lojas de tecido.

Seguir a moda e as novas tendências constantemente lançadas passou a ser uma exigência para as mulheres da época que, por meio das boutiques, da ida a costureiras renomadas na cidade ou mesmo da confecção de sua própria peça, tentavam se adequar aos padrões de beleza impostos.

A indumentária, desse modo, pode ser entendida como resultado de um processo social e mercadológico, presente de diferentes maneiras nas sociedades. Nesse sentido, o jornalismo de moda no Piauí, nesse momento, se constituía com base nos novos bens de

16 Entrevista com Silvia Helena Nogueira concedida a Nathércia Vasconcelos no dia 27 de março de 2018, em Teresina (PI).

consumo que chegavam à cidade de Teresina e na formação de um público consumidor da moda.

Cabe ainda salientar que a cultura de consumo é absorvida pelos indivíduos por meio de um processo de socialização, ou seja, as pessoas adquirem hábitos, valores, costumes que passam a ter forte influência sobre seu comportamento, sobre o que é consumido. Assim, entender a indumentária (roupas e acessórios) como fenômeno cultural, permite compreender como estes elementos estão organizados socialmente. Nesse processo, a mídia assume um lugar com certa importância, na medida em que ela é um dos meios utilizados para construção de padrões de consumo de uma determinada sociedade e num determinado contexto temporal, cultural e histórico.

Referências

ANGUS, E.; BAUDIS, M.; WOODCOCK, P. *Dicionário de Moda.* Trad. Gabriela Erbetta, Julia Debasse, Júlia Gouveia. São Paulo: Publifolha, 2015.

ARAGÃO, C. M. A.; FERREIRA, C. M. Relatos de memórias da moda no Piauí: cenário da moda piauiense no período de 1930 a 1980. In: MODA DOCUMENTA: MUSEU, MEMÓRIA e DESIGN, 2015, São Paulo. Anais... São Paulo: 2015.

AS CASAS pernambucanas. *O Estado*. Teresina, 5 mai 1972. p. 2.

BACELLAR, Olavo Ivanhoé de Brito. População mundial: situação e perspectivas. *Carta CEPRO*, Teresina, v. 15, n. 1, jan./jun. 1994. p. 99-103

CASTELO BRANCO, P. V. *Mulheres plurais:* a condição feminina na Primeira República. Teresina: Bagaço, 2005.

COMÉRCIO NAS CALÇADAS. *Jornal do Piauí.* Teresina, n. 3057, p. 6, 24 mai 1970.

CRESCIMENTO. *Jornal do Piauí.* Teresina, n. 3057, p. 6, 24 mai 1970.

FAÇANHA, A. C. A evolução urbana de Teresina: passado, presente e... *Carta CEPRO.* Teresina, v.22, n.1, p.59-69, jan./jun. 2003.

FEATHERSTONE, M. *Cultura de consumo e pós-modernismo.* São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FORTES, R. L. F. (Coord.). 2010. *Perfil de Teresina:* Econômico, Social, Físico e Demográfico. Teresina: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEMDEC). Disponível em: http://www.teresina. pi.gov.br/portalpmt/orgao/SEMDEC/doc/20100709-336-1461-D.pdf. Acesso em: 02 mai 2017.

JOFFILY, R. *Jornalismo e produção de moda.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

MIRANDA, A. P. *Consumo de moda:* a relação pessoa-objeto. Barueri: Estação das letras e das cores, 2014.

MODA. *O Estado.* Teresina, n. 454, p. 9, 31/01 abr./mai 1974.

MULTIDÃO ATRÁS DE PREÇO BAIXO. *O Estado.* Teresina, n. 754, p. 1, 6 mai 1975.

NASCIMENTO, F. A**.** Sonhos e pesadelos dos moradores da periferia de Teresina nas décadas de 1960 e 1970. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. p. 1-9.

PRÓ, M. *O Estado.* Teresina, n. 454, p. 9, 31/01 abr/mai 1974a.

PRÓ, M. Sempre aos Domingos. *O Estado***,** Teresina, n. 389, p. 9, 6/7 jan 1974b.

RENOVE.*O Estado*. Teresina, 4 jun 1972, p. 2.

SANTANA, R. N. M. (org.). *Piauí:* Formação – Desenvolvimento – Perspectivas. Teresina: Fundapi, 1995.

SOCIEDADE. Aqui. *O Dia*. Teresina, p. 6, 7/8 jul 1974.

TAJRA, J. E.; TAJRA FILHO, J. E. O comércio e a indústria no Piauí. In: SANTANA, R. N. M. de (Org.). *Piauí:* Formação – Desenvolvimento - Perspectiva. Teresina: Halley, 1995. p. 133-158.

TECIDOS. *O Dia*. Teresina, n. 3.348, p. 3, 17/18 mar. 1974.

Sobre os Autores

Ábdon Eres da Silva Neto - Doutorando em História na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestre (2019) e graduado (2016) em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Pesquisador em História Política e Partidos Políticos no recorte de 1945-1964. Artigos publicados: O município e o processo eleitoral de 1954 no Piauí - Revista AEDOS, 2019. Encantos e desencantos na organização do recém-instalado município de Água Branca - PI (1954-1958) - Revista Latino-Americana de História, 2019. O conflito entre o poder público e os donos de currais na formação de um modo de vida urbano em Lagoinha do Piauí - Coletânea História e Novos Paradigmas. Teresina, EDUFPI 2017. Membro do grupo @história360 – voltado para o desenvolvimento de atividades na área de História.
Contato: abdon_eres@hotmail.com

Alessandra Lima dos Santos - Mestre em História do Brasil, pela Universidade Federal do Piauí. Graduada em Licenciatura Plena em História pela mesma instituição. Possui interesse pelas linhas de pesquisa: Literatura, Imprensa, Política, Cidade, Memória, Biografia histórica, Historiografia, Gênero e Arte Sequencial. Contato: alessandralimasts@gmail.com

Aline Camilo Barbosa - Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) em 2014. Especialista em Docência, Gestão e Supervisão Escolar pela Faculdade do Médio Parnaíba (FAMEP). Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Piauí (PPGGEO/UFPI) biênio (2015-2017). Atualmente, Professora Tutora à distância do Curso de Geografia pelo Centro de Educação Aberta e a Distância

(CEAD/UFPI); Professora da Educação Básica na Secretaria Municipal de Educação-SEMED/Santa Inês - MA. Contato: alinecamilo_barbosa@hotmail.com

Allan Ricelli Rodrigues de Pinho - Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí. Professor de História da iniciativa privada. Contato: allanricelli2010@hotmail.com

Ângela Oliveira Vieira - Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Piauí (2009-2014). Mestra em Geografia pela mesma instituição (2015-2017). Especialização em andamento em Informática na Educação e Docência no Ensino Superior pela FAVENI-Faculdade Venda Nova do Imigrante. Atualmente, Professora Tutora à distância do Curso de Geografia pelo Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD/UFPI); Professora da Educação Básica na Secretaria Municipal de Educação-SEMED/São Luís-MA. Contato: angelevieira14@gmail.com

Cássio de Sousa Borges - Doutorando e Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí, participa do Núcleo de Estudo e Pesquisa em História do Piauí Oitocentista/CNPq, da Universidade Federal do Piauí. Professor Substituto da Rede Municipal de Ensino de Teresina. Pesquisador contratado da Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação (FADEX) no Programa *Estudos Exploratórios para Identificação de Terras Devolutas do Estado do Piauí*. Contato: cassiodesborges@gmail.com

Claudia Cristina da Silva Fontineles – Possui doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2009), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí (2003), especialista em História Sociocultural pela Universidade Federal do Piauí (1999) e em História Política Contemporânea pela Universidade Estadual do Piauí (2001), graduação em Licenciatura Plena em História (1998) e Bacharelado em Direito (2005) pela Universidade Estadual do Piauí. Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Piauí, atuando na Pós-graduação em História do Brasil

(Mestrado e Doutorado), na Pós-graduação em Ciência Política e no Departamento de História. Bolsista de Produtividade em Pesquisa - UFPI. Contato: cfontinelles@gmail.com

Denilson Botelho - Possui Graduação (Bacharelado e Licenciatura) em História pela Universidade Federal Fluminense (1993), Mestrado (1996) e Doutorado (2001) em História Social pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Foi Professor de História da Rede Pública Municipal de Ensino do Rio de Janeiro (2001-2009), Professor do Curso de História da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (2001), Professor do Curso de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (2008-2009) e Professor do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Piauí - UFPI (2009-2014). Atualmente é Professor do Curso de História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH) da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP e Docente credenciado no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/Unifesp) e no Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória/Unifesp. Desenvolve pesquisas em História do Brasil, com interesse nas relações entre história, literatura e imprensa. Desde 2015 tem contado com o apoio da FAPESP através de Auxílios Regulares à Pesquisa. Líder do Grupo de Pesquisa História Social da Cultura: Literatura, Imprensa e Sociedade (cadastrado no CNPq). Contato: botelhodenilson@gmail.com

Dilton Cândido Santos Maynard - Possui graduação em Licenciatura Plena Em História pela Universidade Federal de Sergipe (1999), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (2002), doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2008) e Pós-Doutorado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2013). Professor Colaborador no Programa de Pós-graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC/UFRJ). Professor do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História da UFS (Profhistória UFS). Bolsista Produtividade CNPq-Nível 2

Elizangela Barbosa Cardoso - possui graduação em Licenciatura Plena

em História pela Universidade Federal do Piauí (1999), mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2002) e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2010). Atualmente é professora adjunto I da Universidade Federal do Piauí. Tem experiência na área de História, com ênfase em História e Gênero, atuando principalmente nos seguintes temas: educação feminina, trabalho feminino e casamento. Contato: elibcardoso@yahoo.com.br

Francisco de Assis de Sousa Nascimento - Professor Associado I do Curso de Licenciatura Plena em História da UFPI. Pós-Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP (2014). Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF (2009). Mestrado em História do Brasil – UFPI (2005). Especialização em Docência do Ensino Superior – UESPI (2003). Graduação em História – UESPI (2003). Líder do Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq "História Política, Teatro e Estética". Contato: franciscoufpi@gmail.com

Francisco de Assis Oliveira Silva - Doutorando em História e Mestre em História do Brasil pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil- PPGHB-UFPI. Pesquisador do Núcleo de Estudo e Pesquisa em História do Piauí Oitocentista, da Universidade Federal do Piauí-UFPI. Membro do grupo de pesquisa: Núcleo de História, Memoria, Sociedade e Política (cadastrado junto ao CNPq). Contato: ihs.francisco@gmail.com

Francisco Gleison da Costa Monteiro - Docente da Universidade Federal do Piauí/CSHNB. Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Coordenador do Projeto de Extensão "Restauração, Catalogação e Digitalização de documentos eclesiásticos das cidades de Oeiras, Picos e Jaicós". Líder do Núcleo de Estudo e Pesquisa em História do Piauí Oitocentista/CNPq e Membro do NUPEDOCH (Núcleo de Pesquisa e Documentação em História). Contato: gleison.monteiro@ufpi.edu.br.

Francisco Soares Cardoso Neto - Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí. Pesquisador do Grupo SANA – Grupo de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde. Atua nas áreas de

História, Saúde e Gênero. Contato: francisco.soares.pi2016@gmail.com

Irisneide Máximo - Possui graduação em História pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI (2015). É mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí-UFPI (2019). Tem experiência na área de História do Brasil, com ênfase em história e cidade, memória e oralidade, história das mulheres e sexualidade. Contato: irisneidemaximo@outlook.com

João Vitor Araújo Sales - Doutorando em História do Brasil na Universidade Federal do Piauí, Mestre (2019) e Graduado em História (2015) pela mesma Instituição. Atualmente é Técnico de Apoio Administrativo da Universidade Estadual do Piauí e sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí (IHGPI). Contato: vitorjhon@hotmail.com

Joaquim Kayk Breno Conrado - Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí. Professor Efetivo da Rede Municipal de Teresina. Endereço eletrônico: Contato: joaqconrado@gmail.com

Johny Santana de Araújo - Mestrado em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí/ Doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professor da Universidade Federal do Piauí e Membro do Programa de Pós-graduação em História do Brasil-PPGHB-UFPI. Atua principalmente nos seguintes temas: Formação do Estado Nação, História Militar, História Política e História das Relações Internacionais, Relações Sociais, Políticas e Econômicas no Piauí do século XIX, Escravidão no Brasil do século XIX, Imprensa no Brasil do século XIX. Líder do Grupo de Pesquisa: Núcleo de História, Memoria, Sociedade e Política (cadastrado junto ao CNPq.). Contato: johnysant@gmail.com

Karina Viana da Silva - Possui graduação em história pela Universidade Estadual do Piauí UESPI (2015) é mestra pelo Programa de Pós-graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí UFPI (2019). Contato: karinna.vianna@hotmail.com

Marcelo de Sousa Neto - Possui Pós-doutorado em História pela UFPI (PNPD/CAPES - 2015), doutorado em História, pela Universidade Federal do Pernambuco - UFPE (2009) e Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí - UFPI (2003). Licenciado em História e Bacharel em Direito pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), possui ainda especialização em História Política (UESPI) e História Sociocultural (UFPI). Atualmente é professor Associado do curso de História da Universidade Estadual do Piauí e Professor da Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Contato: marcelo@ccm.uespi.br

Marcus Pierre de Carvalho Baptista - Mestrado em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí – UFPI (2019). Especialização em História Sociocultural pela Faculdade do Médio Parnaíba – FAMEP (2017). Graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI (2016). Integra o Núcleo de Estudos sobre a Zona Costeira do Estado do Piauí – NEZCPI (UESPI). Integra também o grupo de pesquisa: História Política, Teatro e Música (UFPI). Atualmente é professor substituto do curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Contato: marcus_pierre@hotmail.com

Marylu Alves de Oliveira - Doutora em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Professora do departamento de História da Universidade Federal do Piauí. Vice-líder do grupo de Pesquisa do CNPq História, Teatro, Música e Estética. Autora do livro Contra a Foice e o Martelo. Atua como pesquisadora nos seguintes temas: anticomunismo, política partidária, trabalhismo, movimentos sociais, história das emoções e literatura. Contato: Marylu.oliveira@gmail.com

Nathércia Vasconcelos Santos - Mestre em Comunicação na linha de Processos e Práticas Jornalísticas pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí (2018). Possui graduação em Comunicação Social-Jornalismo pela Universidade Federal do Piauí (2014). Atualmente faz curso de jornalismo de

moda pela EnModa – Escola de Negócios da Moda. Pesquisadora na área de Comunicação com ênfase nos estudos direcionados a relação Jornalismo, Moda, Consumo, Cultura e Sociedade. Contato: natherciavs@gmail.com

Nilsângela Cardoso Lima - Doutora em Ciências da Comunicação e Doutoranda em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) e do Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo da Universidade Federal do Piauí. Bacharelado em Comunicação Social_Habilitação em Jornalismo; Licenciatura em História/EaD/UFPI e Licenciatura em Letras Inglês/EaD/UFPI. Membro do Colegiado dos Cursos de Licenciatura em História/EaD/UFPI e Licenciatura em Letras Inglês/EaD/UFPI. Tem experiência na área de História, Comunicação e Jornalismo, com ênfase em História da Mídia, atuando principalmente nos seguintes temas: Práticas jornalísticas, História do jornalismo e da imprensa, História Oral e Memória, Mídia e Poder. Contato: nilcardoso@gmail.com

Pedro Pio Fontineles Filho - Doutor em História Social pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Professor do Mestrado Profissional em História – PROFHISTÓRIA/UESPI. Professor do PPGHB/UFPI. Professor do Curso de História – UESPI/CCM. Realiza e orienta pesquisas ambientadas na Linha da História e Linguagens, como foco nas inter-relações entre História e Literatura; História e Ensino; História e Cidades; História e Imagens, Música e Cinema; História e Relações de Gênero. Membro do Núcleo de Pesquisa em História e Educação – NUPEHED. Contato: pedropio@ccm.uespi.br

Rodrigo da Silva Rodrigues - Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (2016 - 2020). Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Piauí (2011 - 2013). Graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí (2006 - 2009). É professor da Educação Básica da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) em Teresina-PI, desde janeiro de 2010. Foi Professor Substituto do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino - UFPI (2018 - 2020) e Professor Substituto do curso de

Licenciatura plena em Geografia da Universidade Estadual do Piauí (2013 - 2015). É membro do Núcleo de Estudos Intra-Urbanos, do Contato do Urbano com o Rural e de Transformações Ambientais dessas Realidades Piauienses. Pesquisa e tem interesse nas seguintes áreas: Geografia Humana, Geografia Urbana, Desenvolvimento Urbano, Planejamento Urbano e Regional. Contato: rodrigo.geo.grafia@hotmail.com

Túlio Henrique Pereira - é professor de História Afro-brasileira e Indígena do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri (URCA), e professor no Programa de Mestrado em Ensino de História - ProfHistória (URCA/UFRJ). É autor de literatura brasileira, professor universitário e pesquisador. Realizou estágio pós-doutoral pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI), Doutorado em História Social na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Mestrado em Memória: linguagem e sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), e Graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). As áreas de concentração das produções literárias, teóricas, históricas e sua atuação docente perpassam questões acerca da História Social e da Cultura do Brasil no final do século XIX ao começo do XX, a imprensa e o discurso histórico e visual produzido pela imprensa ilustrada periódica, a cultura, identidades, imagens visuais e representações dos corpos negros, afro-brasileiros e africanos na literatura, na imprensa e nas artes plásticas. Contato: tuliohenriquepereira@gmail.com

"Como tecelões da história, nós que participamos da coletânea "***Tecituras da História***" objetivamos construir os "fios" que nos sustentam e que nos auxiliam a enfrentar os "labirintos" da vida. Tentamos demarcar nossos caminhos; construir nossas referências e orientações. Com nossa escrita, construímos nossas formas de enfrentamento aos perigos que nos espreitam. A depender da matéria-prima que dispomos – nossos problemas de pesquisa – e munidos com nossos instrumentais de trabalho – o *corpus* documental e as referencialidades teórico-metodológicas que adotamos – construímos o nosso caminho, num misto de coragem e receio, frente às ameaças que não cessam de aparecer. Os riscos revigoram nossas maneiras de tecer nosso ofício e, assim, de o diversificarmos e o revitalizarmos, na confiança de também conseguirmos vencer os monstros que nos rondam."

Profª Drª Cláudia Cristina da Silva Fontineles
Professora de História da Universidade Federal do Piauí

9 786588 108352

PPGH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL

EdUESPI